Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CDPA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura
Período de Análise: 01 a 31 de Maio de 2007
Área Temática: Biocombustíveis

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Maio de 2007.

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO EMPRESARIAL 11

BIODIESEL 11

Aviação entra na onda do biocombustível – Janaína Lage e Maeli Prado - Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/05/2007 11
Treze empresas de biodiesel já possuem o Selo Combustível Social – MDA – 08/05/200712
Glicerina de biodiesel inunda mercado no país e derruba preços - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Empresas e Tecnologia - 02/05/2007 13
Acordo para biodiesel – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 02/05/2007 14
Até esgoto vira matéria-prima para biodiesel – Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 03/05/2007 15
Mamona no Pontal – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 05/04/2007 16
Estrutura para biodiesel – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 08/05/2007 16
Fiscalização ameaça 'soja responsável' - Bettina Barros – Valor econômico – Agronegócios - 10/05/2007 16
Selecta fará aporte em Minas – Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - De São Paulo 17
Brasil Ecodiesel amarga perdas no 1º trimestre – Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 14/05/2007 18
Palma nas alturas – Valor Econômico – Agronegócio – 15/05/2007 18

ETANOL 18

Modelo alternativo para pequena produção deve ser construído, diz especialista – CNA - (16/05/2007) 18
Dores do crescimento - Moacyr Castro - Estado de São Paulo – Agrícola – 02/05/2007 .. 19
Tecnologia nacional pode chegar ao controle remoto - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/05/2007 20
Usinas estão treinando maquinistas – Moacyr Castro - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/05/2007 22
Cana avança e criador se adapta - Beth Melo - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/05/2007 22
O desafio da integração cana-pecuária - João Sampaio* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/05/2007 23
Faltam trabalhadores? Boa notícia! - Roberto Macedo* - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 03/05/2007 25
Mecanização traz nova praga à cana – Niza Souza -Estado de São Paulo – Suplemento Agrícola – 09/05/2007 27
Seca no verão afeta café em Minas - Fernanda Yoneya – Estado de São Paulo – Suplemento Agrícola – 09/05/2007 28
O debate crucial dos próximos anos - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Nacional – 11/05/2007 30
Álcool puxa aumento do emprego - Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/05/2007 32

Bóia-fria ganha bem, diz usineiro – Marcelo Toledo, Jucimara de Pádua e Jorge Saufen Jr. - Folha de São Paulo – Dinheiro - 03/05/2007 33
Remuneração é ruim, dizem sindicatos – Marcelo Toledo, Jucimara de Pádua e Jorge Saufen Jr. - Folha de São Paulo – Dinheiro - 03/05/2007 35
Mais mecanização geraria desemprego, diz setor – Marcelo Toledo, Jucimara de Pádua e Jorge Saufen Jr. - Folha de São Paulo – Dinheiro - 03/05/2007 36
Moagem da cana avança, e álcool cai 5% nas usinas – Mônica Scaramuzzo – Folha de São Paulo – Brasil – 05/05/2007 36
Usina de álcool pode capturar carbono – Antônio Góis - Folha de São Paulo – Ciência - 09/05/2007 37
ISRAELENSES NA CANA– Mauro Zafalon – Folha de SãoPaulo –Dinheiro – Vaivém de Commodities – 09/05/2007 38
AGRICULTURA: POLÍCIA APURA MORTE DE TRABALHADOR EM SP - Folha de São Paulo – Dinheiro - 10/05/2007 39
Acidente em usina mata um trabalhador – Guilherme Campos e Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/05/2007 39
METADE DAS USINAS DO CENTRO-SUL JÁ INICIOU A MOAGEM DE CANA DA SAFRA 2007/08 – MAPA – 04/05/2007 40
MDA, MAPA e Embrapa avaliam zoneamento agrícola de risco climático na Bahia – MDA – 15/05/2007 40
Canaviais já fazem duas vítimas este ano no estado de São Paulo - Danilo Augusto – Sitio Eletrônico do MST – 03/05/2007 42
Coimex decide deixar negócios de carne - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 02/05/2007 42
Usina no PR – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 02/05/2007 43
Vendas de trator e colheitadeira devem crescer - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 02/05/2007 43
Cresce apetite por novos combustíveis - Mônica Scaramuzzo e Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 03/05/2007 44
Petrobras inaugura microusina de álcool - Sérgio Bueno – Valor Econômico - 03/05/2007 46
Cana mais produtiva perto do campo – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 03/05/2007 47
Melhor cenário para aviões agrícolas – Monica Sacaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 03/05/2007 47
Colheitadeira para cana – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 05/04/2007 48
Mais cana em Uberaba – Valor Econômico – Agronegócios – Commodities Agrícolas – 04/05/2007 49
Nova América faz pedido de abertura de capital na CVM - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 04/05/2007 49
Etanol exige esforço extra de escritórios de advocacia - Felipe Frisch – Valor Econômico – Tributos - 07/05/2007 50
Agrishow fatura mais – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 07/05/2007 52
Preço do álcool recua – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 07/05/2007 52
Frigoríficos no Cade – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 07/05/2007 52
Contra a aftosa – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 07/05/2007 52
Agrishow fatura mais – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 07/05/2007 53

Colheita chega ao fim – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 07/05/2007 53
Preço do álcool recua – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 07/05/2007 53
Nufarm compra Agripec – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 07/05/2007 53
Moagem da safra recorde de cana se intensifica no centro-sul do país - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 07/05/2007 53
New Holland eleva investimentos no país e prevê avanço - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócio - 09/05/2007 54
Basf prevê recuperação no Brasil - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 10/05/2007 55
Exigências rígidas desafiam o Brasil - Cibelle Bouças – Valor Econômico –Agronegócio - 10/05/2007 56
Petrobras exporta – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 15/05/2007 57
Aportes estrangeiros no Brasil podem superar US$ 9 bi - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 15/05/2007 57

POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS 58

BIODIESEL 58

Rainha terá verba do governo para fabricar biodiesel - José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 02/05/2007 58
Assentados do Pará impulsionam produção de matéria-prima para o biodiesel na região Norte – INCRA - 11/05/07 59
Selo Combustível Social – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 09/05/2007 60
Avanço do etanol é irreversível, diz Lula - Clarissa Oliveira - Estado de São Paulo – Vida & – 04/05/2007 60
'É retomada, sim, mas cautelosa' - Adriana Rota – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/05/2007 61
Produção de álcool deve crescer 41% em Goiás – Felipe Bachtold – Folha de São Paulo – Dinheiro - 03/05/2007 63
São Paulo quer controlar queima de cana – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/05/2007 63
Lula diz que biocombustível não reduzirá área de plantio de alimentos - Luiza Damé – O Globo – Plantão – 03/05/2007 64
Setor de açúcar e álcool gerou 82% dos empregos da indústria de SP em abril – O Globo – Economia – 11/05/2007 65
Heróis usineiros' são vilões da inflação – Liana Melo – O Globo – Economia – 12/05/2007 66
STEPHANES LANÇA BALANÇO NACIONAL DA CANA-DE-AÇÚCAR E AGRONERGIA DURANTE AGRISHOW – MAPA – 03/05/2007 67
MAPA DEBATE PRODUÇÃO DE ETANOL – MAPA – 08/05/2007 68
BIOCOMBUSTÍVEIS, OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO – MAPA – 08/05/2007 69
Exportação agrícola pode afetar contas da Previdência - Arnaldo Galvão – Valor Econômico –Primeiro Caderno - 02/05/2007 70
Para o setor, vendas externas são isentas de contribuições – Arnaldo Galvão – Valor econômico – Primeiro Caderno – Brasil - 02/05/2007 72

O etanol e a morte por extenuação – Maria Inês Nassif – Valor Econômico – Política - 03/05/2007 73
Etanol a partir de celulose não anima Embrapa - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 08/05/2007 75
Etanol de milho no MT – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 11/05/2007 76

RELAÇÕES INTERNACIONAIS 76

BIODIESEL 76

Críticas de Fidel são improcedentes - Haroldo Lima - O Globo - 03/05/2007 100
Cresce apetite por novos combustíveis - Monica Scaramuzzo e Cibelle Bouças - Valoe Econômico - 03/05/2007 102
Esmagadoras apontam nova ameaça - Fernando Lopes e Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócio - 03/05/2007 79
Bilionário indiano amplia leque para lucrar com etanol - Ricardo Balthazar – Valor econômico – Agronegócio - 04/05/2007 80
UE terá de importar biocombustíveis - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 07/05/2007 82
Perto de perder a liderança em soja, americanos agora buscam parceria - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 11/05/2007 83

ETANOL 84

Perto de perder a liderança em soja, americanos agora buscam parceria - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 11/05/2007 84
'Não há sentido ecológico em investir em etanol de milho' – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/05/2007 85
Relatório da ONU pedirá que países adotem etanol - Jamil Chade - Estado de São Paulo – Vida &– 03/05/2007 86
Brasil busca se eximir da conta - Estado de São Paulo – Vida & – 03/05/2007 87
País é o líder na América do Sul - Alberto Tamer* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/05/2007 88
Painel recomenda uso de biocombustíveis – Cristina Amorim -Estado de São Paulo – Nacional – 05/05/2007 90
UE admite importar 30% de etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/05/2007 91
BCs avaliam risco de inflação do etanol – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/05/2007 92
Fidel volta a criticar produção de etanol – Estado de São Paulo – Internacional – 11/05/2007 93
Biocombustíveis são avaliados por Gore – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/05/2007 93
Salvar planeta custa 2% do PIB mundial – Claudio Ângelo – Folha de SãoPaulo – Ciência – 04/05/2007 94

IMPRESSIONADO 1 – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities - Dinheiro - 04/05/2007 96
IMPRESSIONADO 2 – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities - Dinheiro - 04/05/2007 96
PRIMEIRO PASSO– Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities - Dinheiro - 04/05/2007 96
A TODO O VAPOR– Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities - Dinheiro - 04/05/2007 96
Brasil e Portugal negociam acordo de biodiesel – Folha de São Paulo – Brasil – 05/05/2007 96
Fidel volta a atacar planos de biocombustíveis - Folha de São Paulo – Mundo - 11/05/2007 97
Pressão externa força certificação do álcool – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/05/2007 97
Etanol brasileiro é opção melhor, diz esboço do IPCC – O Globo e BBC Brasil – 02/05/2007 98
Biocombustíveis afetariam pouco preços de alimentos, diz EU - Jeremy Smith - O Globo (cita Reuters Brasil) – Mundo – 07/05/2007 100
Biocombustíveis na berlinda – O Globo – Ciência – 10/05/2007 101
Países ricos tiram etanol da lista de bens ambientais - Assis Moreira – Valor Econômico –Primeiro Caderno - 02/05/2007 102
Subsídio a açúcar indiano – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 05/04/2007. 102
O Brasil na economia internacional - José Hage – Valor Econômico –Opinião - 04/05/2007 103
ONU recomenda álcool – Valor Econômico – Agronegócio – Commodities Agrícolas – 07/05/2007 105
Argentino defende regime comum para biocombustíveis no Mercosul - Janes Rocha – Valor Econômico – Agronegócios - 08/05/2007 105
BM&F em Nova York – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 08/05/2007 106
Acordo para álcool – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 08/05/2007..... 106
Aporte na América do Sul – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 09/05/2007.. 106
Unctad alerta para riscos da febre dos biocombustíveis - Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios - 09/05/2007 107
Uso de milho para etanol dispara - Alda do Amaral Rocha e Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 14/05/2007 108
Etanol de trigo em alta na França - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 15/05/2007 109

Segunda Quinzena

Ambiente Estratégico e Empresarial 112
Etanol 112
Valorização amplia exigência de rentabilidade – Estado de São Paulo – economia e Negócios – 20/05/2007 112
Em cinco anos, preço da terra em São Paulo subiu mais de 100% - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/05/2007 112

Preço do álcool cairá nos próximos anos, diz Unica - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/05/2007 114
Petrobrás anuncia segundo projeto de alcoolduto para aumentar exportações – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/05/2007 114
CERTIFICAÇÃO – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 18/05/2007 115
Cortador de cana morreu após 70 dias de trabalho – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/05/2007 115
Polícia vê lavradores em condição subumana em SP – Jucimara de Pauda – Folha de São Paulo – Brasil – 19/05/2007 116
Usinas de SP vão atrás de trabalhador qualificado – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/05/2007 117
QUEDA MANTIDA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities – 26/05/2007 118
NO ACUMULADO– Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities – 26/05/2007 118
Usineiros ampliam contratações no 2º mandato de Lula – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/05/2007 119
Safra de cana deve ter maior percentual de álcool em dez anos, prevê entidade – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/05/2007 120
Setor tem plano para melhorar a imagem – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/05/2007 122
Etanol na Europa - Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 17/05/2007 122
Limpeza "ecológica" - Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 17/05/2007 122
Falta de chuvas preocupa produtores de cana de SP - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 18/05/2007 122
Onda do etanol transforma 'cinturão verde' americano -The Economist – Valor Econômico – Agronegócios - 18/05/2007 123
Petrobras quer ser vanguarda do processo - Cláudia Schüffner – Valor Econômico – Suplemento Bioenergia - 18/05/2007 125
Brenco instalará quatro usinas no Centro-Oeste - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 21/05/2007 127
Petrobras fará unidade de etanol celulósico em julho – Valor Econômico – Agronegócios - 21/05/2007 128
Usinas enfrentam gargalos para exportar mais - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 21/05/2007 129
Unica confirma recorde em etanol - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 22/05/2007 130
Mecanização eleva nível de exigências – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/05/2007 132
Pólo do setor, Sertãozinho vê explosão na oferta de vagas – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/05/2007 133
Brasil e EUA começam a enfrentar limitações - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 25/05/2007 133
Infinity Bio-Energy acerta investimentos no Panamá - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 28/05/2007 134

Queda de preço deve elevar consumo de álcool – Valor Econômico – Agronegócios - 28/05/2007 136
Bird de olho no etanol – Valor Econômico – Agronegócios – Commodities Agrícolas – 30/05/2007 137
Oferta de etanol prestes a superar demanda nos EUA - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Agronegócios - 29/05/2007 137
Número de aquisições de usinas deve bater recorde - Cibelle Bouças – Valor Econômico –Agronegócios - 31/05/2007 138

Biodiesel 140
BR fornecerá biodiesel para locomotivas da Vale - Erica Ribeiro – O Globo – Economia – 18/05/2007 140
Caminho aberto para a soja brasileira - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 16/05/2007 140
Vale compra B20 - Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 17/05/2007 141
Mais biodiesel - Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 17/05/2007 142
Biodiesel no Paraná – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 18/05/2007 142
Vale 'turbina' ferrovia com biodiesel - Francisco Góes – Valor Econômico – Agronegócios - 18/05/2007 142
Óleo sustenta – Valor Econômico – Commodities Agrícolas – 28/05/2007 143
Óleo de palma em alta – Valor Econômico – Agronegócios – Commodities Agrícolas – 30/05/2007 143

Política de Biocombustíveis 144

Etanol 144
O Brasil no debate alimentos x energia - Marcos Sawaya Jank – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 16/05/2007 144
Governo estuda novas regras para o etanol - Alexandre Inacio – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/05/2007 146
Minas discute ICMS menor para o álcool - Eduardo Kattah – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/05/2007 147
Alimentos convivem com a cana - Niza Souza – Estado de São Paulo – Especial Agrícola – 23/05/2007 149
Trabalhadores rurais criticam incentivo a biocombustíveis – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 18/05/2007 150
Ex-ministro quer fim de corte manual de cana – Jucimara de Pauda – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/05/2007 151
Felipe González e Soros vêm a SP discutir energia do futuro – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/05/2007 152
O pós-moderno – Francisco de Oliveira – Folha de São Paulo – Opinião – 27/05/2007 152
CERTIFICAÇÃO – Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities – 29/05/2007 154
TODOS OS ELOS – Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities – 29/05/2007 154
ATÉ OS POSTOS – Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities – 29/05/2007 154
Especialista vê no bagaço da cana uma opção – Luciana Rodrigues - O Globo – Economia – 21/05/2007 154

STEPHANES DIZ A ALEMÃES QUE ETANOL TERÁ CERTIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL – Sítio Eletrônico do MAPA – 17/05/2007 155
Os novos e velhos problemas da cana – Maria Inês Nassif – Valor Econômico – Opinião - 17/05/2007 157
País precisa de estratégia mesmo para setores "ganhadores" - Denise Neumann – Valor Econômico – Brasil - 17/05/2007 158
Alta Velocidade - Maria Cândida Vieira – Valor Econômico – Suplementos – Bioenergia - 18/05/2007 160
Eficiência, avanço e concentração, os legados do etanol – Fernando Lopes - Valor Econômico – Agronegócios - 21/05/2007 162
Marcos Jank é forte candidato para Unica - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 23/05/2007 164
Mais estrangeiros fazem usinas em Goiás - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 25/05/2007 165
Alimentos, combustíveis renováveis e bioprodutos - Antonio J. A. Meirelles e Gláucia Pastore – Valor Econômico – Opinião - 28/05/2007 166
Agroenergia e segurança alimentar: compromisso da FAO - Por José Graziano da Silva – Valor Econômico – Opinião - 29/05/2007 168

Biodiesel 170
Pinhão atrevido - Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 22/05/2007 170
IGUALDADE – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities – 26/05/2007 172
CÂMARA DE BIODIESEL DEFENDE REVISÃO TRIBUTÁRIA NO SETOR Mapa – 25/05/2007 173

Relações Internacionais 173

Etanol 173
Lula oferecerá ao Paraguai ajuda para produzir biodiesel e combater aftosa - Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Nacional – 20/05/2007 173
Brasil e EUA têm parceria para etanol de celulose - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/05/2007 174
Cuba investirá em álcool, diz especialista – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/05/2007 175
Álcool pode elevar gasolina nos EUA, dizem petroleiras – Jad Mouawad – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/05/2007 176
Petrobras inicia exportação de álcool à Nigéria – Folha de São Paulo – Dinheiro – 31/05/2007 177
Álcool na Índia – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 16/05/2007 177
Suécia vai pressionar UE a favor do etanol brasileiro – Valor Econômico – Internacional – 17/05/2007 178
Etanol na BM&F – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 18/05/2007 178
Cuba critica etanol mas amplia produção - Andrea Rodriguez – Valor Econômico – Internacional - 24/05/2007 179

Panamá na lista dos 'parceiros do etanol' - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 25/05/2007 180

Biodiesel..... 180
Biocombustíveis isentos – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 18/05/2007 180

AMBIENTE ESTRATÉGICO EMPRESARIAL

BIODIESEL

Aviação entra na onda do biocombustível – Janaína Lage e Maeli Prado - Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/05/2007

Companhias aéreas e fabricantes de aviões investem para reduzir emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa

As emissões de gases pelos aviões crescem a taxas superiores às de outros setores; desde 1990, houve um aumento de quase 90%

O aquecimento global chegou ao mundo da aviação. Conceitos como redução de emissões, compensação de créditos de carbono e, mais recentemente, financiamento de pesquisas de biocombustíveis fazem parte atualmente do vocabulário das companhias aéreas e de fabricantes de aviões.

O último avanço nesse sentido foi divulgado na semana retrasada, quando a companhia aérea britânica Virgin Atlantic anunciou que fará uma demonstração em 2008, em parceria com a Boeing e a GE Aviation, do uso de biocombustível de aviação -ou bioquerosene.

Com os investimentos para reduzir emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa, em especial o dióxido de carbono (CO2), as empresas aéreas querem evitar ficar na linha de tiro em um momento de crescente preocupação com o aquecimento global. As emissões de gases pelos aviões crescem a taxas superiores às de outros setores -desde 1990, houve um aumento de quase 90%. A avaliação é que o volume de gases emitidos pode duplicar entre este ano e 2020.

"Nos últimos anos, com o crescimento da economia global e a desregulamentação do setor, o tráfego aéreo vem crescendo muito, o que levanta a preocupação com as emissões", lembra Alessandro Oliveira, do Nectar (Núcleo de Estudos em Competição e Regulação do Transporte Aéreo), do ITA.

Um dos caminhos para amenizar a situação é o bioquerosene, patenteado em 1980 pelo brasileiro Expedito Parente, que também inventou o biodiesel. Prestes a assinar o seu terceiro contrato com a Boeing e a Nasa, ele diz que foi taxado de louco na época. ""Todo mundo achava que óleo vegetal era coisa que vinha em latinha, ninguém acreditava na produção em escala comercial. Fui apelidado de poeta da tecnologia." Hoje, ele é dono da Tecbio, empresa de desenvolvimento de plantas para usinas de biocombustível e referência mundial no setor. O combustível surgiu quase por acaso. Parente procurava parcerias para o biodiesel e a Aeronáutica aceitou a proposta, mas tinha

interesse, de fato, no bioquerosene. "Assinei um calhamaço enorme de papéis em que comprometia até o meu anjo da guarda."

Atualmente, as companhias aéreas investem principalmente na redução das emissões de gases de efeito estufa, em especial o dióxido de carbono (CO2), com o avião em solo. "Uma forma é fazer o avião taxiar na pista com apenas um motor", diz Fabio Scatolini, consultor da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil). Ele estima que no Brasil as emissões de gases por aviões representem 3% do total de petróleo queimado no país, abaixo da média mundial.

Na semana passada, a TAM informou uma parceria com a ONG WWF com o objetivo de desenvolver um programa de compensação de emissões de gases na atmosfera. A idéia é que o passageiro pague, se quiser, um valor a mais para comprar créditos de carbono, compensando as emissões de seu vôo. "Em um cálculo preliminar, se cada passageiro de uma ponte aérea pagar R$ 5, as emissões seriam compensadas", diz Carlos Alberto Scaramuzza, da WWF Brasil.

Treze empresas de biodiesel já possuem o Selo Combustível Social – MDA – 08/05/2007

As empresas Barra Álcool, de Barra do Bugre (MT), Ponte di Ferro, de Taubaté (SP), e Oleoplan, de Veranópolis (RS) são os novos empreendimentos que receberam concessão de Selo Combustível Social. Hoje, 13 empresas possuem a identificação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como produtoras de biodiesel que promovem a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio da geração de emprego e de renda aos agricultores familiares enquadrados nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Juntos, esses 13 empreendimentos possuem uma capacidade instalada total de 744,91 milhões de litros, beneficiando aproximadamente 64 mil agricultores familiares.

A Ponte di Ferro, embora estando no estado de São Paulo, possui 250 contratos com a agricultura familiar, todos no Mato Grosso do Sul. Esses contratos representam 1.440,41 hectares de soja e 779 hectares de girassol. Correspondem à contratação de 4.321,23 toneladas de soja e de 1.168,5 toneladas de girassol.

Já a Oleoplan possui 15 contratos com cooperativas de agricultura familiar, totalizando 146,6 mil toneladas de soja. Com a Barra Álcool, são 31 contratos com a agricultura familiar, totalizando 54.402 sacos de soja contratados (o equivalente a 3.264 toneladas).

Critérios e benefícios

Por meio do Selo Combustível Social, o produtor de biodiesel tem acesso a alíquotas de PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados, acesso a melhores condições de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a instituições financeiras credenciadas – Banco da Amazônia (BASA), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco do Brasil (BB) – ou, ainda, outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos com o Selo.

O Selo somente é concedido para os produtores de biodiesel que comprem, por meio de contratos, a matéria-prima da agricultura familiar em percentual mínimo de: 50% na região Nordeste e no Semi-árido; 10% nas regiões Norte e Centro-Oeste; e 30% nas regiões Sudeste e Sul. É exigida, ainda, a assistência técnica e a capacitação dos agricultores familiares por parte dos produtores de biodiesel.

Glicerina de biodiesel inunda mercado no país e derruba preços - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Empresas e Tecnologia - 02/05/2007

A formação do mercado brasileiro de biodiesel trouxe um desafio para indústrias de componentes químicos que têm como parte de seu portfólio a produção de glicerina. Somente neste ano, a produção pelas usinas deve chegar a 100 mil toneladas - quase dez vezes acima do que as indústrias químicas ofertam no país atualmente.

"A produção já é maior que a demanda. Dependendo do preço e da qualidade, o mais provável é que indústrias deixem de fabricar glicerina", diz Arrigo Miotto, gerente de vendas do Grupo Braido, um dos maiores produtores no país, apto a fazer 1,2 mil toneladas por ano.

A Fontana S.A, que tem capacidade para 6 mil toneladas/ano e detém as linhas de higiene pessoal Turma da Mônica, Iara e Font, deixou de produzir glicerina desde que as cotações começaram a despencar no país. "Os preços caíram 48% desde 2005. Não compensa mais extrair a glicerina. Preferimos comprar de outros produtores e fazer o refino", afirma o diretor Ricardo Fontana.

Segundo fontes ligadas às indústrias químicas, o preço médio da glicerina, que em 2005 chegou a R$ 3 o quilo, hoje sai entre R$ 1,60 e R$ 1,70. Nas regiões onde usinas de biodiesel operam, observa Miguel Biegai, analista da consultoria Safras&Mercado, o valor médio cai para R$ 0,60 a R$ 0,70 o quilo. "Muitas usinas preferem se livrar dos estoques de glicerina a qualquer preço, porque não está em seu foco de negócios."

De acordo com levantamento da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), a capacidade de produção da indústrias químicas é de 35,8 mil toneladas ao ano, mas a produção situa-se em torno de 12,9 mil, para um consumo anual de 13,5 mil toneladas. Desse volume, 48,9% são destinados à produção de cosméticos. Outros 14,5% são utilizados pela indústria farmacêutica, 11,9%, pelo setor de tintas e vernizes e o restante é vendido a outros segmentos.

A produção de biodiesel é feita a partir da mistura de nove partes de óleo vegetal ou gordura animal para uma de etanol. O processo produtivo gera em média, para cada metro cúbico (mil litros) de biodiesel, 100 toneladas de glicerina.

Conforme dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a produção de biodiesel neste ano já deve alcançar 1 bilhão de litros, o que significa que haverá 100 mil toneladas de glicerina. Tal volume, se não for direcionado a mercados específicos, poderá causar efeitos ainda mais drásticos nos preços e levar indústrias químicas a abandonar a produção da glicerina.

A Brasil Ecodiesel, que tem capacidade para produzir 800 milhões de litros de biodiesel por ano mas espera produzir 300 milhões em 2007, tem vendido a glicerina que produz (em torno de 30 mil toneladas) no mercado interno. Francisco Ourique, diretor comercial, diz que a empresa estuda fazer investimentos em uma bidestilaria para obter diferentes graus de refino da glicerina, com vistas à exportação. "Existem compradores para toda a produção. Se conseguirmos produzir seguindo as especificações dos importadores a um custo razoável, a idéia é exportar toda a produção", afirma Ourique.

A Granol, por sua vez, está utilizando a glicerina para geração de energia. A empresa possui duas usinas com capacidade total para 140 milhões de litros de biodiesel por ano, e no primeiro trimestre deste ano produziu 28 milhões de litros e 2,8 mil toneladas de glicerina. "A rentabilidade não estava compensando e por isso optamos por queimar a glicerina para gerar energia térmica", afirma Diego Ferrés, sócio-diretor da Granol.

A Petrobras, que conclui neste ano a construção de três usinas com capacidade para produzir 171 milhões de litros de biodiesel por ano e 17 mil toneladas de glicerina, desenvolve pesquisas para definir possíveis usos alternativos para o subproduto. "Uma das possibilidades em avaliação consiste em transformar essa glicerina em combustível. Outra será queimá-la, para gerar energia térmica", afirma Mozart Schmitt de Queiroz, gerente de desenvolvimento energético da Petrobras.

A glicerina é triálcool e pode ser transformada em etanol via processos químicos. O custo dessa transformação está em análise. A glicerina pode ser usada para fazer plástico biodegradável e em substituição ao sorbitol, açúcar usado como edulcorante e umectante em alimentos.

Acordo para biodiesel – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 02/05/2007

O Grupo Marchiori, de Piracicaba (SP), indústria produtora de plantas de biodiesel, assinou protocolo de intenções com a Unesp para pesquisas e desenvolvimento de tecnologias para a produção de biodiesel. O acordo prevê a instalação de planta-piloto para a produção de biodiesel na Unesp.

Até esgoto vira matéria-prima para biodiesel – Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 03/05/2007

"Doctor" Brown abastece o tanque de combustível de sua máquina do tempo com lixo. A cena de ficção científica do filme "De volta para o futuro", de Robert Zemeckis, já não está tão longe da realidade - pelo menos no que tange aos combustíveis. No Brasil, até esgoto vem sendo usado como matéria-prima para biocombustíveis.

No Rio de Janeiro, a Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae) mantém acordo com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para a conversão de parte do esgoto em biodiesel, carvão e biogás. O trabalho é fruto de pesquisas desenvolvidas pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação (Coppe) da UFRJ, desde 2002.

De acordo com Luciano Basto, pesquisador da Coppe, o esgoto que chega às estações de tratamento é dividido em uma parte líquida, escuma (formada materiais como gorduras e óleos) e o lodo. Da escuma, é extraída a gordura que, submetida a tratamento, é transformada em biodiesel. "Estima-se que a população despeja no sistema de esgotos até 500 milhões de litros de óleo por ano, e todo esse volume pode ser transformado em biodiesel", afirma Basto. Além da Cedae, outras companhias de esgotos negociam a implantação da tecnologia, que tem patente solicitada no Brasil e no exterior.

Já o lodo, diz ele, passa por um processo de secagem e aquecimento, a partir do qual se obtêm carvão e gás metano. O teor de metano chega a 70%. "Hoje a Coppe estuda formas de elevar esse teor para 86% porque, nesse nível, o metano alcança padrão para uso como gás veicular ou industrial."

Durante dois anos, pesquisadores da UFRJ também realizaram testes com o óleo residual da rede de McDonald's. A rede também faz parceria, desde 2001, com o Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Limpas do Departamento de Química da USP de Ribeirão Preto (Ladetel), para a reutilização de seu óleo como biocombustível em São Paulo. A rede francesa Carrefour é outra a manter parceria com o Ladetel para produção de biodiesel com o óleo residual de suas lojas no Estado de São Paulo - 7 mil litros por mês.

Em Brasília, O Laboratório de Materiais Combustíveis (LMC) da Universidade de Brasília (UnB) produz biodiesel a partir do óleo de fritura e estuda matérias-primas como andiroba, pequi e outras oleaginosas, típicas do Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Recentemente, a Refinaria de Manguinhos iniciou um programa para captar 4,5 milhões de litros de óleo de cozinha ao ano, com vistas à produção de biodiesel. A espanhola Entaban Ecoenergeticas e a austríaca Biodiesel International (BDI) também anunciaram há poucos dias intenção de investir construir usinas de biodiesel que adotarão como principal matéria-prima o óleo de cozinha.

As estimativas da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) são de que a capacidade de produção de biodiesel no país supere 1,8 bilhão de litros por ano neste ano. Existem 65 projetos de usinas (parte deles já concluídos ou em construção), somando uma capacidade total de 3,038 bilhões de litros por ano.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, a adoção voluntária da mistura de 2% de biodiesel em diesel já provocou redução da participação do diesel na matriz de energias veiculares de 54,5%, para 48,9% em 2006. E essa participação tende a recuar mais com a mistura obrigatória, a partir de 2008. (CB)

Mamona no Pontal – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 05/04/2007

A Brasil Ecodiesel, em parceria com Fetaesp e Contag (que representam agricultores), fecharam acordo para o plantio de 5 mil hectares de mamona na região do Pontal do Paranapanema (SP).

Estrutura para biodiesel – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 08/05/2007

A BR Distribuidora concluirá em julho mudanças em 64 unidades operacionais de diesel, para operar também com biodiesel. A empresa já adaptou 55 unidades, totalizando a venda de 680 milhões de litros por mês de biodiesel. Conforme a empresa, o percentual de adoção do B2 nas vendas totais de diesel saltou em um ano de menos de 1% para 57%, informou a Reuters.

Fiscalização ameaça 'soja responsável' - Bettina Barros – Valor econômico – Agronegócios - 10/05/2007

Criada oficialmente em novembro do ano passado com o objetivo de formular uma cartilha de "bons modos" para o setor de soja, a Mesa Redonda da Soja Responsável (RTRS, na sigla em inglês) deu nesta semana a partida para o que deverá ser seu maior desafio nos próximos anos: convencer grandes e pequenos produtores de que precisam cumprir suas obrigações sociais, ambientais e trabalhistas.

Formado por pesos-pesados como Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), Unilever, ABN Amro Real, Amaggi e WWF, o grupo deverá apresentar até 2009 uma cartilha de critérios socioambientais, na tentativa de regular globalmente um setor malvisto em alguns países. Estima-se que 95% dos produtores de soja brasileiros cometam algum tipo de ilegalidade.

O pontapé inicial foi dado ontem, em São Paulo, com a primeira Assembléia Geral que colocou à mesma mesa representantes da indústria, da sociedade civil e produtores de Brasil, Argentina, Paraguai, Holanda e Suíça. No encontro, foram eleitos o presidente do grupo - Christopher Wells, superintendente para riscos socioambientais do banco ABN Amro Real - e os 15 membros do conselho, representando igualmente todos os setores.

Iniciada com 10 membros, a Mesa Redonda já contabiliza 51 associados interessados em participar da iniciativa que ganhou força com a moratória da soja decretada em meados do ano passado, na qual grandes indústrias se comprometeram a não comprar mais soja oriunda de áreas de desmatamento da Amazônia.

"A preocupação tem crescido muito", diz Wells, do ABN Real. "O call center da Unilever na Europa recebe todos os dias pelo menos um telefonema de alguém perguntando de onde vem a soja que está em seu produto".

Apesar das boas intenções e do discurso afinado - o de que vivemos em uma nova era na qual os sojicultores precisam se adequar -, ainda pairam dúvidas em relação à realidade no campo. A principal delas é a fiscalização, hoje quase que inteiramente nas mãos das próprias indústrias.

"Há só três grupos de soja certificados: Imcopa, Caramuru e Amaggi", diz Augusto Freire, CEO da Cert ID, certificadora agrícola com sede em Porto Alegre. "As multinacionais são resistentes".

Segundo Afonso Champi, diretor de assuntos corporativos da Cargill, maior agroindústria do mundo, a auditoria está entre os temas de debate da Mesa Redonda da Soja Responsável. "Cada um tem o próprio método de monitorar fornecedores. Mas uma das discussões é se uma terceira parte independente deveria fazer isso", diz Champi.

Outra questão levantada é sobre a entrada de players importantes à Mesa Redonda, como os Estados Unidos. "Os americanos vieram e só olharam", diz Wells.

Para Carlo Lovatelli, da Abiove, o "grande drama" é incluir grandes consumidores no grupo, sobretudo a China. "É muito importante que o debate seja globalizado, não dá para ser um debate entre Brasil e Europa", diz. "A entrada da China é uma questão de tempo. A médio prazo isso vai convergir para uma especificidade da demanda mundial."

Ver mais em www.responsiblesoy.org

Selecta fará aporte em Minas – Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - De São Paulo

A Sementes Selecta, exportadora de soja sediada em Goiânia (GO), assinou protocolo de intenções com o governo de Minas Gerais para a instalação de uma esmagadora e uma central de armazenagem em Araguari, no Triângulo Mineiro. Conforme informou a empresa, a construção das unidades terá início neste ano e o investimento total será de R$ 100 milhões. Esse é o primeiro investimento da Selecta fora de Goiás.

A esmagadora produzirá óleo, farelo e lecitina de soja e terá capacidade para processar 600 mil toneladas de grãos por ano. A expectativa da empresa é inaugurar a unidade já no próximo ano e atingir a capacidade total até 2011. A empresa preferiu não informar sua receita bruta atual, mas disse que a expectativa é faturar, com a nova unidade, R$ 200 milhões já no primeiro ano de operações.

A Selecta foi criada em 1984 e focava o beneficiamento de sementes. A partir de 1991 a empresa se voltou para a soja. Hoje, o grupo produz farelo, óleo e lecitina e destina parte da soja que origina a exportação e ao mercado interno. A empresa tem capacidade para processar 100 mil toneladas de soja por ano e espaço para armazenagem de 700 mil toneladas de grãos. A empresa cultiva em áreas próprias 4,6 mil hectares de grãos em Goiás e compra produção de 3 mil produtores locais. A Selecta também opera com outros grãos, como milho e trigo. (CB)

Brasil Ecodiesel amarga perdas no 1º trimestre – Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 14/05/2007

A Brasil Ecodiesel encerrou o primeiro trimestre com prejuízo de R$ 526 mil. Em todo o ano de 2006, a empresa teve prejuízo de R$ 38,092 milhões. A empresa não forneceu dados do primeiro trimestre de 2006. Ricardo Vianna, diretor da empresa, associou o resultado a investimentos em novas fábricas, à redução das margens por conta da alta no óleo de soja (principal matéria-prima) e aos atrasos na entrega à Petrobras.

De 36 mil metros cúbicos previstos para entrega no período, 9 mil serão distribuídos ao longo do ano. "Houve um estrangulamento na capacidade de retirada do combustível pela Petrobras, mas agora a entrega deve ser normalizada".

Ainda assim, a empresa elevou o volume de entregas em 103%, comparado ao trimestre anterior. A receita líquida atingiu R$ 48,3 milhões, 102,2% acima do obtido no intervalo anterior. A expectativa para o segundo trimestre é entregar 100 mil metros cúbicos.

Para o ano, a empresa prevê entregar 466 mil metros cúbicos e ampliar a sua capacidade dos atuais 285 mil metros cúbicos para 800 mil, com a inauguração de usinas em Rosário do Sul (RS), Itaqui (MA) e Porto Nacional (TO).

A Brasil Ecodiesel também planeja instalar uma usina em Dourados (MS) no segundo trimestre e concluir aporte em unidade de tancagem no porto de Pecém (PE). Os investimentos para 2007 serão de R$ 180 milhões. A empresa também espera iniciar vendas à Europa este ano. Até 2010, a meta é exportar até 20% da produção. (CB)

Palma nas alturas – Valor Econômico – Agronegócio – 15/05/2007

A forte demanda para a produção de biodiesel levou os preços do óleo de palma ao maior patamar dos últimos oito anos na bolsa de Malásia na sexta-feira, informou o Financial Times.

ETANOL

Modelo alternativo para pequena produção deve ser construído, diz especialista – CNA - (16/05/2007)

Dados da Secretaria de Agricultura Familiar do Governo Federal revelam que 8% da produção total de cana-de-açúcar são provenientes da agricultura familiar, e que 76% dos estabelecimentos enquadrados nesse parâmetro produzem cana. O coordenador geral de Açúcar e Álcool do Ministério da Agricultura (Mapa), Alexandre Strapasson, explica que a baixa participação dos agricultores familiares na produção da cana-de-açúcar é reflexo das características que a commoditie possui.

“A cana-de-açúcar concentra um curso marginal decrescente, onde a rentabilidade está associada à produção em larga escala. Por isso um modelo de unidade industrial de

pequena produção deve ser profundamente analisado para ser construído, e seu sucesso está associado à implantação de cooperativas", comenta Strapasson.

O assunto será tema do I Seminário de Tecnologia para a Pequena Produção de Álcool (Tecppa), a ser realizado nos dias 21 e 22 na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília. Strapasson, que será um dos palestrantes do evento, destaca que a produção sucroalcooleira é determinada pelas características da cana, por isso a viabilidade de projetos para pequenos produtores e agricultores familiares deve ser estudada como estratégia alternativa, e não como alteração do formato atual.

"Aumentar o volume de álcool produzido não impacta muito no custo de produção de uma usina de grande porte, em função da demanda crescente pelo produto e dos aspectos que envolvem o processo, pois quanto maior a escala de produção, menor o custo. Mas para colocar uma pequena unidade industrial em funcionamento é necessário um alto investimento e uma análise profunda de viabilidade técnica e estratégica para implantação", alertou Strapasson.

O coordenador afirmou também que embora seja um grande desafio construir um formato alternativo para pequenas unidades industriais de álcool, a definição deste modelo poderá fazer com que o Brasil exporte tecnologia para países onde a produção alcooleira esteja em fase inicial. "Com a consolidação de um projeto tecnológico para pequenas destilarias, o Brasil poderá exportar este modelo para países da África e da Ásia, onde o mercado ainda não está consolidado", destacou.

Dores do crescimento - Moacyr Castro - Estado de São Paulo – Agrícola – 02/05/2007

Faltam trabalhadores e máquinas para colher os mais de 6 milhões de hectares com cana desta safra

Podem faltar braços e máquinas para colher cana-de-açúcar, que nesta safra ocupa 6,4 milhões de hectares, desde o Sudeste até a mais distante fronteira agrícola. "Só 35% dos operadores e encarregados de manutenção podem se considerar ao menos semiqualificados. Se uma colhedora enguiça, raros sabem consertá-la. Máquina quebrada no campo pode parar um navio de açúcar no porto", compara o administrador de empresas de aluguel de máquinas Gercy James Soares, há mais de 30 anos no setor, membro da equipe que fez as primeiras colhedoras de cana crua do País, em 1993. "Hoje, para cortar cana é preciso ter noção de mecatrônica, computação e chips."

Os programas de treinamento devem transformar camelôs, serventes de pedreiro, ajudantes de supermercado, balconistas, professor primário em motoristas categoria 'C', para caminhões pesados, tratoristas, motoniveladoras, empilhadeiras, carregadoras, plantadoras e colhedoras de cana. "É como saltar da bicicleta para comandar um Boeing. A

colhedora, que leva até seis meses para ficar pronta, custa quase R$ 1 milhão; o 'challenger', com esteira de borracha para não compactar o solo, mais de R$ 650 mil. Cada homem levará três safras para conseguir rendimento total da máquina", diz Soares.

Quem não contratou nem comprou máquinas até agora não fará plenamente a safra 2008/2009, prevê o diretor agrícola da Usina São Francisco, de Sertãozinho (SP), Fernando José Balbo, há mais de um ano treinando funcionários para a nova unidade do grupo, em Uberaba (MG). A primeira safra será só em 2008, mas cinco colhedoras já estão compradas. As escolas técnicas estão defasadas e são poucas para acompanhar a demanda.

Também não é fácil encontrar bóia-fria. Perto da realidade de 15 anos atrás, quando a mecanização começou a reduzir a migração, o contingente que vem do Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas, é muito pequeno. Agora, é substituído por grupos menores vindos do Maranhão e do Piauí.

Sílvio Palviqueires, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto, há 16 anos na vida sindical, é do tempo em que não aconteciam as mortes anunciadas nos canaviais paulistas - 19 em três anos - e não se arrisca a apontar as causas. Se dedica mais a orientar os novatos: "Acham que podem sair às ruas com peixeiras; não entendem que é proibido. É preciso treiná-los para um trabalho quase estranho. Cortar cana pode ser mais jeito do que força, mas cansa."

Enquanto a mecanização cortou 46,5% da mão-de-obra na colheita do café no Estado de São Paulo entre 2000 e 2005, na região de Ribeirão Preto, entre 1993 e 2007, a cana diminuiu o contingente em 55%, segundo estimativa dos usineiros. Os dados sobre a cafeicultura são do Instituto de Economia Agrícola. Segundo o professor de economia Vicente Golfeto, da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, a mecanização promove a nova realidade econômica - reduz custos de produção e, na outra ponta, os preços nas prateleiras. "Não há mais guerra só entre capital e trabalho, porque quem ganha, de verdade, não é o empresário nem o trabalhador, mas o consumidor. Enquanto o economista quer saber quanto custa, o político ainda quer saber a quem interessa."

A última safra colhida totalmente com a mão foi a de 1992/1993. A região de Ribeirão Preto recebeu então, 60 mil bóias-frias. Na safra que começou no mês passado, a mecanização ocupa 65% dos canaviais. Os outros 35% (44 milhões de toneladas) serão colhidos por 27 mil trabalhadores.

Tecnologia nacional pode chegar ao controle remoto - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/05/2007

Ciclo de mecanização se fechou há nove anos, com o lançamento da plantadora de cana. No futuro, elas serão movidas por controle remoto

Luís Antônio Ribeiro Pinto, o "professor Pardal" do setor canavieiro e proprietário da Santal Equipamentos, hoje presidida pelo filho, Arnaldo, e Homero Corrêa Arruda Filho,

vice-presidente do Grupo São Martinho, que fundou a Engeagro, pesquisaram de 1969 a 1993 o jeito certo de fazer uma colhedora para a cana brasileira. As importadas (alemãs, americanas e australianas) não agüentam nossa cana gorda, que 'embuchava' engrenagens e cilindros.

Arnaldo diz que falta de gente como agora, só em 1982, quando o Plano Cruzado levou quase todos para a construção civil. Ano passado fabricou 13 colhedoras; este ano já fez 30. Uma frente de corte (quatro colhedoras, quatro caminhões de transbordo por máquina e dois tratores) trabalha 24 horas por dia, colhe 2.500 toneladas e faz o serviço de 300 homens. Custa R$ 6 milhões.

Mesmo assim, Arnaldo observa que a cadeia produtiva da cana-de-açúcar brasileira é a mais barata do mundo. Com a plantadora de cana, lançada há nove anos, fechou-se o ciclo da mecanização. Ela dá conta do trabalho de 150 homens.

Gercy James Soares, da Shark Multi Rental, aposta que em cinco anos boa parte da colheita mecanizada será movida por controle remoto, sem homens nas máquinas. Com colhedoras para alugar desde o início da safra, precisava de 120 homens qualificados. Nos últimos quatro meses conseguiu apenas dois.

DO PODÃO AO CHALLENGER

Esse cenário ampliou os horizontes de Roberto Carlos Prata, nascido há 40 anos em Altinópolis. Até os 23 cortou cana. Aí, entrou como aprendiz no curso de operadores de máquinas, exclusivo para trabalhadores rurais da Usina da Pedra: trator pequeno, trator médio, trator grande e... o 'challenger', imponente trator de esteira de borracha, utilizada no preparo da terra. Faz tudo: ara, gradeia, subsola e aplica defensivos.

É silenciosa e tem ar-condicionado. O salão é tão limpo que Roberto Carlos trabalha de meias e ouve música. Ele estudou até a quinta série e tudo o que aprendeu depois foi na usina. Aos 28, já era monitor do curso. Formou mais de 70 operadores e mecânicos, incluindo o próprio filho. Nunca precisou reprovar ninguém, mas confessa: "Antigamente o pessoal era mais de 'garrá' no serviço; hoje a gente tem de ensinar até a ser firme", compara.

Nesse programa já entraram 130 bóias-frias que saíram operadores. Alguns até se aposentaram. A usina vai às escolas de Serrana buscar meninos e meninas, antes que eles escolham a rua como meio de vida, para entrar no programa "Jovem Aprendiz", em parceira com o Senai da cidade. Passam a manhã na usina, muitos conhecendo de perto as máquinas em que os próprios pais trabalham.

Em dois anos serão técnicos em manutenção agrícola e industrial, montagem de caldeiras, usinagem de peças e mecânicos automotivos. À tarde recebem aulas teóricas no Senai. Esse treinamento começou há seis anos e já são 28 formados trabalhando na empresa. Ganham salário mínimo, são registrados e estudam por dois anos.

Usinas estão treinando maquinistas – Moacyr Castro - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/05/2007

Desde o lançamento do Proálcool em 1975, as usinas intensificaram os programas de treinamento. Rinaldo Capitelli, há 21 anos treina profissionais especializados na Usina da Pedra. Ele é o gerente dos programas e até hoje utiliza o que aprendeu na Escola de Artes Industriais da própria usina. Segundo ele, todo ano a empresa investe aproximadamente R$ 850 mil em três programas de capacitação.

Para os jovens do interior paulista, pelo menos nessa área, é a realização de um sonho. Rosemar Carmona terminou o segundo grau em Nova Independência, extremo oeste de São Paulo, onde a Usina da Pedra, de Serrana, na região de Ribeirão Preto, constrói a Usina Ipê. Foi selecionada com mais 90 colegas de sua região para estagiar no laboratório de química, com ênfase em açúcar e álcool. Outros treinam nas máquinas agrícolas e industriais.

'Estava perdida. Meu pai morreu, minha mãe é cozinheira e sou a penúltima de sete filhos. A usina me colocou num ônibus com colegas de 17 cidades, pequenas e sem oportunidades, e nos trouxe para cá.' Às 6h50, Rosemar já está no laboratório, levada de ônibus. Tem uma hora de almoço, trabalha até 16h30 e às 19 horas, vai para a aula teórica, no programa de parceria com curso de Química da Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp). A cada três fins de semana, todos voltam para o oeste do Estado, para visitar a família. Recebem ajuda de custo de R$ 495, mais alojamento, plano de saúde, alimentação e transporte.

A turma se forma em junho de 2008, quando começam a trabalhar na Usina Ipê. Para Rosemar, uma experiência que significa oportunidade de 'educação, trabalho, dinheiro e futuro'.

Cana avança e criador se adapta - Beth Melo - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/05/2007

Pacote para enfrentar a concorrência inclui uso de tecnologia, migração para outras regiões e criação intensiva

O avanço da cana-de-açúcar sobre as áreas de pastagem tem obrigado os criadores de gado de corte a buscar saídas para manter a competitividade da atividade. Entre as alternativas estão a intensificação da pastagem, a utilização de tecnologia, o melhoramento genético e a migração da criação para outras áreas, como Norte e Nordeste.

O Grupo Jacarezinho, que há mais de 20 anos cultiva cana em Valparaíso (SP), está transferindo a parte de pecuária para o oeste baiano. No município paulista, está construindo uma usina que entrará em operação em 2008.

A migração do rebanho começou em 2004 e deve terminar em 2010, quando todas as 40 mil matrizes do projeto deverão estar na Bahia. Segundo o diretor do grupo, Ian Hill, até o momento, cerca de 40% do rebanho já foram transferidos.

De acordo com Hill, a valorização da cana como matriz energética tornou viável a cultura em São Paulo e agregou valor às terras. 'A mudança do rebanho está sendo vantajosa.Ficamos mais perto do Pará, Tocantins, Goiás e da Bahia, onde estão alguns dos nossos grandes clientes', diz. 'Nosso negócio até melhorou, mantivemos os clientes tradicionais e ampliamos a carteira.'

PRESSÃO POSITIVA

Segundo Leonardo Alencar, zootecnista e consultor da Scot Consultoria, não só a cana, mas a agricultura tem avançado sobre a pecuária por causa da crise que o setor passou nos últimos anos. 'Além da melhor rentabilidade, o cenário interno e externo é mais favorável para a cana', diz, acrescentando que a pressão da cana em São Paulo tem outro agravante: o aumento do custo da mão-de-obra para o pecuarista.

No entanto, Alencar observa que a pressão da agricultura sobre a pecuária tem um lado positivo. 'Está incentivado o pecuarista a utilizar tecnologia e genética e a produzir de forma mais intensiva para melhorar a rentabilidade.'

Na análise do consultor, a pecuária está recuperando as perdas dos últimos anos e a pressão da cana deve empurrar a criação para regiões onde o custo de produção é mais baixo e a onde concorre menos com a cana, que deve ficar mais próxima das usinas, em São Paulo, Triângulo Mineiro, noroeste do Paraná, sul de Goiás e leste de Mato Grosso do Sul. Já a pecuária, diz, está caminhando para o Norte do País, com destaque para Rondônia. 'Há uma vantagem de produzir o gado no Norte, a criação é a pasto, o que está de acordo com o marketing da boi de capim ', destaca.

Para Alencar, é possível aumentar a produtividade, sem avançar sobre a floresta amazônica. 'O País pode crescer em produção sem desmatar uma árvore sequer, basta aumentar a capacidade de suporte das pastagens, melhorar a tecnologia e a genética.'

O desafio da integração cana-pecuária - João Sampaio* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/05/2007

*João Sampaio é secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Estabeleceu-se uma histeria coletiva em dois fronts da agricultura: os favoráveis à cana e os apoiadores da pecuária. Mas pertenço a um terceiro grupo: dos que defendem a integração cana-pecuária. Quando são analisados os números do avanço canavieiro e os custos e lucros dos pecuaristas, muitos acham que sou um sonhador. Mas não. A

agropecuária moderna se faz com integração, gestão das propriedades e análise de riscos futuros.

Com a febre do etanol, muitos acreditam que a vocação brasileira de grande fornecedor de proteína animal está ameaçada, sobretudo em São Paulo, com ocupação do solo no limite, e nas novas fronteiras do álcool como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, onde a pecuária extensiva é mais empregada. A cana também é declarada invasora de áreas de grãos no norte do Paraná e no sul de Minas Gerais. Porém, a pecuária que vem se transformando - e caminha para a criação intensiva e tecnologicamente desenvolvida - está em franca ascedência. Ganhamos em produtividade e agregação de valor o que perdemos em espaço.

É preciso, porém, clarear alguns números. Em São Paulo temos 22 milhões de hectares de terra cultivada. Destes, 9,7 milhões de hectares com pastagens, uma redução de 3,06% entre 2005 e 2006 como apontou o Instituto de Economia Agrícola, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. O rebanho paulista, segundo levantamento de novembro de 2006, é de 12,65 milhões de cabeças.

A cana ocupa 4,3 milhões de hectares, conforme estimativa de safra da Secretaria, computando áreas em produção, de 3,5 milhões de hectares, e 823 mil hectares de áreas novas, que na safra 2005/2006, teve crescimento espantoso, de 49,45% em relação ao ano anterior.

Mas em substituição a que atividade agrícola a cana vem crescendo? Justamente sobre pastagens degradadas e, em algumas regiões, sobre áreas de grãos. No noroeste paulista, nos próximos cinco anos devemos alcançar 1,2 milhão de hectares com cana, com previsão de instalação de 39 novas usinas. Em cinco anos, no Estado, serão 6 milhões de hectares. Não crescerá muito mais que isso. Ainda assim, mesmo com a explosão na ocupação, a pecuária paulista continua forte. Como, muitos perguntarão.

Vejamos os dados. A área paulista de pastagem diminuiu 3,06% em 2006, para 9,77 milhões de hectares, mantendo a tendência de ceder área principalmente para a cana-de-açúcar. A verticalização da produção de carnes se produz pelo crescimento dos confinamentos em São Paulo. O Brasil tem um potencial enorme, pois só de 5% a 6% do abate formal vem de confinamento. A pecuária vai bem, portanto. Quem vai mal é o pecuarista.

A rentabilidade atual da cana é imbatível e não há como impedir a migração de atividade pelo produtor paulista. Mas a máxima 'todo bom pecuarista é um bom agricultor' - e acrescento o vice-versa - aplica-se mais do que nunca ao que estamos vivendo. O produtor/criador não deve apostar tudo na cana, o conhecimento amealhado e o patrimônio genético, de máquinas e implementos agrícolas não devem ser colocados de lado quando avaliada a rentabilidade. Aproveite os preços da cana, mas diversifique as áreas da fazenda com alta declividade com pastagem intensiva, aproveite o crescimento da ovinocultura e caprinocultura. Plante seringueira e, em áreas de clima ameno, a fruticultura é uma opção melhor. Muitos vão dizer, 'é fácil falar, mas na ponta do lápis, a coisa muda.' Até concordo, mas a agricultura é cíclica.

Como São Paulo está contribuindo para crescermos na produção de combustíveis renováveis de forma sustentável e ainda continuarmos a ser liderança na produção de proteína animal, grande exportador de carne bovina?

Neste ponto o envolvimento da pesquisa da Secretaria de Agricultura são os indutores e devem focar ainda mais os seus trabalhos. As provas de ganho de peso e a pesquisa com gado nelore liderada pelo centenário Instituto de Zootecnia, além do trabalho na área de cana forrageira do Instituto Agronômico, assim como os recentes lançamentos de sorgo pela Cati (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) têm garantido a reformulação tecnológica constante na busca de melhora na alimentação animal e no ganho genético.

Temos ainda o Instituto de Economia Agrícola e universidades capacitadas a realizar avaliações de impacto e diagnósticos sobre a expansão da cana, no suporte ao planejamento governamental de ocupação. O governador José Serra já incumbiu as Secretarias de Agricultura e de Meio Ambiente a atuarem em diálogo permanente com os representantes das organizações de produtores, fornecedores e trabalhadores do setor para que São Paulo, maior produtor de cana, açúcar e álcool do País, estabeleça os caminhos para produção competitiva nos padrões internacionais.

Tudo isso está em exposição pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento na Agrishow Ribeirão Preto.

Faltam trabalhadores? Boa notícia! - Roberto Macedo* - Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 03/05/2007

A edição de ontem do suplemento Agrícola, deste jornal, teve como matéria de capa uma boa notícia, intitulada O nó da safra - usineiros alertam: não há braços nem máquinas para colher os 6,4 milhões de hectares de cana.

É boa porque mostra que os investimentos no setor ampliaram a demanda por mão-de-obra. E é boa também porque, em Economia, quase toda escassez se resolve via preços. No caso dos trabalhadores, é só pagar mais que aparecerão. Assim, abre-se a perspectiva de maiores salários num setor até aqui estigmatizado pelas difíceis condições de trabalho dos cortadores de cana, também conhecidos como bóias-frias.

A resposta da oferta nem sempre vem imediatamente, pois varia, caso a caso, o tempo de resposta a preços ou salários maiores. A notícia trata principalmente de trabalhadores mais qualificados, como operadores de colheitadeiras de cana. Nesse caso, o treinamento tomará algum tempo, inclusive no próprio trabalho. “Cada homem levará três safras para conseguir um rendimento total da máquina”, disse um entrevistado. Com o treinamento, haverá os que deixarão a condição de bóias-frias.

Segundo a notícia, estes também estão difíceis de encontrar. Eu acrescentaria: ao preço ou custo que os usineiros estão acostumados a pagar. É só pagar mais e/ou buscar mais longe que serão encontrados, pois no Brasil ainda há muitas pessoas dispostas a cortar cana, desde que isso lhes traga um ganho superior ao auferido nas regiões de sua origem, nos empregos de que lá dispõem. Isso, se estiverem empregados, pois há também os desempregados e os que se sustentam por si mesmos na chamada produção de subsistência.

É uma notícia setorial ligada ao grande desenvolvimento da produção de cana, agora empurrada por grandes expectativas quanto ao desenvolvimento do mercado de etanol, o que amplia os investimentos no setor. Mesmo setorial, serve de exemplo do papel dos investimentos na geração de produção adicional e mais empregos. O ideal seria que investimentos bem maiores se generalizassem, alcançando a economia como um todo, pois só assim teríamos de fato um espetáculo de crescimento, levando também à melhoria da qualificação e dos rendimentos dos trabalhadores.

Em 1973, no final de um ciclo de seis anos em que a economia brasileira teve um crescimento "chinês", pois comparável às taxas acima de 10% ao ano que a China mostra hoje, surgiram em São Paulo notícias de uma "crise de escassez de mão-de-obra". Como hoje na região e no setor cobertos pela reportagem, os empresários falavam em "crise" porque não mais encontravam trabalhadores aos mesmos salários que vinham pagando. Para estes últimos, era uma "crise" a comemorar. Logo em seguida, as taxas de crescimento caíram e ao final da década o Brasil ingressou no período de taxas medíocres que perduram até hoje. Houvesse continuado o crescimento "chinês", grande parte dos problemas sociais brasileiros teria desaparecido com a valorização da mão-de-obra, mesmo de menor qualificação.

A teoria econômica e suas evidências empíricas deixam claro que, se uma economia como a brasileira não crescer mais aceleradamente, a melhoria dos salários será limitada pela ainda enorme quantidade de pessoas dispostas a trabalhar por rendimentos irrisórios. Um dos pioneiros de modelos econômicos nessa linha foi W. Arthur Lewis, agraciado com o Prêmio Nobel da área, em 1979.

Nesse quadro, políticas redistributivas, como a expansão do programa Bolsa-Família e das aposentadorias vinculadas ao salário mínimo, priorizadas pelo presidente Lula no seu primeiro mandato, servem só como paliativo. Elas não integram as pessoas no processo produtivo, com rendimentos do próprio trabalho, e há também o risco de ficarem dependentes do governo, desinteressadas em buscar outros rendimentos por falta de oportunidades adequadas.

Os investimentos em formação bruta de capital fixo (em novas fábricas, fazendas, infra-estrutura, hospitais e tudo o mais que produz bens e serviços) são o que gera essas oportunidades, como o demonstra a notícia. É preciso fazer com que surjam com força também em outros setores e regiões, inclusive com o governo expandindo seus investimentos, hoje ínfimos diante da enorme carga tributária que impõe à sociedade.

Entretanto, o Brasil continua investindo muito aquém do necessário para crescer mais rapidamente. Os últimos dados divulgados pelo IBGE, das Contas Nacionais

reformuladas, revelaram que o País investe apenas ridículos 16% do seu PIB, taxa inferior até mesmo às de países desenvolvidos, que não precisam crescer tanto como o nosso. Já os países em desenvolvimento que crescem bem mais que o Brasil, como a Índia, mostram taxas acima ou mesmo perto de 30% do PIB, enquanto a China alcança um número próximo de 40%.

Com seu Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), parece que o presidente Lula finalmente se convenceu da necessidade de investir mais, fazendo desse plano a bandeira do seu segundo mandato. Contudo, o PAC é muito limitado nas suas medidas para expandir investimentos públicos, bem como para criar um clima adequado a que o setor privado amplie fortemente os seus. Em particular, falta um ataque incisivo à carga tributária elevada, à contínua expansão dos gastos públicos e um empenho efetivo em reformas voltadas para aspectos institucionais que dificultam os investimentos em geral e a expansão do emprego, como na área trabalhista e previdenciária.

Assim, a notícia que vem dos canaviais é boa. Ótima seria uma que viesse de Brasília, de medidas suficientemente fortes e amplas para levar a uma escassez de mão-de-obra de alcance nacional.

**Roberto Macedo, economista (USP) com doutorado pela Universidade Harvard (EUA), pesquisador da Fipe-USP e professor associado à Faap, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda*

Mecanização traz nova praga à cana – Niza Souza -Estado de São Paulo – Suplemento Agrícola – 09/05/2007

A população da cigarrinha-da-raiz, antes controlada pela queima, aumenta. Pesquisa sugere controle biológico

À medida em que crescem as áreas de cana com colheita mecanizada, aumenta também a incidência da cigarrinha-da-raiz, praga até então pouco vista nas lavouras. Para combatê-la, o Instituto Biológico, órgão da Secretaria de Agricultura de São Paulo, desenvolve há sete anos o programa de controle biológico da praga, por meio do fungo Metarhizium anisopliae. Os resultados têm animado pesquisadores e produtores, principalmente em função da economia.

'Nas áreas de colheita de cana crua, a cigarrinha é a principal praga hoje', diz o pesquisador José Eduardo Marcondes, que é coordenador do programa. Com a previsão de extinção das queimadas, que estão sendo reduzidas gradativamente, tem aumentado a preocupação com a população da praga.

De acordo com dados do instituto, entre 2002 e 2004 foram usadas cerca de 3 mil toneladas de bioinseticidas para tratar uma área de aproximadamente 390 mil hectares. Isso gerou uma economia de R$ 97 milhões com gastos em controle. O custo da aplicação de inseticida químico chega a ser cinco vezes maior comparado ao biológico. 'Além disso, o defensivo químico protege a cultura apenas na safra em que foi usado. No ano seguinte a praga volta ainda pior', explica Marcondes. 'O fungo, embora não acabe com a praga, reduz significativamente a população e o produtor consegue conviver sem prejuízos.'

ECONOMIA GARANTIDA

O agrônomo da Usina São João, em Araras (SP), Fernando Palma, adotou o manejo com o fungo em 2001, quando a cigarrinha surgiu nas áreas onde a colheita foi mecanizada. 'Conseguimos manter a população abaixo do nível de dano econômico. Não temos prejuízos com essa praga', garante Palma. A cigarrinha, destaca, é uma praga nova, porque só aparece quando não há queima. 'Como o corte cru é recente, e vem aumentando, o aparecimento da praga também está crescendo. O ambiente está favorável para ela.'

Algumas indústrias, como a São João, investem na instalação do laboratório para produzir o fungo M. anisopliae. O investimento é alto, em torno de R$ 150 mil para instalação de um laboratório com capacidade para produzir 7,5 toneladas de bioinseticida por mês. Em média são necessários 5 quilos por hectare do produto para que o controle seja eficiente. 'Para nós compensa porque reduz nosso custo de produção', diz Palma.

Entretanto, para pequenos produtores o investimento é considerado alto. Mas já há 13 empresas que produzem e comercializam o bioinseticida.

INFORMAÇÕES: Tel. (0--19) 3252-2942

Seca no verão afeta café em Minas - Fernanda Yoneya – Estado de São Paulo – Suplemento Agrícola – 09/05/2007

Cafeicultores da Zona da Mata que ainda resistem tentam se proteger com medidas para ‘esfriar’ o ambiente

O produtor Sérgio Cotrim D'Alessandro, que cultiva café em Manhumirim, na Zona da Mata mineira, ainda busca explicação para um período de seca atípico ocorrido no início de 2006. 'Entre janeiro e fevereiro ficamos 45 dias sem chuvas. Esse fenômeno alterou o ciclo das plantas', conta. A estiagem inesperada atrasou a florada do seu cafezal, instalado na Fazenda Bom Sucesso, de 60 hectares, e não só prejudicou a safra que estava no pé, como também a que está sendo colhida agora. 'Afetou a uniformidade e a qualidade dos grãos.'

A explicação, diz o chefe-geral da Embrapa Informática Agropecuária, Eduardo Delgado Assad, pode estar relacionada ao aquecimento global. 'Há a possibilidade de que, com o aquecimento, fenômenos meteorológicos extremos como esse ocorram com maior freqüência', justifica. A Embrapa, junto com o Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (Cepagri), da Unicamp, simulou o impacto na agricultura do aumento de temperatura previsto pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

O professor Carlos Cerri, do Centro de Energia Nuclear na Agricultura da USP (Cena), confirma: 'O aquecimento global pode ocasionar uma mudança climática e causar eventos extremos, como chuvas muito fortes ou secas muito pronunciadas.'

AO ALCANCE DO PRODUTOR

Assad diz que, embora o cenário seja preocupante para a atividade agrícola - sobretudo para o café (Veja reportagem ao lado) -, o produtor pode atenuar os efeitos adotando 'medidas mitigadoras', que estão ao alcance de qualquer produtor. 'Integração lavoura-pecuária, proteção do solo, preservação de nascentes, adoção de sistemas agroflorestais e conservação da biodiversidade ajudam a reduzir as emissões de gases', sugere.

Na Fazenda Bom Sucesso, tais práticas são seguidas à risca (Veja quadro). Com o solo coberto, D'Alessandro calcula que a incidência solar na terra caia de 60% para 25%. A propriedade tem ainda 35% de reserva legal averbada em cartório e ele economiza 30% em fertilizantes utilizando a palha de café, que seria queimada, como adubo.

O vizinho de D'Alessandro e cafeicultor Jair Martins de Souza, que possui 17,5 hectares, também está se protegendo. Ele diz que teve perdas nos últimos dois anos por causa da seca de 2006 e por chuvas atípicas na época da florada. Com a ajuda do filho, William, arborizou 12,5 hectares com o plantio de cedro australiano, eucalipto, frutíferas (bananeiras, goiabeiras e mamoeiros), ingá, teca e mogno africano. 'As árvores refrescam o ambiente e servem de quebra-vento, ajudando a controlar a phoma, fungo favorecido por alta umidade e vento.'

Outro produtor, Antônio José Junqueira Villela, das Fazendas Santa Inês e São Benedito, em Carmo de Minas, diz que em 20 anos na atividade nunca foi tão perceptível a irregularidade de chuvas na região. 'Estão muito mal distribuídas. Em janeiro choveu cerca de 800 milímetros, e, em fevereiro, não passou de 70 milímetros', observa Villela, que possui área de 175 hectares.

Esse desequilíbrio favorece o aparecimento inesperado de doenças, aumentando as despesas do produtor. 'Ácaros e fungos antes controlados reaparecem.' Para reduzir esse risco, Villela deixa a lavoura arborizada naturalmente, com cedro, jacarandá e outras espécies comuns da região.

EFEITOS

O pesquisador Paulo Henrique Caramori, do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), diz que é natural a planta reagir a condições climáticas extremas. 'Se houver muito calor na florada, pode haver abortamento das flores. Excesso de calor também causa distúrbios na planta e afeta a formação dos frutos e o sabor da bebida.'

D'Alessandro diz que além da seca anormal em 2006, houve aumento sensível na temperatura média da região, o que afetou sobretudo lavouras cultivadas em áreas mais baixas da Zona da Mata. 'Como minha fazenda está a 800 metros, não sofro tanto. Mas quem está a 500 metros ou menos já está trocando o café por gado e eucalipto', conta o produtor. Na Zona da Mata mineira, onda há 350 mil hectares ocupados com café, a temperatura cai 0,7 grau a cada 100 metros a mais de altitude.

O debate crucial dos próximos anos - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Nacional – 11/05/2007

Quem esteja acompanhando minimamente o noticiário sobre mudanças climáticas sabe que a questão central dos próximos anos e décadas no mundo e no Brasil será a energia - que fontes vamos usar, que vantagens e conseqüências negativas pode ter cada uma delas. O caso do etanol, o álcool da cana-de-açúcar, é uma dessas questões que já ocupam largo espaço na comunicação.

Terá o etanol impacto inflacionário (Estado, 7/5), como temem analistas do Banco de Compensações Internacionais, por aumentar a demanda de milho (ou de cana) e a escassez de terra para outros alimentos? Exigirá a Europa certificação do etanol brasileiro, para evitar ocupação de áreas do Pantanal e da Amazônia pela cana (Estado, 17/4)? Falta-nos um marco regulatório para essa área, como afirma o ex-embaixador nos Estados Unidos Rubens Barbosa (24/4)? A expansão da cana voltou a aumentar o preço das terras e a expulsar para mais longe culturas de alimentos e pecuária (15/4)? O etanol usado como combustível é um risco para a saúde humana (Stanford Report, 15/2)? É insalubre e injusto o regime de trabalho nas culturas de cana, que exige do trabalhador cortar de 10 a 15 toneladas diárias para ganhar entre R$ 24 e R$ 36 diários - obrigando esse cortador a desferir a cada dia milhares de golpes de facão, carregar 800 feixes de 15 quilos, segundo depoimentos?

E a oferta de energia? Precisamos mesmo de megahidrelétricas na Amazônia e em outras partes, com elevados custos financeiros, sociais e ambientais? Ou podemos até reduzir em mais de 30% nosso consumo, com programas eficientes de conservação e eficiência energética, como afirmam alguns estudos de universidades já citados aqui? Se as hidrelétricas não forem licenciadas, teremos de recorrer à energia nuclear (muito mais cara, insegura, sem solução para o problema do lixo nuclear), como ameaça o presidente da República?

Tudo isso está nos jornais e na TV. Mas não está num debate aprofundado de todas essas questões, liderado pelo próprio governo federal, como deveria ser - para que a sociedade pudesse informar-se com segurança, participar, opinar, como deve ser numa democracia. Mesmo no caso do etanol, além das questões mencionadas acima, muitas outras já deveriam estar nessa pauta - como a necessidade de um zoneamento para a expansão; as implicações das monoculturas; a garantia de suprimento (para evitar desabastecimento como em 1989/1990); e outras implicações da cultura da cana na chamada área ambiental e na de saúde.

Um trabalho que chama a atenção para isso é Biocombustível, o mito do combustível limpo, do professor Arnaldo Alves Cardoso, do Instituto de Química de Araraquara (Unesp). Começa ele lembrando que "esta qualidade da limpeza do álcool ainda está longe de ser real e continuamos emitindo poluentes para a atmosfera e poluindo nossas cidades, campos, rios e florestas". Porque, se o etanol tem um balanço zero no que diz respeito ao efeito estufa (o carbono emitido na queima de combustível volta a se fixar na cana durante o seu crescimento) - e desse ponto de vista é mais adequado que os combustíveis fósseis -, há outros problemas a considerar com elementos incorporados sob a forma de adubo no processo de crescimento da planta (enxofre, nitrogênio, fósforo e potássio).

Enfatiza o estudo que "já dobrou a quantidade de nitrogênio ativo, que tem atividade química e biológica, com potencial para modificar o meio ambiente" (estudos internacionais recentes dizem que o nitrogênio carreado para os oceanos pela dispersão de fertilizantes - 100 milhões de toneladas anuais - já é um dos mais graves problemas para as águas marinhas). Entre outros danos, ele provoca a chuva ácida, a contaminação das águas e prejuízos para a biodiversidade de florestas naturais. E, como é solúvel na água, pode provocar efeitos indesejáveis "a centenas de quilômetros do local onde foi formado". Além desse arraste para rios e lagos, problemas podem advir da ação de microrganismos no solo, transformando parte do adubo em gases ou de bactérias em raízes de leguminosas, tornando ativo o nitrogênio inerte do ar. E também com a formação de gases nitrogenados na combustão: "A cultura da cana, direta ou indiretamente, atua nesses quatro mecanismos de formação e dispersão de nitrogênio ativo no ambiente, já que a cada ano se utilizam 100 quilos de fertilizantes por hectare.

Quando ocorre a queima da palha da cana, "só no Estado de São Paulo se emitem por ano cerca de 46 mil toneladas de nitrogênio ativo para a atmosfera". A elas deve ser adicionado o nitrogênio gerado na combustão do etanol nos motores. Por isso, "todos os rios e lagos do Estado de São Paulo estão recebendo excesso de nitrogênio ativo", que favorece o crescimento de grandes quantidades de algas e plantas, "e estas em algum momento apodrecerão e morrerão, modificando a qualidade da água. Processo similar pode ocorrer em florestas preservadas".

Para complicar mais, parte do nitrogênio transforma-se em ácido nítrico e forma a chuva ácida. Pode também catalisar reações atmosféricas, gerando ozônio, "um grande vilão (para a saúde humana) quando formado na baixa atmosfera". E ainda não é tudo: a queima da palha da cana emite outros gases e material particulado; a queima do álcool

emite formaldeído e acetaldeído, vapores tóxicos (embora menos que o monóxido de carbono, o dióxido de enxofre e material particulado dos derivados do petróleo).

Conclui o trabalho que "para chamar álcool combustível de limpo é necessário colocar muita sujeira debaixo do tapete". Lembrando ainda que, no caso da exportação, "iremos arcar com os prejuízos ambientais da produção". Por isso, como no caso da matriz energética brasileira, nesta hora crucial, é preciso pôr sobre a mesa também a questão do etanol. É um direito da sociedade.

Washington Novaes é jornalista

E-mail: wlrnovaes@uol.com.br

Álcool puxa aumento do emprego - Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 11/05/2007

Indústria paulista registra expansão de 2,4%, a maior desde 2005

Estimulado pela produção de açúcar e álcool, o emprego na indústria paulista cresceu pelo quarto mês consecutivo e registrou em abril a maior alta da atual série histórica, iniciada em julho de 2005.

Segundo pesquisa divulgada ontem pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o nível de emprego cresceu 2,42% no mês passado, em relação a março. Das 52 mil vagas abertas no período, 42 mil foram contabilizadas pelo setor de açúcar e álcool, o que representa 82% do total.

Desde o início do ano, o indicador acumula alta de 5,57%, o equivalente à abertura de 114 mil postos de trabalho. Desse total, a indústria de açúcar e álcool foi responsável por 85 mil vagas (75%).

'O resultado de abril foi bom, não só pela magnitude, porque muito veio do setor sucroalcooleiro, mas porque praticamente todos os setores estão crescendo de forma consistente, mesmo que com variações pequenas', disse Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Fiesp. Dos 21 setores pesquisados, só dois apresentaram desempenho negativo.

Puxada pela febre do etanol, a expansão da produção de cana de açúcar exige contratação maior de mão-de-obra nas épocas de plantio e de colheita, como é o caso atual. De cada cinco postos abertos, praticamente quatro vão para o campo e apenas um vai para usina. Todos, no entanto, são registrados na indústria porque os trabalhadores são contratados pelas usinas, que são unidades industriais.

Para Francini, o emprego industrial deve continuar em expansão nos próximos meses, ao menos até junho, principalmente porque nesse período as usinas costumam contratar mão-de-obra. A partir de julho, com o fim da colheita, o ritmo de contratação no setor tende a se desacelerar, terminando o ano com demissões.

A expansão da atividade nas usinas se refletiu no principalmente no setor de fabricação de coque, refino, elaboração de combustíveis e produção de álcool, cujo aumento do nível de emprego foi de 13,44% em abril. No acumulado do ano, a alta chegou a 39,53%. Na indústria de alimentos e bebidas, que inclui a produção de açúcar, o crescimento do emprego foi de 11,61% no mês e de 24,30% no ano.

Entre os demais segmentos que registraram maiores aumentos no nível de emprego em abril estão fabricação de outros equipamentos de transporte (4,23%) e de máquinas para escritório e equipamentos (2,89%). Os únicos com resultados negativos foram confecção de artigos de vestuário e acessórios (0,50%) e de produtos de Metal,exceto máquinas e equipamentos (0,22%).

Bóia-fria ganha bem, diz usineiro – Marcelo Toledo, Jucimara de Pádua e Jorge Saufen Jr. - Folha de São Paulo – Dinheiro - 03/05/2007

Produtores de cana rechaçam comparação com escravidão e dizem que remuneração está acima da média

Empresários afirmam que trabalho nos canaviais oferece oportunidade de bom salário a pessoas com pouca instrução

A situação de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar está longe da escravidão e o salário da categoria está acima da média brasileira de remuneração, por isso atrai tanta gente. Essa é a opinião de produtores rurais de cana de pequeno e médio porte e usineiros ouvidos ontem pela Folha.

A maioria foi entrevistada na Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação) de Ribeirão Preto (314 km de São Paulo), que tem no setor canavieiro o maior potencial de lucros -20% do faturamento total, que pode chegar a R$ 900 milhões neste ano.

O cortador ganha em média R$ 2,40 por tonelada de cana cortada, o que rende um salário mensal de R$ 700 a R$ 1.200.

Segundo estimativa da socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva, da Unesp (Universidade Estadual Paulista), em reportagem publicada pela Folha no último domingo,

a vida útil de um cortador de cana hoje é de cerca de 12 anos, parecida com a do escravo no final da escravidão no Brasil.

A busca por maior produtividade é apontada como uma das responsáveis pelas mortes de 19 bóias-frias desde abril de 2004 no interior paulista, supostamente por causa do excesso de esforço físico no corte da cana. O trabalhador chega a cortar 15 toneladas de cana num único dia.

"O salário está muito acima da média brasileira de remuneração. Por isso é que atrai tanta gente", disse o usineiro Maurilio Biagi Filho.

"[Os cortadores] são pessoas sem referência de vida na roça. Têm vivência urbana e uma constituição física completamente diferente da do lavrador. Muitos não encontram trabalho na cidade e vêm tentar nos canaviais o último reduto para sobreviver", disse o usineiro Menezis Balbo. "Garanto que boa parte deles, mesmo assim, ganha mais do que os fiscais que hoje denunciam usinas e fornecedores por trabalho escravo", afirmou Balbo.

Escolha

Já o professor de agronomia da Unesp Ulisses Rocha Antoniassi, 42, disse que o trabalhador impõe o ritmo de trabalho que quer. "Ele não é obrigado a trabalhar muito, trabalha para ganhar mais porque ganha por produtividade", afirmou. "Não é escravo, é um assalariado. Mas todos pegam no pé do produtor. Se contrata é porque o trabalho é escravo, se mecaniza vai causar desemprego", disse Leonardo Moreira Cunha, 20, filho de produtor de cana em Quirinópolis (GO).

"Estamos transitando entre um modelo que de fato possuía alguns elementos francamente desfavoráveis ao trabalhador rural para um modelo em que as tarefas mais pesadas vão ser feitas pela mecanização", afirmou o secretário de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro, Christino Áureo. Segundo ele, ao trabalhador rural será reservado um pedaço importante que vai ser mais relacionado a plantio e cultivo. "O empresário novo, mais consciente, vai vencer o empresário que tem uma outra postura."

Fernando Costacurta, 32, de Ribeirão Preto, que planta cana e arrenda terras em Jardinópolis, Batatais e São José do Rio Pardo, afirmou que, apesar das dificuldades, o trabalho na cana é uma das únicas formas de os bóias-frias ganharem dinheiro. "Tem o problema do desemprego. Essa mão-de-obra não-especializada vai ganhar dinheiro onde?", pergunta. "Muitas dessas pessoas saem [da safra] com carro e moto novos. As usinas geram muita renda."

O fornecedor Luís Carlos Lourenço Batista, 42, de Araçatuba, vai na contramão dos colegas. Ele afirmou que "ainda há muito a melhorar" quando se fala em condições de trabalho dos bóias-frias.

"São só algumas [usinas] que oferecem condições ruins para o trabalhador, é uma exceção. Mas é preciso dar mais dinheiro e uma assistência melhor para essas pessoas", disse.

Sérgio Prado, chefe do escritório da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) em Ribeirão Preto, disse que a mecanização resolverá o problema trabalhista, mas que é preciso que os trabalhadores sejam qualificados para outras atividades. O diretor-técnico da entidade, Antonio de Padua Rodrigues, limitou-se a afirmar, por nota, que discorda da opinião da socióloga da Unesp.

(MARCELO TOLEDO, JUCIMARA DE PAUDA e JORGE SOUFEN JR)

Remuneração é ruim, dizem sindicatos – Marcelo Toledo, Jucimara de Pádua e Jorge Saufen Jr. - Folha de São Paulo – Dinheiro - 03/05/2007

Sindicatos de bóias-frias da região de Ribeirão Preto dizem que caiu a expectativa de vida útil do trabalhador nas últimas décadas. Eles discordam de que o setor pague bom salário.

"Se a gente for comparar, a alimentação que os escravos tinham mostra que os bóias-frias estão numa situação ruim. Além de ganhar mal para um trabalho muito penoso, a carga horária deveria ser menor", disse Silvio Palvequeres, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto.

Já Wilson Rodrigues da Silva, presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Guariba, afirmou que os funcionários não conseguem alimentar a própria família. "A situação em alguns pontos é bem pior que a dos escravos. O escravo era bem-alimentado, porque tinha que trabalhar. Hoje muitos trabalham o dia inteiro e pedem cestas básicas nas prefeituras no fim do mês", afirmou.

Segundo Palvequeres, a alimentação deveria merecer atenção dos empregadores. "Eles passam o dia inteiro com uma marmita só. É onde a gente vê que ocorre muito problema, até morte no corte."

A jornada ideal de trabalho, para Palvequeres, seria de seis horas diárias. "Depois disso, o bóia-fria não rende mais. Se baixasse, não haveria tanto problema de exaustão." Silva disse discordar da afirmação do ex-ministro Roberto Rodrigues (Agricultura) de que o trabalho do bóia-fria é duro, mas bem-remunerado. "O pessoal ganha de R$ 700 a R$ 1.200, e só em período de safra. Mas e depois?"

Mais mecanização geraria desemprego, diz setor – Marcelo Toledo, Jucimara de Pádua e Jorge Saufen Jr. - Folha de São Paulo – Dinheiro - 03/05/2007

O índice de mecanização das lavouras de cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto já atinge 70% da colheita na safra 2007/2008. O avanço é visto pelas usinas como alternativa para resolver problemas ambientais e trabalhistas, mas criaria problemas sociais. O índice supera a média do Estado de SP, de 45%, e da região centro-sul do país (36%), segundo a Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar).

Nos três casos, os índices são superiores aos registrados na safra passada, de 40% em SP e 30% no centro-sul. Na região de Ribeirão Preto, principal pólo no país, o índice praticamente manteve-se estável.

Questão social

O setor avalia que, se a colheita fosse toda mecanizada, não haveria necessidade de queimada da cana para cortá-la, mas muitos de trabalhadores ficariam desempregados, gerando problemas sociais. "As máquinas são mais produtivas, eliminam a queima e substituem o trabalho pesado, mas é preciso que as pessoas sejam qualificadas para outras atividades", disse Sérgio Prado, da Unica em Ribeirão.

O usineiro Menezis Balbo disse que a mecanização contribuiu para parte da redução do contingente de rurícolas, mas que "os mais aptos não perderam o emprego, por causa do desempenho apresentado nos cursos e treinamento e foram incorporados pelas frentes de corte mecanizado".

Moagem da cana avança, e álcool cai 5% nas usinas – Mônica Scaramuzzo – Folha de São Paulo – Brasil – 05/05/2007

Consumidores paulistanos já pagam R$ 1,299 pelo litro

Após um período de alta, devido à entressafra e à menor oferta de produto, o álcool voltou a cair em São Paulo. A redução se deve ao avanço da moagem da cana-de-açúcar por parte das usinas paulistas.

Levantamento de preços feito pelo Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq-USP, mostra que o preço do litro do álcool anidro (adicionado à gasolina) foi a R$ 1,06559, com queda de 0,87% na semana. Já o hidratado (usado diretamente para abastecer os veículos) teve redução para R$ 0,86953, com queda acentuada de 5,2% no período. Os preços não incluem impostos e são das usinas para as distribuidoras.

Os preços foram praticados pelas usinas entre 30 de abril e 4 deste mês, segundo o Cepea.

Apesar da queda, os preços atuais superam os de igual período de 2006, quando o anidro estava a R$ 0,978 por litro e o hidratado custava R$ 0,856.

A queda do álcool nas usinas chega também aos consumidores paulistanos. Pesquisa da Folha em 50 postos da cidade indicou que o álcool caiu 0,53% nas bombas nesta semana.

O preço médio praticado nos postos foi de R$ 1,49 por litro. Alguns, porém, ainda mantêm preços de R$ 1,699 por litro. Outros já reduziram para até R$ 1,299 por litro. **(MZ)**

Usina de álcool pode capturar carbono – Antônio Góis - Folha de São Paulo – Ciência - 09/05/2007

Sugestão foi apresentada por brasileiros membros do IPCC e poderia tornar etanol combustível de "emissão negativa'

Criar meta de redução do desmatamento para evitar liberação de gases-estufa ainda é uma proposta sem consenso entre cientistas

No momento em que se discute a redução da emissão de gases do efeito estufa no mundo, o Brasil pode se beneficiar de uma tecnologia de produção de energia que não apenas diminui a emissão de CO2 como também ajuda a reduzir a presença desse gás na atmosfera.

Ao debater ontem, num evento do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas realizado na Coppe (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ), as conclusões do mais recente relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática), pesquisadores brasileiros que participaram da elaboração do documento citaram como exemplo de tecnologia a ser incentivada no país a técnica de captura e armazenamento de CO2 sob o solo.

Trata-se de uma tecnologia que permite armazenar a mais de 700 metros de profundidade o gás carbônico produzido em algumas atividades.

Essa tecnologia foi citada no relatório do IPCC, mas apontada como uma opção de mitigação (redução de emissões) ainda cara na maior parte dos casos. Ela pode ser utilizada, por exemplo, em termelétricas a carvão, mas de forma menos eficiente. Sua aplicação no Brasil poderia ser feita na produção do álcool combustível a partir da cana. No processo de produção de álcool, metade da massa é transformada em combustível e a outra metade vira CO2, que é liberado. Para evitar que isso aconteça, é possível capturá-lo e

imobilizá-lo debaixo da terra. Isso pode ser feito, por exemplo, em lençóis aqüíferos salinos, que não são explorados para consumo humano.

Segundo explicou José Roberto Moreira, do Centro Nacional de Referência em Biomassa da USP, para isso é preciso construir uma chaminé ligada a um sistema de bombeamento. No caso brasileiro, o maior investimento seria identificar os lençóis, tarefa que poderia ser feita pela Petrobras.

Emílio La Rovere, do Programa de Planejamento Estratégico da Coppe, disse que uma característica do álcool brasileiro é que, por ser uma fonte de energia renovável produzida a partir da cana-de-açúcar, ele não contribui para o aumento do CO2. O gás emitido é reabsorvido pelo crescimento da cana na safra seguinte. A captura de carbono poderia tornar o álcool um combustível de "emissão negativa" -portanto, ainda mais atraente do ponto de vista ambiental.

Metas para Amazônia

No debate, os pesquisadores Emílio La Rovere e Roberto Schaeffer, ambos da Coppe, divergiram a respeito da proposta de fixar metas de desmatamento da Amazônia e levá-las às negociações internacionais sobre clima.

"Os níveis de desmatamento são tão altos que, se você não tiver uma meta, não haverá como medir se estamos cumprindo nosso objetivo. O fato de ter uma meta não quer dizer que tenhamos que cumpri-la sozinhos. O país pode solicitar ajuda financeira internacional para cumprir seus objetivos", defendeu Schaeffer.

Para La Rovere, no entanto, a definição de metas não seria tão simples: "Acho muito complicado levar alguma meta de desmatamento para negociações internacionais. O que temos de fazer é reduzir ao mínimo o desmatamento e acho justo que tenhamos incentivos financeiros de países industrializados para esse fim. A Amazônia presta serviços ambientais para todo o mundo".

ISRAELENSES NA CANA– Mauro Zafalon – Folha de SãoPaulo –Dinheiro – Vaivém de Commodities – 09/05/2007
A Ampal (American Israel Corporation), fundo de investimentos com base em Israel e especializado na área de energia, investirá US$ 500 milhões em projetos de etanol e biodiesel na América do Sul. Países-alvo: Brasil, Colômbia e Peru.

AGRICULTURA: POLÍCIA APURA MORTE DE TRABALHADOR EM SP - Folha de São Paulo – Dinheiro - 10/05/2007

A Polícia Civil de Colina abriu ontem inquérito para apurar a morte do trabalhador Lourenço Paulino de Souza, 20, em abril, na usina São José (SP). Entre os passos da investigação está um pedido de exumação e necropsia do corpo. Foi a primeira morte de um trabalhador na colheita de cana neste ano no Estado. A Unica, que representa as usinas, alega que não foi comprovada relação entre as mortes e as condições de trabalho.

Acidente em usina mata um trabalhador – Guilherme Campos e Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/05/2007

DA FOLHA RIBEIRÃO

Um funcionário da usina Santa Luiza, de Motuca (325 km a noroeste de São Paulo), morreu e outro ficou gravemente ferido na noite de anteontem. Eles trabalhavam no controle de uma queimada induzida em uma plantação de cana-de-açúcar e ficaram presos no meio do fogo.

A usina foi vendida no mês passado à Etanol Participações S.A., que pertence aos grupos Cosan e São Martinho e à usina Santa Cruz, por R$ 179,3 milhões, pagos à vista -os compradores também assumiram uma dívida de R$ 40,4 milhões.

O trabalhador que morreu, Adriano de Amaral, 31, era motorista do caminhão-pipa usado para apagar o incêndio. Ivanildo Gomes, 44, a outra vítima, auxiliava Amaral. Gomes está internado no Hospital São Paulo, em Ribeirão Preto, com 40% do corpo queimado, mas não corre risco de morte.

Segundo familiares de Amaral, a água do caminhão-pipa acabou quando a queimada avançava, fato negado pela usina. O trabalhador tinha dois filhos, um de 7 anos e outro de 20 dias. "A mulher ainda está se recuperando do parto. É uma fatalidade", disse o irmão da vítima, Jovair do Amaral, 33.

De acordo com o prefeito de Motuca, Hamilton Falero (PSDB), que também é técnico agrícola da usina, Amaral tentou fugir quando o fogo avançava, mas o caminhão "morreu". Ele teria corrido, mas desmaiou e foi atingido pelas chamas. Segundo laudo médico, o trabalhador morreu de asfixia. O prefeito disse que ele pediu ajuda pelo rádio a outro caminhão-pipa, que não conseguiu resgatá-lo. De acordo com o delegado de Matão Alfredo Gagliano Júnior, que investiga o caso, quatro pessoas que trabalhavam com as vítimas prestarão depoimento hoje. A usina disse através da assessoria que prestou o socorro necessário e aguarda o resultado da perícia dando assistência à família. **(GUILHERME CAMPOS e MARCELO TOLEDO)**

METADE DAS USINAS DO CENTRO-SUL JÁ INICIOU A MOAGEM DE CANA DA SAFRA 2007/08 – MAPA – 04/05/2007

Mais de 50% das usinas do Centro-Sul já estão trabalhando na moagem de cana-de-açúcar. Responsável por cerca de 85% da produção brasileira da cultura destinada à fabricação de açúcar e álcool, a região tem aproximadamente 270 unidades de processamento, das quais pelo menos 140 começaram a operar no último dia 1º, quando se iniciou oficialmente a safra 2007/08 no Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Espírito Santo e Rio de Janeiro. As demais devem entrar em funcionamento nos próximos dias.

A estimativa do setor é de que o volume de cana destinado à fabricação de açúcar e álcool chegue a 420 milhões de toneladas no Centro-Sul, diz o assessor do Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), José Nilton de Souza Vieira. "A safra da Zona da Mata do Nordeste, que começará oficialmente em 1º de setembro e se encerra em 31 de agosto de 2008, deve ficar entre 55 e 60 milhões de toneladas".

Com isso, o volume de cana moída deverá ficar entre 475 e 480 milhões de toneladas em todo o País. De acordo com José Nilton, a previsão é de que as usinas produzam 20,2 bilhões de litros de etanol, com incremento de 13,5% em relação ao período anterior, e 31,3 milhões de toneladas de açúcar, 5% superior à safra 2006/07. Segundo ele, a produção brasileira na temporada 2007/08 deve passar de 500 milhões/ton. A expectativa é de que 35 milhões/ton sejam destinados à fabricação de cachaça, rapadura e outros fins.

MDA, MAPA e Embrapa avaliam zoneamento agrícola de risco climático na Bahia – MDA – 15/05/2007

A Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DFDA/MDA) coordenará, nesta quarta-feira (16), uma reunião técnica com a participação dos agricultores familiares da região da Baixa Grande, na Bahia, e técnicos do MDA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), agentes financeiros – Banco do Brasil (BB) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB) – e pesquisadores da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA).

O coordenador de Segurança da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA, engenheiro agrônomo Luiz Eduardo de Oliveira, será um dos palestrantes do encontro, que acontecerá a partir das 14h30 no auditório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Salvador. Ele fará uma apresentação sobre o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e sua relação com o zoneamento agrícola de risco climático. Oliveira adianta que o objetivo da reunião é avaliar o atual zoneamento agrícola

para as culturas do milho e do feijão phaseolus no estado da Bahia e, também, discutir a possibilidade de incluir neste zoneamento a região de Baixa Grande, composta por 20 municípios.

Zoneamento de risco climático

"O zoneamento agrícola de risco climático é um trabalho técnico-científico, conduzido pela Embrapa e coordenado pelo MAPA, usado para quantificar o risco de perda da produção num determinado município por meio de análises probabilísticas e frequenciais", explica Oliveira. Para elaboração deste zoneamento, explica o coordenador, são analisados fatores como os tipos de solo, o índice pluviométrico do lugar e a adaptação – juntamente com o desenvolvimento - das culturas de curto, médio e longo prazo numa determinada região. "Joga-se em cima dessas informações uma probabilidade de risco e tem-se o indicativo de que o estado tem mais riscos, ou não, para algumas culturas", disse. Atualmente, a Embrapa trabalha com um índice de sucesso de produção de pelo menos 80%, ou seja, se plantada durante dez anos, a cultura deve ter apresentado produção adequada em, no mínimo, oito anos desse período.

Segundo o coordenador, o encontro de amanhã será didático para que os agricultores entendam a metodologia e critérios adotados num zoneamento agrícola de risco climático. "Com as explicações, queremos afastar qualquer possibilidade de análise política em torno do trabalho de zoneamento, que é uma ferramenta técnico-científica", assegurou.

De acordo com dados da SAF/MDA, das 20 culturas zoneadas sob o risco climático no Brasil, 14 estão presentes na Bahia - o que é um dos maiores números da região Nordeste. A lista dessas culturas é composta por produtos como algodão, arroz sequeiro, banana, café, caju, dendê, feijão (1ª safra), feijão caupi, mamona, mandioca, milho, soja, sorgo e uva. Oliveira informa que reunião similar à programada para a Bahia também será realizada em outros estados. Na Paraíba, por exemplo, haverá um encontro na próxima quinta-feira (17) para discussão do zoneamento agrícola de risco climático da mamona em todo o nordeste. Em Rondônia, ocorrerá outra reunião no dia 1º de junho. A discussão será sobre o zoneamento do café, também analisando o risco climático do plantio desta cultura no Estado.

Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)

O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), criado em 2004, garante benefícios apenas aos agricultores que tiverem acesso ao crédito de custeio agrícola do Pronaf e, ainda, para as culturas zoneadas pelo MAPA ou destacadas pelo Conselho Monetário Nacional. O coordenador explica que, no estado em que existirem portarias de zoneamento agrícola publicadas, o financiamento para cultura descrita no documento e o SEAF só serão permitidos nos municípios que estiverem indicados. "Desta maneira, obtém-se uma melhor gestão dos riscos para a cultura no estado", avaliou.

Para os agricultores do Pronaf enquadrados nos grupos C (composto por agricultores familiares com renda familiar bruta anual acima de R$ 3 mil e até R$ 16 mil) e D (formado pelo mesmo público do C, mas com renda familiar bruta anual acima de R$ 16 mil e com teto de R$ 45 mil), o valor pago para obter os benefícios do SEAF é de 2% sobre o valor do financiamento. No caso do Grupo E, no qual estão inseridos os agricultores familiares com renda familiar bruta anual acima de R$ 45 mil e limitada a R$ 80 mil, o valor descontado é de 4%. "Em caso de perda da produção por problemas climáticos ou

doença fúngica sem método de controle, o SEAF cobrirá o valor do financiamento acrescido de até R$ 1,8 mil referente aos recursos aplicados na lavoura pelo trabalhador rural", explica.

Canaviais já fazem duas vítimas este ano no estado de São Paulo - Danilo Augusto – Sitio Eletrônico do MST – 03/05/2007

As péssimas condições de trabalho do setor açucareiro do Brasil já fizeram duas vítimas este ano no estado de São Paulo. Na cidade de Guariba, o trabalhador José Pereira Martins, de 52 anos, morreu de infarto. Na cidade de Barretos, ainda no mês de abril, Lourenço Paulino de Souza, de apenas 20 anos, foi encontrado morto. Ele trabalhava para a usina São José, do grupo Açúcar Guarani.

Com estas mortes, o número sobe para 19 em pouco mais de dois anos. O advogado da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Aton Fon, afirma que o atual acordo entre Brasil e Estados Unidos para a produção de agro-combustível, dificulta a fiscalização do setor tendo em vista que a preocupação do governo agora é aumentar o plantio da monocultura e isso não prioriza as boas condições de trabalho para os cortadores.

"O trabalhador deveria contar com o estado para fazer a fiscalização, estabelecendo este regulamento. Mas neste caso se complica tudo, porque o estado está do outro lado. O estado em lugar de fiscalizar para garantir a saúde do trabalhador, está neste momento mais interessado em garantir o aumento na produção do etanol, em garantir que os usineiros tenham mais acessos a créditos. Neste momento, a defesa dos trabalhadores está bastante desarticulada."

Um agravante deste problema é que a maioria dos cortadores tem contratos temporários e ganham somente por produção, por exemplo no caso do corte da cana, eles recebem por tonelada. Segundo Fon, isso tira as responsabilidades trabalhistas das empresas que contratam os serviços. Na maioria das vezes um trabalhador corta até 12 toneladas de cana por dia, com dez mil golpes de facão.

Coimex decide deixar negócios de carne - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 02/05/2007

Depois de se desfazer de seus ativos de soja, a Coimex Trading vai deixar de atuar na exportação de carne para se dedicar somente a açúcar, álcool e café. O Valor apurou que o álcool tornou-se o principal alvo da trading, que também estuda investir na produção sucroalcooleira.

Os planos da trading incluem a construção de pelo menos cinco usinas, os chamados projetos "greenfield" no país. Contudo, a Coimex ainda não definiu em qual região irá construir essas plantas, segundo fontes familiarizadas com a operação. A expectativa do grupo é processar entre 15 milhões e 20 milhões de toneladas de cana nos próximos anos para concorrer com os principais produtores do país. Procurada, a empresa não se pronunciou.

Com faturamento de US$ 900 milhões, a Coimex figura entre os maiores exportadores de álcool do país. No ano passado, a trading exportou cerca de 750 milhões de litros, de um total de 3,5 bilhões negociados no mercado externo pelo setor. Em açúcar, a trading exportou cerca de 1,2 milhão de toneladas em 2006.

Dentro de seu processo de reestruturação, a trading também acertou a saída de seu atual presidente, Clayton Hygino Miranda. O futuro sucessor ainda não foi anunciado. Miranda continua no cargo até a definição. O executivo, que foi um dos responsáveis pelo novo direcionamento da trading no mercado sucroalcooleiro, deixará a empresa para se dedicar a projetos pessoais. O Valor apurou que Miranda tem projetos na área de álcool.

O foco da Coimex em açúcar e álcool começou a ficar mais claro no início deste ano, quando a companhia anunciou, em fevereiro, a venda de seus ativos de soja, que incluem um armazém em Maringá (PR) e dois silos - em Jussara e Japurá, no Paraná, para o grupo asiático Noble. A negociação foi avaliada em US$ 5 milhões. A trading atuava em grãos desde a década de 90.

No mercado externo, os planos da empresa são igualmente ambiciosos. A trading já tem, em parceria com investidores jamaicanos, uma destilaria de desidratação de álcool naquele país e estuda participar de uma licitação para investir em usinas de açúcar na mesma região.

A destilaria de álcool da Coimex na Jamaica tem capacidade para processar 150 milhões de litros por ano, mas deverá receber, nos próximos meses, mais investimentos para dobrar sua capacidade de produção. A empresa importa álcool brasileiro e reexporta para os Estados Unidos. As usinas do Caribe são beneficiadas pelo acordo CBI (Caribbean Basin Initiative), que isenta de tarifa o álcool daquela região. Essa estratégia também foi usada pela brasileira Crystalsev e pela multinacional americana Cargill, que juntas possuem uma destilaria em El Salvador, também de olho no mercado americano.

Usina no PR – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 02/05/2007

O Grupo Santa Terezinha escolheu a cidade de Santo de Antonio do Caiuá (PR) para construir mais uma unidade de produção de açúcar e álcool. O investimento previsto é de R$ 180 milhões.

Vendas de trator e colheitadeira devem crescer - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 02/05/2007

Cláudio Peter Beckers, produtor de frutas de Paranapanema (SP), voltou a comprar tratores depois de um jejum de quatro anos. Com uma área 10% maior, de 50 hectares para frutas - banana, maçã, atemóia e goiaba - , a aquisição de uma nova máquina agrícola "foi uma necessidade".

Filho de agricultor, Beckers é produtor de frutas há 15 anos. Em sua fazenda, o trator recém-adquirido se junta às outras seis máquinas agrícolas do produtor. E ele garante que não é para fazer volume.

A decisão de compra de Beckers já reflete um sinal de recuperação das vendas no setor de máquinas, sobretudo de tratores e colheitadeiras, crêem as principais empresas do

setor, que participam da Agrishow. A expectativa é de que as vendas de tratores cresçam de 20% a 30% e as de colheitadeiras, até 50%, segundo as empresas.

No início do ano, o ânimo era outro. A maioria das montadoras acreditava que as vendas de 2007 apenas repetiriam 2006. Se confirmadas as previsões, os números ainda estarão longe dos recordes de 2004. No ano passado, as vendas de tratores no país atingiram cerca de 20,4 mil unidades, ante 17,7 mil em 2005. Para este ano, a comercialização esperada é de 25 mil unidades. Em 2004, as vendas foram de 28,8 mil tratores. Para colheitadeiras, as vendas ficaram em 1,03 mil no ano passado, ante 1,5 mil em 2005. Em 2004, foram 1,53 mil unidades. Para este ano, as vendas de colheitadeiras podem encostar nos 1,5 mil.

A recuperação dos preços dos grãos e o mercado firme de cana, café e citros devem impulsionar o mercado de máquinas. "Os compradores de hoje estão voltando a se capitalizar. Não são mais os aventureiros", afirmou Fábio Borgonhone, gerente de marketing da New Holland, do grupo CNH. Ele não acredita, contudo, que as vendas superem os recordes de 2004. "Estamos observando uma recuperação das vendas", disse.

Na Agrale, as vendas de 2006 somaram cerca de 1.200 tratores. Sílvio Rigoni, gerente de vendas da empresa, estima crescimento de 20%. "Se o cenário for positivo em 2007, a expectativa para 2008 será bem melhor", diz. Rigoni afirma que neste primeiro semestre a demanda é maior para culturas como a cana. Para o segundo semestre, as vendas deverão ser mais aquecidas para os grãos.

Com a queda de 30% das exportações de máquinas agrícolas em 2006 por conta do real valorizado, o setor aposta no mercado interno, diz Leandro Marsilli, da Valtra, marca do grupo americano Agco. O grupo aposta em tratores à base de biodiesel. Depois de B5 (mistura de 5%) e do B20 (mistura de 20%), a Valtra investe em pesquisas para desenvolver o B100. A Agrale também tem trator com abastecimento de 5% de biodiesel.

As vendas de implementos agrícolas também deverão ter crescimento significativo este ano, segundo Newton Mello, presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos). As vendas mensais devem subir da média de R$ 333 milhões em 2006 para R$ 420 milhões em 2007, também sustentados pelo setor sucroalcooleiro e recuperação dos preços dos grãos.

A repórter viajou a convite da Mecânica de Comunicação

Cresce apetite por novos combustíveis - Mônica Scaramuzzo e Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 03/05/2007

Alvo de sigilosas pesquisas nos Estados Unidos, o etanol celulósico, considerado a jóia da coroa de uma nova geração de biocombustíveis que em breve começará a chegar ao mercado, está em franco desenvolvimento também no Brasil. Uma planta-piloto para a fabricação deste tipo de álcool, que no caso será produzido a partir da lignocelulose - sistema de quebra de enzimas de celulose do bagaço da cana - deverá começar a ser operada pela Petrobras no país ainda no primeiro semestre deste ano.

A estatal não é a única com trabalhos nesta frente no Brasil, mas como ainda não há resultados práticos sobre o uso da alternativa em larga escala, nem nos EUA, por aqui a ordem também é evitar barulho, até para evitar espionagem industrial. "É a corrida do ouro da era moderna. Quem sair na frente, vai se dar bem", diz Tadeu Andrade, diretor do

Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) - outro que está debruçado em pesquisas "confidenciais" na mesma linha.

Na Petrobras, os estudos ganharam fôlego em 2004. Por meio do Cenpes, seu centro de pesquisas, a estatal desenvolve a rota tecnológica de aproveitamento de resíduos agroindustriais (bagaço) em parceiras com as universidades federais do Rio de Janeiro, de Brasília e do Amazonas. Esta "rota tecnológica" consiste na quebra das moléculas de celulose e de hemiceluloses em açúcares, que então passam a ser fermentados por fungos.

A planta-piloto que começará a operar até junho ficará nas instalações do Cenpes. O projeto está em fase de pesquisa, e logo passará à etapa de ajuste tecnológico fino. A expectativa é produzir em escala industrial a partir de 2008, segundo Sillas Oliva Filho, gerente de comércio de álcool da Petrobras. Nesta rota tecnológica, o Cenpes já depositou duas patentes envolvendo tecnologias inovadoras. E, segundo Oliva, o centro vem avançando na produtividade do processo, com aumento para cerca de 220 litros de etanol por tonelada de bagaço. O aporte nessa frente faz parte do montante total de R$ 40 milhões por ano que o Cenpes investe em biocombustíveis.

Estima-se que, apesar de terem crescido, os investimentos na área no Brasil ainda representem menos de 5% do total aplicado nos EUA, que já supera US$ 500 milhões por ano. No caso do CTC (mantido por quase 150 usinas do país), Andrade informa que o trabalho também é na direção da quebra de celuloses. Ele explica que a quebra de celulose para a produção de álcool pode ser feita com qualquer matéria-prima vegetal - o que na prática, abre um variado leque de opções, do bagaço até lascas de madeira. Mas, no Brasil, a vantagem é mesmo o bagaço, devido à oferta abundante.

Mozart Schmitt de Queiroz, gerente de desenvolvimento energético da Petrobras, lembra que a estatal já fez álcool a partir da mandioca entre 1978 e 1983 e produz, até hoje, álcool de babaçu no Maranhão. Ele diz que outras fontes em análise para a produção de etanol celulósico são as tortas de mamona, pinhão-manso e soja. A base da "torta" é o farelo produzido no processo de esmagamento da baga para a extração de óleo. Segundo Queiroz, a expectativa da Petrobras é implantar a primeira usina-piloto de fabricação do etanol ligno-celulósico a partir de outras matérias-primas em 2010.

Em trilha paralela, a Votorantim Novos Negócios anunciou, na semana passada, a criação da Biocel, empresa que terá uma usina de etanol a partir do material celulósico da cana. A nova unidade receberá aporte entre US$ 30 milhões a US$ 40 milhões e deverá entrar em operação também em 2010.

Outra que está na corrida é a americana Alltech. Com atividades no Brasil, a múlti pesquisa nos EUA e no México, o uso da enzima Alzyme SSF (Solid State Fermentation) para a produção de etanol ligno-celulósico. Conforme Ari Fischer, gerente-geral do braço brasileiro do grupo, trata-se de uma tecnologia adotada pelos chineses há quatro mil anos para fermentar grãos, conhecida como "koji". Fischer diz que a empresa pesquisa a levedura há cinco anos e consegui, em laboratório, elevar a produção de álcool a partir do milho de 378 litros para 643 litros por tonelada de matéria-prima. Segundo ele, em breve haverá testes no Brasil.

Além do etanol celulósico, o uso de tecnologias mais simples seguem no alvo de diversos institutos de pesquisas e de empresas. Como já informou o Valor, a Imcopa, por exemplo, produz desde 2006 álcool a partir do melaço obtido no esmagamento de soja em Araucária (PR). A empresa produz 10 mil litros de álcool por dia, e está construindo outra unidade na cidade para chegar a 70 mil litros.

E, ainda na corrida do ouro, o próprio CTC, em parceria com Dedini e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), trabalha em um técnica denominada Dedini Hidrólise Rápida (DHR), que permite a produção de álcool por meio do bagaço de cana-de-açúcar na rota hidrólise ácida - outra técnica que permite o reaproveitamento do bagaço para a produção de álcool.

Petrobras inaugura microusina de álcool - Sérgio Bueno – Valor Econômico - 03/05/2007

O diretor de gás e energia da Petrobras, Ildo Sauer, inaugurou ontem em Redentora, na região noroeste do Rio Grande do Sul, a primeira de dez microusinas de álcool que serão implantadas ainda no primeiro semestre em parceria com a cooperativa de produtores Cooperbio. O projeto inclui a construção, no município de Frederico Westphalen, de uma retificadora central, que colocará o combustível nas especificações necessárias para ser comercializado, e servirá para avaliar a viabilidade "tecnológica, econômica e social" de produção de etanol a partir da agricultura familiar, disse o executivo.

Se a iniciativa for bem-sucedida, ela deverá ser estendida a outros Estados, como Santa Catarina e Paraná, onde as pequenas propriedades têm participação importante na agricultura. Segundo Sauer, o projeto pode ser uma "resposta concreta" às "preocupações" de críticos como os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, e Cuba, Fidel Castro, que apontam para o risco da substituição da produção de alimentos pelos biocombustíveis.

"O que falta no mundo não é a produção de alimentos, mas renda para grande parte da população ter acesso aos alimentos", disse. Segundo ele, além de garantir remuneração extra aos produtores, as micro-usinas implantadas com a Cooperbio vão permitir o uso dos subprodutos como bagaço, folhas e pontas de cana-de-açúcar na preparação de adubos naturais, na alimentação de bovinos, aves e suínos e até na co-geração de energia elétrica a partir de biomassa.

O projeto envolve 175 produtores de dez municípios da região e uma área de quase 400 hectares de cana, que será cultivada em conjunto com produtos de subsistência como milho e feijão. Uma das usinas também testará a produção do etanol a partir da mandioca e a produção estimada será de 5 mil litros por dia já em 2008, ou o equivalente a cerca de 1,5 milhão de litros por ano. A venda de álcool para a BR Distribuidora deve iniciar em julho, mas depende de licenciamento pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam).

A Petrobras vai investir R$ 2,3 milhões no empreendimento, de um orçamento global de R$ 4 milhões, incluindo a construção das unidades de produção e a retificadora, assistência técnica e moendas móveis para extração do caldo da cana nas propriedades. Também entram com recursos a cooperativa, prefeituras da região, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Eletrosul. Segundo Sauer, Petrobras e Cooperbio estudam projeto similar em biodiesel.

Cana mais produtiva perto do campo – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 03/05/2007

O Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), de Piracicaba (SP), vai colocar neste ano pelo menos quatro novas variedades de cana-de-açúcar no mercado, mais produtivas em açúcar e álcool. Com orçamento anual de cerca de R$ 40 milhões, o CTC desenvolve variedades mais produtivas para garantir maior desempenho nas indústrias. "As variedades de cana atuais são 30% mais produtivas que as de 10 anos atrás", afirmou Tadeu Andrade, diretor do CTC.

Andrade explicou que o CTC não trabalha com variedades específicas para a produção de álcool. "O ganho de produtividade para cana vale para os dois produtos. Mesmo porque dois terços da cana podem ser destinados ao álcool", observou. No Brasil, a produtividade da cana é 25% maior que a de outros países produtores. No centro-sul do país, a produtividade média é de 90 litros de álcool por hectare. Esse volume é obtido em São Paulo, maior Estado produtor, responsável por 50% da produção nacional de matéria-prima.

No país, cerca de 50% das variedades utilizadas nos canaviais têm tecnologia CTC. O centro foi criado no fim da década de 70 e era controlado pelas usinas associadas à Copersucar. Em 2004, passou por uma reestruturação, tornando-se empresa de pesquisa independente. Existem 146 usinas do país e também 12 entidades de classes associadas ao novo modelo CTC.

As pesquisas do CTC para transgênicos também seguem avançadas, segundo Andrade. "Temos todas as condições de colocar variedades de cana mais produtivas, resistentes a doenças e à seca, mas não temos aprovação da CTNBio para testes", disse. As pesquisas com cana-de-açúcar transgênica são feitas há quase dez anos.

Com um orçamento de cerca de R$ 4 milhões anuais, o Instituto Agronômico de Campinas (IAC) deverá lançar este ano quatro novas variedades de cana, mais produtivas e resistentes a doenças, segundo Marcos Landell, pesquisador do IAC e coordenador do Centro da Cana, vinculado à Secretaria de Agricultura de São Paulo.

Nos últimos dez anos, o IAC colocou no mercado 17 variedades. Landell disse que graças aos ganhos de produtividade, o país aumentou a produção em uma área menor. "Se não houvesse aumento de produtividade, o país ocuparia o dobro da área atual com a cana [de 6,5 milhões de hectares]".**(MS)**

Melhor cenário para aviões agrícolas – Monica Sacaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 03/05/2007

Depois de um vôo raso em 2006, quando encerrou o ano com vendas de apenas 11 aviões agrícolas, volume 63% menor que em 2005, a Aeronáutica Neiva, subsidiária da Embraer, vê um céu de brigadeiro para 2007. A comercialização de aviões agrícolas, sobretudo dos movidos a álcool, deve decolar este ano e atingir de 30 a 32 unidades, de acordo com Almir Borges, diretor da companhia. A retomada do setor deve-se à recuperação dos preços dos grãos no mercado internacional e também ao maior interesse do setor sucroalcooleiro nesses equipamentos.

Nos últimos dois anos, as vendas de aviões agrícolas tiveram forte recuo. O baixo resultado foi atribuído à queda dos preços dos grãos. Em 2005, as entregas de aviões da subsidiária da Embraer somaram cerca de 40 unidades, ante as 83 negociadas em 2004, quando atingiu seu recorde.

Com a recuperação dos preços das commodities, principalmente grãos, as consultas voltaram a crescer. Nesta semana, a empresa deverá entregar três unidades para agricultores ligados ao setor sucroalcooleiro.

Antes com negociações concentradas no Centro-Oeste, o perfil dos compradores da empresa começou a mudar, segundo Borges. Muitos fornecedores de cana também passaram a adquirir esses aviões, segundo uma representante da empresa. Os produtores de grãos ainda estão cautelosos, uma vez que ainda passam por um período de renegociações de suas dívidas.

Cada avião agrícola custa cerca de R$ 620 mil, quase o mesmo preço de uma colheitadeira de cana. Esses aviões são usados na pulverização das lavouras, com aplicação de adubos, sementes e defensivos. A queda das vendas desses tipos de aviões acompanhou o baixo desempenho do setor de máquinas agrícolas, que também registrou fraco movimento nos dois últimos anos por conta da crise dos agronegócios.

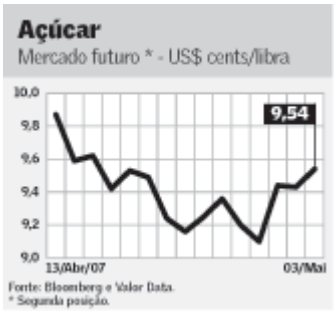
Única fabricante nacional de aviões agrícolas desde 1973, a Neiva também negocia kits de conversão de aviões movidos à gasolina para álcool. A frota de aviões agrícolas do país está estimada em aproximadamente 1,2 mil unidades.**(MS)**

A jornalista viajou a convite da Mecânica de Comunicação

Colheitadeira para cana – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 05/04/2007

A gigante americana AGCO estuda a viabilidade de produzir colheitadeira para cana. Segundo André Carioba, vice-presidente sênior da AGCO para América do Sul, o grupo ainda não está em cana, mas entende que o mercado de etanol é promissor. Com faturamento global de US$ 5,4 bilhões em 2006, dos quais 12% representados pela América do Sul, a companhia prevê crescer 10% este ano. No primeiro trimestre, a empresa teve lucro líquido global de US$ 24,5 milhões, 42% mais que em igual período do ano anterior. A empresa associou o resultado a vendas acima do esperado nas Américas do Norte e Latina.

Mais cana em Uberaba – Valor Econômico – Agronegócios – Commodities Agrícolas – 04/05/2007



A produção de cana em Uberaba, no Triângulo Mineiro, deverá atingir aproximadamente 3,4 milhões de toneladas na safra 2007/08, 53% mais que no ciclo passado, segundo levantamento do IBGE. A área plantada saltará dos 40 mil hectares, em 2006, para 55,95 mil hectares este ano. Para o milho, a área plantada subiu 10%, para 55 mil hectares no mesmo período, com uma produção estimada em 379,5 mil toneladas. Ontem (dia 3), os preços futuros do açúcar voltaram a subir. Em Nova York, os contratos para outubro encerraram o dia a 9,54 centavos de dólar por libra-peso, com alta de 11 pontos. Em Londres, outubro subiu US$ 3,80, para US$ 303,30 a tonelada. Em São Paulo, o indicador Cepea/Esalq para a saca de 50 quilos do açúcar cristal caiu 1,1%, para R$ 31,99.

Nova América faz pedido de abertura de capital na CVM - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 04/05/2007

O Grupo Nova América, dono do açúcar União, marca líder no varejo brasileiro, registrou pedido para abertura de capital na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no fim de abril. Se concretizada a operação, será a terceira empresa com atuação na área de açúcar e álcool do país a emitir ações no mercado, depois das usinas paulistas Cosan, a maior do segmento, e São Martinho.

Controlado pela família Rezende Barbosa, o grupo Nova América está em expansão, e recentemente anunciou investimentos da ordem de R$ 1 bilhão na construção de duas usinas de açúcar e álcool no Mato Grosso do Sul. A companhia quer ampliar seu processamento de cana dos atuais 7 milhões de toneladas para 15 milhões nos próximos dois anos.

Com duas usinas em operação em São Paulo, nas cidades de Tarumã e Maracaí, a Nova América também prepara uma emissão de debêntures para alavancar recursos e viabilizar seus novos projetos. Procurado, o grupo informou que não comentaria o assunto.

Na safra 2006/07, encerrada no dia 30 de abril, o faturamento do grupo deve ter alcançado cerca de R$ 1,7 bilhão, ante R$ 1,4 bilhão obtidos na temporada 2005/06. Há mais de um ano, a Nova América deu início a um processo de reestruturação. O Valor apurou que, a partir do pedido registrado na CVM, a emissão pública de ações (IPO, na sigla em inglês) é uma das opções que poderão ser adotadas, mas não necessariamente a única.

De gestão familiar, o grupo opera atualmente em três grandes frentes: açúcar e álcool, laranja e pecuária de corte e leiteira (tem gado bovino no Mato Grosso do Sul e no Paraguai). A companhia também é proprietária de um terminal portuário de açúcar, o Teaçu, em Santos (SP). Esse terminal tem capacidade para escoar 2 milhões de toneladas de açúcar a granel e 1 milhão de toneladas de açúcar ensacado.

O grupo também faz parte de um pool de usinas que, ancoradas pela União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), deverá negociar soluções logísticas para o escoamento de álcool para exportação das principais regiões produtoras do país até os portos.

A divisão de agroenergia do grupo é coordenada por Roberto Rezende Barbosa, presidente da companhia. José Eugênio, irmão de Roberto, está à frente da divisão de citros, que também está em expansão. Neste segmento, o grupo possui uma área de 3 mil hectares, com produção de cerca de 3,5 milhões de caixas de 40,8 quilos de laranja, volume que deverá atingir 8 milhões de caixas nos próximos anos. No varejo, a Nova América tem forte presença, sobretudo com marcas próprias de suco. O controle das fazendas e da área de pecuária do grupo fica a cargo de Renato Eugênio de Rezende Barbosa.

Etanol exige esforço extra de escritórios de advocacia - Felipe Frisch – Valor Econômico – Tributos - 07/05/2007

O mercado para os escritórios de advocacia empresarial está literalmente ganhando um novo combustível. É o etanol, extraído principalmente da cana-de açúcar para a produção do biodiesel, setor em que o Brasil tem se destacado e para o qual tem atraído governos e investidores estrangeiros interessados em oportunidades. Esses investidores, muitos revestidos da forma impessoal de fundos de investimento, demandam trabalho especialmente das áreas de fusões e aquisições dos escritórios de advocacia - as chamadas "M&A", sigla em inglês para "mergers and acquisitions".

Mas engana-se quem acha que o trabalho dos advogados com este setor da economia é igual ao que ocorre no dia-a-dia dos escritórios que tratam de direito societário. Os estrangeiros que vêm em busca de oportunidades - leia-se comprar usinas - deparam-se com estruturas tradicionalmente familiares, apegadas e com uma cultura afastada, inclusive geograficamente, do tradicional mundo dos negócios. No campo e nessas estruturas, a sigla "M&A" não é exatamente popular.

Em alguns casos, a solução do negócio pode ser "tropicalizar" alguns procedimentos, diz o advogado Fernando Henrique Cunha, coordenador da área de infra-estrutura do escritório L.O Baptista Advogados, que atende um grupo grande de usinas, além de um grupo estrangeiro em busca de oportunidades. "Percebemos que às vezes os grupos estrangeiros estabelecem determinados parâmetros que não são comuns em negociações com brasileiros", diz. É o caso de documentos - como os contratos de confidencialidade - que são importados sem qualquer adaptação e pedem uma simplificação quando é hora de lidar com o vendedor brasileiro. "Às vezes o estrangeiro fica querendo se proteger demais e prejudica o negócio, o usineiro se sente coibido", afirma o advogado.

Uma preocupação adicional que os escritórios reconhecem que precisam ter nos negócios envolvendo usinas de etanol é com a carga emocional envolvida no processo. "Mantemos um laço com os clientes (donos das usinas que podem ser vendidas). As

pessoas ali estão se desfazendo de um laço familiar", diz o advogado Halley Henares Neto, que dá nome ao escritório Henares Advogados Associados. Ele tem como clientes cerca de 40 usinas no interior de São Paulo, além de seis investidores que procuram no escritório um intermediário para a compra de usinas e mesmo para a recomendação de potenciais vendedores.

Um dado curioso é que dois desses clientes são "family offices", escritórios que administram fortunas familiares querendo entrar no mercado de etanol. Se de um lado há famílias vendendo estruturas e saindo do negócio, de outro há também famílias querendo entrar e aumentar sua riqueza. Para atender o mercado e garantir a exigida "proximidade com as famílias", a banca de médio porte, com aproximadamente 50 advogados e sede na capital paulista, mantém filiais em Piracicaba, Limeira e São José do Rio Preto, no interior de São Paulo.

Há outras peculiaridades no setor. No campo também não faz muito sucesso o chamado "time sheet", método importado dos Estados Unidos para o cálculo dos honorários dos advogados e acionado a cada vez que o cliente liga para uma consulta. Henares ainda relata que o trabalho exige uma diplomacia adicional: "Levamos o investidor até a usina para fechar o negócio. Para ele, é mais fácil ir até lá do que é, para o usineiro, sair do local dele", afirma.

Mas os conflitos não ocorrem só entre compradores e vendedores. "Há o problema das gerações da família, existe uma certa discordância entre os acionistas porque é muita gente envolvida, e é preciso tomar cuidado para que os sócios se componham para não inviabilizar o negócio", diz a advogada Mariana Nogueira, sócia do escritório Leite, Tosto e Barros Advogados Associados, que, no setor, tem como clientes dez grupos de usinas e bancos que financiam a produção agrícola. Ela conta que o trabalho para este segmento começou a aumentar na banca de dois anos para cá e teve início com usinas brasileiras fazendo parcerias no exterior para o desenvolvimento de tecnologia. Agora, o foco está de volta no Brasil e no direito societário com o forte movimento de compra de usinas por grupos maiores. Dos 150 advogados da banca, pelo menos dez estão envolvidos neste tipo de negócio.

A parte deste trabalho que toma mais tempo e envolve maior número de advogados - cerca de 20, dependendo da usina e do escritório contratado - é a chamada "due diligence", em que os profissionais são destacados para identificar passivos e eventuais contingências contábeis ou jurídicas das usinas envolvidas nas operações. Apesar da imagem de informalidade e mesmo de irregularidade nas relações de trabalho do setor, os principais passivos e contingências encontrados são tributários, e não trabalhistas. No meio do caminho também são expressivos os problemas previdenciários, destaca o advogado João Luiz de Moraes Erse, do Henares Advogados. "O mais comum é o não-recolhimento das contribuições ao INSS", diz. Ele lembra, no entanto, que é grande a preocupação dos compradores com eventuais passivos trabalhistas das usinas. Com a profissionalização dessas, também ganha espaço a mecanização da produção e, assim, o risco de passivos trabalhistas é reduzido.

Dependendo do tamanho das contingências encontradas na "due diligence", o negócio pode até mesmo não se concretizar, como conta o advogado Pedro Seraphim, sócio do escritório Tozzini Freire Advogados na área de energia. Ele relata o caso de um negócio que não foi concluído em função de demandas ambientais, outro por causa do peso das questões trabalhistas e ainda por questões financeiras como o acúmulo de dívidas bancárias decorrentes das dificuldades do setor nos anos 1990.

A banca tem cinco clientes (apenas um do lado dos vendedores) na Bahia, Pernambuco, Espírito Santo e Minas Gerais. No interior de São Paulo, ocorreram apenas algumas tentativas. No clima da exuberância deste mercado, muitos negócios são tentados, mas poucos fechados. Para chegar aos cinco efetivados, o Tozzini estive envolvido em cerca de 15 negociações nos últimos 12 meses. Hoje, são pelo menos oito negócios em andamento no escritório. Somente o setor sucroalcooleiro toma de 60% a 75% do tempo dos sócios da banca que atuam nesta área.

Além de gerar negócios para todos os lados envolvidos, um lado positivo da empolgação que envolve o setor, diz Pedro Seraphim, é o aumento da proatividade dos vendedores, que estão investindo na solução de suas contingências e na profissionalização na tentativa de vender melhor suas usinas. O advogado acha difícil prever até quando o "boom" dos investimentos em etanol vai durar antes da consolidação do setor. "Ainda há bastantes negócios possíveis. Hoje, só por estarmos trabalhando na área recebemos e-mails de pessoas sobre usinas que querem vender", conta.

Agrishow fatura mais – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 07/05/2007

Os organizadores da Agrishow Ribeirão Preto estimam que a edição deste ano movimentou R$ 700 milhões, 40% mais que em 2006, e teve 140 mil visitantes. O avanço nas vendas de máquinas deve-se à recuperação no setor grãos e à expansão do setor canavieiro.

Preço do álcool recua – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 07/05/2007

Os preços do álcool combustíveis recuaram na semana encerrada em 4 de maio sobre a anterior. O litro do anidro fechou a R$ 1,06559 (sem impostos), com baixa de 0,87% sobre a semana anterior. O do hidratado fechou a R$ 0,86953 (sem impostos), recuo de 5,23, de acordo com o Cepea.

Frigoríficos no Cade – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 07/05/2007

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) deverá julgar nas próximas semanas o "cartel dos frigoríficos". O órgão recebeu, na sexta-feira, o parecer do Ministério Público Federal pedindo a condenação de oito frigoríficos de carne bovina suspeitos de participar de um esquema de tabelamento de preços aos pecuaristas. Com isso, o caso deve entrar na pauta de julgamentos, assim que o relator do processo, conselheiro Luis Fernando Schuartz, concluir o seu relatório. O procurador José Elaeres, que representa o MPF no Cade, entendeu que Minerva, Mataboi, Frigoestrela, Marfrig, Friboi, Bertin, Frigol e Franco Fabril combinaram os preços. Esse foi o terceiro parecer a favor da condenação dos frigoríficos.

Contra a aftosa – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 07/05/2007

O Ministério da Agricultura informou que a primeira etapa da campanha de vacinação contra a febre aftosa no Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rondônia, São Paulo, Sergipe, Tocantins e no Distrito Federal deve vacinar cerca de 126 milhões de bovinos e mais de 950 mil bubalinos.

Agrishow fatura mais – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 07/05/2007

Os organizadores da Agrishow Ribeirão Preto estimam que a edição deste ano movimentou R$ 700 milhões, 40% mais que em 2006, e teve 140 mil visitantes. O avanço nas vendas de máquinas deve-se à recuperação no setor grãos e à expansão do setor canavieiro.

Colheita chega ao fim – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 07/05/2007

A colheita do arroz no Rio Grande do Sul já atingiu 98% dos 928 mil hectares plantados. De acordo com o Instituto Riograndense do Arroz (Irga), o Estado colherá 6,2 milhões de toneladas no atual ciclo, ante 6,7 milhões em 2005/06. A safra brasileira é estimada em 11,2 milhões de toneladas.

Preço do álcool recua – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 07/05/2007

Os preços do álcool combustíveis recuaram na semana encerrada em 4 de maio sobre a anterior. O litro do anidro fechou a R$ 1,06559 (sem impostos), com baixa de 0,87% sobre a semana anterior. O do hidratado fechou a R$ 0,86953 (sem impostos), recuo de 5,23, de acordo com o Cepea.

Nufarm compra Agripec – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 07/05/2007

A australiana Nufarm fez acordo para aquisição de 50,1% de participação societária da brasileira Agripec, por R$ 350 milhões. Em 2004, a Nufarm adquiriu 49,9% da empresa brasileira de defensivos.

Moagem da safra recorde de cana se intensifica no centro-sul do país - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 07/05/2007

Cerca de 140 usinas de açúcar e álcool do centro-sul do país, de um total de 270 unidades em operação na região, deram início à safra 2007/08 de cana até o dia 1º de maio, de acordo com levantamento do Ministério da Agricultura, com base nas estimativas da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica).

A safra de cana, que deve bater um novo recorde, teve início no fim de março, em algumas unidades do Paraná e São Paulo, e deve se intensificar a partir deste mês. A colheita da matéria-prima na região está estimada em 420 milhões de toneladas, volume 13% maior em relação ao ciclo anterior (2006/07).

O aumento da produção reflete a maior área plantada e também os novos projetos de usinas na região. Nesta safra, 17 novas usinas começam a operar no país. Em 2006, 12 novas unidades entraram em operação. O plantio de cana deve ocupar uma área de 6,3 milhões de hectares em todo o país.

Para a região Nordeste, que responde por cerca de 15% da oferta nacional de matéria-prima, o Ministério da Agricultura prevê uma produção entre 55 milhões e 60 milhões de toneladas de cana-de-açúcar para a safra 2007/08, com colheita a partir de setembro deste ano.

Se confirmadas as estimativas, a safra nacional de cana-de-açúcar vai totalizar entre 475 e 480 milhões de toneladas no país, um crescimento médio de 12,5% sobre o ciclo 2006/07.

As usinas sucroalcooleiras devem produzir cerca de 20,2 bilhões de litros de álcool, um incremento de 13,5% em relação ao período anterior. As exportações de etanol devem ficar em torno de 3,5 bilhões de litros. A produção brasileira de açúcar deve alcançar 31,3 milhões de toneladas de açúcar, 5% superior à safra anterior. Os embarques estão estimados em cerca de 20 milhões de toneladas.

Da produção total de cana, cerca de 35 milhões de toneladas de cana deverão ser destinadas à produção de cachaça.

New Holland eleva investimentos no país e prevê avanço - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócio - 09/05/2007

O italiano Lorenzo Sistino, assumiu em dezembro o posto de presidente mundial da New Holland - divisão da CNH, do grupo Fiat - em um momento que considera extremamente favorável para o setor de máquinas agrícolas. O aumento da demanda global por grãos e cana-de-açúcar para biocombustíveis estimulou as vendas de insumos e permitiu às empresas reajustarem preços e margens. A própria CNH elevou suas vendas de máquinas agrícolas em 9% no primeiro trimestre, para US$ 2,1 bilhão, e elevou o lucro líquido em 121%, para US$ 95 milhões.

A maior parte da expansão ocorreu na América Latina, onde as vendas aumentaram 43%. E, nessa região, o Brasil ganhou importância estratégica para a empresa, que reforça investimentos para crescer em participação de mercado já neste ano, disse o executivo ao Valor em sua primeira visita ao Brasil. Sistino chegou no último domingo e visitou grandes produtores de Sinop e Lucas Rio Verde (MT). Ontem, reuniu-se com concessionárias do grupo em Maringá (PR) para afinar o plano de expansão. De lá, partiu para os EUA. "O motivo da minha visita é sobretudo saber como os revendedores e clientes percebem nossos produtos e quais são as exigências, para que possamos adequar as linhas e melhorar as vendas", afirmou.

No Brasil, o grupo CNH está fazendo investimento de US$ 50 milhões na fábrica de Curitiba, recurso que será destinado exclusivamente ao desenvolvimento de tratores e colheitadeiras. No próximo mês, diz Sistino, a empresa deve lançar nove tratores e duas colheitadeiras - o maior número de lançamentos feitos pela empresa nos últimos dez anos. A meta, conforme o executivo, é aumentar neste ano a sua participação no mercado de tratores e colheitadeiras entre 3,5 e 4 pontos percentuais.

Neste ano, a empresa apresentou uma pequena queda na participação de mercado em relação a 2006, embora tenha elevado as vendas de tratores em 47,1% até abril, para 1.736 unidades, e as de colheitadeiras em 61%, para 248 unidades, segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Conforme a entidade, a New Holland detém atualmente 17,1% do mercado de tratores, ante 19,4% em 2006. No segmento de colheitadeiras, a participação atual é de 32,5%, ante 36,6% no ano passado.

"É um plano forte, é um plano ambicioso. Mas pensamos que o Brasil terá uma forte expansão nos próximos anos. Estamos confiantes no potencial e na capacidade de o país crescer economicamente e, em especial, na área agrícola", afirmou Sistino. A expansão do

setor, conforme o executivo, resultará principalmente da demanda nos setores de grãos e cana.

A CNH iniciou em 2006 um programa de investimentos de US$ 200 no Brasil, que serão aplicados até 2009. O plano contempla melhoria nas fábricas e desenvolvimento de produtos nos segmentos de tratores, colheitadeiras, caminhões e construção civil. O país é o principal mercado agrícola para a CNH na América Latina, onde o grupo faturou o ano passado US$ 1,2 bilhão - o equivalente a 20% do faturamento global do grupo.

Segundo Francesco Pallaro, vice-presidente da CNH para América Latina, é possível que as vendas de máquinas no Brasil superem as 42 mil unidades alcançadas em 2002. "É bastante provável que as indústrias ultrapassem esse número em 2008", afirmou Pallaro.

Basf prevê recuperação no Brasil - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 10/05/2007

A alemã Basf, que no primeiro trimestre do ano ampliou a receita com vendas em 49% na América do Sul - onde o Brasil tem 70% de participação - , está reforçando investimentos em pesquisas para ampliar seu portfólio com produtos "ecologicamente corretos". O grupo iniciou em 2006 um programa trienal de investimentos de 334 milhões de euros, voltados ao desenvolvimento de produtos agrícolas.

Michael Heinz, presidente mundial da divisão, afirmou em visita feita ao Brasil que os aportes serão voltados principalmente para a descoberta de produtos que ofereçam sustentabilidade ambiental e econômico. As principais características consideradas são produtividade e resistência à seca.

Recentemente, o grupo formou uma joint venture com a americana Monsanto. Juntos, os dois grupos investirão 1,2 bilhão de euros na busca de genes de soja, milho, algodão e canola que ofereçam tais características. A partir dessas pesquisas, a Basf desenvolverá defensivos adequados às novas culturas. "A empresa está comprometida com a busca de soluções que ofereçam sustentabilidade econômica e ambiental aos agricultores no longo prazo", afirmou Heinz.

No Brasil, a Basf fez no fim de 2006 aporte de 3,5 milhões de euros em sua rede de laboratórios em Guaratinguetá (SP), para acelerar pesquisas na área agrícola. Além do desenvolvimento de defensivos para grãos, a empresa também prepara lançamentos para a área de cana-de-açúcar. "A empresa já lidera esse segmento e testa agora produtos que protejam a planta, de forma que ela possa ter maior desenvolvimento de raízes e maior produtividade", disse Eduardo Leduc, diretor de produtos para agricultura da Basf no Brasil. A empresa prevê lançar sete defensivos neste ano e outros oito até 2010.

No primeiro trimestre, Basf lucrou 9% mais no mundo que em igual período de 2006, atingindo 1 bilhão de euros. Na área agrícola, a empresa elevou seu ebit (lucro antes de juros e impostos) em 5%, para 225 milhões de euros. As vendas tiveram queda de 3%, para 897 milhões de euros.

De acordo Leduc, as vendas no Brasil aumentaram, principalmente para soja e cana-de-açúcar. Para o ano, o setor prevê crescimento entre 5% e 10%, mas a Basf ainda mantém cautela. "Há expectativa de recuperação, mas é preciso esperar o recebimento das vendas do início do ano, o que acontece entre maio e junho", afirmou. Ele observou que produtores

de grãos acumulam dívidas das três safras passadas e a partir da renda obtida nessa safra de verão será possível saber a estratégia dos produtores para o segundo semestre.

Exigências rígidas desafiam o Brasil - Cibelle Bouças – Valor Econômico –Agronegócio - 10/05/2007

A competitividade brasileira no mercado global de biocombustíveis já não depende apenas da oferta disponível de produtos a preços competitivos. Um estudo divulgado recentemente na Europa pelo economista Matthias Fawer, do suíço Bank Sarasin & Co - que presta consultoria à Comissão Européia - considerou grandes usinas e mesmo tradings multinacionais inadequadas para receberem aportes de investidores. O motivo: empresas, segundo o economista, não têm projetos que garantam a sua sustentabilidade sócio-econômica no longo prazo.

Décio Zilbersztajn, coordenador-geral do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial da Universidade de São Paulo (Pensa/USP), observa que os importadores - principalmente europeus - impõem exigências mais rígidas sobre a produção sustentável de alimentos e biocombustíveis. "As empresas têm de se preocupar com essas questões e se preparar, se quiserem abrir capital ou competir internacionalmente".

Zilbersztajn aponta como fatores decisivos para uma participação efetiva no mercado internacional a expansão controlada de áreas plantadas e a revisão nos contratos mantidos com fornecedores de cana-de-açúcar e arrendatários de terras. "Muito se fala sobre uma área potencial de 72 milhões de hectares utilizados hoje pela pecuária e que podem ser substituídos pela cana, mas não existe um controle total sobre esse avanço".

Em função de custos, o plantio de cana precisa ser feito em um raio de até 200 quilômetros de distância das usinas e, por isso, a expansão das lavouras ocorrerá necessariamente nessas regiões. Em Goiás, no Mato Grosso do Sul e Paraná, os governos estaduais estudam mecanismos para controlar a expansão das lavouras de cana. "A preocupação do mercado internacional está centrada nas regiões do Pantanal e Amazônia. Nessas áreas deve haver uma ação mais enfática do governo", diz o pesquisador.

Outro fator que deve ser considerado é a mecanização das lavouras. De acordo com dados da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), as usinas empregam hoje 3,6 milhões de pessoas, sendo mais de 511 mil na colheita nas lavouras. Em março deste ano, o Ministério Público do Trabalho informou que 14 usinas em São Paulo mantinham colhedores em condições irregulares de trabalho.

No fim de abril, o Ministério Público do Trabalho abriu inquérito para apurar a morte de um cortador de cana que trabalhava em uma usina em São Paulo. "São notícias que produzem um efeito negativo para todo a cadeia que atua no país", observa Zilbersztajn.

Além do cuidado em relação às condições de trabalho dos colhedores de cana, outro fator em discussão no mercado internacional é a substituição desses profissionais pela colheita mecanizada. Em Goiás, o grupo Otávio Lage, dono da usina Jalles Machado, iniciou no ano passado um projeto de produção de tomates e borracha natural para que os cortadores de cana tivessem uma oportunidade de trabalho após a mecanização da lavoura. "A mecanização provoca impactos secundários no mercado de trabalho e cria oportunidades, embora seja difícil medir isso. Mas é certamente um ponto a ser avaliado pelas usinas", afirma.

Ainda em relação às relações de trabalho, Zilbersztajn atenta para a necessidade de as empresas reverem os contratos com produtores que arrendam terras ou fornecem cana. "Houve um crescimento forte desse tipo de relação, principalmente fora da região centro-sul e esses produtores precisam se associar para negociar preços em condições justas para ambos os lados", diz. Zilbersztajn tratará sobre o tema no seminário Bioenergia: Fonte de Energia para o Desenvolvimento Sustentável, que será realizado pelo Valor no dia 18 de maio.

Petrobras exporta – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 15/05/2007

A Petrobras fez o primeiro embarque de etanol para os Estados Unidos no fim de abril (12 milhões de litros) e negocia contrato de fornecimento mensal à Venezuela, de 20 milhões a 30 milhões de litros, informou a Reuters. A estatal também exportará para a Nigéria 20 milhões de litros de álcool, a primeira venda ao país. Para o ano, a Petrobras prevê exportar 850 milhões de litros de álcool.

Aportes estrangeiros no Brasil podem superar US$ 9 bi - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 15/05/2007

Os investimentos estrangeiros em usinas de álcool no Brasil poderão ultrapassar US$ 9 bilhões nos próximos anos, se forem concretizados os projetos de empresas que fizeram consultas junto à Dedini Indústrias de Base. O cálculo foi feito com base nas estimativas de mercado de aporte médio de US$ 100 milhões por usina. José Luiz Olivério, vice-presidente de operações da Dedini, reiterou que além de 88 projetos em fase de instalação por grupos nacionais, existem outros 189 em processo de estudos, dos quais pelo menos 50% são de grupos estrangeiros.

Entre os projetos já anunciados, está o plano da japonesa Mitsui de construir 40 usinas em parceria com a Petrobras. Conforme já informou o Valor, grupos como Archer Daniels Midland (ADM), Mitsubishi, Noble Group, o fundo francês Bioenergy Development Fund (BDF, que tem como sócio o banco francês Société Générale), a Brazil Renewable Energy Company (Brenco, lançada pelo ex-presidente da Petrobras Henri Phillipe Reichstul) também já demonstraram interesse em investir no mercado brasileiro de etanol.

Na avaliação de Olivério, ainda não se pode dizer que o setor sucroalcooleiro do Brasil passa por um processo de internacionalização. "O mercado internacional apresenta um grande potencial e quando ele deslanchar, aí sim, os grupos estrangeiros deverão entrar com força no mercado brasileiro. Hoje há pouca participação, e a produção é muito voltada para atender ao mercado interno."

De acordo com dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), existem hoje no Brasil 357 usinas em operação. A estimativa do governo é que tais usinas processarão na safra 2007/08 entre 475 milhões e 480 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. Do volume total estimado para a safra, apenas 6% serão processadas por estrangeiros, segundo a Unica.

Atuam hoje no Brasil as francesas Tereos (dono da Guarani, com três unidades) e Louis Dreyfus (com cinco unidades), as americanas Cargill (Cevasa) e Globex, o Infinity Bio-Energy (grupo com ações negociadas em Londres e participação de fundos

estrangeiros), a Noble Group (multinacional com sede em Hong Kong, dona da Petribu) e a argentina Adeco Agropecuária (com uma usina). Os fundos Global Foods e o Carlyle and Riverstone também têm participação na Santa Elisa.

De acordo com Antônio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da Unica, até 2010, os grupos estrangeiros deverão responder por 10% da produção do setor. "A efetivação dos investimentos estrangeiros dependerá muito da instalação de infra-estrutura e da demanda internacional", avalia Pádua. Ele observa que na safra 2006/07, de 17,7 bilhões de litros produzidos, 14 bilhões ficaram no país. Ele reitera que há de concreto US$ 17 bilhões em aportes para instalação de 88 usinas, sendo que 19 entram em operação neste ano, 36 em 2008 e o restante, em 2009.

A própria Dedini quer avançar nessa área. A empresa planeja inaugurar, até 2010, a primeira planta para produção em escala industrial de etanol celulósico, que utilizará como matéria-prima o bagaço e a palha da cana. Segundo Olivério, o processo desenvolvido pela empresa permite produzir 40% mais álcool com o mesmo volume de cana e o custo desse etanol está hoje em torno de US$ 40 por barril, mais barato que o petróleo.

POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS

BIODIESEL

Rainha terá verba do governo para fabricar biodiesel - José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 02/05/2007

Líder dos sem-terra lança projeto no Pontal e anuncia parceria com estrangeiros para escoar a produção

O líder do Movimento dos Sem-Terra (MST) José Rainha Júnior reuniu 3 mil assentados da reforma agrária ontem, em Mirante do Paranapanema, para lançar um projeto de biodiesel no Pontal, oeste do Estado. Sob uma lona de circo, montada no Assentamento São Bento, ele anunciou uma parceria inédita com empresas estrangeiras ligadas ao agronegócio para escoar a produção.

De acordo com o líder sem-terra, o plano tem o aval do presidente Lula e prevê aporte de dinheiro público: o governo pagará um salário mínimo por mês a cada família participante e deve bancar ainda a instalação das lavouras, a um custo de R$ 50 milhões em dez anos. Será plantado o pinhão manso, oleaginosa que a Unicamp considera apropriada para ser cultivada na região.

Rainha, que já foi investigado pelo suposto desvio de dinheiro público repassado a uma cooperativa de assentados, garantiu que os recursos serão bem empregados. Ele disse que o salário mínimo mensal será pago durante os três primeiros anos. “É para a família se manter até começar a produção.”

Os assentados, entre eles conhecidos militantes do movimento que lideraram invasões de fazendas na região, fizeram fila para assinar uma lista de adesão ao biodiesel. A região concentra o maior número de famílias assentadas - 6,8 mil - e lidera os conflitos fundiários no Estado. Os sem-terra dividiram o espaço sob a lona com representantes dos governos estadual e federal, além de três deputados e vários prefeitos da região.

Estiveram presentes sindicalistas rurais da Central Única de Trabalhadores (CUT) e dois empresários europeus: João Cardoso, presidente da Torryana Biodiesel, de Portugal, e Palmiro Soriano, presidente de uma associação de produtores da Espanha. Eles manifestaram interesse em participar da construção da fábrica.

Rainha quer que a Federação das Associações dos Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista (Fafop), criada para representar os assentados, detenha o controle de 60% da indústria. O líder, que ficou alheio às invasões do "abril vermelho" do MST, elogiou o presidente Lula, mas considerou indispensável o apoio do governador de São Paulo, José Serra (PSDB).

O estudo foi feito por técnicos ligados à Unicamp e apresentado aos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Trabalho e do Meio Ambiente, Banco do Brasil, Petrobrás e Caixa Econômica Federal - todos mandaram representantes. A idéia é começar com 2,5 hectares por família, devendo chegar a 60 mil hectares em dez anos. Segundo Rainha, as famílias teriam assegurada uma renda média de R$ 1,2 mil por mês. "Queremos vender o óleo, não a baga", disse.

Apesar das bandeiras do movimento tremulando em mais de 30 mastros, o MST não deu aval para o projeto. Nenhum dirigente compareceu ao evento. "Esse é um projeto do Rainha e da federação, não é do MST", disse Valmir Rodrigues Chaves, da direção nacional.

Assentados do Pará impulsionam produção de matéria-prima para o biodiesel na região Norte – INCRA - 11/05/07

A fabricação de biodiesel, que no Brasil deve aumentar exponencialmente nos próximos anos, ganha fôlego na região Norte do País. E o Pará atualmente se destaca na produção de palma (dendê), devido ao incentivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/PA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) à plantação de matérias-primas para suprir essa cadeia produtiva.

No Pará, o município que mais avançou na produção de óleo de palma foi Moju. Lá, o MDA/PA, juntamente com o Incra, inseriu nessa cadeia 35 famílias de trabalhadores rurais assentados, do Projeto de Assentamento (PA) Calmaria II. Esse PA recentemente firmou contrato com a empresa Agropalma, o que garantiu a venda da produção de óleo de palma dos agricultores familiares locais.

De acordo com o delegado do MDA/PA, José Abucater, o contrato com a Agropalma está firmado para 30 anos e o preço de comercialização do dendê vai variar de acordo com indicadores do mercado internacional e com a cotação do dólar. "Nossa

preocupação foi garantir ao assentado um valor de mercado para sua produção, fazendo com que ele seja remunerado adequadamente", afirmou.

Perspectivas de rendimento

Em reunião ocorrida no dia 23 do mês passado, no município de Moju, a Secretaria de Agricultura do Estado do Pará, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/PA), o Banco da Amazônia (Basa) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) discutiram as perspectivas de produção do PA Calmaria II. Na ocasião, foi constatado que a rentabilidade dos agricultores familiares desse assentamento pode chegar a R$ 2 mil por mês quando o óleo de palma começar a ser vendido.

Apesar de apresentar boa rentabilidade para os agricultores familiares, a produção de óleo de palma não oferece retorno financeiro imediato. O tempo médio necessário entre o plantio de dendê e a primeira colheita é de três anos. No caso do PA Calmaria II, a primeira colheita está prevista para o segundo semestre de 2008.

Segundo Donato Alves da Cunha Filho, técnico agrícola do MDA no estado do Pará, a principal preocupação do MDA e do Incra é fazer com que os agricultores desse assentamento não fiquem restritos apenas à produção de óleo de palma. "É importante diversificar a produção e evitar a monocultura. Queremos a parceria da Agropalma, mas sem deixar de lado outras alternativas de produção", diz ele.

Selo Combustível Social – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 09/05/2007

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) concedeu nesta semana o Selo Combustível Social a mais três empresas do país: Barrálcool, de Barra do Bugre (MT), Ponte di Ferro, de Taubaté (SP) e Oleoplan, de Veranópolis (RS), elevando o número de empresas com selo para 13.

Avanço do etanol é irreversível, diz Lula - Clarissa Oliveira - Estado de São Paulo – Vida & – 04/05/2007

Presidente afirmou que 'o mundo vai se curvar aos biocombustíveis'

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que o mundo vai "se curvar" aos biocombustíveis e deixou claro que o Brasil não cederá a críticas relacionadas ao avanço das áreas de plantio de cana-de-açúcar. Durante a cerimônia de abertura da feira de gado Expozebu 2007, em Uberaba (MG), Lula caracterizou como "irreversível" a evolução do álcool e do biodiesel e voltou a colocar o Brasil em uma posição privilegiada em relação a outros competidores internacionais.

"Podem falar o que quiserem, mas é irreversível. O mundo vai se curvar aos combustíveis renováveis e, na hora em que o mundo se curvar, não terá ninguém para

competir com o Brasil", disse, destacando que isso não significará redução da área de plantio de alimentos.

Em ocasiões anteriores, Lula assegurou o plantio de alimentos, argumentando que um cidadão sempre pensará primeiro em garantir sua própria energia por meio da alimentação, para depois pensar naquela que alimenta seu carro. O presidente aproveitou a presença dos criadores de gado para destacar que, na medida em que a tecnologia avançar no setor pecuário, será necessário um espaço cada vez menor para o pasto.

Em um recado aos críticos da evolução das áreas de plantio de cana, Lula afirmou que o Brasil não se submeterá às pressões. "O que a gente não pode é ceder aos discursos dos adversários, que lá da Europa vão dizer: 'não, vai invadir a Amazônia'. Quem tem interesse em defender a Amazônia somos nós e não eles. Nós temos interesse em defender a Amazônia", afirmou. "O que não pode é exigir que continuemos eternamente pobres e miseráveis. Não, nós temos vocação." Lula disse que o Brasil tem 440 milhões de hectares de terras e apenas 1% desse total é utilizado para o plantio de cana.

'É retomada, sim, mas cautelosa' - Adriana Rota – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/05/2007

Para o ex-ministro Roberto Rodrigues, recuperação do setor ainda está muito concentrada no setor canavieiro

O ex-ministro da Agricultura e atual presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Rodrigues, disse ontem, em entrevista exclusiva ao Estado,que é preciso haver um 'otimismo cauteloso' em relação à recuperação do agronegócio. 'É retomada, sim, mas cautelosa, com o pé no chão. O volume de negócios está concentrado no setor canavieiro e, ainda assim, não o bastante, porque os preços do açúcar também estão despencando. Não tem ninguém fazendo loucura.'

Em visita à Agrishow Ribeirão Preto, acompanhando um grupo de alunos do campus de Jaboticabal da Universidade Estadual Paulista (Unesp), o ex-ministro disse que falta resolver 'alguns problemas centrais' do agronegócio, como o estoque acumulado de dívidas.

Segundo ele, o governo federal tem trabalhado nisso. 'Instrumentos vêm sendo implementados lentamente, mas a questão não está resolvida', afirmou, emendando que a questão cambial também afeta a atividade. Ele diz que outro complicador é a alta de preços dos fertilizantes, que irá onerar os custos de produção no plantio da próxima safra.

Rodrigues diz que a agricultura vive um momento de safra boa e colheita farta. 'É só alegria para a alma dos agricultores, mas o bolso não se alegra. Os custos estão crescendo e os preços, não o bastante. Estão bons em dólar, mas não remuneram os custos de produção.'

Com relação aos problemas de logística, Rodrigues aposta num avanço trazido pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. Ele está confiante na criação de um PAC específico para o agronegócio. O assunto será debatido com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, na próxima segunda-feira, na Fiesp.

JUROS

Indagado sobre uma taxa de juros adequada para a realidade brasileira, o ex-ministro afirma que seria 'razoável' adotar a que todo o mundo pratica: entre 3% a 5%. Rodrigues atribui às políticas de subsídios agrícolas esse diferencial competitivo dos demais países.

Rodrigues diz que o agricultor ficou com fama de 'chorão', porque as políticas de subsídios criadas no passado, para contrabalançar a transferência de renda do campo para a cidade, beneficiaram uma minoria, e que a sociedade, a academia e a mídia reproduziram essa imagem para todo o conjunto de agricultores. 'O governo deu uma resposta positiva nos anos 60 e 70, mas parcialmente. Os não atendidos continuaram chorando. A sociedade ficou insegura com relação a esse fato. Afinal, o governo fez ou não? Fez, mas de modo insuficiente.'

De acordo com o ex-ministro, a imagem começou a mudar recentemente, mas o agronegócio ainda não é visto pela maioria como um setor progressista e competitivo, apesar de gerar um terço dos empregos do País e um terço do PIB (Produto Interno Bruto) nacional.

Rodrigues diz, ainda, que falta ligação entre a representação política e a econômica, embora essa questão também esteja evoluindo. 'Temos parlamentares fortemente ligados à agricultura. Questões como seguro rural e biotecnologia só evoluíram na minha gestão porque houve apoio do parlamento.'

Em relação à sobrevivência da agricultura familiar, o ex-ministro explicou que, diante da globalização da economia, que favorece o aumento da produtividade, eleva a oferta e reduz os preços das commodities, os agricultores que não conseguem obter bons rendimentos acabam por ser excluídos da atividade, sejam grandes ou pequenos. Como as margens de lucro são cada vez menores, Rodrigues considera importante que pequenos e médios produtores se unam em cooperativas para aumentar o ganho de escala e fazer frente a um cenário de maior competitividade.

'Existe uma perversidade: toda vez que o uso da tecnologia aumenta, os preços caem e há exclusão. Isso não tem nada a ver com o tamanho do produtor. Na globalização, é muito mais visível porque contamina cenários de diversos países. Os ricos, por causa da visão da sociedade, criam mecanismos para não serem excluídos. É o que falta aqui', disse.

Na opinião de Rodrigues, 'é preciso ter políticas diferentes para produtos diferentes e status diferentes'. 'Os preços agrícolas estão caindo no mundo inteiro', alertou.

Produção de álcool deve crescer 41% em Goiás – Felipe Bachtold – Folha de São Paulo – Dinheiro - 03/05/2007

A safra 2007/2008 vai proporcionar a Goiás aumento de 41% na produção de álcool em relação ao ano anterior, segundo o Sifaeg (sindicato da indústria de álcool do Estado). Os produtores estimam que, em três anos, o Estado será o segundo maior do país no setor, atrás apenas de São Paulo. Atualmente, Goiás é o quarto produtor nacional de álcool. O governo estadual não confirma a previsão, mas diz que o aumento da produção para o próximo ano será "exponencial".

A crescente demanda por álcool no mercado interno, puxada por vendas de carros bicombustíveis, e a perspectiva de aumento nas exportações são apontadas como as razões para a alta da produção tanto pelo sindicato como pelo governo do Estado. O presidente do Sifaeg, Igor Montenegro, diz que o Estado tem condições climáticas e geográficas favoráveis, o que tem atraído usinas. O aumento da área com cana em Goiás, que deve ser de 37% na próxima safra, segundo o sindicato, preocupa, no entanto, o governo do Estado.

A Secretaria da Agricultura diz que quer direcionar a expansão da cana para regiões pouco desenvolvidas, o que evitaria que a produção rural se concentrasse em apenas uma cultura. **(FELIPE BÄCHTOLD)**

São Paulo quer controlar queima de cana – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/05/2007

Secretaria do Meio Ambiente pode reduzir tamanho da área queimada mesmo com plantio em expansão

DA REUTERS

Preocupado com o impacto ambiental da expansão do plantio de cana-de-açúcar no Estado, o governo paulista estuda adotar a partir deste ano novos critérios para liberar a queima controlada dos canaviais, uma prática largamente adotada pelo setor para permitir o corte manual.

Uma resolução está sendo considerada pela Secretaria do Meio Ambiente, que no ano passado suspendeu a prática em diversas áreas do Estado, em vários momentos da safra, sempre que os níveis de umidade do ar atingiam patamares críticos. A intenção do

governo é, mesmo com a expansão da cultura, manter a área com queima inalterada ou até mesmo reduzi-la em relação à safra passada, que chegou a 2,5 milhões de hectares, 10% da área agricultável de São Paulo.

A suspensão está prevista na lei estadual 11.241, de 2002, que determina a eliminação gradual da queima de cana em áreas mecanizáveis (com declive de até 12%) até 2021 e nas áreas não-mecanizáveis até 2031. Pelo cronograma, em 2006 a queimada estava vetada em 30% das áreas mecanizáveis. "O objetivo da lei (...) era que tivesse uma eliminação gradativa da queimada, só que ninguém estava prevendo a expansão (...) Então em cima disso estamos trabalhando para que a gente coloque um limite", disse Ricardo Viegas, coordenador do Etanol Verde, programa ambiental do Estado. São Paulo é o maior produtor de cana do país, com cerca de 60% da produção. A safra paulista cresceu praticamente 50% nos últimos cinco anos, para em torno de 260 milhões de toneladas, motivado pela crescente demanda por álcool.

Durante o pico da última temporada, a secretaria estadual chegou a receber 1.200 comunicações de queima por dia enviadas pelas usinas. A queima é realizada para eliminar as folhas da cana e permitir o corte manual. A colheita com máquinas dispensa as queimadas.

Um gatilho passou a ser adotado para a proibição da queima. Se a umidade relativa do ar caísse para entre 20% e 30% em determinada região, a prática ficava permitida apenas para o período noturno. Se fosse menor que 20%, ela ficava suspensa em qualquer horário. "Tem que ser uma resolução baseada em vários princípios, e o princípio que estamos trabalhando é que hoje sendo um dano ambiental comprovadamente difundido, estamos nos preocupando com isso", afirmou Viegas. Segundo ele, a resolução deve ser assinada em 30 dias e pode servir de base para uma lei mais rígida quanto a prazos para fim das queimadas. Em paralelo, a Secretaria do Meio Ambiente negocia com a indústria e fornecedores de cana um protocolo com adesão voluntária e que prevê, entre outras ações, uma antecipação do prazo final para a queima com possível certificação de usinas. O protocolo faz parte do programa Etanol Verde, um dos 21 projetos ambientais lançados recentemente pelo governo paulista. O documento está sendo negociado com a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), que não comentou a respeito, e a Orplana, associação de fornecedores.

Lula diz que biocombustível não reduzirá área de plantio de alimentos - Luiza Damé – O Globo – Plantão – 03/05/2007

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta quinta-feira que o mundo vai se curvar aos biocombustíveis e que, quando isso acontecer, o Brasil não terá adversários. Para Lula, o uso de combustíveis renováveis é irreversível e, mesmo assumindo a dianteira na produção, o Brasil não precisará reduzir a área de plantio de alimentos.

- Eu agora estou convencido de que a questão do álcool e do biodiesel é irreversível. Podem falar o que quiserem, mas é irreversível, o mundo vai se curvar aos combustíveis renováveis, o mundo vai se curvar e, na hora em que o mundo se curvar, não tem ninguém

que possa competir com o Brasil. E não vamos tirar nenhum metro quadrado de plantar alimento - disse.

Segundo Lula, o país tem 440 milhões de hectares de terra para a agricultura. Desse total, 1% é para cana-de-açúcar, 29%, para pasto, e 4%, para soja. Há 80 milhões livres para plantar.

- O que a gente não pode é ceder aos discursos dos nossos adversários, que lá da Europa vão dizer: 'não, porque vai invadir a Amazônia'. Quem tem interesse em defender a Amazônia somos nós brasileiros, e não eles. Nós temos interesse em defender a Amazônia - disse.

© 1996 - 2007 Todos os direitos reservados a Infoglobo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem prévia autorização.

Setor de açúcar e álcool gerou 82% dos empregos da indústria de SP em abril – O Globo – Economia – 11/05/2007

Ao todo, 52 mil vagas foram criadas no mês, na maior alta deste ano

SÃO PAULO. O emprego na indústria paulista cresceu pelo quarto mês consecutivo e registrou a maior alta do ano em abril, estimulado principalmente pela produção sucroalcooleira.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) informou ontem que o aumento foi de 2,42% em relação a março, sem ajuste sazonal, o equivalente à abertura de 52 mil vagas.

Desse número, 1,97 ponto percentual, ou 82%, veio da indústria de açúcar e de álcool.

Esses dois segmentos geraram 42 mil postos de trabalho no mês.

— O resultado de abril foi bom, não só pela magnitude, porque muito veio do setor sucroalcooleiro, mas porque outros setores estão crescendo de forma consistente — afirmou o diretor de pesquisas econômicas da Fiesp, Paulo Francini.

Expansão do setor deve continuar por dois meses Dos 21 setores industriais pesquisados, 18 relataram contratações em abril, dois tiveram demissões e um informou estabilidade.

— Estamos tendo uma forte expansão do emprego na indústria de açúcar e de álcool, mas é muito amplo o número de setores com crescimento do emprego. Em alguns setores, a expansão é baixa, mas consistente.

Francini ressaltou que as contratações do setor sucroalcooleiro são maiores para o trabalho no campo, mas que entram na pesquisa da indústria de transformação porque são contratos fechados com usinas.

De cada cinco postos abertos, quatro são no campo (colheita e plantio) e um, para a usina.

O emprego na indústria deve continuar em expansão pelo menos em maio e junho, meses em que o segmento sucroalcooleiro se mantém forte, acrescentou Francini. A desaceleração nesse setor costuma ocorrer a partir de julho, terminando o ano com demissões de parte dos funcionários.

Em abril, o setor de fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool registrou aumento de 13,44% no emprego

frente a março. O segundo lugar ficou com a fabricação de produtos alimentícios e bebidas, que inclui açúcar, com avanço de 11,61%.

Heróis usineiros' são vilões da inflação – Liana Melo – O Globo – Economia – 12/05/2007

Álcool tem alta de 7,34%, mas IPCA de abril é o mais baixo em 6 meses

Liana Melo

Se não fosse o movimento especulativo dos produtores de álcool — que o presidente Lula chamou recentemente de heróis por causa do bem-sucedido programa do etanol — a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de abril seria ainda menor. No mês, o consumidor pagou mais caro pelo litro de álcool combustível, cujo preço subiu 7,34%, contra recuo de 0,65% do mês anterior. A gasolina também subiu: 0,66%, já que o combustível vendido nos postos é misturado ao álcool anidro.

— Existe um movimento de especulação de demanda em curso devido ao aquecimento das vendas do álcool aqui e lá fora — avalia a coordenadora do Índice de Preços do IBGE, Eulina Nunes.

Segundo ela, como a safra passada de cana-de-açúcar foi grande, 422,9 milhões de toneladas, não há motivo para esse aumento, ainda que estejamos num período de entressafra.

Apesar do comportamento dos preços do álcool, o IPCA, do IBGE, ficou em 0,25%, abaixo do 0,37% de março. O IPCA é o índice de referência para a meta de inflação do governo. A desaceleração de 0,12 ponto percentual no IPCA de abril foi possível porque os preços dos alimentos ficaram estáveis. O IPCA do mês passado é o mais baixo desde outubro de 2006.

Nos últimos 12 meses, a inflação medida pelo IPCA foi de 3%. É uma variação inferior à meta do governo, que é encerrar 2007 com uma alta de 4,5%, com tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo.

Tendência de queda nos postos de gasolina

Segundo o coordenador de Análises Econômicas da Fundação Getulio Vargas (FGV), do Rio de Janeiro, Salomão Quadros, o primeiro sinal de inversão dessa tendência já foi captado na primeira prévia do IGP-M. Nos últimos dez dias de abril, foi registrada uma queda de 0,14% nos preços do álcool no atacado.

Assim como Quadros, a economista chefe da Mellon Global Investments, Solange Srour, também já está projetando uma queda nos preços do álcool e da gasolina para maio. Suas previsões apontam para um aumento bem menor para maio: 0,40%. Já para junho, quando a safra de cana estará no auge, a queda prevista com o álcool combustível é de 2%.

Os alimentos, que em março foram identificados como vilões da inflação por causa das chuvas, reduziram a pressão no índice. O tradicional prato de arroz com feijão também ficou mais em conta. A queda no preço do arroz foi de 1,13% e no do feijão, de 1,08%. Mas foi a cenoura que registrou a maior queda no índice: 26,32%. Até o tomate, que tinha registrado aumento de 19,95% em março, ficou mais barato. Seu preço caiu 2 4 , 1 2 % .

A tendência é que os preços dos alimentos sigam caindo, já que a safra de grãos deste ano deverá ser 13% superior a do ano passado. A expectativa, portanto, é que a inflação continue registrando queda, já que para maio, ainda que estejam previstos reajustes

residuais de cigarro, remédios e tarifa de ônibus em algumas localidades, como em Curitiba, no Paraná, não há previsão de fortes pressões inflacionárias.

STEPHANES LANÇA BALANÇO NACIONAL DA CANA-DE-AÇÚCAR E AGRONERGIA DURANTE AGRISHOW – MAPA – 03/05/2007

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, lança hoje (03/05) na 14ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação (Agrishow), em Ribeirão Preto (SP), uma edição especial do "Balanço Nacional da Cana-de-açúcar e Agroenergia – Ano 2007".

A publicação é da Secretaria de Produção e Agroenergia (SPAE) do Ministério da Agricultura e tem como objetivo democratizar a informação. "Vamos disponibilizar o material para que economistas e outros profissionais envolvidos na cadeia produtiva da cana-de-açúcar tenham subsídios técnicos para planejamento das atividades do segmento", disse o ministro.

A publicação também está disponível na íntegra no site do ministério (www.agricultura.gov.br) e deverá ser publicada em CD-Rom para distribuição a outros interessados. "Trata-se de um primeiro trabalho, em edição especial. Nossa expectativa é aprimorar e aperfeiçoar o balanço nas próximas edições", informou o coordenador-geral de Açúcar e Álcool da SPAE, Alexandre Strapasson.

O Balanço Nacional da Cana-de-açúcar e Agroenergia é lançado num momento em que a comunidade internacional busca fontes alternativas de energia renovável. "É um tema cada vez mais freqüente na agenda global, tendo em vista a escassez das reservas de petróleo e a iminência das mudanças climáticas", destacou o coordenador.

Em sua apresentação, o trabalho mostra que a tradição agroenergética no Brasil vem de longe: as primeiras experiências de uso de álcool como combustível ocorreram em 1925. Desde então, o País desenvolveu uma larga experiência na produção e uso deste combustível, especialmente com a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1975.

A partir de gráficos e tabelas, a publicação mostra dados consolidados sobre a evolução da produção brasileira da cana-de-açúcar e sua destinação final (açúcar e álcool) desde a safra 1948/49 até a safra 2005/2006. Traz ainda a produção dos principais países produtores de cana-de-açúcar na atualidade e estatísticas sobre exportação e importação brasileiras de açúcar e álcool.

A publicação também tem um capítulo dedicado às oleaginosas que podem ser utilizadas como fonte de produção de biodiesel como soja, dendê, girassol, algodão, amendoim e mamona. Neste capítulo, os técnicos da SPAE também apresentam um histórico da produção, da área plantada e da produtividade desses produtos.

No Balanço Nacional há informações adicionais como a origem de cada cultura citada no trabalho, principais regiões produtoras, época ideal de plantio e características como rendimento, e, no caso das oleaginosas, a produtividade média, teor de óleo no grão e teor de farelo.

MAPA DEBATE PRODUÇÃO DE ETANOL – MAPA – 08/05/2007

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Reinhold Stephanes, participará, hoje (08/05), do segundo dia do Global Initiative on Commodities, no Hotel Blue Tree Park, em Brasília. O evento, promovido pelo Mapa em parceria com o Common Fund for Commodities (CFC - Fundo Comum de Produtos de Base) reúne, até o dia 11 deste mês, 70 países produtores de commodities para discutir a relação entre esses produtos e o desenvolvimento econômico, com o objetivo de reduzir a pobreza mundial. A produção de agrocombustíveis no Brasil e o papel da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) no desenvolvimento de tecnologia agrícola foram os principais assuntos discutidos ontem, no primeiro dia do encontro.

"Essa é uma excelente oportunidade de cooperação sul-sul, em que o Brasil poderá trocar experiências em tecnologia agrícola, especialmente em relação aos biocombustíveis e cultivo de produtos tropicais", afirmou o secretário de Relações Internacionais do Mapa, Célio Porto. A discussão sobre o mercado de commodities para os países em desenvolvimento é vital para solucionar o problema da pobreza. Os commodities, ou produtos de base – aqueles vendidos em estado bruto, sem passar por processo de industrialização – são fonte de renda de mais de 70% da população mundial, de acordo com o CFC. "O Brasil foi convidado a sediar o evento pois é exemplo de como esse mercado pode contribuir para o desenvolvimento", acredita Hardi Vieira, economista de desenvolvimento do CFC.

A experiência bem-sucedida da Embrapa, que tornou o Brasil líder em pesquisa e produção de commodities, como açúcar, algodão, carnes, café e etanol atraiu a atenção dos participantes. O diretor-presidente em exercício da empresa, Kepler Euclides Filho, acredita que o sucesso da organização se deve ao investimento constante em pessoas e à troca constante de experiências. "Temos laboratórios de pesquisa na Europa e nos Estados Unidos, além do posto de transferência tecnológica aberto em novembro do ano passado, em Ghana, na África", explica o presidente.

Agroenergia – De acordo com o diretor de Promoção Internacional do Agronegócio do Mapa, Eduardo Sampaio Marques, a agroenergia – que envolve a produção de biocombustíveis como o etanol e o biodiesel -- é uma alternativa de desenvolvimento para os países produtores de commodities. "O Brasil está preocupado em obter mais produtores do etanol para que haja mais confiança no mercado de agrocombustíveis. Podemos ser exportadores tanto da tecnologia para a produção do etanol quanto do produto", acredita Eduardo.

Em palestra sobre as perspectivas de interação internacional para Programa de Agroenergia, o chefe-geral da Embrapa Agroenergia, Frederico Durães, afirmou que a produção de etanol no Brasil pode transformar o produto numa commoditie e ser capaz de abastecer metade da demanda mundial de etanol até 2025. "Para isso, precisamos produzir um excedente capaz de satisfazer o mercado externo", explica Durães. De acordo com o executivo, o cenário é favorável para atingir a meta, uma vez que são crescentes a demanda social, a preocupação com questões ambientais e a demanda mundial pelo etanol.

BIOCOMBUSTÍVEIS, OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO – MAPA – 08/05/2007

O Brasil está pronto para compartilhar tecnologia sobre a produção de biocombustíveis com os demais países em desenvolvimento. Essa foi a tônica de hoje **(08/05)** no Global Initiative on Commodities, evento promovido pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), em parceria com o Global Fund for Comoodities (CFC) que reúne no hotel Blue Tree Park, em Brasília, representantes de 70 países dependentes economicamente de produtos de base. "Acredito que muitas nações que participam do encontro irão se tornar grandes produtores de etanol nos próximos anos. Temos todo o interesse e as condições necessárias para transferir tecnologia e nos colocamos à disposição para isso", afirmou o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes.

Na opinião de Stephanes, à medida que Estados Unidos, Europa e Japão adotem o etanol na sua matriz energética, um grande mercado vai se abrir para a comercialização do combustível. "Por isso, é preciso que haja vários produtores para dar credibilidade aos países consumidores do produto", salientou o ministro. Para a maior parte dos participantes do evento em Brasília, a produção de etanol pode significar a abertura de uma janela para o crescimento, uma vez que os países em desenvolvimento, como os africanos, têm condições climáticas semelhantes às brasileiras, o que os tornaria produtores em potencial do biocombustível.

"Além de transferir conhecimento para esses países, o Brasil também pode comercializar equipamentos e serviços relacionados à produção de etanol", acrescentou o Secretário de Relações Internacionais do Mapa, Célio Porto. Os países que participam do Global Initiative on Commodities também buscam obter conhecimento para melhorar a produção de cacau, café e algodão. "A Embrapa detém tecnologia muito avançada para produzir esses insumos e pode contribuir para o desenvolvimento desses países", afirmou Porto.

"O Brasil é o maior produtor mundial de etanol, e o que detém a melhor tecnologia para obtenção do álcool, a partir da cana-de-açúcar", lembra Roberto Rodrigues. Cada hectare de cana plantada no país produz 6.800 litros de álcool. Nos Estados Unidos, o álcool é feito de milho, e cada hectare da cultura rende 3.200 litros – menos da metade do

rendimento brasileiro. “O etanol representa 30% da matriz energética brasileira, enquanto a média mundial é de 11%”, acrescentou o ex-ministro, em palestra no evento.

Roberto Rodrigues, que também é coordenador da Comissão Interamericana do Etanol, afirmou que a agricultura tem papel fundamental do século XXI. “Assim como no século passado a preocupação era com a segurança alimentar, neste o mundo busca alcançar segurança energética”, acredita o ex-ministro. “Por isso, precisamos fortalecer o mercado do biocombustível; o Brasil não quer ser o único produtor de etanol do mundo”.

Desenvolvimento – Além de discutir a transferência de tecnologia agrícola, o Global Initiative on Commodities pretende inserir na agenda dos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), a questão da produção e comercialização de commodities. De acordo com dados da CFC, mais de um terço da humanidade ganha a vida com produtos agrícolas, mas os ganhos com a exportações desses produtos são desiguais e não se traduzem na redução da pobreza.

Os produtos de base – não-industrializados, como frutas grãos e minerais - possuem baixo valor agregado e, por isso, boa parte da renda obtida com a venda desses produtos fica com os países industrializados, que usam esses insumos para produzir itens mais elaborados. “O Brasil é o maior agroexportador do mundo. No entanto, estamos transferindo renda para os países ricos, por causa das altas taxas alfandegárias”, argumentou o ministro Stephanes. Para se ter uma idéia, a sobretaxa cobrada pelos EUA sobre o etanol brasileiro é mais cara que o custo de produção do álcool. “A melhor maneira de nos desenvolvermos é receber um preço justo pelo que produzimos”, acrescentou o ministro.

Para o embaixador e diretor-geral do CFC, Ali S. Michumo, além da necessidade de discutir sobre os preços dos produtos de base, os países cujas economias dependem desses itens precisam usar a tecnologia para agregar valor ao que é produzido e assim aumentar sua renda e alcançar o desenvolvimento econômico. “Em vez de vender as sementes de cacau, precisamos vender cacau em pó, ou chocolate. Só assim será possível trazer divisas para melhorar a infra-estrutura desses países”, argumentou.

O Global Initiative on Commodites será realizado até a próxima sexta-feira (11/05), no hotel Blue Tree Park Alvorada e conta com a participação de representantes de 70 países.

Exportação agrícola pode afetar contas da Previdência - Arnaldo Galvão – Valor Econômico –Primeiro Caderno - 02/05/2007

A Previdência Social pode ter uma dificuldade adicional para fechar suas contas se for confirmado um grande salto nas exportações de etanol e biocombustíveis. O alerta é do secretário de Políticas de Previdência Social, Helmut Schwarzer, que olha com apreensão para a perspectiva de aumento do emprego em um setor onde as condições de trabalho são inadequadas e no qual as vendas externas podem ficar isentas de contribuições sociais. Para Schwarzer, a possibilidade de elevação do número de trabalhadores afastados de seus

empregos por acidentes ou doenças profissionais nestes setores poderá levar ao desequilíbrio fiscal o sistema do Seguro de Acidentes de Trabalho (SAT) e até mesmo as contas da Previdência.

Para o secretário, o Brasil, apesar do enorme potencial que tem no mercado internacional de combustíveis de fonte renovável, não pode adotar uma "competitividade espúria" para aumentar suas exportações. O que o país tem de fazer para ganhar mercado, ao mesmo tempo em que dá mais qualidade de vida para a sociedade, é optar pela "competitividade autêntica". "É ótimo que o Brasil tenha vantagem. Mas não pode ser às custas da saúde dos trabalhadores nem do desequilíbrio financeiro das políticas sociais", pondera o secretário.

Essas expressões usadas por Schwarzer são de Fernando Fajnzylber, espécie de guru do secretário. Pesquisador da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), morreu em 1991 com 51 anos. Fajnzylber nasceu no Chile e morou no Brasil e no México. Foi um dos mais criativos e renovadores economistas latino-americanos. É autor do clássico "A industrialização truncada da América Latina", de 1983.

O secretário informa que os setores sucro-alcooleiro, da construção civil e de hospitais estão entre os que mais expõem seus trabalhadores ao risco de acidentes e doenças profissionais. Na agricultura como um todo ocorreram, em 2005, 35.513 acidentes de trabalho notificados à Previdência Social - 7,2% do total de acidentes ocorridos no país naquele ano. A participação no total de acidentes supera a do peso do setor no emprego formal, que é de 4%.

Em fevereiro passado, o governo publicou o Decreto 6.042 que determinou nova classificação dos setores de atividade econômica com as respectivas alíquotas de contribuição ao Seguro de Acidente do Trabalho (SAT). De acordo com os graus de risco, as empresas têm de recolher 1%, 2% e 3% sobre a folha de pagamento.

Outro segmento que preocupa a Previdência é o da produção de amianto. Apenas Brasil, Rússia e China ainda toleram esse produto e, segundo Schwarzer, vão pagar caro por isso. Alemanha e França baniram o amianto há mais de dez anos, mas ainda registram cerca de mil mortes por ano provocadas por câncer em decorrência dessa exposição ao asbesto (utilizado na composição do amianto). Nesses dois países europeus, esse ritmo de óbitos vai durar até 2030. "Imagine o Brasil, que não tem o grau de segurança ocupacional de França e Alemanha? Até hoje, não fizemos nenhuma limitação ao amianto. Nossas estatísticas de trabalhadores mortos por câncer estão subestimadas por falta de identificação adequada da relação entre a doença e o trabalho", afirma Schwarzer.

Além do problema potencial que o etanol trouxe à Previdência, o destaque das doenças profissionais que mais pressionam o sistema são as lesões por esforço repetitivo (LER) e os distúrbios nervosos, típicas do ciclo de automação e informatização que iniciou-se nos anos 90. "A desgraça é que também continuamos com as doenças da fase industrial conhecida como fordismo", lamenta Schwarzer.

Ele informa que, em 2005, um terço dos acidentes de trabalho foram nas mãos e punhos. As ocorrências mais freqüentes são de esmagamentos, amputações, fraturas, cortes e queimaduras, o que revela a precariedade das condições de trabalho no Brasil.

Schwarzer garante que o Ministério da Previdência está enfrentando toda essa demanda. Segundo o secretário, as duas linhas básicas de atuação são a busca de uma gestão mais eficiente na concessão e no controle dos auxílios-doença e, para o futuro próximo, a recuperação da estrutura de reabilitação profissional no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

"Evitamos gastos de R$ 4,3 bilhões com a reversão da curva de benefícios emitidos. A taxa de crescimento, que era de aproximadamente 4%, caiu pela metade nos últimos 18 meses", informa. Com relação aos auxílios-doença, o estoque em outubro de 2005 bateu o recorde chegando a 1,6 milhão de benefícios. Depois disso, houve uma acentuada queda nesse estoque até maio de 2006. Naquele mês, a marca foi de 1,3 milhão. Mas a curva voltou a ser ascendente até novembro do ano passado, com o acúmulo de 1,57 milhão de benefícios. De lá para cá, a tendência do estoque vem sendo declinante. em março, o total ficou em 1,48 milhão de auxílios-doença.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva substituiu todos os médicos terceirizados que realizavam as perícias no INSS, mas não foi suficiente. É ansiosamente aguardada a aprovação, pelo Congresso, do Projeto de Lei do Senado (PLS) 261, de autoria de Aloizio Mercadante (PT-SP). A proposta vai evitar que o pagamento do benefício do trabalhador afastado seja, em algumas situações, maior que o próprio salário.

No Brasil, em 2002, a estimativa era a de um gasto de R$ 32 bilhões decorrente dos acidentes de trabalho. De acordo com o Ministério da Previdência, entre 2003 e 2005, foram registrados 1.356 milhão de acidentes de trabalho. Em 2005, foram 491,7 mil acidentes, dos quais 0,51% foram fatais, resultando em óbito do trabalhador.

Para o setor, vendas externas são isentas de contribuições – Arnaldo Galvão – Valor econômico – Primeiro Caderno – Brasil - 02/05/2007

Está no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) que pode trazer muita apreensão para a Previdência. Ela pede a derrubada da cobrança de contribuições nas vendas internas do agronegócio encaminhadas às empresas exportadoras (tradings). A Associação Brasileira de Empresas Trading (Abece) alega que a Instrução Normativa 3/2005, da Secretaria da Receita Previdenciária, não poderia revogar norma prevista na Lei 8.402/92. O relator é o ministro Marco Aurélio Mello.

O advogado da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica), Waldemar Deccache, argumenta que a Emenda Constitucional 33, de dezembro de 2001, estabeleceu que as contribuições sociais não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação. As empresas agrícolas recolhem a contribuição patronal à Previdência com base no faturamento e não sobre a folha de pagamento, como as demais.

Desde 1972, contudo, o Decreto-lei 1.248 equiparou as vendas internas para tradings à exportação. Em 1992, a Lei 8.402 restabeleceu esse benefício. Em julho de 2005, no entanto, a Secretaria da Receita Previdenciária publicou a Instrução Normativa n º 3, exigindo contribuições sociais em todas as operações internas e deu início a uma intensa disputa judicial.

Deccache informa que levou à Justiça Federal, em São Paulo, um mandado de segurança coletivo em nome da Unica. Foi concedida liminar, mas esse benefício caiu com a sentença de primeira instância contra a agroindústria. Uma apelação ainda não foi julgada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região. Além desse mandado de segurança, há a Adin proposta pela Abece no STF.

O secretário-geral da Unica, Fernando Ribeiro, contesta a avaliação do secretário de Políticas de Previdência Social, Helmut Schwarzer, no sentido de que o esperado salto das exportações de álcool pode significar um desequilíbrio para o sistema do Seguro de

Acidentes de Trabalho (SAT). Para o governo, se forem mantidas condições inadequadas para os trabalhadores da agroindústria sucro-alcooleira, a Previdência vai ter de pagar mais benefícios (auxílios-doença), mas não vai receber as contribuições patronais. Isso porque, segundo a Constituição, as receitas de exportação são imunes às contribuições sociais.

Segundo a Unica, a prioridade dos produtores paulistas é o mercado interno e esse quadro ainda vai durar muito tempo. No ano passado, foram vendidos 14,5 bilhões de litros de álcool no país. No mesmo período, as exportações foram de 3,6 bilhões de litros. Nas projeções da entidade, as vendas externas devem dobrar em cinco anos e as vendas internas vão para 24,5 bilhões de litros.

O aumento das exportações de etanol, de acordo com Ribeiro, não será acompanhado de proporcional elevação no emprego. Isso porque, na região Centro-Sul, os investimentos em tecnologia e automação vão reduzir a demanda por mão de obra, principalmente no corte da cana. Essa região responde por 60% da produção nacional.

Ribeiro também contesta a ocorrência de condições inadequadas de trabalho em São Paulo e afirma que, na atividade do corte da cana, 95% dos trabalhadores têm carteira assinada.

De acordo com o Ministério do Trabalho, ficaram mais intensas as fiscalizações nos locais de cultivo de cana, usinas de açúcar, refino e moagem de açúcar e produção de álcool. Em 2005, foram realizadas 1.850 ações, mas em 2006 esse total subiu para 2.624. Esses procedimentos verificaram as condições de 1.743.676 empregados no ano passado e obrigou ao registro em carteira de 75.580 pessoas. **(AG)**

O etanol e a morte por extenuação – Maria Inês Nassif – Valor Econômico – Política - 03/05/2007

Recomenda-se um pouco menos de entusiasmo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na sua cruzada para transformar o país no império do etanol. No dia 20 de março último, em Mineiros, discursou o presidente: "Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E por quê? Porque têm políticas sérias. E têm políticas sérias porque quando a gente quer ganhar o mercado externo, nós temos que ser mais sérios, porque nós temos que garantir para eles (sic) o atendimento ao suprimento." Menos, presidente. Muito menos. Essa frase, lembrada na semana em que se comemorou o primeiro de maio, pega ainda mais no estômago.

Primeiro, porque os heróis, do ponto de vista do Estado, não são tão exemplares assim. Segundo Alexandre Conceição, membro da direção estadual do MST de Pernambuco, em artigo escrito em 10 de abril deste ano e publicado em vários sites, apenas em Pernambuco as usinas e destilarias devem ao INSS mais de R$ 562 bilhões. Do ponto de vista das relações trabalhistas, um presidente cuja liderança foi forjada no movimento sindical deveria ter mais cuidado ainda.

A relação do produtor de cana-de-açúcar com o cortador, mesmo com todos os avanços tecnológicos, não sofreu grandes alterações nos últimos séculos - nem em São Paulo, o Estado mais rico da federação. Segundo a socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva - que há 30 anos desenvolve pesquisas sobre trabalho rural na região de Ribeirão Preto -, em entrevista à Revista do Instituto Humanitas Unisinos, a exigência de maior produtividade por trabalhador (hoje ela é de corte de 10 toneladas por dia) encurtou o ciclo de vida útil do trabalhador da cana para 12 anos, equiparado-o com o dos escravos. Isto é:

depois de 12 anos de trabalho nessa atividade, o homem, ou a mulher, está fisicamente impossibilitado não apenas de cortar a cana, mas para qualquer outra atividade. A tendência é piorar: este ano, começa a ser colhida a cana geneticamente modificada, que pesa menos e tem mais sacarose. Isso quer dizer que, para cumprir uma produção de 10 toneladas por dia, o trabalhador, que antes cortava 100 metros de cana para obter a meta estipulada pelo patrão, terá que cortar o triplo. Com a cana normal, segundo pesquisa do Centro de Referência do Trabalhador, o trabalhador da cana, para cortar 10 toneladas por dia, anda 9 quilômetros a pé no canavial, dá cerca de 73.260 golpes de facão, faz 36 mil flexões com as pernas e tem que levantar 800 montes de 15 quilos cada e levar, um a um, por três metros, para empilhar a sua produção do dia. Segundo o Ministério da Saúde, ele chega a perder oito litros de água por dia em uma jornada de trabalho que, não raro, ultrapassa dez horas. Além disso, a cana cortada manualmente exige uma queimada prévia, com inevitáveis consequências para o aparelho respiratório do trabalhador. Doenças crônicas são comuns depois de algum tempo de atividade - mas o que mais horroriza é que o corte da cana ainda é capaz de produzir mortes por extenuação. No ano passado, 17 foram registradas no Estado de São Paulo. Ou seja, 17 trabalhadores no corte de cana morreram de tanto trabalhar.

A cultura da cana-de-açúcar, mesmo com todos os avanços tecnológicos, não mudou muito. Em São Paulo, com um sindicato mais organizado, os cortadores de cana são registrados, em sua maioria. Mas isso não é garantia de qualidade de vida e no trabalho. Segundo a especialista, esses trabalhadores que vêm para a rica região de Ribeirão Preto, por exemplo, arregimentados por "gatos" (pasmem, eles ainda existem) no Maranhão, Piauí, Paraíba, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e norte de Minas Gerais, mesmo se estiverem registrados, são submetidos à obrigação de colheita mínima de 10 toneladas por dia, sob pena de demissão.

As relações de trabalho nas usinas nada mudaram

No ano passado, apenas em São Paulo os migrantes nordestinos que vieram colher cana chegaram a 200 mil. Em todo o país, a Pastoral do Migrante calcula que pelo menos 1 milhão de trabalhadores, em sua maioria nordestinos, se dediquem a essa atividade em todo o país na época da colheita. Na maioria das vezes, em condições piores do que em São Paulo. No Mato Grosso, por exemplo, o Ministério Público do Trabalho, de 1995 a 2006, instaurou 41 procedimentos para investigar denúncias de trabalho escravo em usinas de álcool. Atualmente, as 10 usinas do Estado estão sob investigação.

Existem várias razões pelas quais o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve promover um grande debate antes de incentivar os produtores agrícolas a investir na produção de cana-de-açúcar: como no Brasil Colônia, ela favorece a concentração de terra; como sempre, cana-de-açúcar e monocultura são quase irmãs siamesas. E, o pior, as relações de trabalho pouco mudaram. A extensão da cultura da cana aumentou o número de empregos no campo, mas a um preço muito alto. Se disseminar a mecanização da colheita, esses empregos vão para o espaço; se virar monocultura, enterra qualquer chance de emprego em outro tipo de atividade agrícola.

Um novo ciclo de monocultura da cana-de-açúcar pode ser favorável, diante do cenário internacional. Mas a prosperidade que advier dela não pode ser obtida às custas do trabalho insano desses escravos pós-modernos. Nem o país pode pagar os preços que pagou pela decadência de outros ciclos igualmente concentrados na monocultura.

Maria Inês Nassif é editora de Opinião. Escreve às quintas-feiras
maria.inesnassif@valor.com.br

Etanol a partir de celulose não anima Embrapa - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 08/05/2007

Considerada fundamental para garantir a demanda de longo prazo por biocombustíveis nos Estados Unidos, a tecnologia de extração do etanol a partir de celulose encontra menos entusiasmo em alguns setores do governo brasileiro. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), principal indutora das pesquisas públicas no setor, acredita que a celulose desempenhará no Brasil um papel diferente do idealizado pelos norte-americanos. Por aqui, o etanol de cana-de-açúcar continuará a ser o principal componente da matriz de biocombustíveis.

Chefe-geral da Embrapa Agroenergia, o agrônomo fisiologista Frederico Durães explica que a necessidade de apostar na ligno-celulose é maior em países de clima temperado. "No clima temperado dos Estados Unidos ou da Europa, é a grande aposta porque a ênfase está na garantia de abastecimento. Lá, eles têm fatores limitantes para a produção de outro tipo de etanol, como o derivado de milho", afirmou. "Em países de clima tropical, como o Brasil, a celulose terá um papel complementar na matriz, ele fará parte do processo".

Responsável por comandar uma equipe de 20 pesquisadores e um orçamento de R$ 100 milhões em 2007, Durães afirma que a celulose funcionará aqui como um condicionador de solos, que auxiliará diretamente na elevação da produtividade agrícola da cana, desde que aliada a técnicas de plantio direto. "Também será um instrumento fundamental para aumentar a co-geração de energia nas usinas e para levar algumas delas a se transformar em empresas de energia". Para ele, após essas funções a celulose servirá à produção de etanol por hidrólise e para garantir o aproveitamento de resíduos gerados por gramíneas, palhadas e restos de culturas. "Estamos interessados? Claro. Aqui é o lugar para a produção de biomassa", disse. "Mas não podemos copiar o modelo porque a decomposição da biomassa no solo é, ao contrário do clima temperado, muito alta por aqui".

Em concorrida palestra ontem, durante a abertura de reunião do Fundo Comum de Commodities das Nações Unidas (CFC-ONU), Frederico Durães apresentou as estimativas atuais para os custos de produção de algumas fontes para biocombustíveis. Segundo ele, um litro de etanol de celulose custaria hoje US$ 1,10. O derivado de cana custa hoje US$ 0,34 por litro. Mesmo o etanol de milho produzido atualmente nos EUA custaria menos: US$ 0,50. "Temos que montar arranjos regionais, onde se produza biodiesel e etanol em todas as regiões do Brasil, preservando a Amazônia e o Pantanal", afirmou. "Temos densidade corporativa para parcerias com fundações e agenda comum com pesquisadores".

Para reforçar sua aposta no etanol de cana, Frederico Durães lembrou que a demanda dos EUA, estimada em 165 bilhões de litros até 2017, poderá ser suprida, em parte, com uma expansão da área cultivada no Brasil para 10 milhões de hectares - hoje, são 6,12 milhões -, o que elevaria a produção de etanol a 40 bilhões de litro até 2015.

"Podemos dobrar a produção com uma área uma vez e meia maior", afirmou. Segundo ele, para atender a 10% da demanda mundial por biocombustíveis, o Brasil

poderia expandir em 12% ao ano suas lavouras de cana até chegar a 22 milhões de hectares em 2025. "Ou seja, de forma planejada, poderíamos adicionar um terço da área plantada hoje".

Etanol de milho no MT – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 11/05/2007

Agricultores serão incentivados pelo Mato Grosso a produzir álcool a partir do milho, como forma de estimular a rotação de culturas no Estado. O governador Blairo Maggi disse que, após visita aos EUA, constatou que o etanol de milho é "viável" no Estado. "Podemos produzir 15 milhões de toneladas de milho por ano. Podemos sair da monocultura da soja", disse ele. Segundo Maggi, a nova atividade remunenaria melhor os produtores de milho pelo aumento da demanda. Especialistas afirmam, no entanto, que o custo de produção de álcool a partir da cana-de-açúcar é imbatível. Além disso, a cana apresenta eficiência energética superior à do milho.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BIODIESEL

As críticas de Fidel são improcedentes - Haroldo Lima - O Globo – 03/05/2007

O programa brasileiro de biocombustíveis - produzir o etanol, a partir da cana-de-açúcar, e o biodiesel, de oleaginosas - tem mostrado consistência sob os aspectos técnico, ambiental, comercial e social. Seu potencial de negócios é inestimável, como mostram os entendimentos havidos entre os presidentes Lula e Bush. E sua faculdade de despertar polêmicas também é significativa. No dia 1º de maio, o presidente Fidel Castro divulgou mais um artigo sobre o tema, o terceiro em menos de dois meses, todos críticos ao programa.

A 27 de abril se encerrou a reunião do Parlamento Latino-Americano, realizada em Havana. O tema central da Comissão de Minas e Energia do Parlatino foi Biocombustíveis, focado no etanol. Das discussões participaram 12 delegações - Brasil, Venezuela, Equador, Uruguai, Bolívia, Chile, Cuba, Colômbia, Paraguai, México, Costa Rica e Argentina - e mais representantes de entidades convidadas, entre elas a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil (ANP). Havia uma com clara visão crítica ao programa do etanol do Brasil, outras manifestavam inquietação sobre os rumos dos entendimentos entre o Brasil e os Estados Unidos.

Na história das Américas, Estados Unidos e Brasil têm tido papéis bem diferenciados, uma vez que são distintas as expectativas que deles fazem os povos em geral.

Entende-se que qualquer movimento que sinalize para um acordo ou uma parceria entre esses países, sobretudo em torno de tema tão atual, gera preocupações e requer explicações.

Foi no sentido de se antecipar com explicações básicas sobre o assunto que o presidente Lula fez publicar, na véspera de sua última viagem aos Estados Unidos, em 30 de março, no "Washington Post", o artigo "Nossa parceria em biocombustíveis".

O presidente mostrou a base do projeto brasileiro - a experiência de mais de 30 anos do etanol na matriz energética do país, que resultou na substituição, por etanol, de 40% da gasolina consumida no Brasil. Afastou o receio de que se pretenda enveredar com plantações de cana-de-açúcar pela Amazônia, alertando que o solo amazônico é impróprio para essa cultura. E negou que a produção de alimentos esteja ameaçada, argüindo com a reserva de terra disponível no Brasil, onde a cana-de-açúcar tem por onde se estender, sem sacrifício de áreas produtoras de alimentos.

O artigo divulgado por Fidel Castro acentua o que, a seu ver, seria grave ameaça de retirada de gêneros alimentícios do nosso continente para aumentar a produção do etanol.

Depois de mostrar que a produtividade das plantações de milho nos EUA é três vezes maior que a brasileira, e depois de se referir à destinação das nossas 34,6 milhões de toneladas de milho em 2005, "integralmente consumidas como alimentos no mercado interno", o líder cubano pergunta: "O que acontecerá quando milhões de toneladas de milho forem dedicadas à produção de biocombustíveis?"

A indagação nos remete a uma consideração sobre os dois caminhos do etanol, o do milho e o da cana-de-açúcar, o americano e o brasileiro. O primeiro parte de uma matéria-prima, o milho, que, na produção do etanol, tem 1,2 de balanço energético - ou seja, produz 20% a mais de energia do que a consumida para produzir o etanol. O segundo usa uma matéria-prima, a cana, que, na produção do etanol, tem oito de balanço energético - quer dizer, produz 700% a mais de energia do que a consumida no processo produtivo.

Quem tem cana-de-açúcar em abundância, com superioridade energética tão grande, já dispõe de tecnologia avançada para processá-la e tem vastas reservas de terra disponíveis pode dar uma resposta peremptória à pergunta do presidente Fidel: "Nada acontecerá, porque não está em cogitação o deslocamento do milho para finalidades energéticas".

As preocupações levantadas pelo presidente Fidel Castro são improcedentes, quando relacionadas ao caminho brasileiro da produção do etanol baseado na cana-de-açúcar. Elas e outras, contudo, devem ser levadas em conta, para ficarmos prevenidos frente a problemas futuros.

HAROLDO LIMA é diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Cresce apetite por novos combustíveis - Mônica Scaramuzzo e Cibelle Bouças - Valor Econômico – 03/05/2007

Alvo de sigilosas pesquisas nos Estados Unidos, o etanol celulósico, considerado a jóia da coroa de uma nova geração de biocombustíveis que em breve começará a chegar ao mercado, está em franco desenvolvimento também no Brasil. Uma planta-piloto para a fabricação deste tipo de álcool, que no caso será produzido a partir da lignocelulose - sistema de quebra de enzimas de celulose do bagaço da cana - deverá começar a ser operada pela Petrobras no país ainda no primeiro semestre deste ano.

A estatal não é a única com trabalhos nesta frente no Brasil, mas como ainda não há resultados práticos sobre o uso da alternativa em larga escala, nem nos EUA, por aqui a ordem também é evitar barulho, até para evitar espionagem industrial. "É a corrida do ouro da era moderna. Quem sair na frente, vai se dar bem", diz Tadeu Andrade, diretor do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) - outro que está debruçado em pesquisas "confidenciais" na mesma linha.

Na Petrobras, os estudos ganharam fôlego em 2004. Por meio do Cenpes, seu centro de pesquisas, a estatal desenvolve a rota tecnológica de aproveitamento de resíduos agroindustriais (bagaço) em parceiras com as universidades federais do Rio de Janeiro, de Brasília e do Amazonas. Esta "rota tecnológica" consiste na quebra das moléculas de celulose e de hemiceluloses em açúcares, que então passam a ser fermentados por fungos.

A planta-piloto que começará a operar até junho ficará nas instalações do Cenpes. O projeto está em fase de pesquisa, e logo passará à etapa de ajuste tecnológico fino. A expectativa é produzir em escala industrial a partir de 2008, segundo Sillas Oliva Filho, gerente de comércio de álcool da Petrobras. Nesta rota tecnológica, o Cenpes já depositou duas patentes envolvendo tecnologias inovadoras. E, segundo Oliva, o centro vem avançando na produtividade do processo, com aumento para cerca de 220 litros de etanol por tonelada de bagaço. O aporte nessa frente faz parte do montante total de R$ 40 milhões por ano que o Cenpes investe em biocombustíveis.

Estima-se que, apesar de terem crescido, os investimentos na área no Brasil ainda representem menos de 5% do total aplicado nos EUA, que já supera US$ 500 milhões por ano. No caso do CTC (mantido por quase 150 usinas do país), Andrade informa que o trabalho também é na direção da quebra de celuloses. Ele explica que a quebra de celulose para a produção de álcool pode ser feita com qualquer matéria-prima vegetal - o que na prática, abre um variado leque de opções, do bagaço até lascas de madeira. Mas, no Brasil, a vantagem é mesmo o bagaço, devido à oferta abundante.

Mozart Schmitt de Queiroz, gerente de desenvolvimento energético da Petrobras, lembra que a estatal já fez álcool a partir da mandioca entre 1978 e 1983 e produz, até hoje, álcool de babaçu no Maranhão. Ele diz que outras fontes em análise para a produção de etanol celulósico são as tortas de mamona, pinhão-manso e soja. A base da "torta" é o farelo produzido no processo de esmagamento da baga para a extração de óleo. Segundo Queiroz, a expectativa da Petrobras é implantar a primeira usina-piloto de fabricação do etanol ligno-celulósico a partir de outras matérias-primas em 2010.

Em trilha paralela, a Votorantim Novos Negócios anunciou, na semana passada, a criação da Biocel, empresa que terá uma usina de etanol a partir do material celulósico da cana. A nova unidade receberá aporte entre US$ 30 milhões a US$ 40 milhões e deverá entrar em operação também em 2010.

Outra que está na corrida é a americana Alltech. Com atividades no Brasil, a múlti pesquisa nos EUA e no México, o uso da enzima Alzyme SSF (Solid State Fermentation) para a produção de etanol ligno-celulósico. Conforme Ari Fischer, gerente-geral do braço brasileiro do grupo, trata-se de uma tecnologia adotada pelos chineses há quatro mil anos para fermentar grãos, conhecida como "koji". Fischer diz que a empresa pesquisa a levedura há cinco anos e consegui, em laboratório, elevar a produção de álcool a partir do milho de 378 litros para 643 litros por tonelada de matéria-prima. Segundo ele, em breve haverá testes no Brasil.

Além do etanol celulósico, o uso de tecnologias mais simples seguem no alvo de diversos institutos de pesquisas e de empresas. Como já informou o Valor, a Imcopa, por exemplo, produz desde 2006 álcool a partir do melaço obtido no esmagamento de soja em Araucária (PR). A empresa produz 10 mil litros de álcool por dia, e está construindo outra unidade na cidade para chegar a 70 mil litros.

E, ainda na corrida do ouro, o próprio CTC, em parceria com Dedini e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), trabalha em um técnica denominada Dedini Hidrólise Rápida (DHR), que permite a produção de álcool por meio do bagaço de cana-de-açúcar na rota hidrólise ácida - outra técnica que permite o reaproveitamento do bagaço para a produção de álcool.

Esmagadoras apontam nova ameaça - Fernando Lopes e Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócio - 03/05/2007

Uma nova diferença tributária em vigor na Argentina, desta feita envolvendo as exportações de óleo de soja e biodiesel do país, já é alvo de críticas da indústria esmagadora do grão instalada no Brasil. Ocorre que, para estimular o desenvolvimento dos combustíveis alternativos, Buenos Aires estipulou a tarifa de exportação de biodiesel argentino em 5%, ante a taxa de 24% que incide sobre os embarques de óleo de soja, e as empresas brasileiras temem perder, no futuro, parte de seu mercado para o competitivo biocombustível do vizinho.

Para a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), prova de que esta possibilidade é real são os investimentos em curso na Argentina. O grupo Vicentín, por exemplo, aplica atualmente US$ 30 milhões para erguer uma unidade com capacidade para 240 mil toneladas anuais, que hoje seria a maior do mundo. Na mira da empresa - que toca o projeto em parceria com a Glencore -, o mercado externo. A primeira parte do projeto já foi inaugurada, e em alguns meses a nova planta deverá estar concluída.

Para a indústria instalada no Brasil, trata-se de mais uma vantagem tributária do vizinho que poderá desestabilizar o esmagamento de soja por aqui, que ainda amarga a perda de competitividade surgida com a Lei Kandir, de 1996. Em resumo, alegam as empresas, a cobrança de ICMS do transporte interestadual de soja limita o processamento e favorece as exportações do grão. Não por acaso a indústria enfrenta capacidade ociosa no Brasil. De acordo com Carlo Lovatelli, presidente da Abiove, esta capacidade ociosa das esmagadoras deverá até cair este ano de 35% para 25%, mas graças ao aumento da safra, que deverá bater recorde histórico.

Lovatelli, que ontem esteve na feira Agrishow, em Ribeirão Preto, afirmou que as indústrias voltaram a negociar com o governo federal a revisão da política tributária para soja, a mesma que prejudica a produção de óleo e farelo no país. De acordo com ele, o

Ministério da Fazenda parece disposto a rever o modelo em vigor. "Poderia haver uma compensação de impostos com outros tipos de tributos, mas é só uma idéia", disse o dirigente. Nesse cenário, lembra, muitas esmagadoras do país reduziram as atividades no país para investir na Argentina e na China.

Bilionário indiano amplia leque para lucrar com etanol - Ricardo Balthazar – Valor econômico – Agronegócio - 04/05/2007

Uma das empresas que o investidor Vinod Khosla ajudou a criar produz etanol de milho nos Estados Unidos. Outra desenvolve, na Nova Zelândia, um processo de produção do combustível que usa gás como matéria-prima. Ele planeja plantar cana-de-açúcar para produzir álcool no Havaí e também financia empresas que tentam extrair energia de capim e resíduos vegetais como o bagaço da cana.

Pode parecer falta de foco, mas não é. Khosla acredita que o mercado mundial de biocombustíveis crescerá tanto nos próximos anos que ele será capaz de lucrar com todas as diferentes tecnologias em que está apostando, mesmo as que hoje parecem exóticas demais. "Algumas vão se sair melhor que as outras, mas todas terão um papel", afirmou Khosla em entrevista ao Valor.

Nascido na Índia mas radicado nos EUA há três décadas, Khosla é um engenheiro que fez fortuna no Vale do Silício investindo cedo em empresas que se tornaram muito bem-sucedidas mais tarde, como a Sun Microsystems, a Amazon e o Google. Ele virou recentemente uma peça-chave no processo de expansão da indústria americana de biocombustíveis, e acaba de incluir o Brasil entre suas apostas.



As apostas de Khosla

Algumas das empresas que o investidor financia, com suas áreas de atuação

Altra	Está construindo três usinas para fazer etanol de milho nos EUA, com capacidade para produzir 1 bilhão de litros por ano
Amyris	Desenvolve novo processo de fermentação para o etanol e pesquisa um remédio para malária
Brenco	Planeja investir US$ 2 bilhões na produção de álcool no Brasil
Celunol	Construiu uma planta-piloto para produção de etanol celulósico nos EUA e licenciou sua tecnologia para outra no Japão
Cilion	Seu plano é usar milho e outras matérias-primas em suas usinas. A meta é produzir 1,6 bilhão de litros de etanol por ano
Coskata	Desenvolve uma tecnologia para produzir etanol usando vários gases como matéria-prima
Gevo	Criou um processo de fermentação para produção de etanol com diversas matérias-primas
Hawaii Bio	Examina a viabilidade da produção de etanol a partir da cana-de-açúcar no Havaí
Lanza Tech	Desenvolve na Nova Zelândia um processo de produção de etanol que usa o monóxido de carbono como matéria-prima
LS9	Desenvolve combustíveis sintéticos misturando material celulósico e novas tecnologias
Mascoma	Desenvolve enzimas e novas tecnologias para produção de etanol celulósico
Range Fuels	Recebeu ajuda do governo para construir uma planta-piloto que fará etanol com lascas de madeira e resíduos vegetais
Transonic	Desenvolve uma nova tecnologia para tornar mais eficientes os motores a gasolina

Khosla é um dos sócios da Brazil Renewable Energy Company (Brenco), uma empresa lançada em março pelo ex-presidente da Petrobras Henri Phillipe Reichstul que planeja investir US$ 2 bilhões na produção de álcool no Brasil. O ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) David Zylbersztajn e o ex-presidente do Banco Mundial James Wolfensohn também são sócios do empreendimento.

Khosla decidiu investir no Brasil por razões óbvias, para aproveitar as vantagens que tornaram o país pioneiro no uso do etanol como substituto da gasolina. Mas ele acha que o futuro está em outro lugar. "A vantagem do Brasil está na terra e no clima", diz o empresário. "A tecnologia é a vantagem dos Estados Unidos. Há muito dinheiro sendo investido em novas tecnologias aqui e é bastante provável que esses esforços tenham sucesso um dia".

Algumas empresas que Khosla ajudou a fundar nos últimos anos estão desenvolvendo tecnologias que poderão tornar viável economicamente o etanol celulósico, que em vez de milho e cana-de-açúcar usa capim, madeira e resíduos vegetais como matéria-prima. Os processos desenvolvidos por essas empresas deram certo nos laboratórios, mas só recentemente passaram a ser testados em usinas capazes de produzir em grande escala.

Khosla prevê que em uma década essas tecnologias serão responsáveis por mais da metade da produção de etanol nos EUA, onde hoje o milho é dominante. Mas ele mesmo reconhece que isso não depende apenas do que suas empresas estão fazendo. Ainda será preciso superar dificuldades que atualmente existem para plantar, colher e estocar grandes quantidades dos materiais que poderão substituir o milho e a cana-de-açúcar.

Ele acredita que países como o Brasil também terão ganhos se as suas previsões se confirmarem. "As tecnologias desenvolvidas nos EUA poderão ser usadas em lugares como

o Brasil também", diz Khosla. "Como a produção de combustível depende da oferta local de matéria-prima, haverá oportunidades para usar as novas tecnologias no mundo inteiro". Uma das suas empresas, a Celunol, licenciou suas tecnologias para uma usina-piloto construída no Japão.

Khosla tem uma fortuna pessoal estimada em bilhões de dólares, mas gosta de fazer segredo sobre seus negócios. Só recentemente começou a falar abertamente das empresas apoiadas por seu fundo de investimentos, o Khosla Ventures. Em abril, numa apresentação para uma comissão do Senado americano, ele listou 13 companhias voltadas à produção de biocombustíveis que integram sua carteira.

No ano passado, fundos como o de Khosla investiram cerca de US$ 350 milhões em empresas do setor, sete vezes mais do que em 2005, segundo a Lux Research, uma firma de consultoria. Muitos observadores vêm com preocupação a euforia e identificam semelhanças entre a febre do etanol e a bolha das empresas ponto-com. Mas Khosla dá de ombros. "Sempre haverá ciclos e bolhas e nem todo mundo vai sobreviver", diz. "Mas os biocombustíveis continuarão sendo um bom negócio no longo prazo".

O interesse de Khosla pelos biocombustíveis nasceu de sua preocupação com o aquecimento global e a enorme dependência que a economia mundial tem de petróleo. Seu primeiro investimento no setor assoprou vida na Celunol, uma empresa que fracassou numa encarnação anterior ao tentar construir sua primeira usina de etanol celulósico, no final da década de 90.

Ele ganhou influência em Washington, um ativo essencial para um setor da economia que ainda depende muito da ajuda do governo. A opinião de Khosla é ouvida com atenção na Casa Branca e ele tem sido chamado com freqüência para falar no Congresso. "Adoro encontrar soluções tecnológicas para grandes desafios", diz ele. "Estou convencido de que temos condições de produzir muito mais etanol do que as pessoas pensam".

Uma das idéias que ele tem defendido é a eliminação parcial das barreiras tarifárias que encarecem nos EUA o álcool importado de países mais competitivos como o Brasil. Sua sugestão é liberar a entrada do etanol que for usado como substituto da gasolina e manter as tarifas para o álcool que for empregado como aditivo na composição da gasolina, mantendo o principal segmento do mercado doméstico sob controle da indústria local e ao mesmo tempo estimulando a demanda pelo produto.

UE terá de importar biocombustíveis - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 07/05/2007

A União Européia deverá importar entre 10% e 30% de biocombustíveis para que o bloco alcance sua meta de uso de 10% de etanol e biodiesel misturados à gasolina e ao diesel, respectivamente, até 2020, de acordo com a comissária européia de agricultura, Mariann Fischer Boel.

Estudos da UE estimam que a meta pode ser atingida sem impacto maior nos mercados de alimentos. Na UE, o biodiesel é produzido, principalmente, a partir do óleo de canola e de girassol, e o etanol a partir de grãos e beterraba. A meta elevaria os preços de cereais no bloco entre 3% e 6%, e das oleaginosas entre 5% e 18%.

Mas, segundo Fischer Boel, isso influenciaria de maneira limitada os preços dos alimentos. No caso dos cereais, por exemplo, ela explicou que o custo corresponde a apenas 1% a 5% do preço do pão, de forma que a cotação final do produto aumentaria menos de 1%.

Perto de perder a liderança em soja, americanos agora buscam parceria - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 11/05/2007

Conscientes de que em breve perderão definitivamente a liderança nas exportações de soja em grão e preocupados com a concorrência entre a oleaginosa e o milho nas lavouras americanas, os Estados Unidos trabalham num plano para o desenvolvimento da cadeia de soja até 2020, em parceria com Brasil, Argentina e Paraguai.

Craig Ratajczyk, diretor de assuntos globais e alianças do Conselho de Exportação de Soja dos EUA (Ussec, sigla em inglês), afirmou que os principais objetivos dos americanos são investir em pesquisas para desenvolver produtos de alto valor agregado a partir da soja - como plásticos, tintas e outros polímeros, atualmente feitos a partir do petróleo - e abrir mercados. Para isso, fecharam em dezembro de 2006 um acordo com os países sul-americanos. O primeiro país em foco é a Índia.

"A Índia possui 1 bilhão de habitantes, e a maioria é vegetariana. Hoje as importações são mínimas mas há potencial para que até 5% das exportações mundiais vão para aquele país", afirmou Ratajczyk.

Ele observou que Brasil e Argentina têm um grande potencial para aproveitar a soja na produção de biodiesel, mas o mesmo não ocorre nos Estados Unidos. "O custo de produção lá é maior que na Argentina e, dependendo dos preços internacionais, é mais rentável produzir biodiesel a partir da canola ou do girassol", comparou. O governo americano estima a produção de biodiesel do país em 300 milhões de litros neste ano. Por isso o interesse das indústrias em desenvolver produtos a partir da soja.

As esmagadoras de soja dos EUA também se deparam com uma capacidade ociosa grande, em torno de 20%. Na Argentina o índice é o mesmo e, no Brasil, 25%. "Outra questão é que as fábricas estão velhas, mais que as instaladas na América do Sul", observou. Conforme Ratajczyk, também preocupa aos americanos os investimentos crescentes das multinacionais na China, no Leste Europeu e na América Latina. "Essas regiões serão grandes fornecedoras de grãos. Temos que nos diferenciar oferecendo produtos novos."

Do lado da demanda, os Estados Unidos também são pressionados pela necessidade de reduzir a área plantada com soja e ampliar a área de milho. Projeção feita pela Agência Rural revela que, para atender à demanda de etanol, os Estados Unidos terão de aumentar a área com milho de 32 milhões para 39 milhões de hectares até 2010. Em conseqüência, deverão reduzir a área de soja de 30 milhões para cerca de 25 milhões de hectares.

"Essa redução abre um grande mercado potencial para o Brasil", afirma Fernando Muraro, analista da Agência Rural. Conforme projeção feita pela RC Consultores, o Brasil deve produzir 70,6 milhões de toneladas de soja em 2010 e 105 milhões até 2020. Ratajczyk, da Ussec, acrescenta que a expansão de área nos EUA também é limitada pelo Programa de Conservação de Reservas (CRP).

Conforme Ratajczyk, ainda não há previsões sobre o futuro do plantio da soja nos Estados Unidos. A cadeia produtiva fia-se nas projeções feitas pelo USDA. "É difícil fazer

uma projeção de longo prazo. As políticas da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Farm Bill exercem um grande impacto sobre as decisões de plantio", afirmou. Além disso, disse, China e Leste Europeu são imprevisíveis no longo prazo. Ele reiterou que hoje os estoques globais são grandes e não descartou a possibilidade de importar soja do Brasil no futuro. "Já importamos farelo no passado. Se for necessário, certamente faremos isso."

ETANOL

Perto de perder a liderança em soja, americanos agora buscam parceria - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 11/05/2007

Conscientes de que em breve perderão definitivamente a liderança nas exportações de soja em grão e preocupados com a concorrência entre a oleaginosa e o milho nas lavouras americanas, os Estados Unidos trabalham num plano para o desenvolvimento da cadeia de soja até 2020, em parceria com Brasil, Argentina e Paraguai.

Craig Ratajczyk, diretor de assuntos globais e alianças do Conselho de Exportação de Soja dos EUA (Ussec, sigla em inglês), afirmou que os principais objetivos dos americanos são investir em pesquisas para desenvolver produtos de alto valor agregado a partir da soja - como plásticos, tintas e outros polímeros, atualmente feitos a partir do petróleo - e abrir mercados. Para isso, fecharam em dezembro de 2006 um acordo com os países sul-americanos. O primeiro país em foco é a Índia.

"A Índia possui 1 bilhão de habitantes, e a maioria é vegetariana. Hoje as importações são mínimas mas há potencial para que até 5% das exportações mundiais vão para aquele país", afirmou Ratajczyk.

Ele observou que Brasil e Argentina têm um grande potencial para aproveitar a soja na produção de biodiesel, mas o mesmo não ocorre nos Estados Unidos. "O custo de produção lá é maior que na Argentina e, dependendo dos preços internacionais, é mais rentável produzir biodiesel a partir da canola ou do girassol", comparou. O governo americano estima a produção de biodiesel do país em 300 milhões de litros neste ano. Por isso o interesse das indústrias em desenvolver produtos a partir da soja.

As esmagadoras de soja dos EUA também se deparam com uma capacidade ociosa grande, em torno de 20%. Na Argentina o índice é o mesmo e, no Brasil, 25%. "Outra questão é que as fábricas estão velhas, mais que as instaladas na América do Sul", observou. Conforme Ratajczyk, também preocupa aos americanos os investimentos crescentes das multinacionais na China, no Leste Europeu e na América Latina. "Essas regiões serão grandes fornecedoras de grãos. Temos que nos diferenciar oferecendo produtos novos."

Do lado da demanda, os Estados Unidos também são pressionados pela necessidade de reduzir a área plantada com soja e ampliar a área de milho. Projeção feita pela Agência Rural revela que, para atender à demanda de etanol, os Estados Unidos terão de aumentar a área com milho de 32 milhões para 39 milhões de hectares até 2010. Em conseqüência, deverão reduzir a área de soja de 30 milhões para cerca de 25 milhões de hectares.

"Essa redução abre um grande mercado potencial para o Brasil", afirma Fernando Muraro, analista da Agência Rural. Conforme projeção feita pela RC Consultores, o Brasil deve produzir 70,6 milhões de toneladas de soja em 2010 e 105 milhões até 2020.

Ratajczyk, da Ussec, acrescenta que a expansão de área nos EUA também é limitada pelo Programa de Conservação de Reservas (CRP).

Conforme Ratajczyk, ainda não há previsões sobre o futuro do plantio da soja nos Estados Unidos. A cadeia produtiva fia-se nas projeções feitas pelo USDA. "É difícil fazer uma projeção de longo prazo. As políticas da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Farm Bill exercem um grande impacto sobre as decisões de plantio", afirmou. Além disso, disse, China e Leste Europeu são imprevisíveis no longo prazo. Ele reiterou que hoje os estoques globais são grandes e não descartou a possibilidade de importar soja do Brasil no futuro. "Já importamos farelo no passado. Se for necessário, certamente faremos isso."

'Não há sentido ecológico em investir em etanol de milho' – Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/05/2007

Para o presidente da Nestlé, Peter Brabeck, cultivo exige muita água

O presidente da Nestlé, Peter Brabeck, afirma ser contra a idéia do desenvolvimento dos biocombustíveis nos países ricos como forma de substituir energias fósseis. O executivo da maior empresa de alimentos do mundo e líder no mercado de água tem uma explicação: o etanol feito a partir do milho, como ocorre nos Estados Unidos, exige muita água para sua produção, o que pode gerar outra crise no planeta bem mais grave que a falta de petróleo.

Em entrevista publicada no jornal suíço TagesAnzeiger, Brabeck não hesita em questionar o crescente investimento no etanol. Para ele, a água é recurso natural bem mais valioso que o petróleo e alerta que uma crise de abastecimento poderá ocorrer em pouco mais de cem anos.

A Nestlé aposta no mercado de água como parte de sua estratégia de venda nos próximos anos e é líder mundial no setor. O grupo é dono de marcas como Perrier e Vittel e procura oportunidades de negócios inclusive no Brasil. Neste ano, as vendas em todo o mundo devem superar os US$ 8 bilhões.

Brabeck aponta que vários locais de tensão geopolítica começam a surgir por causa da água, como no Oriente Médio. Somado a isso, destaca o fato de que, até 2050, a população mundial aumentará em 1,7 bilhão de pessoas, criando mais pressão sobre as reservas de água.

Para ele, “não há sentido ecológico em investir em etanol de milho” como solução. “Para produzir 1 litro de bioetanol (a partir do milho) precisamos de 4,5 mil litros de água. Os donos de carros dos países industrializados são subsidiados à custa dos mais pobres.” Ele aponta que, nos últimos meses, o preço de 1 tonelada de milho passou de US$ 128 para US$ 335.

Brabeck, símbolo para os mais críticos da globalização e das multinacionais, adota postura não muito diferente do líder cubano, Fidel Castro, que já criticou o uso do milho

para o etanol. Na semana passada, a Agência Internacional de Energia e a ONU alertaram que o etanol de milho não será sustentável se depender "indefinidamente" de subsídios.

O presidente da Nestlé acusa o setor agrícola de ser um dos que mais desperdiçam água. "Se a água tivesse um preço, incentivaria investimentos em infra-estrutura." Para ele, deveria haver regras de mercado para o uso da água entre agricultores e mesmo para manter uma piscina. Na avaliação de Brabeck, o acesso à água deve ser considerado direito humano até certo ponto. O consumo de 25 litros por dia por pessoa seria suficiente. Na Europa, a média é de 50 litros. "Encher uma piscina não é um direito humano."

Relatório da ONU pedirá que países adotem etanol - Jamil Chade - Estado de São Paulo – Vida &– 03/05/2007

Em documento sobre mudança climática, IPCC dirá que biocombustível feito da cana tem menos impacto no meio ambiente que o feito do milho

O relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da ONU vai sugerir, amanhã, que os governos dêem ênfase ao etanol para a expansão de seu consumo como energia até 2020, a fim de reduzir as emissões de CO2. A intenção é, num primeiro momento, estabilizar a concentração do gás na atmosfera para que o aumento da temperatura não ultrapasse os 2°C em 2030.

Fontes das Nações Unidas que estão na Tailândia para a reunião do IPCC revelam que a recomendação deve fazer parte do documento final, assim como a constatação de que o etanol produzido a partir da cana-de-açúcar teria um impacto ambiental mais favorável que o uso do milho para a produção do biocombustível.

Na sexta-feira, o grupo deve anunciar na Tailândia o que acredita ser a melhor estratégia para lidar com as mudanças climáticas. Os biocombustíveis ganham importância diante do aumento da frota de carros no mundo. O texto indicará que uma segunda geração do etanol, com base em celulose, deve ser desenvolvida e disponibilizada nos próximos anos para que o combustível possa de fato se expandir pelos países ricos.

Isso evitaria o uso do milho, que apresenta impactos negativos no ambiente (pelo consumo de energia para sua produção), no preço de alimentos e no uso da terra para a produção de combustível em vez de comida.

Em janeiro, Washington anunciou investimentos de US$ 250 milhões no estudo de etanol produzido a partir de celulose. O Departamento de Estado dos Estados Unidos anunciou quatro reuniões entre cientistas brasileiros e americanos, que ocorrerão até julho, para debater pesquisas sobre a segunda geração do etanol.

Isso porque a cana não apresenta problemas ambientais tão graves quanto o milho, mas poucos países ricos teriam acesso a ela, pois a cana depende de uma série de condições ambientais para crescer. Brasil e Estados Unidos são os maiores produtores de etanol do mundo.

Ambientalistas que participam da reunião como observadores, ou seja, não têm poder para alterar o texto, estão preocupados com o estímulo exacerbado aos biocombustíveis. Eles temem que isso promova o avanço da agricultura sobre áreas florestais, como a Amazônia, para plantar matéria-prima para etanol ou para compensar o aumento de procura por terra cultivável.

FONTE ATÔMICA

Outro tema voltado à energia que merece debates intensos entre os delegados, os cientistas e os observadores é a ampliação de usinas nucleares. Os Estados Unidos, por exemplo, pedem sua inclusão no relatório final dessa reunião, que será divulgado amanhã. Ambientalistas acreditam que as fontes renováveis merecem prioridade.

Um pequeno comitê, formado dentro do encontro apenas para tratar desse tema, quer definir a energia nuclear como uma das alternativas para reduzir a emissão de CO2. Contudo, indica que a tecnologia empregada tem limites. O texto precisa ser aprovado por todos os membros da reunião.

Stephan Singer, da ONG WWF, diz que dificilmente a energia nuclear será retirada do leque de soluções apresentadas pelo IPCC, ainda que diversos grupos digam que ela é muito perigosa e custosa para representar uma alternativa. “Não acreditamos que a energia nuclear seja uma solução.”

COM AP E EFE

Brasil busca se eximir da conta - Estado de São Paulo – Vida & – 03/05/2007

Funcionários da ONU que acompanham a reunião do IPCC na Tailândia destacam a participação do Brasil nos bastidores para apoiar a tese chinesa de que os países ricos devem arcar com a maior responsabilidade na atuação contra o aquecimento global e as emissões de CO2.

Desde o começo da reunião, na segunda-feira, Pequim defende que os países desenvolvidos precisam aceitar essa responsabilidade maior, já que por séculos foram os principais emissores de gases-estufa. Hoje, a China já ocupa o segundo lugar e, em breve, pode ser líder.

Além do Brasil, a Índia também apóia os chineses. Para os críticos da posição, em especial a União Européia, a manobra diplomática atrasa os trabalhos dos cientistas e ainda permite que os países emergentes usem o argumento como "escudo" para evitar que a estratégia do IPCC aponte para suas responsabilidades.

País é o líder na América do Sul - Alberto Tamer* - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/05/2007

As viagens do presidente Lula ao Chile e à Argentina, desenvolvendo a sua diplomacia sul-americana do álcool, é um nítido e claro afastamento da influência negativa do presidente venezuelano, Hugo Chávez, que predominou durante todo o seu primeiro mandato.

As palavras amenas que Lula usou ao falar das suas relações com o presidente-ditador podem ser consideradas apenas como cortesia diplomática. Não há razão para confrontá-lo como não existe motivo nenhum, absolutamente nenhum em entregar ao 'general' Chávez a liderança política da América do Sul. Se há um país ao qual cabe liderar, é o Brasil pelo seu potencial político, econômico e pela sua presença no cenário mundial. Não à pequena Venezuela, que nada mais tem a não ser petróleo, isolada pelo seu regime político híbrido de ditadura de fato e parlapatice socialista (melhor seria socialistóide), sem pé nem cabeça.

Pela primeira vez em mais de quatro anos, Lula se opôs à violenta crítica da Venezuela ao álcool. Disse que não cabe a ninguém interferir nos negócios brasileiros e distanciou-se do tal Banco do Sul, perguntando: 'Afinal, o que é isso?'E ninguém soube responder.

No fundo, estão sonhando com os US$ 120 bilhões das crescentes reservas brasileiras. Entramos com a maior parte e eles, os nossos parceiros sulinos, com nada.

ESTAMOS NO MUNDO, ELES NÃO

Não há comparação possível, absolutamente nenhuma, entre a nossa posição no cenário político-econômico mundial e os demais países sul-americanos, principalmente a Venezuela que, tendo como parceira só a China por causa do petróleo (ah, esqueci Cuba...), se isola cada vez mais e agora anuncia um escudo antimísseis para fazer frente à próxima invasão americana. Por favor, não riam porque Hugo Chávez está delirando sério.

Mesmo tendo pequena participação no PIB mundial (2%) e no comércio (1,2%), nossa presença é maior do que a de todos os demais países do continente.

E, a acreditar na nova linha diplomática do atual governo, nossa nova aproximação com os países desenvolvidos nos insere cada vez mais no contexto internacional.

ÁLCOOL, A PALAVRA FINAL DA FAO

Um dos pontos de inserção é a diplomacia do álcool. Na reunião do Chile, a FAO, organização da ONU que acompanha a produção e o abastecimento de alimentos no mundo, deu sua palavra final. Não há choque entre produzir biodiesel (usaram uma expressão feliz, 'plantar' biodiesel) e produzir alimentos. Informa que o mundo não usa metade das áreas potencialmente aptas para a produção agrícola.

É FOME. É CORRUPÇÃO

Tem mais, os estoques atuais são suficientes para atender amplamente os 6 bilhões de habitantes do mundo. Lula fala em 12 bilhões. Não é comida que lhes falta. É renda. Pelo menos 1 bilhão vive abaixo da linha da pobreza e mais do que isso, na miséria. A coluna acrescenta, além da falta de renda há o excesso de corrupção. Pode doar-se o que quiser para os países africanos e alguns asiáticos que o alimento não chega às suas mãos. É roubado pelas autoridades no meio do caminho. A corrupção é até maior do que a falta de renda. É isso.

O presidente Lula deveria acrescentar à sua louvável campanha pela fome zero uma outra: corrupção zero também.

NÃO HÁ OPOSIÇÃO SUSTENTÁVEL

Com isso, caem por terra os argumentos de Fidel Castro (de Cuba) e Chávez, contra o cultivo de cana e a disponibilidade de alimentos no mundo. Alguns argumentos também levantados nos EUA por empresas interessadas no uso do petróleo também soam falaciosos. Não cabe o argumento de que os EUA ficariam muito dependentes do Brasil quando dependem intensamente do petróleo do Oriente Médio. Estultice sem pé nem cabeça. São interesses próprios contrariando o bem-estar da humanidade.

O BRASIL ESTÁ CERTO

O presidente e o Brasil estão certos ao terem abraçado a campanha pelo álcool. Ele é multipositivo. Despolui a natureza inundada por CO2, atenua os seus efeitos sobre o aquecimento ambiental e, ao mesmo tempo, atende a uma camada enorme da população ao gerar milhares e milhares de empregos no campo e na indústria. Por isso, Lula está certo ao dizer não à demagogia do seu colega venezuelano, ao se afastar dele e desse patético Evo Morales (da Bolívia)para se aproximar dos países desenvolvidos. Não só dos EUA, mas da Europa e da Ásia também, sedentos pelo nosso álcool.

Aos poucos, os opositores estão se calando e até mesmo Chávez encolheu-se e mandou importar álcool. Do Brasil. O álcool como combustível é completo e veio para ficar. O mundo, está esperando por nós.

CORREÇÃO - Na coluna de domingo, no entretítulo '...e a Europa também', o correto é dizer que a Europa decidiu negociar com o Leste Asiático.

***E -mail: at@attglobal.net**

Painel recomenda uso de biocombustíveis – Cristina Amorim -Estado de São Paulo – Nacional – 05/05/2007

Especialistas não citam exemplos, deixando etanol fora do texto

A utilização dos biocombustíveis como alternativa aos combustíveis fósseis, especialmente aos derivados do petróleo, aparece na versão final do sumário apresentado ontem, em Bangcoc, pelo IPCC. Segundo o grupo, "os biocombustíveis podem ter um importante papel no controle das emissões de gases-estufa no setor de transportes". Nesse campo, eles podem substituir a gasolina, o diesel e seus aditivos.

O crescimento global projetado nesse setor é de 3% do total de energia necessária para transportes em 2030. É um cenário conservador, uma vez que o preço do petróleo tem impacto direto na busca por alternativas. O crescimento pode ser de 5% a 10%, de acordo com o valor do mercado do óleo, mais a eficiência crescente dos veículos e o sucesso de tecnologias que utilizem a celulose como matéria-prima.

Não consta no documento nenhuma informação que classificaria a que tipo de biocombustível o grupo se refere. As referências são feitas em relação à segunda geração, baseada em celulose. O etanol obtido a partir da cana-de-açúcar, campo em que o Brasil é líder mundial, não é citado. Tampouco há dados sobre a produção baseada em milho, liderada pelos Estados Unidos.

Num parágrafo que se refere à agricultura, há um pedido de atenção para que a segurança alimentar seja mantida, sem que os campos produtivos sejam tomados pelas matérias-primas para a produção de biocombustíveis, em detrimento ao fornecimento de alimentos.

É o que tem sido chamado de "síndrome de Fidel Castro", que recentemente criticou a intenção declarada dos governos brasileiro e americano de investirem no aumento de produção da cana. Fidel afirma que os alimentos vão encarecer.

É o que aconteceu no caso do milho. Sua valorização como fonte para alimentar veículos fez aumentar o preço das tortillas, base da alimentação dos mexicanos. A questão não é detalhada no novo sumário dos cientistas.

UE admite importar 30% de etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/05/2007

Por falta de terras para plantio, meta de abastecer 10% da frota de veículos até 2020 só será atingida dessa forma

Sem terras disponíveis, a Europa reconheceu ontem que terá de importar até 30% de seu consumo de etanol nos próximos 15 anos. Quem diz isso é a própria comissária da União Européia (UE) para a Agricultura, Mariann Fischer Boel. A UE tem como meta alimentar 10% de sua frota de veículos com o biocombustível até 2020, mas já prevê uma alta nos preços dos alimentos em conseqüência dessa medida.

'Há um debate acalorado sobre se vamos conseguir atingir essa meta de 10% sem afetar o fornecimento de alimentos', admitiu Fischer Boel. 'Mas acho que conseguiremos.' O principal temor é de que, com a necessidade de produzir o etanol na Europa, terras que seriam usadas para alimentos acabarão sendo destinadas a produtos que serviriam de base para o combustível. A conseqüência seria um déficit de terras para outros produtos, o encarecimento dos aluguéis e, portanto, um aumento nos preços dos alimentos.

'Nossas análises apontam que, com essa meta de 10%, os preços de produtos agrícolas aumentariam entre 3% e 6% para os cereais e entre 5% e 18% para outros produtos', afirmou a comissária. Ela acredita, porém, que o impacto para o consumidor possa ser evitado. 'O custo do cereal representa apenas 5% do preço final de um pão', alega. Mas admite que os preços dos óleos vegetais poderiam ser bem maiores.

Sua esperança é de que esses óleos sejam substituídos por óleo de soja ou óleo de girassol. Fischer Boel ainda acredita que os preços de chocolates e comidas preparadas possam se manter estáveis.

Sobre as importações, a Comissão afirma que está ciente de que terá de abrir seu mercado e retirar parte de sua tarifa de 75%, que hoje afeta o etanol brasileiro. Até 2020, a perspectiva é de que a importação fique entre 10% e 30% do consumo europeu, porcentual considerado alto em um comércio de produtos.

'O nível de importação dependerá essencialmente da competitividade dos produtos europeus. Podemos aumentar essa competitividade abolindo os sistemas de intervenção na produção. Outra medida de competitividade será o desenvolvimento do etanol de segunda geração, feito com restos da produção agrícola e outros produtos', afirmou Fischer Boel. Ainda assim, segundo ela, os europeus terão de importar etanol.

Para dar tempo para que os europeus se tornem competitivos, porém, Bruxelas deve retardar ao máximo a abertura de seu mercado. O comissário de Comércio, Peter Mandelson, chegou a defender uma liberalização do setor, mas foi voto vencido no debate com agricultores e mesmo na UE.

SELO

Fischer Boel ainda deixa claro que não haverá como importar etanol sem que antes critérios ambientais sejam estabelecidos. 'Queremos fazer de tudo para garantir que, na prática e não só na teoria, o etanol usado na Europa não tenha conseqüências negativas para o meio ambiente em termos de emissões de gás e perda de biodiversidade', afirma. 'Um mecanismo está sendo criado no momento para definir como será implementado o sistema', completou.

A idéia é que uma espécie de selo ambiental seja exigido de quem quiser exportar para a Europa. Bruxelas, porém, garante que a medida estará dentro das leis da Organização Mundial do Comércio (OMC). 'O mecanismo deve ser justo', disse Fischer Boel. O Brasil já deixou claro aos europeus que não aceitará uma barreira ambiental no comércio do etanol.

FRASES

Mariann Fischer Boel

Comissária da UE para a Agricultura

"Há um debate acalorado sobre se vamos conseguir atingir essa meta de 10% sem afetar o fornecimento de alimentos"

"Com essa meta de 10%, os preços de produtos agrícolas aumentariam entre 3% e 6% para os cereais e entre 5% e 18% para outros produtos"

BCs avaliam risco de inflação do etanol – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/05/2007

Preocupação é maior com produção do combustível a partir do milho

Os presidentes dos principais bancos centrais do mundo estão preocupados com o impacto inflacionário da produção de etanol no mundo. O Estado obteve com exclusividade documentos da reunião de ontem, do Banco de Compensações Internacionais (BIS), que, pela primeira vez, incluiu os impactos do biocombustível sobre a inflação, principalmente com produção a partir do milho. A preocupação se insere num dos temas centrais do debate na Basiléia: o risco inflacionário e como evitar que ele se transforme num obstáculo para o crescimento mundial.

Para o BIS, a questão do etanol está se tornando 'estrutural' e terá de entrar nas avaliações de formulação de estratégias macroeconômicas. Isso por causa da maior demanda pelo combustível e à proliferação na produção de milho nos EUA para abastecer as usinas.

Segundo analistas, a produção já está tendo impacto no preço de alimentos e de outras commodities, que sofrem dificuldade para encontrar terras disponíveis para seu cultivo. O milho já teve seu valor dobrado nos últimos 15 meses. 'Estamos vendo uma mudança permanente nos valores das commodities e os BCs precisam ser vigilantes', disse o presidente do banco central argentino, Martin Redrado.

Segundo o presidente do BC do Chile, Vittorio Corbo, a preocupação inflacionária até pouco tempo se referia apenas à alta de minérios. 'Hoje, há uma demanda maior por alimentos entre as economias emergentes e uma demanda maior por energia limpa.' Apesar do risco de inflação essa demanda pode ser positiva para países exportadores. 'Em toda a América Latina, estamos vendo uma alta nos preços das commodities. Nosso desafio é usar essa realidade para fortalecer nossas economias', afirmou Corbo.

Fidel volta a criticar produção de etanol – Estado de São Paulo – Internacional – 11/05/2007

Em artigo publicado ontem no jornal oficial cubano Granma, o presidente Fidel Castro voltou a condenar a produção de etanol. Segundo ele, produzir combustível a partir de alimentos é uma "idéia trágica". O artigo foi o sexto - o segundo da semana - publicado desde que Fidel se afastou do poder por causa de uma cirurgia e entregou o governo a seu irmão Raúl Castro, em 31 de julho.

Biocombustíveis são avaliados por Gore – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 12/05/2007

O ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore encerrou ontem em Buenos Aires o Primeiro Congresso Americano de Biocombustíveis. Estrela do evento, ele afirmou que os biocombustíveis são "uma solução" para o aquecimento global, que estão sendo recebidos com entusiasmo hoje, na "era da consciência". Mas Gore demonstrou restrições sobre o uso dessa energia alternativa ao considerar que a expansão de áreas para o cultivo de matéria-prima para a produção de biocombustíveis pode tornar-se um "perigo", podendo levar à destruição desnecessária de selvas e bosques.

Salvar planeta custa 2% do PIB mundial – Claudio Ângelo – Folha de SãoPaulo –Ciência – 04/05/2007

Relatório estima o capital necessário para frear emissão de gases do efeito estufa e evitar "mudança climática perigosa"

Biocombustíveis devem ganhar fatia de 3% a 10% do transporte mundial até 2030, diz o IPCC, painel do clima das Nações Unidas

Salvar o planeta da crise climática já tem um preço: cerca de 2% do PIB mundial. O número é do IPCC, o painel do clima das Nações Unidas, que apresentou em Bancoc, Tailândia, a terceira e última parte de seu Quarto Relatório de Avaliação. O texto, cujo sumário executivo é dirigido aos formuladores de políticas públicas, trata da mitigação do efeito estufa.

Ainda não se sabe quanto o custo pode representar em dólares. O valor do PIB mundial é de US$ 44,6 trilhões (medido em 2005), mas não é possível estimar quanto será em 2030, ano de referência com que o IPCC trabalhou. Hoje, 2% desse valor são US$ 892 bilhões, mais de 80% do PIB do Brasil.

Embora não recomende aos governos que caminho tomar, o relatório apresenta três futuros possíveis para a humanidade, na forma de três cenários de redução de emissões de gases de efeito estufa, em especial o dióxido de carbono (CO2). No mais otimista, a concentração de CO2 na atmosfera é limitada a 450 ppm (partes por milhão) -o dobro do que havia no ar antes da Revolução Industrial. No mais pessimista, ela fica em 650 ppm.

"Se você mirar em uma estabilização de 450 ppm, consegue evitar que a temperatura suba 2C, o que causaria uma mudança climática perigosa. Mas vai ser um pouco mais caro: cerca de 2% do PIB mundial", disse à Folha Mohan Munasinghe, vice-presidente do IPCC. O relatório fala em "menos de 3%".

"Para 550 ppm é menos de 1%, e para 650 ppm é algo desprezível [cerca de 0,2% do PIB]", disse o pesquisador. Este último cenário colocaria o planeta no rumo de um aumento de 4C na temperatura em 2100, com os efeitos catastróficos decorrentes disso - secas, cheias, furacões e fome.

"Há tecnologias existentes e conhecidas para estabilizar em 450 ppm a 550 ppm, mas elas implicam em um custo significativo", disse Munasinghe. "O que falta é vontade política."

Entre essas tecnologias, uma interessa especialmente ao Brasil: os biocombustíveis. O IPCC traz uma boa notícia para agricultures brasileiros. Somados, todos os biocombustíveis -em especial o etanol de cana- poderão ocupar de 3% a 10% da matriz do setor de transportes em 2030. Isso significa reduzir até 1,5 bilhão de toneladas anuais de gás carbônico, pagando menos de US$ 25 por tonelada cortada.

"Eles foram destacados no sumário executivo como uma das tecnologias de mitigação já disponíveis no mercado com os maiores potenciais de mitigação no setor de transporte", disse Suzana Kahn Ribeiro, professora da Coppe (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia) da UFRJ e autora do capítulo de transportes do relatório. Não só no setor de transportes: o IPCC também os considera uma boa alternativa para gerar de energia até mesmo no setor florestal -com o álcool de celulose, um combustível produzido a partir de restos de madeira e serragem (ainda em escala piloto, fora do mercado).

Menção honrosa

Esta é a segunda menção favorável do IPCC a estratégias de mitigação do clima propostas pelo Brasil. A outra foi o reconhecimento do potencial do setor florestal (e da redução do desmatamento, um bandeira levantada pelo país) como ferramenta de mitigação que pode ser usada já a baixo custo.

O álcool de cana ganha destaque no texto do capítulo de transportes (fora do sumário executivo), que aponta suas vantagens em relação a outros tipos de etanol, como o de milho. A principal vantagem é a proporção de matéria-prima que vira combustível, que é maior para a cana.

Síndrome de Fidel

Mesmo destacando os biocombustíveis, o IPCC teve o cuidado de não superestimar o potencial dessa tecnologia no texto destinado aos tomadores de decisão, por duas razões. Primeiro, existe uma controvérsia em torno da chamada "síndrome de Fidel Castro", ou seja, a limitação da agricultura energética devido a uma competição com a agricultura para alimentos. "Isso já é um fato com o milho e alimentos derivados de milho nos EUA e México. Por não haver consenso a respeito, pouco pode ser afirmado, principalmente no sumário executivo", diz Ribeiro.

A outra é a absoluta falta de dados sobre o potencial de expansão dos biocombustíveis. Ribeiro diz que no Brasil, um grande produtor de cana, há apenas "um ou dois" estudos estimando limites para o aumento a produção de álcool. Setores inteiros, como o de transporte público e veículos pesados, acabaram ficando de fora da análise também por falta de referências científicas. Pode ser até que o real potencial do álcool e do biodiesel esteja subestimado.

"Não temos como fundamentar cientificamente", afirma a pesquisadora brasileira.

IMPRESSIONADO 1 – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities - Dinheiro - 04/05/2007

O ministro da Agricultura do Japão, Toshikatsu Matsuoka, dirigiu ontem um carro movido a álcool e ficou impressionado com o desempenho. Em sua curta visita ao Brasil, ele esteve na fábrica da Honda, na cidade de Sumaré (SP). Matsuoka mostrou-se indignado com o fato de uma montadora japonesa fabricar carros a álcool no Brasil mas não no Japão.

IMPRESSIONADO 2 – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities - Dinheiro - 04/05/2007

Matsuoka também ficou impressionado com o desenvolvimento tecnológico brasileiro no uso do álcool combustível. Após a visita ao Brasil, o ministro disse que pretende dedicar toda a sua força para cumprir mais aceleradamente a meta do governo japonês de adicionar 10% de álcool à gasolina.

PRIMEIRO PASSO– Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities - Dinheiro - 04/05/2007

De acordo com o ministro, no final de abril alguns postos no Japão começaram a vender gasolina misturada com álcool, mas em proporção muito pequena -abaixo dos 3% permitidos pela legislação.

A TODO O VAPOR– Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities - Dinheiro - 04/05/2007

A produção de cana-de-açúcar deve crescer 53% neste ano em relação a 2006 em Uberaba (MG). Os dados são do IBGE, que aponta produção de 3,4 milhões de toneladas para esta safra. A área de cana na região subiu para 56 mil hectares.

Brasil e Portugal negociam acordo de biodiesel – Folha de São Paulo – Brasil – 05/05/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo brasileiro e uma empresa portuguesa de energia negociam um acordo no qual, até 2010, o mercado do país irá abastecer metade da demanda dos portugueses para a produção de biodiesel. O presidente Lula discutiu o tema com Manuel Ferreira de Oliveira, da Empresa Nacional Portugal de Petróleo, Gás e Energia. Um acordo, segundo os portugueses, deve ser fechado em algumas semanas.

Fidel volta a atacar planos de biocombustíveis - Folha de São Paulo – Mundo - 11/05/2007

DA REDAÇÃO

Afastado do poder desde julho, o ditador cubano, Fidel Castro, publicou novo artigo no jornal estatal "Granma" para criticar, uma vez mais, a "idéia sinistra" de produzir biocombustíveis a partir de alimentos. "Quanto tempo precisaria minha pobre caneta para refutar os defensores da idéia sinistra pelo interesse material, pela ignorância, pela indiferença", escreveu. Ele não citou a soltura de Luis Posada Carriles, militante anticastrista, nos EUA.

Pressão externa força certificação do álcool – Mauro Zafalon - Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/05/2007

UE deve avaliar condições de trabalho e aspectos ambientais da produção no país; Inmetro estuda parâmetros para atestado

Para presidente do instituto, perigo de exigências é que críticas sobre ambiente venham junto com pressões de grupos econômicos

O avanço do Brasil na produção de biocombustível fará com que questões ambientais e sociais, qualidade do produto e sistemas de produção passem a ser vistos cada vez mais com críticas e análises apuradas por concorrentes e importadores. Para evitar essas manifestações e mostrar que a produção segue normas corretas, o produto brasileiro exportado passará por sistema de certificações.

Para se adiantar a essas pressões, que começam a vir principalmente da União Européia, o Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) reúne no final do mês produtores e técnicos do setor de álcool para estabelecer parâmetros para uma certificação. Dependendo do andamento das discussões, o Brasil terá pronto um processo de certificação no início de 2008, diz João Jornada, físico e presidente do Inmetro.

O álcool e o biodiesel devem começar a ter as mesmas barreiras não-tarifárias das quais são vítimas outras commodities brasileiras. A mais recente são as carnes bovina e suína, que continuam com mercados fechados após a ocorrência de febre aftosa, há um ano e meio.

Os europeus vão buscar comprovações de que o combustível, além de ter qualidades energéticas, não causou destruição de florestas e que tenham sido utilizados processos sociais corretos de produção, segundo Jornada.

O perigo dessas exigências é que as críticas de ONGs e da opinião pública sobre o ambiente possam vir acompanhadas de pressões de grupos econômicos, fazendo do tema "um cavalo de batalha", afirma o presidente da entidade.

Por isso, o Brasil precisa desenvolver um sistema de certificação aceito internacionalmente, que, além dos atributos intrínsecos ao produto, tenha dados sobre todo o processo de produção. Como líder nas exportações mundiais biocombustíveis, é importante que o Brasil lidere e determine os parâmetros de certificação, diz.

A pesquisa para a definição dessa certificação deve ter dois caminhos. O primeiro é uma pesquisa científica para determinar os atributos intrínsecos da qualidade aceitos do álcool.

Além da análise desses atributos físicos e químicos do combustível, os importadores europeus vão exigir acompanhamento de quesitos socioambientais. A adoção da certificação é voluntária e trará custos às empresas que a adotarem. Pela experiência de certificações nos setores de celulose, frutas e sisal pelo Inmetro, Jornada diz que esses investimentos são compensados pelo resultado das exportações.

Sair na frente

Um dos problemas da certificação é que nem os europeus sabem o que querem. Já a grande vantagem é que o Brasil está saindo na frente. E o país tem essa obrigação por ser o maior exportador, diz Jornada.

O presidente do Inmetro diz que os europeus ainda não bateram o martelo sobre as exigências, mas que podem se apegar a itens sociais, como as condições de trabalho, excesso de esforço de trabalhadores no corte de cana etc.

As certificações isolam as empresas, principalmente do uso de generalizações colocadas sobre o país. O Brasil é um país-continente e tem problemas, como há problemas em qualquer parte do mundo, afirma Jornada. "Essas coisas são usadas maldosamente como barreiras", acrescenta.

O protocolo de avaliação de conformidade deve estar pronto no início do próximo ano. Ele é o regulamento de como será a certificação. Definidas essas regras do jogo, o Inmetro passa a acreditar, ou seja, reconhecer a competência das empresas que vão certificar as usinas.

Etanol brasileiro é opção melhor, diz esboço do IPCC – O Globo e BBC Brasil – 02/05/2007

BANCOC -A versão integral da terceira parte do relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês) da Organização das Nações Unidas (ONU) deve mencionar que o etanol feito de cana-de-açúcar, como é produzido no

Brasil, é ambientalmente uma opção melhor que o etanol feito de milho, principal fonte do biocombustível nos Estados Unidos, de acordo com um documento ao qual a BBC Brasil teve acesso.

O texto integral serve de base para o sumário que sugere novas políticas ambientais (Summary for Policy Makers, SMP em inglês). Representantes de mais de 120 países estão reunidos em Bancoc, na Tailândia, para estabelecer as conclusões do SMP da terceira parte do relatório anual do IPCC, que deve ser divulgado na sexta-feira.

O documento também deve recomendar aos países o uso em larga escala de outras formas de biocombustível e que haja um se esforço para popularizar o consumo de etanol e de outros combustíveis à base de biomassa dentro dos próximos 15 anos.

Segundo Stephan Singer, chefe da unidade de políticas energéticas da organização não-governamental WWF, o Fundo Mundial para a Natureza, o etanol proveniente do milho é claramente mais nocivo ao meio ambiente do que o feito da cana.

"A produção do etanol feito do milho depende de agricultura intensa e utiliza muitos pesticidas, fertilizantes, que liberam gases causadores do efeito estufa como N2O (óxido nitroso)."

"Algumas pesquisas tem indicado que em termos de emissões de carbono, na média, o etanol americano produzido do milho pode ser até pior que o petróleo", disse Singer à BBC Brasil.

Desmatamento

Em um estudo divulgado no começo deste ano, a organização não-governamental alemã Global Nature Fund sugere que o cultivo de cana-de-açúcar para produção de etanol está causando desmatamento na região do Pantanal.

Mas segundo Singer, da WWF, o etanol brasileiro não é a principal causa do desflorestamento. Ele aponta a indústria pecuária como razão do problema e defende a produção sustentável do biocombustível.

"Nós fazemos campanha para que o etanol vendido na Europa tenha um certificado de qualidade atestando que não é proveniente de áreas desmatadas."

"Se o Brasil se esforçar para produzir etanol de maneira sustentável para o mercado europeu, e ele é capaz disso, acredito que há uma grande oportunidade de se gerar riqueza no Brasil com isso", conclui Singer.

O SMP é uma versão resumida com as recomendações que os países participantes devem se comprometer a adotar, e por isso, a redação de seu conteúdo é sempre antecedida por intensa negociação diplomática.

Esta versão resumida do documento, à qual a BBC Brasil teve acesso, deve fazer referência a um maior uso de biocombustíveis, mas não deve especificar o etanol "made in Brazil".

No capítulo de transportes, o resumo deve propor metas como a economia obrigatória de combustível, o investimento em transporte público, criação de impostos sobre automóveis e o estabelecimento de padrões para as emissões de gás carbônico até 2030.

Outras notícias no site da BBC

© British Broadcasting Corporation 2006. Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem a autorização por escrito da BBC BRASIL.

© 1996 - 2007 Todos os direitos reservados a Infoglobo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem

prévia autorização.

Biocombustíveis afetariam pouco preços de alimentos, diz EU - Jeremy Smith - O Globo (cita Reuters Brasil) – Mundo – 07/05/2007

BRUXELAS (Reuters) - As metas ambiciosas da União Européia (UE) para encorajar o uso de biocombustíveis aumentarão o custo das commodities agrícolas, porém isso não terá grande impacto nos preços dos alimentos no varejo, disse na sexta-feira a comissária da UE para a Agricultura, Mariann Fischer Boel.

Em janeiro, a Comissão Européia -braço executivo do bloco- divulgou novas metas para incluir no mínimo 10 por cento de biocombustíveis no abastecimento de veículos até 2020.

Para atingir este objetivo, a indústria de biodiesel da UE afirma que precisará aumentar a produção em até 15 por cento ao ano, dependendo em grande parte das sementes de colza e girassol produzidas pelo bloco. Somente 20 por cento das matérias-primas seriam importadas, acrescentou.

Boel disse que as metas da UE provocariam altas entre 3 e 6 por cento nos preços dos cereais e entre 5 e 18 por cento para as principais oleaginosas.

Como os preços dessas matérias-primas influenciaram o preço dos alimentos até um determinado ponto, os preços do pão podem subir em menos de um por cento, já que o custo com os cereais responde por menos de 5 por cento do preço do pão pago pelo consumidor, segundo Boel.

"Em relação aos produtos feitos a partir de oleaginosas, o aumento nos preços dos óleos vegetais seria maior", acrescentou Boel. "No entanto, os fabricantes de alimentos que utilizam óleos vegetais podem substituir parcialmente o óleo de semente de colza pelo de soja ou de girassol."

Além disso, caso haja um maior processamento de alimentos, então a fatia de custos com óleos vegetais seria reduzida no preço final, disse Boel. Desta forma, em alimentos altamente processados, como barras de chocolate, os preços ao consumidor permaneceriam estáveis.

Os biocombustíveis podem substituir os combustíveis fósseis e são uma alternativa para reduzir a emissão de gases do efeito estufa, vistos como um dos fatores responsáveis pelo aquecimento global. As matérias-primas utilizadas na fabricação de biocombustíveis incluem grãos e óleos vegetais, assim como açúcar de cana e de beterraba.

(Por Jeremy Smith)

© 1996 - 2007 Todos os direitos reservados a Infoglobo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem
prévia autorização.

Biocombustíveis na berlinda – O Globo – Ciência – 10/05/2007

Falta de planejamento na produção pode causar problemas ambientais, alerta ONU

Os biocombustíveis serão mais eficazes se forem usados como fonte de energia e calor; e não apenas como uma alternativa ao petróleo na área de transportes.

É o que garante um relatório da Agência de Energia das Nações Unidas, publicado ontem. O documento alerta que uma corrida em direção aos biocombustíveis, sem o devido planejamento, pode causar graves impactos ambientais e sociais.

Entre os possíveis problemas, estão o agravamento do desmatamento, os conflitos pela posse da terra e o aumento do preço dos alimentos. Nos Estados Unidos, a expectativa de um aumento da produção de biocombustíveis já fez subir o preço do milho, que é matéria-prima para o etanol naquele país. O Brasil lidera a produção mundial de etanol obtido a partir da cana-deaçúcar.

Os dois países detêm 70% do mercado mundial de álcool combustível.

Indústria vai gerar novos empregos

Para os autores do relatório, a melhor forma de reduzir as emissões de gases do efeito estufa é combinar o uso de biomassa para a produção de energia e calor. Estados Unidos e Europa, porém, já estipularam metas para a expansão do uso de biocombustíveis no setor de transportes. O biodiesel e o etanol — menos poluentes do que o petróleo — são considerados as melhores opções para substituir os combustíveis de origem fóssil.

O relatório da ONU diz que os biocombustíveis devem realmente se tornar importantes no futuro, gerando energia para milhões de pessoas. Essa indústria pode fazer surgir milhares de empregos.

Mas o documento alerta para o perigo de uma mudança brusca e mal planejada.

Em algumas regiões da Ásia, por exemplo, a demanda por biocombustíveis pode expandir as fronteiras agrícolas, aumentando o risco de desmatamento das florestas tropicais e, conseqüentemente, o aumento das emissões de CO2 na atmosfera. Uma possível monocultura para a produção de biocombustíveis poderia levar à perda da biodiversidade e à erosão.

No Brasil há violação trabalhista

O Brasil — onde são esperados investimentos de até US$ 100 bilhões no setor nos próximos dez anos — é citado pelo relatório. O documento menciona os plantadores de cana-de-açúcar de São Paulo, que são obrigados a deixar uma parte de suas terras intactas, transformadas em reservas naturais. Os mesmos usineiros, porém, são acusados de desrespeitar às leis trabalhistas e submeter os cortadores de canadeaçúcar a condições desumanas de trabalho.

Em março passado, o país se juntou a China, os Estados Unidos, a Índia, a África do Sul e a União Européia na criação do Fórum Internacional de Biocombustíveis, cujo objetivo é incrementar a produçãomundial e o uso dos biocombustíveis.

Para a Agência de Energia das Nações Unidas, só uma visão geral da questão pode evitar que a busca por combustíveis alternativos não se transforme em mais um problema.

Países ricos tiram etanol da lista de bens ambientais - Assis Moreira – Valor Econômico –Primeiro Caderno - 02/05/2007

Os Estados Unidos, a União Européia (UE) e outros países industrializados acabam de apresentar uma proposta pela qual deixam de fora o etanol de uma nova lista de bens ambientais para terem redução ou eliminação de tarifas na Rodada Doha. O Brasil reagirá hoje com uma mensagem clara: primeiro, não quer lista nenhuma. Mas se lista houver, ela terá de incluir o etanol, ser restrita e claramente identificada com bem ambiental. Do contrário, Brasília bloqueará sua aprovação.

A orientação de condicionar qualquer lista à inclusão do etanol partiu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo fontes de Brasília, diante da rejeição dos Estados Unidos de baixar a alíquota para o produto.

Durante a visita do presidente americano George W. Bush a São Paulo, em fevereiro, a representante comercial Susan Schwab disse a empresários brasileiros que a tarifa de 54 centavos nos EUA não estava sujeita a qualquer compromisso de redução por parte de Washington, seja em que rodada for.

Por isso, segundo ela, mesmo se a Rodada Doha aprovar redução nas tarifas para etanol, a taxa de 54 centavos permanece inalterada. A existência de uma lista de produtos ambientais para ter corte tarifário maior do que de outros produtos causa uma verdadeira batalha. Na primeira lista, foram incluídos cerca de mil produtos, com visível exagero. A Suíça colocou até barco a vela, enquanto os asiáticos incluíram bicicletas.

Agora, os países ricos reduziram a demanda para cerca de 400 bens ambientais, como alternador de corrente, produtos para controle da poluição do ar, equipamentos de energia renovável, tratamento de água potável etc. Ocorre que o produto mais em voga na agenda internacional, que é o etanol, continuou fora, apesar de o Brasil insistir com esse produto praticamente desde o começo da rodada.

Enquanto isso, a UE, que também impõe alta alíquota na importação de etanol, abriu discussão pública para estabelecer etiquetagem de biocombustível ecologicamente sustentável. A idéia é de estimular o etanol que é produzido poupando a emissão de gás de efeito-estufa, que não estrague a floresta nem a biodiversidade. Bruxelas quer negociar acordos bilaterais, para fazer esses critérios respeitados. Em troca, o país com a etiquetagem poderia se beneficiar de tarifa mais baixa para vender seu biocombustível na Europa.

Na Suíça, o presidente da Nestlé, Peter Brabeck, atacou a produção de etanol a partir de certos alimentos. Segundo ele, são necessários 4.560 litros de água para produzir um litro de etanol de milho, o que deveria levar à discussão sobre a oportunidade deste uso. Seu porta-voz esclareceu que Brabeck considera que outros tipos de etanol são mais ecológicos, mas não mencionou o Brasil.

Subsídio a açúcar indiano – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 05/04/2007

A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) entregou ao Itamaraty carta questionando a concessão de subsídios à exportação de açúcar pela Índia. Em nota, a entidade afirma que repudia as medidas, "uma vez que alteram as condições de

competitividade do produto brasileiro e são incompatíveis com os compromissos assumidos pela Índia na OMC."

O Brasil na economia internacional - José Hage – Valor Econômico –Opinião - 04/05/2007

Os assuntos sobre questões energéticas sempre marcaram presença nos debates políticos em todo o século XX. Em alguns momentos eles emergiam de modo direto, caso da crise da Opep, de 1973, em que ficou claro o peso que o petróleo exerce na vida político-econômica dos países, industrializados ou não. Em outros instantes históricos, os temas de energia também marcaram presença, mas não de forma direta, como ocorreu com o concerto anglo-francês para administração do Oriente Médio após a derrota dos turcos, em 1918. Com o final da Primeira Guerra passou a ficar claro que se preocupar com aquela parte do mundo não era somente um apego à necessidade da paz, mas também de segurança energética.

E sem se prender a reducionismos, que normalmente existem no assunto sobre temas energéticos, há como se verificar que a "questão petróleo" guarda ainda muito peso nos negócios internacionais. Sobre esta afirmação pode-se ver o empenho dos Estados Unidos em cortar parte de sua dependência dos hidrocarbonetos importados do Oriente Médio e outros.

O que era evidente em todo o século XX não deixou de sê-lo no atual. Ao contrário, pois está cada vez mais evidente que as questões energéticas são um capítulo complexo da atividade política em todas as suas vertentes, valendo de igual forma para a congênere internacional. Quer dizer, debater e cuidar da energia passou a ser também uma tarefa da área externa que deverá, cada vez mais, dar conta de um tipo de assunto que há muito tempo passou a ser interesse diplomático.

Este século jogou luz nas tensões mais graves que os estudiosos da energia e da política poderiam esperar. O petróleo mais bem valorizado no mercado internacional, o arabian light, por carregar menos metal pesado, está com os dias contados. Dependendo da metodologia dos cálculos, o energético deve durar até 2050 para, daí, passar a declinar. Já outros variantes com maior presença de chumbo, ainda com contabilidade razoável para acabar a partir de 2100, não são de uso conveniente por causa da forte complicação do meio ambiente, do aquecimento global que já se faz presente. No campo dos pesados encontra-se o petróleo chinês.

O petróleo pesado, ao contrário do arabian light, tem contratempos não somente no aspecto ambiental, mais poluidor: ele também é complicado em sua comercialização em virtude das dificuldades no refino.

Por isso, a conformação da geopolítica energética, em parte, pode se alterar em virtude do exposto acima. Claro, não sem os esperados conflitos de várias dimensões, pois a questão petróleo ainda é grande importância para os peso-pesados da política mundial, Estados Unidos, China e Rússia, cada um com suas particularidades em face da necessidade de hidrocarbonetos, comprando ou vendendo-os.

Deve-se contar com a possibilidade do Brasil ser convocado a ocupar lugar de destaque em um tema que não pode haver vacilo

---

Contudo, se ocorrer a transformação da geopolítica na energia, o Brasil poderá ocupar lugar de destaque no fornecimento de energia, de biocombustíveis derivados de insumos renováveis e, por conseguinte, na política internacional. Daí vem a pergunta: será que o Brasil já está pronto para ocupar um lugar de preeminência, justamente em uma área tão delicada politicamente? Eis uma indagação que não se limita, nem pode, apenas aos tomadores de decisão profissionais, da burocracia especializada. De igual modo, o tema convoca os empresários mais bem situados para se ocupar de problema da maior importância ao país: a possibilidade de o Brasil ser convocado a ocupar lugar de destaque em um tema que não pode haver vacilo.

Por quê? Porque é evidente que assuntos energéticos tocam, em primeiro grau, ao Estado. Mas não só de Estado deve desenvolver a economia da biomassa. Aliás, ninguém duvida disso. A questão de fundo é saber sob quais regras e garantias o setor de produção de etanol terá para obter a consecução da segurança energética em um tópico que depende amplamente do empresariado específico e de seu empenho para a produção ótima do etanol.

A burocracia pública não planta cana. Quem se encarrega da produção é o agente empresarial e, por ser assim, o Brasil deverá ter, de modo franco, um projeto estratégico para que fique patente o papel a ser desempenhado por cada um dos setores. Nessa estratégia, o Estado tem de ser o garante para que a produção canavieira tenha as condições necessárias para fim esperado: infra-estrutura adequada, portos, estradas e uma boa atividade política para o setor.

Já do lado empresarial a certificação de que sua atividade não deve ser volátil e vulnerável aos estilos econômicos da moda. O que temos de evitar é aquilo que aconteceu no ano de 1990, em que houve crise do abastecimento de álcool com relativo poder de estrago para os consumidores. O que podemos dizer é que aquela crise foi fruto de um embate mal resolvido entre os "canavieiros" e o poder público, fazendo cabo-de-guerra com assunto que, guardada as devidas proporções, poderia ter o efeito semelhante à crise da Opep, de décadas antes, se ocorresse na atualidade, ainda mais com a grande quantidade de veículos Flex que rodam atualmente. Privilegiar a produção de açúcar refinado em detrimento do álcool foi uma maneira do setor compensar as mudanças da economia externa.

O que temos de observar são as ferramentas políticas encontradas em alguns dos países industrializados, cuja autoridade e estratégia não estão em jogo por causa de modismos, nem em virtude das alterações programáticas dos partidos políticos. Caso do Reino Unido, que conseguiu estabelecer uma linha coerente de conduta respeitando a tarefa do Estado e do empresariado.

Ocupar lugar de destaque na área da energia certamente traz mérito e prestígio para o Brasil. Mas a advertência tem de ser antecipada como prudência: se houver vacilo ou crises internas no etanol, o estrago que tal ato fará na política brasileira será maior do que se o país se limitasse somente a exportar café. Claro, todos nós torcemos para que isso nunca aconteça.

José Alexandre Altahyde Hage é doutor em Ciência Política Pela Unicamp e professor de Relações Internacionais da Trevisan e da Unibero (Anhanguera Educacional).

ONU recomenda álcool – Valor Econômico – Agronegócio – Commodities Agrícolas – 07/05/2007



A Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) acredita que o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), órgão ambiental da ONU, divulgado sexta-feira é positivo para o setor sucroalcooleiro. Em seu relatório, o IPCC apresentou sugestões para a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa, como forma de combater o aquecimento global. Entre as recomendações, o IPCC defendeu a obrigatoriedade da economia de combustível, da mistura de biocombustíveis e de padrões de CO 2 para o transporte rodoviário. Em Nova York, os contratos para outubro fecharam a 9,63 centavos de dólar por libra-peso, com aumento de 9 pontos. Em São Paulo, a saca de 50 quilos fechou a R$ 31,04, segundo o Cepea/Esalq.

Argentino defende regime comum para biocombustíveis no Mercosul - Janes Rocha – Valor Econômico – Agronegócios - 08/05/2007

Se o Brasil pretende impulsionar os biocombustíveis, deveria promover uma estratégia em bloco com seus parceiros do Mercosul, que têm grande potencial produtivo de matérias-primas e oportunidades de negócios a acrescentar neste segmento. A opinião é do empresário argentino Julio C. Gutiérrez, sócio do BGS Group, uma sociedade de investimentos dedicada originalmente ao setor de TV a cabo, mas que agora busca projetos com biocombustíveis.

O BGS estará à frente de um grande congresso sobre biocombustíveis que será realizado nos dias 10 e 11 em Buenos Aires, para o qual já está confirmada a presença do ex-vice presidente dos EUA, Al Gore, além de vários especialistas na área. Gutiérrez disse que quer aproveitar o evento para angariar apoio à proposta de criar um regime comum de biocombustíveis do Mercosul.

"Deveríamos editar uma norma comum, com incentivos, como o regime automotivo", disse Gutiérrez ao Valor. O BGS foi, até 2002, único parceiro na América do Sul do grupo americano Hicks, Muse, Tate & Furst. Em 1998, fez sua primeira investida no Brasil, com o lançamento da TV Cidade, companhia dedicada à TV paga em várias regiões do país. Nesse empreendimento, o BGS participava em parceria com o Hicks, o Grupo Silvio Santos e a AIG-GE Capital Latin American Infrastructure Fund (LAIF), e deixou o negócio em 2002.

Embora seu foco ainda seja televisão a cabo e serviços de internet, o grupo participou em análise e assessoramento de investimentos nos setores de publicidade,

alimentos, serviços, logística, entretenimento e agronegócios, contabilizando mais de 103 operações na América Latina, principalmente Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Colômbia e Venezuela.

Neste momento, o BGS está montando um fundo de investimentos para projetos de biocombustíveis na Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. O fundo, segundo Gutierrez, já captou US$ 100 milhões, dos quais US$ 50 milhões serão aplicados na concretização do primeiro projeto, uma planta com capacidade para produção de 180 mil toneladas de biodiesel próxima ao porto de Quequén, ao sul da província de Buenos Aires. A meta do fundo é captar US$ 500 milhões.

Gutierrez afirma que, em uma estratégia conjunta entre os países do bloco, o Brasil poderia aportar financiamento do BNDES a parcerias entre empresas brasileiras e as dos demais países do bloco, além de tecnologia que já domina em etanol combustível a partir da cana. Segundo ele, na Argentina o grande potencial está na área de biodiesel, dado seus altos excedentes em soja, canola e girassol. "O grande problema da Argentina não é capacidade de produção mas de financiamento".

BM&F em Nova York – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 08/05/2007

A Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) apresentou ontem em Nova York o novo contrato futuro de etanol, que começa a ser negociado no dia 18. O contrato será cotado em dólares por metro cúbico com vencimento mensal. A primeira entrega será em agosto.

Acordo para álcool – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 08/05/2007

A Comissão Interamericana de Etanol, a Câmara de Comércio Latino nos EUA (Camacol) e a brasileira Fispal fecharam acordo para ampliar as ações de promoção do etanol como alternativa ideal para substituir a gasolina nos EUA.

Aporte na América do Sul – Valor Econômico – Agronegócio – Curtas – 09/05/2007

A American Israel Corporation (Ampal), fundo de investimentos com sede em Israel fará aporte de US$ 500 milhões em projetos nas áreas de etanol e biodiesel na América do Sul. Entre os países-alvos estão Brasil, Colômbia e Peru, informou a agência Folhapress.

Unctad alerta para riscos da febre dos biocombustíveis - Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios - 09/05/2007

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) tem uma visão pouco otimista sobre o atual estágio de evolução na produção mundial de biocombustíveis. Especialistas no tema do organismo internacional criticam o sistema de subsídios internos à produção de etanol e a imposição de altas tarifas e barreiras não-tarifárias por países desenvolvidos, mas também alertam para efeitos colaterais ambientais, econômicos e sociais em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

O modelo em vigor, de acordo com analistas da Unctad, condena o mercado internacional a permanecer pequeno, ameaça a montagem de um sistema comum de comercialização e desestimula os investimentos no setor de biocombustíveis nos países em desenvolvimento.

"A questão é que há pessoas que não querem assumir os riscos nem a conta da nova tecnologia, mas há uma parcela importante de produtores que vêem nos biocombustíveis a chance de melhorar de vida", resume o sueco Olle Ostensson, chefe da Divisão de Diversificação e Recursos Naturais da Unctad, que participa da reunião do Fundo Comum de Commodities da ONU (CFC) no Brasil. Os Estados Unidos, por exemplo, impõem uma sobretaxa ao etanol brasileiro de US$ 0,14 por litro, mais uma tarifa ad valorem de 2,5%.

Ainda de acordo com a Unctad, o atual modelo torna economicamente inviável a produção de biocombustíveis em países desenvolvidos sem subsídios e barreiras à importação.

Ao mesmo tempo, aponta questões preocupantes em países em desenvolvimento, como a derrubada de florestas para plantio de matérias-primas de biocombustíveis, o impacto na elevação dos preços da terra, a concentração de renda e o êxodo rural, além da questão da segurança alimentar, causada por eventuais aumentos de preços dos alimentos em função da competição por terras para produção de alimentos e energia.

"Mas há ações de políticas públicas que podem minimizar esses efeitos", ressalva Ostensson. Em palestra realizada na reunião do CFC, em Brasília, o ex-ministro Roberto Rodrigues refutou a dicotomia entre produzir alimentos ou energia. Pelo menos no Brasil. Em sua avaliação, não haverá competição, já que o país deve elevar sua produção de cana-de-açúcar em áreas de pastagens degradadas. "E longe da Amazônia", reiterou a uma platéia preocupada com a devastação da floresta.

Dedicada a promover a integração dos países em desenvolvimento no processo de expansão da economia global, a Unctad alerta que o atual sistema de comércio internacional de biocombustíveis não apenas dificulta a participação efetiva dos países em desenvolvimento, como também produz um efeito limitado sobre o aquecimento global. "Isso porque não se sabe até onde os subsídios podem distorcer a produção mundial de biocombustíveis. É preciso cautela", diz Ostensson.

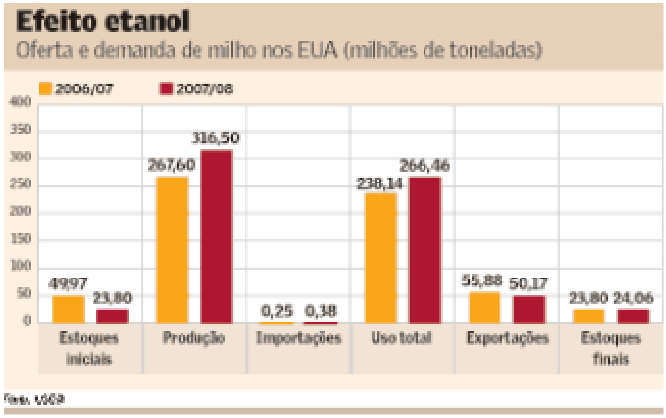
No evento, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou que o Brasil tem "grande interesse" em transferir tecnologia para a produção de etanol em outros países, sobretudo na África, e transformar o produto numa commodity. No fim do mês passado, a Embrapa inaugurou uma unidade em Gana, já como parte dessa estratégia. "O mundo será um grande consumidor de biocombustíveis, mas não vai querer ficar na mão de um país produtor", disse. "O Japão não vai entrar enquanto tiver só o Brasil produzindo" E defendeu a cana como principal matéria-prima: "Não tenho dúvida que a cana será a melhor cultura para produzir etanol".

Uso de milho para etanol dispara - Alda do Amaral Rocha e Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 14/05/2007

A primeira estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) de oferta e demanda de grãos na safra 2007/08 fez as cotações do milho e da soja dispararem na sexta-feira na bolsa de Chicago. A produção de milho estimada é recorde, de 316,5 milhões de toneladas, ante 267,6 milhões em 2006/07.

O recorde previsto na produção não surpreendeu o mercado, mas a estimativa de que os EUA deverão utilizar 86,6 milhões de toneladas de milho apenas para produzir etanol ficou acima das expectativas, segundo Paulo Molinari, da Safras&Mercado. Ele afirmou que o mercado trabalhava com as estimativas divulgadas em fevereiro, pelo USDA, que projetavam 81 milhões de toneladas de milho para produzir álcool, já muito acima das 54,6 milhões de toneladas da safra 2006/07, e refletindo a contínua expansão do etanol nos EUA.

Com essa projeção, pela primeira vez o uso de milho para etanol supera a estimativa para as exportações, segundo o USDA. Nesta safra, os embarques dos EUA devem somar 50,17 milhões de toneladas - foram 55,8 milhões de toneladas na safra 2006/07.



As exportações menores dos EUA abrem espaço para as vendas do Brasil, Argentina e Paraguai, segundo o analista Leonardo Sologuren, da Céleres. A previsão do USDA é de que o Brasil exporte 6,5 milhões de toneladas. Para a Céleres, os embarques poderão alcançar 8 milhões de toneladas.

Molinari observou que "para compensar" a demanda maior para etanol, o USDA reduziu o consumo para alimentação animal, para 144,8 milhões de toneladas, ante 148,6 milhões no ciclo passado.

Para Sologuren, os números do USDA indicam que o milho deve voltar à casa dos US$ 4 por bushel em Chicago. Ontem, os contratos da maio, da safra velha, subiram 15,25 centavos de dólar para US$ 3,61 por bushel, enquanto dezembro, da safra nova, fechou com alta de 18 centavos a US$ 3,7425.

Ele lembrou que as recentes quedas na bolsa se basearam na expectativa de uma safra recorde. Mas para que a produção recorde se confirme, o clima terá de ser "ótimo", disse, lembrando que há atraso no plantio nos EUA.

Molinari ponderou que os números não são definitivos e avalia que o USDA foi cauteloso ao prever uma produtividade de 150,3 bushels por acre. "Os dados devem

impedir baixas mais agressivas [na bolsa], e o mercado deve ficar ainda mais sensível ao clima nos próximos 90 dias", afirmou.

Outro dado do USDA que fez as cotações subirem foram os estoques finais, de 23,9 milhões de toneladas, para 2007/08, praticamente estáveis, abaixo da média das estimativas dos analistas, de 26,7 milhões de toneladas.

A previsão de redução dos estoques globais finais da soja pela metade - de 16,73 milhões na safra 2006/07 para 8,71 milhões no próximo ciclo - também deu alento ao mercado e motivou uma nova alta nos preços na bolsa de Chicago na sexta-feira. O contrato com entrega em julho subiu 15,50 centavos de dólar, para US$ 7,6175 por bushel. "O relatório refletiu o sentimento do mercado principalmente sobre as perspectivas para estoques globais", observou Flávio França Júnior, analista da Safras.

Renato Sayeg, analista da Tetras Corretora, considerou baixistas as projeções. O cálculo do USDA baseou-se na pesquisa de intenção de plantio e na média histórica de produtividade. "Nos últimos três anos, a primeira projeção foi revista para cima. É provável que esse número seja elevado", disse.

Por conta da produtividade baixa, o USDA projeta a safra americana em 74,71 milhões de toneladas, ante 86,77 milhões no ciclo 2006/07. Para o esmagamento, o departamento prevê aumento de 48,04 milhões para 48,72 milhões de toneladas. A projeção para exportações foi mantida em 29,39 milhões de toneladas. "Essa projeção de redução da safra americana em 13,9% foi uma surpresa. O mercado avaliava a safra em torno de 76,7 milhões de toneladas. O relatório também denota um consumo maior de biodiesel", afirmou.

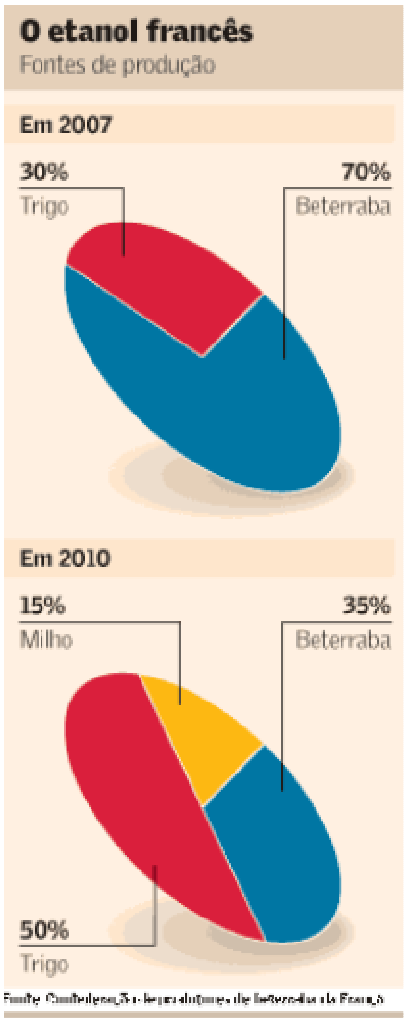
Sayeg observou que analistas de mercado prevêem um aumento do consumo de biodiesel no país de 13% a 19% A projeção do USDA para este ano é que o consumo no país será de 300 milhões de litros.

Em relação aos números da safra 2006/07, o analista considerou como mudança mais significativa a redução das importações da China em 1 milhão de toneladas, para 30 milhões, o que também provocou aumento na estimativa de estoques globais finais de 61,02 milhões para 61,89 milhões de toneladas. "Este número está subvalorizado. Pelo ritmo de demanda atual, a expectativa é que a China importe 31,5 milhões de toneladas em todo o ano", observou.

Etanol de trigo em alta na França - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 15/05/2007

A produção de etanol a partir do trigo vai explodir na França. Quatro das seis grandes usinas que entrarão em operação no país até o fim de 2008, que envolvem investimentos totais da ordem de 1 bilhão de euros e representarão 80% da produção francesa do combustível, utilizarão o cereal como matéria-prima. Uma unidade usará beterraba e a outra rodará com milho.

A aceleração da produção de etanol no país ilustra a determinação européia de responder aos compromissos do Protocolo de Kyoto para limitar a emissão de gases de efeito estufa. O combustível deverá representar 10% do consumo total de carburantes no velho continente até 2015. Em 2007, a participação chegará a 3,5%. Na França, a produção de etanol dobrou entre 2006 e 2007, para 560 mil toneladas, a partir de 20 pequenas usinas. Com os novos projetos, a oferta dobrará novamente até 2010 para 1,1 milhão de toneladas.



Atualmente, o trigo alimenta 35% do etanol francês, e esta participação deverá aumentar para 50% em três anos. Em contrapartida, a fatia da beterraba, que hoje é a matéria-primas de 70% do combustível do país, cairá para 35%. O milho responderá pelos 15% restantes..

Nicolas Rialland, da Confederação dos Produtores de Beterraba, sediada em Paris, explica que produzir etanol a partir de cereais é mais barato. Neste caso, explica, pesa o processo industrial, e não só o custo da matéria-prima. A tonelada de beterraba varia no mercado de 16 euros a 24 euros. Já o mesmo volume de trigo sai por cerca de 120 euros , conforme um acordo firmada entre produtores e indústrias que já dura anos. Mas, segundo Rialland, não há diferença no custo final.

Ele informa que uma tonelada de trigo permite a produção de cerca de 350 litros de etanol, enquanto uma tonelada de milho resulta em 370 litros e igual quantidade de beterraba faz 100 litros. Sendo assim, os franceses constataram que produzir etanol com beterraba deixa de ser viável economicamente se não houver, no mesmo processo, produção de açúcar. "Não vale a pena ter uma usina com um processo industrial complicado unicamente para etanol de beterraba", diz Rialland.

Ocorre que a União Européia está cortando subsídios ao açúcar para reduzir a produção em 6 milhões de toneladas, no rastro de uma reforma impulsionada pela vitória do Brasil contra a política européia na Organização Mundial do Comércio (OMC). Já a

produção de etanol a partir de trigo e milho é mais simples e leve, e estimula a diversificação de grandes grupos.

É o caso do Tereos, terceiro maior grupo de açúcar do mundo, conhecido por sua marca Béghin-Say. Na França, o conglomerado iniciará a produção de uma usina com capacidade para 240 mil toneladas de etanol a partir de trigo. Já o Soufflet, maior player mundial de malte para cerveja, começará a construção de uma unidade no país para produzir anualmente 300 mil toneladas etanol a partir de 1,1 milhão de toneladas de trigo. O aporte previsto no projeto chega a 300 milhões de euros.

No contexto da "disputa" entre a produção de energia e alimentos a partir de produtos agrícolas, as associações européias argumentam que em 2010 cerca de 350 mil hectares de cereais (4% da área total) e 60 mil hectares de beterraba (20% do total), serão destinados à fabricação de etanol. Na Europa, o produtor recebe 45 euros por hectare de subsídio destinado ao etanol. Até porque cálculos internacionais indicam que o custo do etanol de cana - especialidade brasileira - chega a ser mais de três vezes menor que o de beterraba.

Hervé Lastum, diretor da Federação de Produtores de Trigo da França, diz que uma das vantagens da cultura em relação ao milho é o preço atualmente 15% mais baixo. Não que o trigo esteja barato, ressalva ele, mas haverá produção suficiente apesar de o país exportar cerca de 8 milhões de toneladas para outros países da UE e 7 milhões fora do mercado comunitário. Os franceses são prudentes em relação ao custo real de seu etanol, mas reconhecem que ele é caro.

Por isso, acreditam as mesmas fontes consultadas pelo Valor, o etanol de trigo só será rentável para os investidores com algumas condições específicas e somadas - se as subvenções e exonerações forem mantidas, se o preço do cereal baixar, se o etanol brasileiro for proibido de entrar na Europa e se o preço do petróleo dobrar.

A diferença entre o custo de fabricação do etanol francês e o preço de venda ao consumidor pode chegar a 30 centavos de euro. Hervé Lastum, da Federação dos Produtores de Trigo, espera que o novo governo Sarkozy confirme a vantagem fiscal que foi oferecida até agora, para estimular o consumidor a utilizar mais o etanol.

Apesar da produção crescente, o biocarburante tem dificuldades de venda na França. O governo lançou um plano com petroleiras, em novembro do ano passado, para equipar 500 postos de gasolina também com etanol neste ano, e outros mil em 2008. Atualmente, porém, só há 25 postos vendendo etanol no país. Isso apesar de lançamento previsto de automóveis flex, começando com um Mégane no mês que vem, com um Peugeot 307 em setembro e depois de com um Citroen C4.

Ambiente Estratégico e Empresarial

Etanol

Valorização amplia exigência de rentabilidade – Estado de São Paulo – economia e Negócios – 20/05/2007

Especialistas afirmam que a valorização do preço da terra também amplia a exigência de rentabilidade sobre o capital. É um movimento que aumenta a eficiência no uso da terra, mas, segundo especialistas, pode excluir muita gente.

'Essa situação tem levado pequenos agricultores a refletir se vale a pena manter sua atividade numa terra tão cara. Muitos, depois de fazer as contas, preferem aproveitar o preço alto e vender a terra do que ficar com uma atividade com pouca remuneração', explica Felipe Pires de Camargo, engenheiro agrônomo e pesquisador científico do IEA.

Ricardo Gomieri, um dos proprietários de uma área de 1.050 hectares na região de Presidente Epitácio, no extremo Oeste paulista, e seus sócios decidiram deixar a pecuária e fechar um contrato de arrendamento com o grupo pernambucano Carlos Lyra, que está montando uma usina em Paulicéia, região de Dracena.

Numa terra valorizada, a pecuária dava ao grupo uma renda bruta de R$ 1,5 mil por hectare ao ano. A cana vai assegurar R$ 3,3 mil de renda bruta por hectare ao ano.

Em cinco anos, preço da terra em São Paulo subiu mais de 100% - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/05/2007

Especialistas afirmam que corrida pelo etanol este ano alimenta um novo ciclo de valorização no Estado

O preço da terra no Estado de São Paulo mais do que dobrou nos últimos cinco anos, segundo levantamento do Instituto de Economia Agrícola (IEA). De 2001 a 2006, o valor médio por hectare subiu 113,6%, de R$ 4.740,11 para R$ 10.128,12. Não foi uma valorização homogênea, como mostra o mapa do IEA, mas foi registrado com mais vigor no interior de São Paulo. Em Franca, o valor por hectare subiu 170% no mesmo período e em Ribeirão Preto, 160,4%.

'O centro de gravidade da economia paulista mudou. Foi do interior no período do café. Foi da capital no período da industrialização. E agora volta ao interior com a agroindústria exportadora', resume o pesquisador da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (Acirp), Vicente Golfeto.

Dois fatores determinaram essa valorização até agora. O primeiro está relacionado à estabilidade de preços da economia brasileira pós-Plano Real. Associado a isso está o desenvolvimento de negócios de grande escala que forma cadeias agroindustriais exportadoras. Entre as atividades que se desenvolveram, segundo pesquisadores, estão grãos, açúcar, suco de laranja e carne bovina - esta, atividade com a situação mais crítica do ponto de vista dos produtores.

Um dado: a exportação da macrorregião de Ribeirão Preto no primeiro quadrimestre deste ano atingiu US$ 1,442 bilhão, crescimento de 41,9% ante 2006. 'Só Araraquara vai exportar US$ 1 bilhão este ano. Por enquanto, não tem nada com cana, é suco de laranja', explica Golfeto.

O mesmo modelo que ajudou a inflacionar o preço da terra em São Paulo receberá a partir de agora um reforço. A valorização da terra, que parecia se estabilizar no ano passado, tomou novo fôlego a partir deste ano com o etanol. Um novo ciclo de investimentos em usinas para produção de álcool provoca corrida por áreas para a formação de canaviais no Estado.

'No longo prazo, a tendência de alta do preço da terra deverá prevalecer no mercado paulista, causada, principalmente, pela demanda mundial crescente por biocombustíveis', aponta Felipe Pires de Camargo, engenheiro agrônomo e pesquisador científico do IEA, responsável pelo último levantamento do preço de terra em São Paulo.

A elevação do preço das áreas agrícolas chamou tanto a atenção do instituto, que uma série de pesquisas financiadas pela Fapesp tentará buscar explicações sobre o que ocorre com essas populações rurais e a relação socioeconômica no interior paulista. Além da substituição de cultura - com ênfase na conversão de grandes áreas de pasto em canaviais -, há uma suspeita sobre um processo de concentração fundiária em São Paulo nas mãos de grandes grupos sucroalcooleiros ou de fornecedores de cana.

Uma usina de tamanho médio capaz de moer 1,5 milhão de tonelada de cana por ano precisa de um canavial de 25 mil hectares plantados. Há projetos ainda maiores em desenvolvimento em São Paulo, o que requer glebas dedicadas ainda mais extensas. Segundo levantamento da União da Agroindústria da Cana-de-Açúcar (Unica), até a safra 2012/2013, o Estado de São Paulo tem garantido a construção de mais 31 novas usinas, o que elevará o total de unidades para 179. Há combustível para mais valorização da terra, dizem especialistas.

'A corrida por área para as novas usinas dará novo impulso à valorização da terra. Ao contrário do que muita gente pensa, o efeito do etanol ainda não está refletido no preço de terra', avalia Bastiaan Reydon, professor e pesquisador do Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Reydon estuda o preço de terra há 25 anos e se surpreende com a atual tendência. Ele alerta, entretanto, que nem o maior dos otimistas com o etanol pode assegurar que essa valorização seja sustentável.

Parte disso está relacionado à falta de regulação do uso da terra no País, explica Reydon. A situação do setor sucroalcooleiro, segundo ele, é um bom exemplo. Não há

qualquer regulação que impeça o dono de usina de ter áreas para abastecer moendas. Nem o contrário. Esta é uma maneira, afirma, de controlar o processo de concentração da terra. A outra é tornar efetivo o controle do pagamento do Imposto Territorial Rural, o IPTU do campo.

Preço do álcool cairá nos próximos anos, diz Unica - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/05/2007

O preço do álcool combustível vai baixar nos próximos anos no Brasil, disse ontem o presidente da União da Indústria de Cana de Açúcar (Unica), Eduardo Pereira de Carvalho. A afirmação foi feita durante a apresentação do Ethanol Summit, maior encontro sobre o setor já realizado no Brasil, que será realizado entre os dias 4 e 5 de junho, em São Paulo.

'O processo de crescimento é desequilibrado por definição. Vamos ter um ou dois anos de preços baixos, o mercado é assim', afirma Carvalho. Segundo ele, a tendência é resultado do aumento da oferta sem equivalente expansão da demanda.

Há, neste instante, 90 novas usinas em diferentes estágios de implantação no Brasil. A expectativa de boa parte dessas unidades é abastecer o mercado internacional, que, por enquanto, é 'um sonho', segundo Carvalho. Embora haja uma imensa expectativa sobre exportações, a previsão da Unica é a de que o Brasil continuará a vender 20% da produção nos próximos anos, algo como 3,5 bilhões de litros.

'Não existe qualquer grande abertura de mercado entre os próximos quatro a seis anos', aponta. Isso inclui os potenciais grandes consumidores, como Japão, União Européia e Estados Unidos. No mercado americano, maior do mundo, deve perdurar por mais tempo a barreira tarifária de US$ 0,14 por litro, o que impede a exportação direta do Brasil. A exportação deverá ainda ser relevante, mas no futuro.

Dessa forma, sobra o mercado nacional, cuja importância estratégica não é pequena. Para a Unica, o mercado brasileiro terá crescimento sustentado nos próximos anos com os carros bicombustível. Hoje, 85% dos veículos que saem das montadoras funcionam com gasolina ou álcool. Cerca de 15% da frota brasileira de automóveis já consome etanol.

Petrobrás anuncia segundo projeto de alcoolduto para aumentar exportações – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/05/2007

As obras do primeiro grande alcoolduto do País - para escoar etanol de Goiás ao Porto de São Sebastião, em São Paulo - nem começaram e a Petrobrás já bateu o martelo para um segundo projeto do tipo. O duto, com cerca de 900 quilômetros, ligará Campo Grande (MS) ao Porto de Paranaguá (PR). A estimativa é que os dois alcooldutos custem US$ 2 bilhões. 'Temos de acelerar a logística para preparar o aumento das exportações de etanol, principalmente para a Ásia', disse o diretor de Abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa.

Segundo ele, estão catalogados 40 projetos privados de fornecimento de álcool para o Japão. A estatal negocia, ainda, o abastecimento para Coréia, África do Sul e China. Nesta semana, uma missão da Petrobrás foi à China para identificar oportunidades de negócios nesse e em outros segmentos. Há dez dias, a estatal fez seu primeiro embarque para os Estados Unidos - uma carga de 12 milhões de litros de álcool. Antes, apenas produtores privados vendiam o produto para o país.

'Os Estados Unidos serão um grande mercado', afirmou Costa. Mas a aposta mais imediata na Petrobrás é a Ásia. 'Vamos vender para o Japão de 3,5 bilhões a 4 bilhões de litros de etanol por ano até 2010. É mais do que todo o volume vendido pelo Brasil ao exterior no ano passado, que foi de 2,8 bilhões.'

O primeiro alcoolduto foi anunciado no início do mês pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A rede de 1.150 quilômetros sairá de Senador Canedo (GO), atravessará Minas em direção a São Paulo, passando por Ribeirão Preto, maior região produtora de álcool, e pela Refinaria de Paulínia, a maior do País, até o porto. A obra deve ser concluída em dois anos.

'A Mitsui participa desse projeto com a Petrobrás. Para o segundo alcoolduto, estamos negociando parcerias', disse Costa, não descartando a possibilidade de a trading japonesa integrar o projeto. 'Nossa intenção é casar projetos de dutos com contratos de fornecimento que serão fechados na Ásia.'

CERTIFICAÇÃO – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém das Commodities – 18/05/2007

O tema de certificação da qualidade do álcool e dos meios de produção do combustível ganha força. O "São Paulo Ethanol Summit", encontro patrocinado pela Unica e que ocorre no início de junho na capital paulista, vai ter discussões específicas sobre o assunto.

Cortador de cana morreu após 70 dias de trabalho – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/05/2007

DA FOLHA RIBEIRÃO

O trabalhador Juraci Barbosa, que morreu com 39 anos em 29 de junho de 2006, trabalhou 70 dias sem folga entre 15 de abril e 26 de junho. Além disso, ele cortou um volume de cana bem superior à média diária de dez toneladas nos dias que antecederam sua morte.

Essas são as conclusões do Ministério Público do Trabalho após analisar as condições de trabalho de Barbosa, cuja morte é uma das 19 suspeitas de terem ocorrido por exaustão provocada pelo trabalho desde 2004 nos canaviais paulistas.
Os dados foram extraídos da ficha do trabalhador. Ele morreu depois de sentir-se mal em

casa e ser levado ao hospital de Jaborandi. O atestado de óbito diz que a morte ocorreu "por causa desconhecida".

Durante um mês ele cortou, em média, dez toneladas por dia de cana, mas a quantidade variou em alguns. "Chama a atenção o fato de, no dia 21 de abril, ele ter cortado 24,6 toneladas de cana em apenas um dia. E no dia 28 de junho, um dia antes da morte, 17,4 toneladas", afirmou o médico trabalhista João Amancio Batista, que avaliou todos os documentos apresentados pela usina São José, empregadora de Barbosa.
De acordo com Mário Antônio Gomes, procurador do MTP, foram instaurados inquéritos para verificar as condições de trabalho nas usinas em que houve morte de trabalhadores. Os procedimentos resultaram em termos de compromisso e ações com objetivo de fazer as usinas cumprirem as normas trabalhistas.

O procurador disse que existem grupos de pesquisadores de universidades avaliando a rotina do trabalhador rural. "Temos indícios de que as mortes foram causadas por exaustão, mas, cientificamente, não temos nada e por isto o interesse desses pesquisadores é importante", afirmou.

Polícia vê lavradores em condição subumana em SP – Jucimara de Pauda – Folha de São Paulo – Brasil – 19/05/2007

Grupo de maranhenses é encontrado em Guariba

Quarenta e três trabalhadores rurais vindos do Maranhão foram encontrados ontem pela Polícia Civil e pela Vigilância Sanitária vivendo em condições subumanas, sem trabalho e sem dinheiro em um casa em Guariba, no interior paulista.
Apesar de Guariba ser uma região canavieira, eles contaram que foram contatados em Anajatuba e em Arari, interior do Maranhão, por uma mulher chamada Zelda, que lhes prometeu salário de R$ 650 para trabalhar na lavoura de laranja e com registro em carteira. Os migrantes pagaram R$ 170 pela viagem de três dias em um ônibus da empresa Me Leva Brasil, que quebrou três vezes no caminho. Com pouco dinheiro, a maioria comeu banana com farinha. Ao chegar, há sete dias, a proposta mudou: a agenciadora, que seria parceira de Zelda, recepcionou o grupo, os colocou no alojamento cobrando R$ 350 de cada um por comida e moradia, e disse que iria arrumar vaga para todos, mas no corte de cana. Nenhum deles conseguiu o emprego.

A mulher, que não teve o nome divulgado, foi detida e liberada após prestar depoimento. Ela disse que só alojou o grupo por caridade, mas vai ser investigada por aliciamento.

Na casa, os 43 trabalhadores dividiam espaço em quatro cômodos, sem chuveiro, que tinha instalações precárias e nenhum móvel -apenas colchões espalhados pelo chão.
A operação foi feita após denúncias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba e da Pastoral do Migrante. A casa foi interditada pela Vigilância Sanitária e os bóias-frias foram transferidos para um abrigo da Pastoral.

"O "gato" tem lucro no aluguel da casa, na produção do trabalhador e até na alimentação, e tudo isso é crime", afirmou Mário Antônio Gomes, do Ministério Público do Trabalho.

"Eles não tinham como tomar banho, dormiam em colchões muito finos e, como o espaço era pequeno, dormiam até em três em um colchão de casal. Já fiz várias vistorias, mas esta foi a pior situação que vi", afirmou Douglas dos Santos, coordenador da Vigilância Sanitária de Guariba.

Outro lado

A reportagem ligou para a empresa Me Leva Brasil, em São Luís (Maranhão). A pessoa que atendeu se identificou apenas como Natália e disse ser filha de Zelda. Segundo ela, sua mãe trabalha há 15 anos com a venda de passagens para o interior paulista, mas nunca prometeu emprego para ninguém.

Usinas de SP vão atrás de trabalhador qualificado – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/05/2007

Modernização das indústrias exige a contratação de pessoal especializado

Entre as novas vagas estão as de destilador, técnico em fermentação, caldeireiro, encarregado de moenda e operador de caldeira

Caldeireiros, encarregados de moendas, destiladores, operadores de caldeira e técnicos em fermentação, filtro e tratamento de caldo. Vagas como essas, mais qualificadas do que as dos tradicionais bóias-frias, têm sido geradas neste ano nas usinas brasileiras com o avanço do setor sucroalcooleiro.

Pelo menos 5.700 novas vagas que exigem qualificação surgiram nas 19 usinas que começaram a operar na safra atual, média de 300 por unidade, segundo o setor. A demanda por pessoal qualificado também provocou alteração no quadro funcional das usinas já existentes.

Como parte das novas usinas são filiais de empresas -muitas da região de Ribeirão Preto, principal pólo produtor do país-, um contingente de diretores se deslocou para as novas unidades, abrindo vagas também na região.

Prova do avanço do setor é a pesquisa mensal da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), mostrando que, das 52 mil vagas criadas na indústria em abril, 42 mil vêm do setor sucroalcooleiro, o equivalente a 82% do total.

A alta na geração de empregos deve continuar nos próximos meses porque a safra começou em somente 145 das 270 usinas do centro-sul do país.

No próximo ano, há previsão de abertura de mais vagas qualificadas no setor, já que a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) prevê que 30 novas usinas entrarão em operação, contra as 19 que estão na sua primeira safra neste ano.

"O processo vai ser acelerado ainda mais, já que a expansão do setor provoca também a modernização", afirmou Sérgio Prado, diretor regional da Unica em Ribeirão Preto.

Salários maiores

A cadeia produtiva deve ser ampliada com vagas abertas em setores ligados ao álcool químico. O setor é a aposta de desenvolvimento do secretário da Agricultura paulista, João Sampaio, para os próximos anos.

Mário Garrefa, presidente do Ceise (Centro das Indústrias de Sertãozinho), disse que o crescimento de empregos no setor sucroalcooleiro se dá na cadeia toda. "Uma usina que moeu 1 milhão de toneladas de cana no ano passado passa para 1,3 milhão de toneladas neste ano. Com isso, cresce o total de empregados na lavoura, no transporte, na logística e em toda a parte fabril", afirmou.

Enquanto nas lavouras os bóias-frias tradicionais recebem entre R$ 700 e R$ 1.200 (R$ 2,40 por tonelada de cana cortada), as vagas qualificadas chegam a pagar R$ 3.000 - isso quando o setor encontra profissionais para ocupá-las.

"Fabricantes de máquinas estão formando pools para qualificar funcionários para os novos equipamentos. Está havendo uma deficiência enorme na operação das máquinas mais modernas. A demanda é elevadíssima", disse Mônika Bergamaschi, diretora-executiva da Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto.

QUEDA MANTIDA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities – 26/05/2007

O álcool manteve a tendência de forte queda de preços nesta semana. Acompanhamento do Cepea indicou que os preços médios do álcool anidro recuaram para R$ 0,76416 por litro, com queda de 13,74% em relação à semana anterior. No mesmo período, o litro do hidratado recuou para R$ 0,60789, com baixa de 10,45%.

NO ACUMULADO– Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities – 26/05/2007

O Cepea mostra que quanto mais avança a safra de cana maior é o ritmo de queda dos preços. Nas últimas cinco semanas, o valor do álcool hidratado acumula queda de 37% nas usinas paulistas, enquanto o anidro ficou 30% mais barato. Os preços são para o produto na porta das usinas paulistas e não incluem impostos.

Usineiros ampliam contratações no 2º mandato de Lula – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/05/2007

Entre janeiro e abril deste ano, número de trabalhadores empregados com registro mais que dobrou em relação a 2003

Na produção de álcool, as 20,9 mil admissões de 2003 cresceram para 44,4 mil em 2007; nas usinas de açúcar, de 49,8 mil para 104,6 mil

Os usineiros, "heróis" do presidente Lula, estão contratando mais no início do segundo mandato petista. De janeiro a abril deste ano, mais do que dobrou o número de trabalhadores admitidos formalmente para atuar na produção de álcool em comparação com o mesmo período de 2003.

Em todo o país, houve avanços também nas contratações em usinas de açúcar e nas fazendas destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar, sintomas, principalmente, do incentivo federal à produção de veículos capazes de rodar com álcool e gasolina, além da recente parceria do Brasil com os Estados Unidos em torno do etanol.

Na produção de álcool, por exemplo, as 20,9 mil admissões entre janeiro e abril de 2003, primeiro ano do governo Lula, saltaram para 44,4 mil em 2007, com avanço de 112%.

Em São Paulo, líder na oferta de cana no país, o avanço no mesmo período é ainda mais visível -de 4.829 em 2003 para 16,5 mil em 2007, ou 241%.
Já nas usinas de açúcar, as admissões cresceram 110% entre os primeiros quadrimestres de 2003 e 2007, saltando de 49,8 mil para 104,6 mil.

Levantamento feito pela Folha com base em dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho, revela também aumento no número de contratações formais em fazendas destinadas à monocultura da cana-de-açúcar. No primeiro quadrimestre deste ano, 156,3 mil lavradores foram contratados formalmente para atuar no cultivo da cana-de-açúcar, um crescimento de 77% diante do mesmo período de 2003. Em São Paulo, o avanço foi de 70%.

Nos últimos dez anos, o período entre janeiro e abril concentra 45% das contratações formais (com carteira assinada) no ano para o cultivo da cana-de-açúcar no país, prática que envolve a preparação do solo, o plantio e o corte.

Essa sazonalidade no setor, estimulada pelo período de entressafra, aparece no balanço de abril do Caged. De um total de 301,9 mil empregos formais criados no país, 26% (79.971) estão relacionados ao setor sucroalcooleiro (cultivo de cana, usinas de açúcar e de álcool).

Estabilidade

A expectativa no setor sucroalcooleiro é que esse boom de contratações permita a estabilidade dos empregos formais. No geral, a cada ano, o avanço das admissões tem ficado apenas um pouco acima das dispensas, impedindo a expansão de novos empregos no setor.

"A informalidade no cultivo da cana tem diminuído por conta da fiscalização do Ministério do Trabalho. Agora, os trabalhadores têm sido contratados de forma fixa, com mais estabilidade", afirma o sindicalista e ex-cortador de cana Aparecido Bispo de Andrade, 34, secretário-geral da Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo).

É comum a contratação informal de bóias-frias apenas para o corte da cana, trabalho exaustivo e que, em alguns casos, leva à morte em serviço.

Segundo a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), o Brasil tem hoje cerca de 6 milhões de hectares com cana-de-açúcar. A expectativa da entidade é que, até 2012, essa área possa ultrapassar os 10 milhões de hectares. Nesse caso, haveria também um avanço na produção, dos atuais 470 milhões de toneladas para cerca de 730 milhões de toneladas por ano.

Safra de cana deve ter maior percentual de álcool em dez anos, prevê entidade – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/05/2007

O avanço na comercialização de álcool no país e o interesse despertado no exterior devem fazer com que a safra de cana-de-açúcar deste ano seja a mais alcooleira pelo menos dos últimos dez anos, de acordo com a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar). A projeção é que até 54% da produção de cana seja destinada à fabricação de álcool no Centro-Sul do país, e 46%, para o açúcar. A previsão é moer cerca de 420 milhões de toneladas de cana nesta safra, contra as 380 milhões de toneladas da safra anterior. Normalmente, a produção é equilibrada (50% para cada uma), com oscilação de, no máximo, um ponto percentual. Na safra passada, 51% da cana foi destinada à produção de álcool e, o restante, ao açúcar.

"A safra será mais alcooleira, porque a tendência no início do ano era a remuneração do álcool ser melhor. É questão de mercado", afirmou Sérgio Prado, diretor regional da Unica em Ribeirão Preto.

Novas usinas, como a Lins, que iniciou a operação neste ano, e a Boa Vista, em Quirinópolis (GO), que começará a operar em 2008, estão trabalhando inicialmente só com a produção de álcool.

"O álcool está vivendo um excelente momento e, por isso, as novas usinas têm iniciado a operação só com álcool", disse o usineiro Maurilio Biagi Filho, presidente da Usina Moema, de Orindiúva (SP).

A tendência, segundo Prado, é o fenômeno se repetir também no próximo ano, quando 30 usinas devem começar a operar no país -neste ano, são 19 novas. "A maioria não vai comportar, pelo menos inicialmente, a fábrica de açúcar, até porque não haveria mercado para tanto açúcar", disse.

A elevada produção de álcool pode derrubar ainda mais o preço da tonelada de cana, que chegou a custar R$ 56 em 2006, mas hoje está na casa de R$ 40. Esse é um dos motivos que levaram os usineiros a pedir novamente ao governo que eleve a mistura de álcool à gasolina para 25% -desde novembro, cada litro de gasolina tem 23% de álcool; antes, eram 20%.

A decisão depende do Cima (Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool), que engloba, além do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento, Fazenda e Minas e Energia. O setor sucroalcooleiro também quer desenvolver campanha para "melhorar a imagem" do setor, que tem como um dos vértices antecipar o fim das queimadas de cana. Um protocolo discutido pelo governo do Estado e o setor define que as queimadas poderão estar banidas dos canaviais de São Paulo até 2012 ou 2014 -uma lei estadual em vigor prevê o fim total da queima até 2031.

O assunto foi discutido num congresso na Costa do Sauípe (BA), com a presença de 50 empresários e diretores de empresas ligadas ao setor sucroalcooleiro, na semana passada.

Pelas discussões, a queima da cana, apontada como responsável pelo agravamento de crises respiratórias, poderia estar eliminada completamente em 2012, o que significaria uma antecipação de 19 anos em relação à lei em vigor.

Ainda de acordo com as negociações, em 2010 a eliminação já atingiria 70% da área. A lei estadual nº 11.241, de 19 de setembro de 2002, estabelece um percentual crescente de eliminação da queima -desde 2006, as áreas mecanizáveis têm que eliminar 30% da queima, índice que sobe para 50% em 2011.

"Queimada não pode existir desde sempre, porque não há possibilidade jurídica de queimar por causa da Constituição [veta a existência de agente provocador de poluição]. Mas parece que agora houve uma certa evolução do setor sucroalcooleiro, porque sempre fizeram lobby para prorrogar a queima", disse o promotor do Meio Ambiente de Ribeirão Marcelo Goulart.

Setor tem plano para melhorar a imagem – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/05/2007

DA FOLHA RIBEIRÃO

Melhorar a imagem do setor sucroalcooleiro. Esse é objetivo de um plano a ser elaborado por usineiros e órgãos governamentais para o desenvolvimento da rede canavieira.

Encabeçada pelos produtores rurais, a campanha a ser desenvolvida prevê um trabalho de longa duração -pelo menos cinco anos-, com o objetivo de "esclarecer a sociedade" da importância do setor, além de melhorar os pontos considerados problemáticos.

Dois usineiros ouvidos pela Folha, um da região de Ribeirão e outro do Oeste Paulista, e o diretor de uma usina disseram que, entre os pontos a serem esclarecidos à opinião pública, estão as mortes de 19 bóias-frias desde abril de 2004 supostamente por exaustão -os casos são investigados por órgãos como o Ministério Público do Trabalho.

Em conversas reservadas, eles dizem que as condições sociais representam um gargalo do setor, que pode ter conseqüências para as exportações.

Etanol na Europa - Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 17/05/2007

Pesquisa da Frost & Sullivan aponta que, até 2010, a União Européia terá 2,5 milhões de toneladas de capacidade excedente para produzir biodiesel e déficit de 3,5 bilhões de litros de etanol. As informações são da Bloomberg.

Limpeza "ecológica" - Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 17/05/2007

O Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e a usina Equipav lançam hoje tecnologia de limpeza de cana a seco, que gera economia de água e permite melhor aproveitamento da palha para a geração de energia térmica.

Falta de chuvas preocupa produtores de cana de SP - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 18/05/2007

Responsável por cerca de 8% da produção brasileira de cana, a região de Catanduva, no noroeste de São Paulo, deverá colher quase 39 milhões de toneladas na safra 2007/08, 16,4% mais que no ciclo 2006/07 (33,5 milhões), segundo estimativa divulgada ontem (dia 17) pela Associação de Produtores de Açúcar, Álcool e Energia (Biocana).

De acordo com o presidente da entidade, Luciano Sanches Fernandes, se a previsão se confirmar a produção de açúcar deverá atingir 63,7 milhões de sacas de 50 quilos, 20,4% mais que no ciclo passado (52,9 milhões), e a de álcool deverá aumentar 13,2% na mesma comparação, para 1,227 bilhão de litros.

Mas Fernandes adverte que existe a possibilidade de que a escassez de chuvas na região produtora - que abrange 15 municípios - nos últimos meses resulte em ajustes nessas projeções. "Até fevereiro choveu bem, mas em março e abril houve déficit hídrico, que perdura neste mês de maio. E não é um problema apenas do noroeste paulista. Há escassez de chuvas em pelo menos metade do Estado", garante.

Apesar da "febre" do etanol, que motivou dezenas de novos projetos de usinas em São Paulo - maior pólo canavieiro do mundo - e outras regiões do país, em Catanduva o açúcar ainda dá o tom, apesar da forte retração das cotações internacionais da commodity no último ano. Conforme o presidente da Biocana, isso se deve às características das unidades instaladas no município e arredores, mas que mesmo assim o futuro deverá ser mais "alcooleiro".

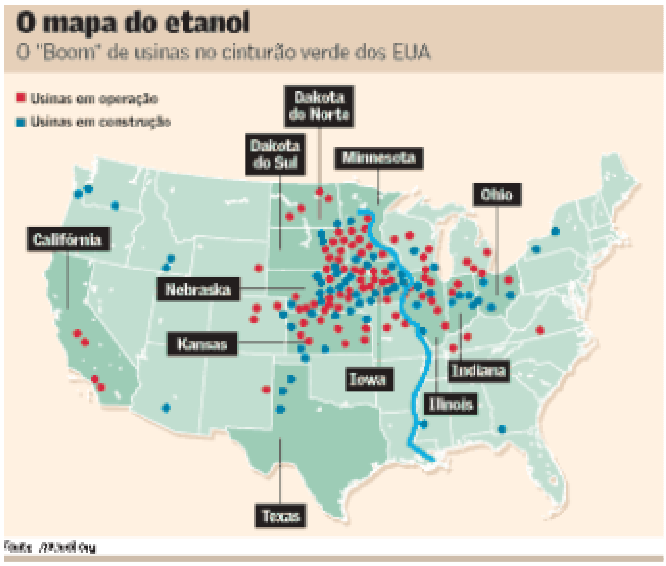
Com 18 usinas instaladas, duas a mais que na temporada 2006/07, a região de Catanduva começou a colheita de cana-de-açúcar na safra 2007/08 em abril passado, e os trabalhos deverão terminar no fim de novembro, de acordo com Ferreira.

Onda do etanol transforma 'cinturão verde' americano -The Economist – Valor Econômico – Agronegócios - 18/05/2007

Poderia se imaginar que a abertura de uma usina de etanol em Nevada, uma cidade de 6,7 mil habitantes no centro de Iowa, interessaria só aos agricultores que fornecem o milho usado pela fábrica para a produção de combustível. Errado. Entre os que investiram na usina estão a pessoa que fornece combustível à usina, um par de fornecedores de autopeças locais para a John Deere (fabricante de máquinas agrícolas) e o motorista do ônibus escolar, entre outros 900 investidores. Como outras no cinturão do milho, a usina em Nevada é vista como uma forma de toda a comunidade prosperar, explorando a nova paixão dos EUA pelo etanol e por seu milho .

O etanol de milho não é barato, nem ecológico: requer muita energia para ser produzido. A produção foi impulsionada com auxílios federal e estadual, incluindo subsídios, promoção da mistura de gasolina com combustíveis renováveis e tarifas de importação que restringem o etanol estrangeiro.

O governo federal oferece aos produtores de etanol um subsídio de US$ 0,51 por galão (3,785 litros, o que dá US$ 0,135 por litro). Cada vez mais Estados pressionam pelo uso do E85, mistura de combustível com 85% de etanol e 15% de petróleo. Desde que o barril do petróleo passou os US$ 30 em 2004, a capacidade de produzir etanol cresce com velocidade. Embora o país experimente outros combustíveis renováveis baseados em plantas, o mais próspero é o etanol de milho.



A Califórnia ajudou a abrir o caminho. Quando proibiu o uso do MTBE como aditivo à gasolina após 2003, todos tiveram de usar etanol para atender aos padrões de combate à poluição. As usinas locais de etanol começaram a ganhar dinheiro, com subsídios na época de US$ 0,40 por galão.

Além do Estado, os governos mais dispostos a subsidiar o etanol foram os que tinham vastas plantações de milho. Wallace Tyner, economista especializado em agricultura da Purdue University, destaca que os Estados que ofereceram subsídios mais cedo, como Illinois, Iowa, Minnesota e Nebraska, já construíam usinas de etanol antes de 2004, enquanto Estados sem subsídios, como Indiana e Ohio, não o fizeram até que os preços do petróleo subissem. Desde então, as áreas rurais das proximidades foram varridas pela mania por etanol, com instalações surgindo por toda a região do milho.

Iowa já possui 28 usinas de etanol, produzindo 7,19 bilhões de litros por ano, 30% do total dos EUA. Há várias usinas em construção e muitas sendo ampliadas.

Embora empresas agrícolas, como a Archer Daniels Midland (ADM) tenham construído muitas usinas de etanol, cooperativas de fazendeiros e investidores locais o fazem em ritmo acelerado. Os primeiros grupos locais a fazê-lo eram de áreas remotas, onde os agricultores não conseguiam bons preços pelo milho devido ao custo de transporte. Em Iowa, as áreas mais distantes dos mercados estão no noroeste do Estado, que gera colheitas com altos rendimentos, mas consegue entre até US$ 0,50 a menos por bushel por estar afastado das barcas do rio Mississipi.

A mesma lógica se aplica nos condados ao leste de Dakota do Sul e do Norte, no sudoeste de Minnessota e outras partes do cinturão de milho nas quais levar o produto aos mercados é dispendioso. Como as usinas podem ser construídas próximas a bons terminais ferroviários nessas áreas, é mais eficiente converter o milho em etanol e enviá-lo aos mercados, diz Ken Eriksen, que estuda meios de transporte na Informa Economics.

Toda essa atividade beneficia as economias rurais e indústrias relacionadas. Os preços da terra em Iowa subiram 10% em 2006 e ainda estão em alta. Empregos estão sendo criados ao redor das fábricas. Em lugares como Lakota e Marcus, que construíram algumas das primeiras usinas modernas do Estado e fizeram fortuna graças aos preços do

petróleo e subsídios, investidores locais despejaram seus lucros em melhorias em suas casas, mensalidades de escolas mais caras e equipamentos agrícolas.

Alguns começam a falar em criar gado. Além de extrair o amido do milho para o combustível, as usinas aproveitam o que sobra do processo. O produto contém proteína e outros nutrientes e é usado para alimentar vacas, porcos e galinhas. "Tiramos o doce do milho e damos o resto para os porcos", diz Dave Nelson, presidente de uma refinaria em Iowa e que planta milho e cria suínos.

No entanto, embora Iowa tenha um grande rebanho suíno, os grãos funcionam melhor como alimento para o gado bovino. Segundo pesquisadores da Universidade Estadual de Iowa, as usinas do Estado produzem um volume cinco vezes maior do que o necessário para alimentar seu pequeno rebanho bovino leiteiro. A maioria dessas usinas, portanto, precisa gastar uma grande dose de energia para secar os grãos e poder enviá-los ao Texas ou outros Estados com grandes rebanhos bovinos, ao sul.

Usar o produto com animais locais reduziria o uso de energia e o custo de transporte das usinas com a ração. Os habitantes locais e de outros Estados do Meio-Oeste acreditam que isso levará ao florescimento dos setores ligados ao gado. Investidores também vêem a situação como uma excelente oportunidade para começar a construir usinas de etanol no Texas, onde há gado de sobra.

Uma ameaça de longo prazo mais séria para as usinas de Iowa poderia vir de outros biocombustíveis. O governo federal já subsidia investimentos em etanol feito com celulose, tecnologia ainda ineficiente. Os habitantes de Iowa não parecem preocupados. Mesmo se outros vegetais puderem ser plantados fora do Meio-Oeste, Iowa se beneficiará com as sobras do caule do milho que podem ser usadas para produção de etanol de celulose. Em vez de se preocupar com um futuro nebuloso, os agricultores do Estado estão plantando todo o milho que podem - e torcendo para o preço do petróleo continuar nas alturas.

Petrobras quer ser vanguarda do processo - Cláudia Schüffner – Valor Econômico – Suplemento Bioenergia - 18/05/2007

O crescimento do consumo de energia de fontes renováveis é uma tendência mundial. Para 2030, a projeção da Agência Internacional de Energia (AIE) é que o consumo de energias renováveis cresça a um ritmo médio anual de 6,6%, acima das projeções de crescimento do consumo de energia gerada por fontes primárias como o petróleo e o carvão. Com isso, os motores movidos a etanol representarão entre 10% e 15% da frota de veículos leves. Mesmo partindo de uma base pequena, as fontes renováveis de energia passam, portanto, a ser uma realidade. E as empresas de petróleo, que hoje têm na exploração, produção e transporte do óleo e seus derivados querem continuar sendo as principais supridoras de combustíveis do planeta, não importando se forem originários de hidrocarbonetos, vegetais ou da gordura animal. É assim que o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, começa a explicar o posicionamento da companhia no segmento de bioenergia.

"A indústria de petróleo precisa se posicionar porque isso vai afetar o nosso mercado. O Brasil já tem uma posição de vanguarda nesse processo, tanto no lado do consumo, que é muito acima da média mundial com o uso do etanol e biocombustíveis, como da produção. Hoje, já temos no país 40% do mercado de gasolinas ocupado pelo gás

natural veicular e o etanol, e em 2020 a participação deles no mercado será de 50%", afirma.

A Petrobras é o maior comprador de álcool do país, por meio da BR Distribuidora. Mas não é só. A companhia desenvolve tecnologia própria para produção de biodiesel em duas plantas construídas em Guamaré (RN), e está construindo três usinas para produção de biodiesel de múltiplas fontes em Candeiras (BA), Montes Claros (MG) e Quixadá (CE). "Vamos poder usar óleo de soja, caroço de mamona, óleo de mamona e gordura animal. Essas usinas vão começar a operar no início do próximo ano, e no final de 2008 esperamos que nosso desenvolvimento tecnológico já tenha alcançado um estágio tal que possamos introduzir nossa tecnologia. Pretendemos ser vanguarda", diz Gabrielli.

Paralelamente, a companhia desenvolveu o H-Bio, uma tecnologia de processo para produção industrial de diesel mineral. Com tantos projetos, é importante para a companhia ter vários supridores de sementes e óleos vegetais para garantir a produção e as exportações.

Não por acaso, as usinas em Minas, Ceará e Bahia terão uma política especial para aumentar a competitividade dos fornecedores de agricultura familiar, explica Gabrielli. "O óleo vegetal é um oligopólio mundial e temos que criar uma nova cadeia produtiva, no estilo do Prominp, para introduzir o óleo vegetal na agricultura familiar. Ela vai precisar ter competitividade com a agroindústria", explica, referindo-se ao Programa Nacional de Mobilização da Indústria do Petróleo.

No álcool, a estatal já tem a maior logística de distribuição do país e o maior sistema adaptável para a logística de transporte de para exportação, enumera Gabrielli. "Temos a vantagem de entrar nesse mercado tendo sinergias com o nosso sistema. E queremos ser viabilizadores da exportação de etanol. Temos possibilidade de fazer contratos (de exportação) pela respeitabilidade e pela avaliação do risco Petrobras, que garantem a possibilidade de venda para mercados como o do Japão", diz ele.

É de olho no bilionário mercado japonês que a Petrobras firmou parcerias com o conglomerado Mitsui em duas frentes: construção de até 40 usinas de álcool voltadas para aquele mercado e a construção de um alcoolduto de Goiás até o terminal de São Sebastião, em São Paulo, atravessando Minas Gerais e o Mato Grosso do Sul.

O executivo explica que o objetivo da Petrobras e da Mitsui é ter os usineiros como sócios majoritários em usinas que serão projetadas exclusivamente para a produção de álcool (para evitar a produção de açúcar quando o preço desse insumo estiver mais alto que o do álcool). Essas plantas terão auto-suficiência energética. Vão usar bagaço-de-cana para produzir energia e toda a frota de veículos será movida a álcool. "A nossa presença só tem sentido para garantir a oferta", frisa o presidente da Petrobras.

O diretor financeiro e de relações com investidores da companhia, Almir Barbassa, complementa: "Nossa presença como sócios nessas usinas é necessária para garantir a governança, a qualidade e para que o produto seja realmente verde, produzido com respeito ao ambiente e aos empregados. Isso é importante para que o usuário se credite a créditos de carbono. Por isso é preciso ter na origem um tipo de álcool certificado", explica Barbassa. E Gabrielli acrescenta: "Temos que regular as funções sociais. Não pode ter trabalho infantil e nem trabalho escravo. A Petrobras vai viabilizar isso".

Questionado sobre o tempo e esforço que as novas parcerias podem demandar, Barbassa é incisivo. "Estamos trabalhando um seguro-garantia, onde um terceiro vai garantir a implementação de todo o sistema. Não temos condições de estar supervisionando 40 usinas pelo Brasil, vendo se plantou a cana, se arou a terra e se colheu. Existem

instituições que já trabalham no setor agrícola", explica o diretor financeiro. "A governança é exatamente para isso, para que a usina tenha gestão responsável e um sistema de preço que permita ter rentabilidade. Até porque na ponta consumidora ninguém quer correr o risco de ser desabastecido porque o produtor quebrou".

Até 2011, estão previstos investimentos de US$ 340 milhões para desenvolver a infra-estrutura de exportação de álcool. Outros US$ 340 milhões estão destinados ao desenvolvimento de projetos de novas fontes de energia, como biodiesel, energia eólica, biomassa, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e energia solar. O presidente da Petrobras lembra que o país tem vantagens no álcool porque é o maior produtor de etanol de cana-de-açúcar do mundo, o processo com maior rendimento à produção.

"A ameaça que nós temos é o desafio da lignocelulose, um processo enzimático de produzir etanol a partir da celulose", afirma Gabrielli. E a companhia já está pesquisando a lignocelulose (ou etanol lignocelulósico) em laboratórios do seu Centro de Pesquisas (Cenpes).

A lignocelulse promete amplas possibilidades de produção de etanol a partir de bagaço-de-cana, cascas, grama e a partir de outras matérias-primas. Gabrielli diz que é preciso correr porque "centenas" de projetos estão sendo desenvolvidos ao redor do mundo. "Ainda assim, provavelmente a cana deve ser a melhor fonte dessa nova tecnologia.", afirma.

Brenco instalará quatro usinas no Centro-Oeste - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 21/05/2007

Há dois meses em operação, a Brazil Renewable Energy Company (Brenco), comandada pelo ex-presidente da Petrobras Henri Phillipe Reichstul, corre contra o tempo para iniciar suas operações com etanol. Com US$ 2 bilhões para investimentos - provenientes de grupos nacionais e estrangeiros - , a empresa tem como meta instalar dez destilarias de álcool, que juntas terão capacidade total para processar 44 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano e produzir 3,7 bilhões de litros de álcool por ano. Para se ter uma idéia, a Copersucar, maior cooperativa de açúcar e álcool do mundo, produziu, na safra 2006/07, 2,78 bilhões de litros de álcool e processou 58,6 milhões de toneladas de cana.

Conforme Reichstul, diferentemente da maioria das usinas que atua no país, a Brenco vai se dedicar exclusivamente à produção de álcool. "O grupo decidiu correr esse risco e não terá negócios com açúcar. Mas todos os projetos estão baseados no fechamento de contratos para fornecimento de longo prazo de grandes volumes de etanol, principalmente para grupos estrangeiros", observou Reichstul.

A Brenco já iniciou a instalação de quatro destilarias, para dar início à produção do combustível já em 2009. Duas delas serão instaladas em Mineiros (GO), com capacidades para processar 3 milhões e 5 milhões de toneladas por ano. Outra unidade será instalada em Perolândia (GO), com capacidade para 5 milhões de toneladas por ano. A quarta unidade ficará em Alto Taquari (MT) e deverá processar 4 milhões de toneladas de cana por ano.

Reichstul afirmou que a empresa já fez investimentos em terras e iniciou o plantio de cana nos quatro municípios, para garantir oferta de matéria-prima quando as unidades entrarem em operação.

A Brenco tem como investidores, além de Reichstul, o indiano radicado nos Estados Unidos Vinod Khosla, sócio da firma de capital de risco Kleiner Perkins Caufield & Byers. Também participam James Wolfenson, ex-presidente do Banco Mundial, e o ex-diretor geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztajn. Reichstul participou do seminário "Bioenergia: fonte de energia para o desenvolvimento sustentável", promovido pelo Valor na sexta-feira.

Petrobras fará unidade de etanol celulósico em julho – Valor Econômico – Agronegócios - 21/05/2007

A Petrobras refina sua linha de projetos para avançar na área de de biocombustíveis, onde também pretende alcançar a liderança nos próximos anos. Até o fim de julho, a estatal instalará, no seu Centro de Pesquisas (Cenpes), no Rio de Janeiro, uma usina-piloto de etanol lignocelulósico, informou José Carlos Miragaya, gerente da área de biocombustíveis da Petrobras.

A unidade terá capacidade para esmagar 20 quilos de bagaço de cana-de-açúcar ou 20 quilos de torta de mamona por dia. A estatal promove estudos para transformar a celulose em etanol, o que pode aumentar o rendimento da cana para álcool em 40%.

"Nossa meta é liderar em biodiesel e ampliar a participação no segmento de álcool", afirmou Maria das Graças Foster, presidente da Petrobras Distribuidora, durante o seminário "Bioenergia: fonte de energia para o desenvolvimento sustentável", promovido pelo Valor na sexta-feira. Ela observou que as vendas da estatal de álcool hidratado (para veículos flex fuel) aumentaram 65,8% no primeiro trimestre sobre igual intervalo de 2006 - o mercado cresceu 42,7% - e isso estimulou os investimentos.

Uma das metas da Petrobras é exportar 3,5 bilhões de litros de álcool por ano até 2011. Para alcançar tal capacidade, a estatal avança nas negociações com a japonesa Mitsui para instalar 40 usinas de etanol no país nesse período. Neste ano, segundo Maria das Graças, a meta da empresa é exportar 800 milhões de litros de etanol. Hoje, o volume que utiliza é comprado de 150 usinas contratadas.

A estatal também acelera as negociações externas para ampliar as exportações do etanol brasileiro. Além de vendas já feitas à Venezuela, Estados Unidos, Nigéria e África do Sul, a Petrobras fechou na sexta-feira acordo com a portuguesa Galp Energia para a formação de uma joint venture, que vai incluir negócios com etanol e biodiesel.

A estatal também está investindo US$ 2 bilhões na instalação do alcooduto que vai ligar as regiões Centro-Oeste e Sudeste aos portos.

Na área de biodiesel, a Petrobras conclui neste ano três usinas, que juntas vão produzir 170 milhões de litros/ano. Mas a meta é, até 2011, produzir 855 milhões de litros por ano - o que será alcançado com a instalação de ou sociedade em 15 outras usinas. "A meta é ter mais unidades próprias e parcerias. A empresa já negocia com produtores de diferentes regiões para ter garantia de matéria-prima", disse Miragaya.**(CB e Murillo Camarotto, do Valor Online)**

Usinas enfrentam gargalos para exportar mais - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 21/05/2007

A corrida mundial pela substituição dos combustíveis fósseis por combustíveis renováveis provocou uma explosão de investimentos. A iniciativa privada de Estados Unidos, Brasil, outros países das Américas e Caribe têm investimentos previstos da ordem de US$ 100 bilhões para a instalação de usinas de etanol nos próximos cinco anos. Apenas no Brasil, há 88 projetos de novas usinas em curso, com aporte estimado em US$ 17,7 bilhões, que elevarão a produção do país de 17,7 bilhões para 27,8 bilhões de litros por ano até 2010.

As perspectivas para o mercado internacional também impressionam. Estudos apontam que, até 2010, a União Européia precisará importar 246 milhões de litros ao ano para consumo próprio. No Japão, a demanda será de 773 milhões de litros/ano; nos EUA , 407 milhões e na China, 71 milhões.

O cenário para o etanol é promissor, especialmente para o Brasil, que por quase três décadas foi o único país a adotar o combustível. Mas para manter-se como grande player, o setor privado brasileiro terá de superar alguns obstáculos que hoje inviabilizam o avanço nas exportações, na avaliação de representantes do setor que participaram, na sexta-feira, do seminário "Bioenergia: Fonte de energia para o desenvolvimento sustentável", promovido pelo Valor.

Um dos principais obstáculos, na avaliação de Henri Phillippe Reichstul, presidente da Brazil Renewable Energy Company (Brenco), é a ausência de um mercado internacional estabelecido. "Não existe oferta em grande escala contínua e com estrutura logística para convencer outros países a substituírem parte da sua matriz energética fóssil pelo etanol. Hoje, se o Brasil vender 1 bilhão de litros a mais, vai vender com um enorme desconto. O mercado ainda é limitado para o etanol brasileiro."

Marcos Jank, presidente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone), observou que mesmo países que utilizam o etanol não estão abertos às importações. "Os EUA não pensam em importar grandes volumes do Brasil. Eles não deverão comprar mais que os 7% que importam hoje do Caribe", afirmou. A região mais atraente para o setor, em sua avaliação, é a Europa, que adotará mistura de 10% de etanol em gasolina em 2020. Mas, para alcançar este mercado, observou, as usinas terão de buscar certificações internacionais que comprovem a produção sustentável social e ambientalmente. "Nos Estados Unidos, as tarifas tenderão a aumentar. Na Europa, as barreiras não-tarifárias vão imperar."

Decio Zylbersztajn, coordenador-geral do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial da Universidade de São Paulo (Pensa/USP), reforçou a necessidade de as empresas melhorarem as relações com fornecedores de cana, via contratos e trabalhos de auditoria.

Zylbersztajn também orientou usineiros a estabelecerem uma relação mais próxima e aberta com as organizações não-governamentais, para demonstrar transparência. Na área governamental, sugeriu que os governos definam melhor regras relacionadas à áreas para cultivo da cana-de-açúcar e à concessão de licenças ambientais para a instalação de usinas.

Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (GV Agro) acrescentou ainda a necessidade de divulgar informações técnicas sobre o potencial de plantio da cana no país. Ele observou que o país utiliza 90 milhões de hectares para agricultura e pode aproveitar outros 90 milhões da pecuária para dobrar a

produção. Mas desse total, apenas 22 milhões de hectares são aptos para a cana. "A cana só produz açúcar e álcool em regiões onde há períodos de clima seco. Na região amazônica é impossível plantar cana produtiva e isso precisa ser dito", afirmou.

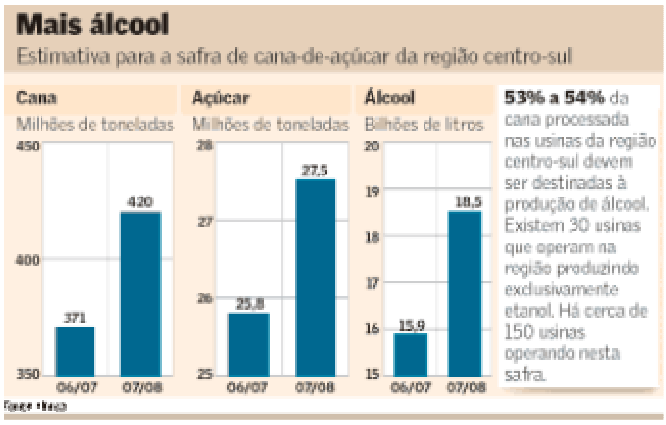
Luiz José Maria Irias, pesquisador da Embrapa Meio Ambiente, reforçou ainda a necessidade de ampliar aportes em pesquisas para fazer frente aos avanços americanos. Recentemente, a Embrapa criou uma unidade para pesquisa em biocombustíveis, focada em quatro áreas: etanol lignocelulósico, pesquisa de oleaginosas para biodiesel, uso de resíduos para produção de biocombustíveis e plantio de árvores para carvão vegetal.

Unica confirma recorde em etanol - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 22/05/2007

As usinas de açúcar e álcool da região centro-sul do país destinarão entre 53% e 54% da cana-de-açúcar colhida na safra 2007/08 para a produção de álcool - o maior índice desde a década de 80, no auge do Proálcool - , confirmou a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) em levantamento preliminar sobre a safra.

Conforme a entidade, a produção de cana-de-açúcar no centro-sul será 13% maior que no ciclo 2006/07, de 420 milhões de toneladas. Com esse volume, a região passará a responder por 90% da produção canavieira do país, contra 85% na safra passada. A produção de álcool, por sua vez, deverá aumentar de 15,9 bilhões para 18,5 bilhões a 19 bilhões de litros, segundo Antônio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da Unica.

"Em torno de 10% da cana já foi colhida, mas o ritmo está lento. É preciso ver se as usinas vão conseguir processar os 50 milhões de toneladas a mais de cana desta safra", afirmou Rodrigues. Ele observou que as usinas atrasaram em 15 dias o início da moagem devido à falta de equipamentos nas indústrias. E das 19 usinas que devem entrar em operação neste ciclo, apenas quatro iniciaram a moagem.



Plínio Nastari, presidente da Datagro, observou que a forte estiagem que afeta a região de Araçatuba também podem comprometer a safra. Ele estima que serão moídas 415 milhões de toneladas de cana na região e 58 milhões no Nordeste. Nastari e Rodrigues disseram que o aumento da produção alcooleira deve-se à maior demanda no país por álcool para atender à frota crescente de carros flex fuel. Eles também observam que há 30 usinas em operação desde 2005 voltadas exclusivamente à produção de álcool. Até o momento, 269 usinas do centro-sul iniciaram a moagem da safra.

Eduardo Pereira de Carvalho, presidente da Unica, observou que o mercado externo ainda está muito fechado para o álcool brasileiro. "Não acredito em revolução no setor em cinco ou seis anos. As exportações de etanol crescerão proporcionalmente ao aumento da produção, mas manterão a média de 20%", disse Carvalho. Na última safra, o país produziu 17,7 bilhões de litros e exportou 3,5 bilhões.

Ele observou que as usinas estão fazendo esforços junto ao mercado externo para divulgar a qualidade do etanol brasileiro e as condições sócio-ambientais de desenvolvimento da produção canavieira para evitar futuras imposições de barreiras não-tarifárias.

Os usineiros também planejam formar parceiras para construir seu próprio alcooduto na região de São Paulo, para reduzir custos com transporte em 20% a 30% e facilitar exportações, de acordo com a agência Dow Jones Newswires.

Conforme Nastari, da Datagro, também pesa a favor do álcool os baixos preços do açúcar no mercado internacional, por conta das previsões de superávit da safra próximo a 2 milhões de toneladas em função da retomada da produção nos países asiáticos. Ontem, o contrato para outubro do açúcar negociado na bolsa de Nova York subiu 16 pontos, para 9,08 centavos de dólar por libra-peso. Segundo Nastari, os preços do açúcar praticados no mercado interno estão na faixa de 11,66 centavos, acima do preço internacional. "Hoje o custo de produção de açúcar no Brasil é de 10,7 centavos de dólar e os preços internacionais hoje não estimulam a exportação", disse.

Nastari observou ainda que o preço do álcool no mercado interno está 15% melhor que o do açúcar, o que torna o combustível a opção mais rentável para as usinas neste momento, embora os preços tenham recuado nos últimos dias. Segundo a Reuters, as exportações ganharam força nos últimos dias. Foram realizadas vendas de vários carregamentos tendo como destino o Caribe, onde o hidratado será reprocessado vendido aos EUA.

Mecanização eleva nível de exigências – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/05/2007

O aumento no total de funcionários qualificados nas usinas de açúcar e álcool não ocorre só pela expansão das unidades produtoras. O avanço da mecanização nas lavouras de todo o Estado está gerando uma procura, às vezes não disponível no mercado, de trabalhadores especializados.

Na região de Ribeirão Preto, principal pólo sucroalcooleiro do país, o índice de mecanização nas lavouras chega a 70% -cada máquina faz, em média, o trabalho de cem homens.

No Estado, a média é inferior, 45%, mas mostra um crescimento em relação ao ano passado, quando estava em 40%, segundo a Unica.

"As indústrias estão se automatizando e passam a exigir um profissional diferente, que tem que saber mexer com computador e ter noções de inglês, até para conseguir operar as máquinas", disse Mônika Bergamaschi, diretora-executiva da Abag.

A demanda por qualificação no setor tende a aumentar, já que, na região de Ribeirão Preto, o crescimento da área plantada não chega a 1% ao ano, enquanto a mecanização, que teve o primeiro avanço em 1993, chega ter crescimento de 3% ao ano.

Treinamento

E as usinas já investem em qualificação, como a Usina da Pedra, em Serrana (SP). Ali, desde o início do ano, um grupo de 85 pessoas estagia para assumir seus postos na Ipê, filial da Pedra, que terá a primeira safra em 2008.

Na usina, eles recebem, além da moradia, três refeições diárias, ônibus para voltar aos municípios de origem a cada três finais de semana e um curso técnico em uma universidade de Ribeirão Preto, mais uma bolsa de ao menos R$ 400 por mês. "A intenção é aproveitar 100% da mão-de-obra treinada na nova usina", afirmou o analista de recursos humanos da Pedra, Antonio Sergio Marchiori. "A cidade inteira participou da seleção de contratação", afirmou a estagiária Rosemar Carmona, 21, que está se especializando no laboratório da Pedra.

"A chance é muito boa, não dava para perder. Lá, eu não tinha oportunidade", afirmou o estagiário em tratamento de caldo Guilherme Curbeti, 20, de Tupi Paulista. Ricardo Santos, 29, atuava numa usina de concretagem de Andradina, mas hoje extrai caldo de cana, atividade que pretende seguir em sua carreira na nova usina. "A esperança é que eu aplique tudo lá. Temos que sair prontos para tocar a usina." **(MT)**

Pólo do setor, Sertãozinho vê explosão na oferta de vagas – Marcelo Toledo – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/05/2007

Cidade vizinha a Ribeirão Preto, Sertãozinho pode ser considerado um centro mundial da produção de cana-de-açúcar. Com seis das principais usinas brasileiras, 15% da cana colhida no Estado e 450 indústrias voltadas ao setor sucroalcooleiro, o município também está vivendo um boom na geração de empregos.

Mesmo assim, não existe pronta-entrega na indústria: quem comprar hoje máquinas para usinas só as receberá, com sorte, no final do ano que vem.

Das 500 indústrias instaladas na cidade, 90% são ligadas à cana. Isso significa que é possível montar uma usina inteira com componentes adquiridos na cidade. De janeiro a abril, segundo o Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), surgiram 3.232 novos empregos na cidade, 10,17% a mais que no mesmo período de 2006. Segundo o presidente do Ceise (Centro das Indústrias de Sertãozinho), Mário Garrefa, a diferença agora é que as empresas não têm reduzido sua produção no período da safra, quando normalmente o quadro de funcionários caía até 40%. A situação se inverteu ao ponto de um terceiro turno ter sido adotado em algumas empresas.

"A indústria foi obrigada a ampliar a produção e a fazer equipamentos novos. Se fazia uma caldeira, hoje faz duas ou três, bem como esteiras e equipamentos mecânicos e hidráulicos", afirmou Garrefa. **(MT)**

Brasil e EUA começam a enfrentar limitações - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 25/05/2007

Responsáveis pela maior parcela da produção mundial de etanol, as indústrias brasileira e americana começaram a enfrentar algumas limitações e a esbarrar em desafios em sua atuação operacional. Em análises feitas ontem durante simpósio da Associação Brasileira das Indústrias de Milho (Abimilho), dois especialistas em temas agrícolas desenharam um cenário difícil para o setor no curto prazo.

Nos Estados Unidos, alertou André Pessôa, sócio da Agroconsult, as usinas estão muito próximas de seu equilíbrio financeiro. No Brasil, os "players" não-tradicionais no setor encaram o desafio de dominar as operações agrícola e industrial para evitar prejuízos, afirmou Marcos Jank, presidente do Instituto do Comércio e Negociações Internacionais (Icone).

Mesmo com a volumosa produção de milho nos EUA, projetada em 316 milhões de toneladas na safra 2007/08, as usinas locais vivem um momento de angústia justamente com a oferta da matéria-prima para a produção de etanol. "Se houver uma quebra na safra de milho deles, por menor que seja, a indústria do etanol vai ter prejuízo por causa do aumento de preços da matéria-prima. Isso quase ocorreu há uns meses", sustentou Pessôa. Com custo de US$ 0,40 por litro, as usinas de etanol dos EUA são competitivas somente com a cotação do bushel de milho a US$ 4,20 centavos e o barril de petróleo a US$ 60. "Se passar disso, algumas indústrias já têm prejuízos".

Segundo ele, com o milho acima de US$ 4,80 "todos" passam a ficar no vermelho. "Vamos ver o lobby da indústria deles pedindo mais subsídios à Casa Branca", disse Pessôa. Cada usina, segundo ele, recebe US$ 1,5 milhão de subsídios do governo para funcionar. "Sem subsídios, [de US$ 0,13 por litro] não dá para fazer álcool nos Estados Unidos". Por isso, afirmou ele, os EUA estão "desesperadamente" em busca do etanol de celulose.

Nome mais cotado para assumir o comando da União da Indústria Canavieira de São Paulo (Unica), Marcos Jank alertou que o entusiasmo brasileiro com o acelerado crescimento da área plantada de cana-de-açúcar pode esbarrar no desconhecimento dos chamados "novos entrantes" no negócio. "É preciso ser conservador para não ceder espaço à ciclotimia, passar da euforia ao desespero no momento de uma safra ruim", disse. E citou a persistência do "custo Brasil", resumido na logística deficiente e tributação complexa, além das oscilações na formação de custos de produção.

Ao contrário do consenso estabelecido entre especialistas, Jank afirmou que a cana crescerá nas áreas de soja e milho, e não nos espaços de pastagens degradadas. "A cana vai crescer em cima de milho e soja, vai empurrá-los para áreas de pastagem e acabar com bolsões de ineficiência", afirmou. Segundo ele, os biocombustíveis não serão fator de pressão sobre os preços de alimentos e de rações no país.

Sintonizado com as teses do setor que pode passar a comandar, Marcos Jank rejeitou a tese da formação de uma monocultura de cana-de-açúcar no país. "Isso é uma besteira. A cana será elemento de diversificação do uso da terra, sobretudo em áreas de produção de carnes do Centro-Oeste". Para ele, não haverá a formação de um cartel do tipo "Opep do etanol", mas o Brasil leva clara vantagem sobre os EUA em relação à matérias-primas. "Eles também vão crescer, mas com menos eficiência". **(MZ)**

Infinity Bio-Energy acerta investimentos no Panamá - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 28/05/2007

A visita de uma delegação do Panamá ao Brasil para o intercâmbio de experiências na área de etanol já surtiu o primeiro resultado: a compra de participação em uma usina de açúcar panamenha pela Infinity Bio-Energy.

A empresa, que tem se destacado pela voracidade de suas aquisições no setor sucroalcooleiro brasileiro, assinou na sexta-feira um memorando de entendimento com a Central Azucarero de Alanje (Cadasa), uma das maiores usinas panamenhas, para produção de etanol e construção de uma desidratadora no país. Sua participação na Cadasa será anunciada nesta semana, com a divulgação oficial do negócio.

Será a primeira base de produção da Infinity fora do Brasil. Em breve, haverá outra. O CEO da empresa, Sérgio Thompson-Flores, afirmou ao Valor que em 60 dias deverá anunciar a aquisição de uma segunda base na América Central ou no Caribe. Três países estão sendo estudados.

"É uma região geográfica interessante que permite acesso tanto aos EUA quanto à Ásia", disse Thompson-Flores. "No caso do Panamá, a nossa entrada é muito boa porque o governo está mobilizado para a criação de uma política de substituição de combustível".

Tradicional produtor da açúcar, o Panamá pretende entrar no mercado global de álcool. Para isso, o país estuda a substituição de 10% do petróleo por álcool.

A parceria com a Cadasa, localizada na Província de Chiriqui, prevê investimentos da ordem de US$ 80 milhões para a implementação da unidade de desidratação. A expectativa para produção de álcool é de 150 milhões de litros por ano, segundo o CEO.

A usina panamenha conta com 10 mil hectares de área plantada com cana. Segundo a Infinity, seriam necessários mais 25 mil hectares para elevar a moagem para 1,5 milhão de toneladas de cana.

A produção será voltada para o consumo doméstico e para o exterior, sobretudo os EUA, que mantêm acordo preferencial com alguns países do Caribe. "O Panamá complementa a produção no Brasil", diz o CEO. Além de produzir in loco, a usina importaria álcool brasileiro hidratado (utilizado direto no tanque) para transformá-lo em anidro (que pode ser misturado na gasolina).

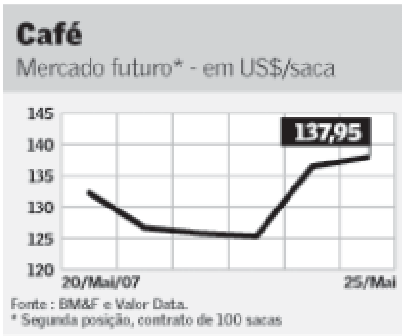
Com ações negociadas em Londres, a Infinity Bio-Energy chegou no Brasil em 2006 com a aquisição da usina Alcana, em Nanuque (MG). Meses depois, fez outras duas aquisições - a Usinavi (ex-Coopernavi), em Naviraí (MS), da qual detém 91% de participação, e a Cridasa, em Pedro Canário (ES), com controle de 51%. Além disso, a Infinity fechou uma joint venture com o grupo Disa para a criação de complexo industrial no Espírito Santo.

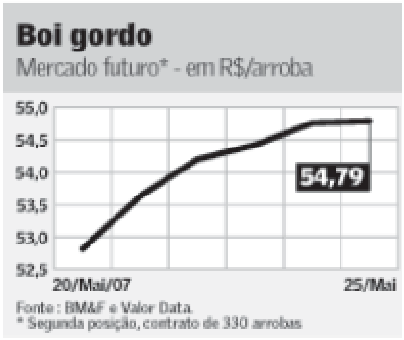
As três unidades deverão expandir em 40% a moagem na safra 2007/08, passando dos atuais 3,5 milhões de toneladas de cana para 4,1 milhões de toneladas.

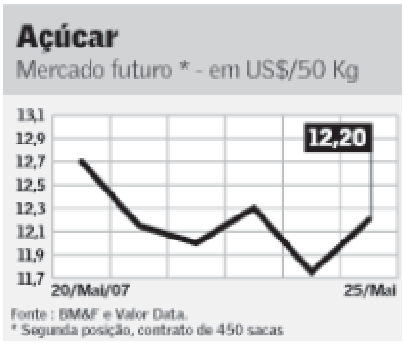
O grupo tem US$ 800 milhões disponíveis para investimentos no setor sucroalcooleiro brasileiro, dos quais US$ 300 milhões já foram realizados. Os planos de expansão incluem os Estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Bahia.

Até a safra 2012/13, a Infinity deverá possuir um parque instalado composto por nove usinas, permitindo que a empresa alcance uma produção de 20,7 milhões de toneladas de cana.

Queda de preço deve elevar consumo de álcool – Valor Econômico – Agronegócios - 28/05/2007







A recente queda dos preços do etanol no mercado interno devem estimular o consumo do combustível no país, na avaliação de Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro. Nas últimas quatro semanas encerradas no dia 22, o preço na usina do álcool hidratado (usado nos veículos flex) caiu 26,01%, conforme o Cepea/Esalq, para média de R$ 0,67885 sem impostos.

Os preços caíram fortemente com o início da colheita de cana-de-açúcar no centro-sul, mas Nastari acredita que as cotações atingiram um piso, por terem chegado perto do custo. "Não acho que o preço vá cair abaixo do custo porque existe um grande mercado capaz de absorver esta produção maior", disse.

Apesar da forte queda nas últimas semanas, o preço do álcool ainda é superior ao do açúcar no mercado mundial. O valor atual do hidratado, segundo Nastari, equivale a um preço FOB do açúcar de 11 centavos de dólar por libra-peso - há apenas dois meses eram 13,40 centavos. Enquanto isso, o açúcar é negociado na bolsa de Nova York em torno dos 9 centavos. A Datagro estima que 53,1% da safra do centro-sul - projetada em 415 milhões de toneladas - deverá ser destinada à produção de álcool. (Reuters)

Bird de olho no etanol – Valor Econômico – Agronegócios – Commodities Agrícolas – 30/05/2007

A International Finance Corp., braço do Banco Mundial (Bird), pretende investir no segmento de etanol na América Latina, mas não está convencida em apostar em projetos com biodiesel, informou a agência Dow Jones Newswires. Segundo o órgão do Bird, os projetos com biodiesel são todos baseados no uso de estoques de alimentos, como óleo de soja, ou matérias-primas exóticas e de pouca escala, como mamona e pinhão-manso. Na área de etanol, o Bird já avalia projetos no Brasil, na Colômbia, Nicarágua e Guatemala.

Oferta de etanol prestes a superar demanda nos EUA - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Agronegócios - 29/05/2007

A produção de etanol dos Estados Unidos está prestes a superar a demanda do mercado doméstico pelo combustível. É provável que a mudança seja temporária, mas os investidores, que nos últimos anos apostaram alto na expansão da indústria, estão começando a ficar preocupados com suas consequências.

Com o aumento da oferta, os preços do etanol estão caindo. Como os custos de produção do combustível permanecem elevados, a lucratividade das empresas está diminuindo. Isso poderá inibir o investimento em novas usinas e dificultar a realização das metas lançadas pelo governo para aumentar o uso de combustíveis mais limpos nos EUA.

As implicações para os usineiros brasileiros também são importantes. Com álcool sobrando no mercado interno, os americanos não precisarão mais importar etanol produzido no Brasil e no Caribe, que no ano passado exportaram grandes volumes do combustível para atender ao súbito aumento na demanda das refinarias dos Estados Unidos.

O país produziu no ano passado 18,4 bilhões de litros de etanol e importou 2,5 bilhões de litros, dos quais mais de dois terços tiveram origem no Brasil. Neste ano, a produção americana deve atingir 25,8 bilhões de litros, segundo o banco de investimentos Lehman Brothers. Será mais do que o necessário para suprir a demanda interna, estimada em 24,4 bilhões de litros.

A produção americana está crescendo porque estão entrando em operação agora as usinas que começaram a ser construídas nos últimos dois anos. Mas o consumo de etanol não cresceu no mesmo ritmo, por causa da falta de infra-estrutura adequada para transportar o combustível produzido na zona rural para os grandes centros urbanos.

O etanol é usado nos EUA principalmente como aditivo na composição da gasolina. Poucos postos de combustível estão preparados para distribuí-lo como substituto da gasolina e carros com motores flexíveis, como os vendidos no Brasil, são uma raridade. Na falta de dutos, o álcool é levado por caminhões e trens às refinarias, o que aumenta os custos para transportá-lo.

O impacto sobre a lucratividade da indústria já é visível. Eric Brown, analista do Bank of America, calcula que a margem operacional das usinas americanas, que era de quase 54% no ano passado, é de 37% atualmente e cairá para 14% até 2009. Ele prevê que os preços do milho, principal matéria-prima usada para fazer etanol nos EUA, continuarão em alta nos próximos anos.

Empresas como a Pacific Ethanol e a VeraSun, que lançaram ações nas bolsas de valores nos últimos anos para aproveitar o interesse que a febre do etanol despertou nos

investidores, também sentiram a diferença. Suas ações são negociadas hoje em dia por menos da metade do que chegaram a valer no ano passado.

"O medo é que isso iniba a construção de novas usinas daqui para frente", disse ao Valor o economista Wallace Tyner, um especialista da Universidade Purdue. Há hoje nos EUA 119 usinas de etanol em operação e 86 em construção ou em expansão, conforme a principal porta-voz da indústria do país, a Associação dos Combustíveis Renováveis (RFA, na sigla em inglês).

O mais difícil é prever quanto tempo a situação atual vai durar. Teoricamente, os EUA poderiam dobrar seu consumo de etanol nos próximos anos sem precisar instalar novas bombas nos postos ou modificar os motores dos carros, simplesmente misturando o álcool à gasolina até o limite aceito pela legislação, de 10% da composição do combustível.

Para que as refinarias tenham interesse em fazer isso, os preços do etanol precisam cair mais. Hoje o álcool é mais caro que a gasolina nos EUA e nada obriga as refinarias a misturar os dois combustíveis. Se o preço do petróleo continuar em alta e o do etanol diminuir mais, a diferença passará a ajudar as usinas.

Isso também poderá estimular investimentos que reduzam as deficiências existentes hoje na área de infra-estrutura. "Os gargalos tendem a desaparecer quando as empresas perceberem que ganharão dinheiro se livrando deles", afirmou o economista Bruce Babcock, da Universidade Estadual de Iowa.

A ação do governo também pode acelerar as coisas. A legislação em vigor nos EUA determina que o consumo de combustíveis de origem renovável como o etanol alcance 28 bilhões de litros em 2012. O governo defende a ampliação da meta para 132 bilhões de litros em 2017, e um projeto atualmente em discussão no Senado manda atingir esse mesmo objetivo em 2022.

O Brasil vendeu 3,5 bilhões de litros de etanol para o exterior no ano passado e metade foi para os EUA. Os preços estavam tão bons que os usineiros brasileiros puderam fazer negócios lucrativos mesmo pagando as tarifas que os americanos cobram para deixar entrar o álcool importado. Em setembro, as exportações para os EUA começaram a cair.

Para os usineiros brasileiros, o excesso de oferta no mercado americano representa mais uma barreira para seu avanço no mercado externo. A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) estima que o Brasil terá condições de exportar 5,5 bilhões de litros de etanol daqui a cinco anos. Se a situação continuar difícil nos EUA, será preciso encontrar clientes em outro lugar.

Número de aquisições de usinas deve bater recorde - Cibelle Bouças – Valor Econômico –Agronegócios - 31/05/2007

O setor sucroalcooleiro deverá registrar número recorde de aquisições neste ano. Levantamento da KPMG mostra que foram oito aquisições em 2005 e nove no ano passado, e a consultoria prevê - e analistas da área concordam - que o número deve chegar a 12 em 2007. Para fontes do segmento, a queda nos preços internacionais do açúcar e as perspectivas de cotações baixas pelo menos durante este ano por conta do aumento da produção global e dos estoques mundiais ajudam a forçar uma redução no valor de venda de usinas brasileiras, acelerando o ritmo das negociações.

Nos últimos 12 meses, os contratos futuros de açúcar registraram queda de 45,9% na bolsa de Nova York, conforme cálculo do Valor Data. Ontem, o contrato para outubro

recuou 2 pontos, fechando a 9,33 centavos de dólar por libra-peso. "Os preços do açúcar tendem a permanecer baixos nos próximos meses, com a expansão da produção global, o que pode levar as usinas a negociarem a venda por valores mais baixos, atraindo fundos de investimento e empresas de países como Austrália, Índia, Europa, EUA e América Central a interessar os investidores", afirmou Júlio Maria Borges, presidente da Job Economia e Planejamento.

André Castello Branco, sócio de corporate finance da KPMG, também prevê um aumento da participação estrangeira no mercado sucroalcooleiro do país. "Existe uma série de negociações em andamento e a expectativa é que o número de aquisições no ano seja pelo menos o dobro do que ocorreu até abril", afirma Castello Branco.

Entre janeiro e abril, houve seis aquisições, sendo apenas uma feita por um grupo brasileiro, envolvendo investimentos da ordem de R$ 1,4 bilhão, segundo dados publicados pelos grupos. Conforme Castello Branco, não há informações completas sobre o valor movimentado nesse tipo de transação em 2006, mas ligadas ao setor sucroalcooleiro estimam que o valor alcançado neste ano já está muito próximo de todas as aquisições feitas no ano passado.

O processo de aquisições começou em 2005, quando os países desenvolvidos reforçaram investimentos em biocombustíveis para reduzir o consumo de combustíveis fósseis e as emissões de gases de efeito estufa, atendendo às exigências do Protocolo de Kyoto, ratificado um ano antes. Desde 2005, houve 23 aquisições de usinas brasileiras, das quais 13 passaram às mãos de grupos internacionais.

Castello Branco observa que a consolidação do setor sucroalcooleiro ocorreu até agora via aquisições. O único processo de fusão de que se tem notícias é da Cia. Açucareira Vale do Rosário, de Morro Agudo (SP), com a Cia. Energética Santa Elisa, de Sertãozinho (SP), ainda não concluída. "As fusões são uma tendência para médio ou longo prazo. Hoje as usinas são muito pequenas, a maior, que é o grupo Cosan, mói 40 milhões de toneladas por ano. No futuro, esse vai ser o tamanho de um grupo médio. A maioria tenderá a se unir para competir no mercado", prevê.

Para Gustavo Correia, sócio da F&G Agro, o número de empresas sucroalcooleiras no país (hoje em torno de 240) será reduzido drasticamente e, nesse cenário, as empresas de pequeno porte ficam cada vez mais vulneráveis. "Quanto mais longo for o ciclo de baixa nos preços do açúcar, mais risco elas correm de não sobreviverem a essa fase de consolidação", diz. Para o consultor, as empresas pequenas terão de se associar ou investir em ampliação de capacidade, caso desejem se manter competitivas.

Biodiesel

BR fornecerá biodiesel para locomotivas da Vale - Erica Ribeiro – O Globo – Economia – 18/05/2007

A Vale do Rio Doce e a Petrobras Distribuidora fecharam ontem uma parceria para abastecimento das locomotivas da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) com a mistura de 20% de biodiesel e 80% de diesel comum, combustível chamado B20. Pelo acordo, a BR Distribuidora fornecerá, no primeiro mês, 1,7 milhão de litros de B20 para abastecimento das duas estradas de ferro. Até dezembro de 2007, serão consumidos 33 milhões de litros mensais de B20. A previsão é que, a partir de 2008, a ferrovia Centro Atlântica (FCA) também passe a receber a mistura.

Segundo a presidente da BR Distribuidora, Graça Foster, a empresa investiu R$ 35 milhões para adaptar suas bases terminais ao biodiesel, sem custo adicional para os clientes.

O contrato entre Vale e Petrobras é de nove milhões de metros cúbicos, sendo 1,06 milhão de diesel, com receita esperada de R$ 11 bilhões em cinco anos. Segundo o Diretor Executivo de Logística da CVRD, Eduardo Bartolomeu, foram investidos R$ 2 milhões na fase de testes do B20 nas ferrovias.

Caminho aberto para a soja brasileira - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 16/05/2007

A "disputa" entre soja e milho por áreas de plantio na safra 2007/08, acirrada pela valorização internacional de ambos depois da "febre do etanol" - e da decisão dos produtores americanos de reduzir o plantio de soja em 3,41 milhões de hectares, para 27,17 milhões no novo ciclo -, deverá beneficiar os produtores brasileiros da oleaginosa. Entre os três maiores exportadores de soja no mundo, o Brasil é, conforme as previsões atuais, o único que terá expansão significativa de área plantada na próxima temporada, que no país começará a ser cultivada em setembro.

Analistas ouvidos pelo Valor estimam que a expansão do plantio de soja no Brasil será de 3% a 5%, sendo que em 2006/07 o grão ocupou 20,64 milhões de hectares. Ainda que a estimativa mais favorável seja atingida, a área ampliada não será superior a 1 milhão de hectares (menos de um terço da redução dos EUA), o que leva consultores a preverem melhores preços internacionais no próximo ciclo.

Em entrevista recente, Craig Ratajczyk, diretor de assuntos globais do Conselho de Exportação de Soja dos EUA, disse que os produtores americanos já trabalham com a perspectiva de preço médio de US$ 9 por bushel no segundo semestre, bem acima da média histórica, de US$ 6 (ver mais sobre preços à Página B10). "Nos Estados Unidos não há nem haverá espaço para ampliar a área com soja e a Argentina também tem grande interesse em cultivar o milho para a produção de etanol. O Brasil possui o melhor potencial para expandir o plantio", afirmou Ratajczyk.

André Pessôa, diretor da Agroconsult, observa que o plantio de soja no país já atingiu 23 milhões de hectares no ciclo 2004/05 e "a simples ocupação dessa capacidade ociosa já implicaria um crescimento significativo de área". "O mais provável é que ocorra uma expansão por volta de 5%, dado o aumento dos custos e o alto nível de endividamento dos produtores, principalmente na região do Brasil central".

A Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) mantém estimativa mais conservadora, de aumento de 3% na área plantada. Em entrevista recente, a Agência Rural projetou uma expansão entre 5% e 10%, dependendo do nível de preços praticados no mercado internacional no segundo semestre.

No caso da Argentina, a tendência é de manutenção da área com soja, que no ciclo 2006/07 foi de 16 milhões de hectares. Lorena D'Angelo, do Centro de Informações e Estudos Econômicos da Bolsa de Comércio de Rosario da Argentina, diz que ainda não há estimativas para a próxima safra, mas "o sentimento do mercado" é de que os produtores tendem a repetir a área. "Neste momento, os preços direcionam os produtores para o plantio de milho, que já avança sobre o cultivo do trigo neste inverno. Mas tudo dependerá dos preços e do clima", disse Lorena.

Pessôa, da Agroconsult, observa que pela primeira vez existe uma concorrência de fato entre milho e soja na Argentina, devido ao avanço de projetos de usinas de etanol de milho. O país possui 30 projetos de usinas, que até 2010 consumirão 10 milhões de toneladas de milho por ano - volume que demandará uma área adicional da cultura de 1,3 milhão de hectares.

A disputa entre milho e soja no campo se acirrou em todo o mundo por conta da demanda crescente pelo setor de biocombustíveis. Em conseqüência, o potencial de expansão do plantio da soja no mundo fica restrito - excetuando-se o caso brasileiro. Um estudo divulgado pelo Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) prevê um aumento das exportações brasileiras de soja de 25,9 milhões de toneladas no ciclo 2006/07 para 29,9 milhões na safra seguinte e um novo aumento na safra 2008/09, para 37,4 milhões de toneladas - a partir da qual o país se tornará o maior exportador do complexo, superando os Estados Unidos, que deve reduzir seus embarques de 31,2 milhões para 27,2 milhões no triênio.

Caso a expansão do plantio de soja no Brasil se concretize, o país poderá voltar a ocupar a liderança nas exportações globais da oleaginosa. Conforme dados do USDA, na safra 2005/06, o Brasil assumiu a liderança sobre os Estados Unidos, com uma participação de 40,3% nos embarques globais, contra 40,1% dos EUA e 11,3% da Argentina. Na safra 2006/07, a soja brasileira ocupou por 37% do mercado global, contra 42,5% do grão americano e 10,4% do argentino.

Para a safra 2007/08, as projeções do USDA indicam que o Brasil poderá elevar a sua participação em 3 pontos percentuais, para 39,9% dos embarques globais. Os EUA, embora ainda na liderança, devem reduzir a sua participação em 0,7 ponto percentual na safra nova, para 41,8% do total.

Vale compra B20 - Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 17/05/2007

A Companhia Vale do Rio Doce assina hoje contrato com a BR Distribuidora para utilizar a mistura de 20% de biodiesel ao diesel (B20) em seu parque ferroviário (Estrada de Ferro Vitória a Minas, Ferrovia Centro-Atlântica e Estrada de Ferro Carajás), informou a Reuters.

Mais biodiesel - Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 17/05/2007

A Brasil Ecodiesel inaugura amanhã uma usina de biodiesel em Porto Nacional (TO), com capacidade para processar 120 milhões de litros por ano. A Cooperativa Agrícola do Parecis (Coapar) também inaugura uma unidade, em Campos de Júlio (MT), para 6 milhões de litros anuais.

Biodiesel no Paraná – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 18/05/2007

Representantes do grupo português Quifel Energy visita o Paraná para negociar parcerias com agricultores e cooperativa na produção de biodiesel.

Vale 'turbina' ferrovia com biodiesel - Francisco Góes – Valor Econômico – Agronegócios - 18/05/2007

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) vai tornar-se a maior consumidora de biodiesel do Brasil. Em 2007, a mineradora deverá consumir em suas ferrovias quase 167 milhões de litros de B20, composto de 20% de biodiesel e 80% de diesel comum fornecido pela BR Distribuidora. Em 2008, o volume de B20 usado pela Vale alcançará, no mínimo, 408,8 milhões de litros.

Considerando-se a mistura de 20%, significa que a mineradora vai demandar 80 milhões de litros de biodiesel nas compras do B20 da BR ano que vem. O volume representará cerca de 10% dos mais de 800 milhões de litros de biodiesel que serão necessários, a partir de 2008, quando a mistura de 2% de biodiesel ao diesel comum será obrigatória, segundo a lei 11.907/05.

Ontem, a BR Distribuidora oficializou o início do fornecimento de B20 para a CVRD. "Com este contrato a Vale será a maior consumidora de biodiesel do Brasil e e uma das maiores do mundo", disse o diretor-executivo de logística da companhia, Eduardo Bartolomeo. Ele informou que a Vale será a primeira empresa do Brasil a utilizar, de forma contínua, a mistura em ferrovias.

O B20 comprado da BR Distribuidora será utilizado na Estrada de Ferro Carajás (EFC) e na Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), ambas controladas pela mineradora. O produto vai substituir o B2 (2% de biodiesel e 98% de diesel comum), que vem sendo usado pela Vale desde janeiro deste ano. A previsão é de que a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), também da Vale, comece a receber a mistura, com 20% de biodiesel, a partir de 2008.

Bartolomeo destacou as vantagens ambientais e sociais do uso do biodiesel nas ferrovias. Citou a redução da emissão de gás carbônico e o incentivo à agricultura familiar. Ele admitiu que, no caso da Vale, não haverá ganhos econômicos no uso do biodiesel nas ferrovias. "Não há ganho ou perda financeira. É zero a zero."

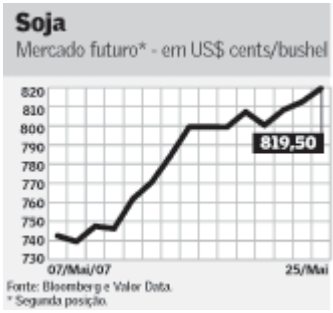
Bartolomeo informou que, em 7 de maio, a CVRD protocolou na Agência Nacional do Petróleo (ANP) pedido de autorização para uso contínuo do B20 em suas ferrovias. Em 2004, a CVRD começou a fazer testes com o uso de biodiesel, trabalho que exigiu investimentos de R$ 2 milhões.

Segundo Bartolomeo, a empresa chegou a testar o biodiesel puro, mas optou por desenvolver a operação das ferrovias com a mistura de 20%. O B20 também está sendo testado na área de mineração, principal atividade da CVRD.

Ontem, após a entrevista coletiva da Vale e da BR para detalhar o contrato de fornecimento do B20, a ANP divulgou nota na qual informou que autorizou a mineradora, maior consumidora individual de diesel do país, a utilizar o B20 em suas locomotivas. A portaria com a autorização será publicada no Diário Oficial da União nos próximos dias.

Maria das Graças Foster, presidente da BR, disse que o contrato para a Vale projeta receita de R$ 11 bilhões para a distribuidora em cinco anos. O valor compreende a venda de 9 bilhões de litros ao longo do período, incluindo óleo diesel, óleo combustível e gasolina.

Óleo sustenta – Valor Econômico – Commodities Agrícolas – 28/05/2007



Os preços futuros da soja subiram novamente na sexta-feira na bolsa de Chicago, com compras de fundos e especuladores, influenciados ainda pela alta nos preços do óleo de soja. O contrato de óleo para agosto subiu 26 pontos, para 36,08 centavos de dólar por libra-peso. Segundo analistas ouvidos pela agência Reuters, o fato de os preços do óleo de palma terem voltado a atingir máximas de 9 anos na bolsa de Malásia também influenciou a commodity. O contrato para agosto subiu 7 centavos de dólar, para US$ 8,1950 por bushel. Os preços em alta da soja está estimulando a venda antecipada da safra 2007/08 no Brasil. Segundo a Reuters, entre 20% e 30% da próxima safra já foi vendida. A saca foi cotada a R$ 29,50 em Maringá (PR) e a R$ 26 em Rondonópolis (MT).

Óleo de palma em alta – Valor Econômico – Agronegócios – Commodities Agrícolas – 30/05/2007

O contrato futuro de óleo de palma subiu na Malásia para seu terceiro mais elevado preço já registrado, puxado pela expectativa de que a oferta não atenderá à demanda da China, o maior importador mundial do óleo vegetal. As importações de óleo de palma da China subiram 27%, para 1,6 milhão de toneladas, de janeiro a abril. Os papéis para agosto subiram 37 ringgit (1,5%), para 2.535 ringgit a tonelada. Ele chegou a subir até 2,5% poucas horas antes, alcançando 2.560 ringgit a tonelada em Kuala Lumpur, na Malásia.

Política de Biocombustíveis

Etanol

O Brasil no debate alimentos x energia - Marcos Sawaya Jank – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 16/05/2007

Na semana passada ocorreu a quinta edição do Fórum Agrícola Mundial, em Saint Louis, Missouri. Participaram do evento 330 representantes de governos, empresas e ONGs de mais de 40 países. Nessa interessante versão agrícola do Fórum Econômico Mundial foram debatidos os grandes temas futuros do agronegócio mundial: recursos naturais, biotecnologia, sustentabilidade, pequena produção, negociações, investimentos, infra-estrutura, etc. O assunto mais quente da edição deste ano foi a disputa entre alimentos e energia. Diversas mesas-redondas debateram o impacto das commodities agroenergéticas nos mercados de energia (combustíveis, eletricidade) e nos mercados de alimentos, rações e fibras.

Ficou claro que os biocombustíveis irão expandir-se por pressão dos consumidores (interesses em energias renováveis que reduzam as emissões de gases de efeito estufa) e dos governos (segurança energética, subsídios, mandatos de mistura, etc.). A experiência brasileira despertou enorme interesse em todas as mesas que trataram do tema. A nossa matriz energética é composta de 44% de energia renovável ante 14% no mundo e apenas 6% nos países da OCDE. O Brasil tomou a dianteira na corrida mundial dos biocombustíveis, seja pela nossa vasta disponibilidade de recursos naturais (terra, água, clima), seja pelo amplo domínio tecnológico sobre a cana-de-açúcar, a melhor planta para se produzir açúcar, etanol e eletricidade de forma competitiva.

A novidade recente nessa área é a decisão dos EUA e da União Européia (UE) de mais do que duplicar o seu consumo de biocombustíveis nos próximos seis anos. O problema é que essas regiões contam com lobbies agrícolas poderosos, que defendem um sistema autárquico de produção auto-suficiente, a custos elevados. A expansão do etanol nos EUA está baseada em milho e, no futuro, celulose (palhadas, forragens, restos de madeira). Na Europa, o modelo baseia-se em colza/canola para biodiesel e cereais (trigo, cevada, milho e centeio) e beterraba no caso do etanol. Qualquer opção usada nesses países tende a ser sempre mais cara do que as alternativas possíveis na região tropical do planeta.

Desde que produzida com alta tecnologia, a agroenergia é uma extraordinária oportunidade para os países subdesenvolvidos da América Latina, África e parte da Ásia. Os debates deixaram claro que os dois grandes desafios da próxima década são a abertura global para os biocombustíveis nos mercados desenvolvidos - que, ao contrário do que ocorre no petróleo, ainda se encontram relativamente fechados - e o tema da sustentabilidade em seus três pilares centrais: econômico, social e ambiental. A ocupação econômica desordenada pode causar graves problemas ambientais, visíveis tanto na Grande São Paulo como no desmatamento descontrolado da Amazônia. Muitas vezes, há

complexos trade-offs neste assunto, a exemplo da polêmica questão da queima da cana-de-açúcar. Queima-se cana para viabilizar a colheita manual. Isso espalha fuligem nas cidades e reduz o balanço favorável de carbono da cana. A colheita 100% mecanizada resolveria boa parte do problema ambiental, mas geraria desemprego, na área social (hoje existem cerca de 250 mil cortadores de cana no Brasil).

Nas mesas de que participei, insisti na tese de que sustentabilidade, aquecimento global e biocombustíveis são temas sistêmicos, que exigem tratamento global. Infelizmente, o tema tem sido debatido no âmbito das empresas e das cadeias produtivas, mas não do planeta como um todo. Inúmeras empresas estão hoje empenhadas em corrigir os seus problemas ambientais e sociais, tentando reduzir o uso de materiais poluentes e a emissão de gás carbônico, melhorar a qualidade do trabalho e economizar energia. O debate avança para a construção de contratos e de mecanismos de coordenação de cadeias produtivas que gerem lucros respeitando o planeta e as pessoas.

Ocorre, porém, que ainda carecemos de um debate global, mais amplo e maduro, já que estes temas jamais serão adequadamente resolvidos apenas no "pequeno varejo" das empresas e dos países, mas dependem de mudanças estruturais no "atacado" do planeta. Por exemplo, há grandes dúvidas sobre se as culturas que vêm recebendo enorme apoio nos EUA e na UE (milho, colza, trigo, etc.) seriam aptas para solucionar desafios energéticos e ambientais. Essas commodities têm importância estratégica nas cadeias de produção de rações, carnes, lácteos e óleos vegetais. No evento, beneficiários dos fartos subsídios saíram com o surrado argumento da "indústria nascente" para justificar o crescente protecionismo. Vindo da boca de grandes empresas do mundo desenvolvido, este antigo conceito só pode soar como refinada ironia!

Entendo que o Brasil deve não só estimular, mas mesmo liderar este fervilhante debate que está ocorrendo no mundo. Precisamos estar presentes em Washington, Bruxelas, Genebra e Tóquio e ter uma ação protagônica nas discussões sobre aquecimento global, seqüestro de carbono, água e florestas, com governos, empresários e ONGs. É também fundamental trazer maior consistência científica para o debate sobre o crescimento da cana-de-açúcar e seus impactos econômicos, energéticos, ambientais e sociais. A recente visita do presidente Bush colocou o Brasil sob os holofotes nesta área, e um grande conjunto de imagens e prognósticos deturpados vêm sendo divulgados pelo mundo afora. O Brasil tem uma chance única de surfar à frente dos demais países na onda global da bioenergia, buscando consolidar o álcool e o biodiesel como commodities globais, produzidas de forma ambiental e socialmente correta, numa estratégia sólida que exige ações nas áreas de infra-estrutura, tecnologia, tributação, co-geração, política comercial e investimento. Trata-se de um enorme desafio, que só será possível com intensa coordenação dentro do governo e entre este e o setor privado.

Marcos Sawaya Jank, professor da FEA-USP, é presidente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone). E-mail: msjank@usp.br

Governo estuda novas regras para o etanol - Alexandre Inacio – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/05/2007

Idéia é evitar monocultura da cana e garantir renda ao produtor individual

A crescente demanda por etanol no mundo e as preocupações em relação à substituição de áreas de produção de alimentos pelo cultivo de cana no Brasil estão fazendo com que o governo federal defina novos marcos regulatórios para o setor. Já estão sendo discutidas medidas para conter uma eventual implantação de uma monocultura de cana, garantir renda ao produtor individual - que não tem usina - e criar um órgão estatal único que centralize as decisões a respeito do tema.

'Pela importância que tem todo esse setor de bioenergia, existe a idéia de se criar um órgão que centralize toda essa discussão', disse ao Estado o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. Segundo Stephanes, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, tem centralizado as discussões sobre agroenergia em reuniões sistemáticas envolvendo outros ministérios e a Petrobrás. Os planos, no entanto, são de destinar as definições sobre o tema a um único órgão.

Uma das regras em estudo é determinar que pelo menos 70% da produção de cana consumida por uma usina seja proveniente de produtores individuais. Além disso, o governo pretende reduzir o prazo das queimadas da cana e fazer com que as usinas tenham uma visão social sobre a participação dos trabalhadores ao longo de todo o processo.

Uma das estratégias para conter o avanço da cana sobre áreas produtoras de alimentos é fazer com que a instalação de novas usinas aconteça em áreas preponderantemente de pastagens degradadas.

Atualmente, o cultivo de cana cobre uma área de aproximadamente 6 milhões de hectares, dos quais 3 milhões são destinados para a produção de álcool. Na próxima década, a meta possível de ser atingida é de triplicar a área destinada para o álcool. 'Se conduzirmos o processo de tal forma que a instalação aconteça nas áreas de pastagem degradas, nós estaríamos recuperando áreas e não estaríamos substituindo por nenhuma outra atividade', disse Stephanes.

A meta final do governo com a regulamentação do setor é criar dentro de no máximo quatro anos um certificado que atenda as exigências do mercado internacional, envolvendo aspectos sociais e ambientais. 'Já observamos que o próprio setor está de acordo e quer agir desta forma porque vai atender mercados exigentes e é importante que o governo crie essa regulação', disse o ministro da Agricultura.

PAC

Stephanes confirmou também que o governo vai criar um 'PAC Agrícola'. Dentro desse plano estarão incluídas medidas específicas para a infra-estrutura e logística para a

região Centro-Oeste mudanças nas regras do sistema de cabotagem nacional, criação de um fundo de catástrofe e renegociação das dívidas dos agricultores.

Nesse último item, o ministro disse que os débitos existentes serão analisados por produto e por região, descartando a possibilidade de haver um plano único para todo o agronegócio. O ministro disse ainda que a renegociação não sairá juntamente com o anúncio do Plano de Safra, em junho. 'Essas questões nós vamos estruturar ao longo do ano', disse. 'Prever é fácil, mas precisamos ver se as medidas são factíveis ao longo de todo o processo de desenvolvimento.'

O PAC Agrícola também apresentaria mudanças nas regras para aquisição de defensivos e remédios veterinários genéricos para combater o que o ministro chamou de 'monopólios e cartéis no início do processo de produção'. 'Todo o adubo, defensivo, fertilizantes e remédios veterinários são praticamente cartelizados e monopolizados', disse o ministro. 'O Brasil já está com tentativas de rompimento, no caso dos defensivos e remédios, com os genéricos, mas os procedimentos são muito lentos.'

Minas discute ICMS menor para o álcool - Eduardo Kattah – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/05/2007

Para empresários, alíquota de 25% no Estado dificulta desenvolvimento do setor; governo teme impacto fiscal

O governo de Minas Gerais e os usineiros retomaram a discussão referente à redução da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) cobrada sobre a venda do álcool combustível produzido no Estado. As projeções indicam que Minas deverá se consolidar, nos próximos anos, como o segundo maior produtor de álcool do País, mas os empresários reclamam que a alíquota de 25% impede a ampliação do mercado doméstico e trava projetos de construção de usinas.

A expectativa é de que o governador Aécio Neves (PSDB) siga o exemplo de outros Estados, que diminuíram as alíquotas. Em 2003, São Paulo reduziu o ICMS cobrado de 25% para 12%. Em Goiás, a alíquota é de 15%. As autoridades estaduais admitem que é preciso dar mais competitividade aos usineiros mineiros. “Há disposição (para a redução da alíquota de ICMS), não tem é data marcada”, afirmou o secretário de Estado da Agricultura, Gilman Viana Rodrigues.

Ex-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), Rodrigues disse que “não é uma obrigação” do governo mineiro repetir o corte imposto por São Paulo. “Mas, se é para criar um espaço de igualdade competitiva, seria isso”, ponderou.

De acordo com o secretário, o que tem retardado a decisão é a projeção de perda de receitas e a ameaça ao equilíbrio fiscal do Estado. “Não vejo nenhuma resistência ou

desinteresse do governo em examinar o assunto, mas o eixo da política fiscal é manter o equilíbrio."

"O governador está sensibilizado, o problema são as contas", disse Luiz Custódio Cotta Martins, presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool de Minas Gerais (Siamig), que se tem reunido com o secretário de Desenvolvimento Econômico, Márcio de Araújo Lacerda, para tratar do assunto.

Aécio declarou recentemente que a "prioridade absoluta" de seu segundo mandato é planejar o futuro do setor no Estado, que deverá ser sede de um centro de inteligência e estudos para a utilização do etanol combustível (álcool) com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em Minas, a redução do ICMS não precisa ser submetida à Assembléia Legislativa, pois uma lei aprovada pelos deputados estaduais autoriza o governador a diminuir alíquotas do imposto sempre que a competitividade do Estado, em alguns setores, estiver ameaçada.

O governador teria condicionado o benefício a um repasse de parte dos ganhos para os trabalhadores. O presidente da Siamig, porém, não confirmou a informação. Segundo Martins, um cortador de cana em Minas consegue remuneração mensal média de R$ 740 a R$ 800.

OBSTÁCULO

A maior resistência está na Secretaria da Fazenda, que recorre à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em meio às discussões, a secretaria elaborou uma nota destacando que a redução da alíquota implica a identificação de outra fonte de receita que compense a eventual perda de arrecadação decorrente do benefício fiscal.

A arrecadação média mensal de ICMS no Estado é da ordem de R$ 1,4 bilhão. O setor de combustíveis e lubrificantes responde por aproximadamente 23% desse total. O álcool combustível representa menos de 10% dessa arrecadação.

"Quem vai ter ganho com a redução do ICMS é o consumidor, que terá um produto mais barato. O que nós teremos é um mercado maior. Vamos poder vender dentro do Estado mais álcool", argumentou Martins.

Segundo o presidente da Siamig, entre 2005 e 2006, foi verificado um aumento de até 35% no consumo de álcool combustível em Estados que reduziram o imposto. Em Minas, no mesmo período, o consumo caiu 7%. "Temos 11% de carro flex em Minas hoje e há mais de um ano esse carro não usa álcool, só usa gasolina porque a relação de preço entre o álcool e a gasolina sempre foi maior do que 70%", observou Martins.

Alimentos convivem com a cana - Niza Souza – Estado de São Paulo – Especial Agrícola – 23/05/2007

Especialistas fazem as contas e garantem: País pode ampliar produção de etanol sem prejudicar outras culturas

Combustível ou alimentos? Na busca por fontes alternativas e renováveis de energia, a discussão ganha força em todo o mundo. No Brasil, a preocupação tem sido em torno da rápida expansão dos plantios de cana-de-açúcar, base da produção de etanol. Especialistas avaliam que o crescimento não vai prejudicar a produção de alimentos no País. Ao contrário, justificam, 'pode até elevar a produção de grãos, especialmente soja e milho, culturas usadas no sistema de rotação nas épocas de renovação dos canaviais'.

A cana-de-açúcar ocupa hoje 6,1 milhões de hectares no Brasil, conforme levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) da safra 2006/2007. São Paulo continua sendo o maior produtor, com mais da metade desta área. Dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA) mostram que a área de cana (para indústria) no Estado cresceu 30% nos últimos cinco anos, de 2,5 milhões de hectares em 2001 para 3,4 milhões/hectares em 2006. Os pastos, principal fornecedor de área para este avanço, ocupa em torno de 8 milhões de hectares, quase três vezes mais.

Na região oeste de São Paulo, para onde mais avançam os canaviais, a cana representa cerca de 15% da área agricultável. Em 2010, quando 30 novas usinas devem começar a funcionar, o cana ocupará 29%. 'Os números não mostram monocultura de cana', avalia o presidente da União dos Produtores de Bioenergia (UDOP), Antônio Salibe.

'E mesmo que o Brasil tenha que abastecer seu mercado e ainda atender toda a demanda norte-americana de etanol, por exemplo, a cultura ocuparia apenas 8% da área agricultável (incluindo pecuária) do País', afirma Salibe, com base em um levantamento da UDOP, feito com números do Ministério da Agricultura (Mapa). Isso significa cobrir com cana mais de 29 milhões de hectares, dos 366 milhões/hectares de área agricultável. O Mapa considera que o País tem ainda 90 milhões de hectares de fronteira agrícola (terras desmatadas, mas ainda sem uso). Desta área, em cerca de 20 milhões/ha seria possível cultivar cana.

De acordo com dados da Food and Agriculture Organization (FAO), órgão das Nações Unidas para agricultura e alimentação, o Brasil produz 40% mais alimentos do que o necessário para abastecer sua população. 'Ainda temos problemas com a fome, porém por razões de acesso e má distribuição, não por falta de produção', avalia o representante regional da FAO para América Latina e Caribe, José Graziano. 'Vemos a cana como uma alternativa de renda. E ter uma opção de cultura rentável, que ajuda a melhorar o poder aquisitivo dos produtores e da comunidade onde as usinas se instalam, é extremamente positivo.'

POTENCIAL

Para o analista Marcos Jank, presidente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone), a longo prazo alguns países podem até enfrentar problemas. 'Mas o Brasil não corre este risco, pois tem terras disponíveis e clima favorável para expandir o plantio da cana sem prejudicar a produção de alimentos', diz. 'Esta rápida expansão de área é um fenômeno momentâneo. Não vai muito longe em termos geográficos, mesmo porque a cana precisa de logística.'

A próxima etapa será de crescimento vertical. Como a cana teve poucos investimentos em melhoramento, se comparada ao milho, por exemplo, ainda há muito o que crescer. 'Teremos variedades mais produtivas. Poderemos crescer em volume sem precisar expandir área.' Além disso, aposta Jank, haverá novos avanços.'Produziremos álcool com o bagaço da cana.' Já existem tecnologias neste sentido sendo testadas, com resultados animadores.

Um estudo feito pela FAO em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), mostra que o Brasil é o país que tem as melhores possibilidades no mundo para expandir a produção de agroenergia sem comprometer a segurança alimentar. 'Primeiro, porque é um dos poucos países que possuem lei de segurança alimentar, com programas voltados ao combate à fome', destaca Graziano. Segundo, diz ele, porque a área destinada à produção de álcool é mínima.

De acordo com dados do IBGE, em 2005 o Brasil tinha 340 milhões de hectares aráveis e a cana representava apenas 1,8% destas terras. 'São Paulo é o grande exemplo. Usa cerca de 3 milhões de hectares para produzir cana. Mesmo que esta área triplique, está longe de pressionar áreas de alimento', diz Graziano.

Trabalhadores rurais criticam incentivo a biocombustíveis – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 18/05/2007

Em debate em Curitiba, movimentos de trabalhadores rurais condenaram o incentivo à produção de biocombustíveis e atacaram o presidente Lula pela lentidão da reforma agrária.

João Pedro Stedile, do MST, disse que o movimento será obrigado a mudar radicalmente as formas de pressão: "Agora o nosso inimigo aumentou. Não é mais o fazendeiro, o pecuarista atrasado", mas as grandes empresas ligadas a biocombustíveis. As invasões a fazendas improdutivas vão prosseguir por uma mera questão de "sobrevivência" do MST: "Se o inimigo é mais forte, temos de aumentar a nossa organização. Aumentar o nosso número de tanques, e não aumentar a radicalidade do discurso".

Mediado pelo advogado e economista Plínio de Arruda Sampaio, presidente da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), o encontro (que reuniu representantes de

MST, Contag, MLST, Fetraf-Sul e Feraesp) teve como focos a cobrança a Lula para que atualize os índices de produtividade na desapropriação de terras e ataques aos biocombustíveis.

"Se continuar com esse modelo, vamos acabar com a agricultura familiar", disse Alberto Broch, da Contag. "Não vamos dar carta de aptidão a colono nenhum pra legitimar a exploração dos agricultores pelas multinacionais", afirmou Marcos Rochinski, da Fetraf-Sul.

(EDUARDO SCOLESE)

Ex-ministro quer fim de corte manual de cana – Jucimara de Pauda – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/05/2007

Para Rodrigues, colheita devia estar mecanizada

Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura e co-presidente da Comissão Interamericana do Etanol, propôs ontem a extinção dos bóias-frias e do corte manual da cana-de-açúcar. "O trabalho do cortador de cana é pesado e tem que ser abolido", afirmou Rodrigues, durante seminário em Ribeirão Preto, cuja região é a maior produtora de cana do país.

A mesma proposta foi apresentada por Rodrigues anteontem na primeira reunião da Comissão Estadual de Bioenergia montada pelo governador José Serra. Segundo o ex-ministro, toda a colheita de cana já deveria ser mecanizada -uma lei estadual prevê o fim gradativo do corte manual até 2031. Rodrigues disse que a área plantada no Estado cuja colheita não pode ser mecanizada, por ter topografia irregular demais, não ultrapassa 10% do total. Nessas áreas, disse ele, poderiam ser desenvolvidas a plantação de frutas, extração de borracha ou produção de madeira, com a qualificação e o aproveitamento dos atuais cortadores de cana nessas atividades.

"Se o Estado montasse um programa de substituição de cultura por essas três atividades, que permitem a agregação de valor, a gente treinaria essa mão-de-obra para sair do corte de cana e cuidar de outras culturas", afirmou.

Rodrigues disse ainda que a humanização do setor teria grandes chances de sucesso porque poderia contar com a participação das cooperativas de fornecedores de cana que já atuam nessas regiões.

No final de abril, reportagem publicada pela Folha destacou pesquisa da professora da Unesp Maria Aparecida de Moraes Silva mostrando que a rotina imposta aos cortadores de cana faz com eles tenham uma vida útil de trabalho inferior à dos escravos. Rodrigues sugeriu que o governo paulista crie um programa para estimular essas mudanças no setor canavieiro: "O governo pode criar proposta de financiamento e com isto matamos

três coelhos com uma cajadada só: elimina o corte manual, cria atividade que agrega renda ao trabalhador e ao agricultor e reduz a concentração de monocultura".

O ex-ministro defende que essas mudanças sejam implementadas neste momento para aproveitar a expansão do setor canavieiro.

Por meio de nota, a assessoria de imprensa do governo informou que a proposta do ex-ministro vai ser estudada pelo conselho "com muito cuidado".

Felipe González e Soros vêm a SP discutir energia do futuro – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/05/2007

O megainvestidor americano George Soros e o ex-presidente da Espanha Felipe González confirmaram participação no São Paulo Ethanol Summit 2007, evento na capital paulista que discutirá, nos dias 4 e 5 de junho próximo, soluções energéticas para o futuro. A programação do evento foi divulgada ontem por sua organizadora, a associação Unica, que reúne 98 indústrias de cana-de-açúcar do centro-sul do país. Também confirmaram presença Daniel Yergin, presidente do Cambridge Energy Research Associates; Melinda Kimble, vice-presidente da United Nations Foundation; Vijay Vaitheeswaran, autor de "Power to the People"; Iwao Okamoto, ex-presidente do Japan Bank for International Cooperation; e Christopher Flavin, presidente do Worldwatch Institute. "Antes de 2009, não creio que o Congresso americano aprove novas tarifas para a entrada do álcool brasileiro no país, pela simples razão de que haverá eleições [nos Estados Unidos] em 2008. As tarifas estarão condicionadas à Rodada Doha", disse à imprensa o presidente da Unica, Eduardo Pereira de Carvalho.

Informações podem ser obtidas através do site www.ethanolsummit.com ou pelo telefone 0-xx-11 3679-9108

O pós-moderno – Francisco de Oliveira – Folha de São Paulo – Opinião – 27/05/2007

Ele deu um salto à frente, de enormes proporções, e se tornou o mais eminente dos pós-modernos. Lula é, agora, a vanguarda do atraso

LUIZ INÁCIO Lula da Silva, o atual presidente, nunca disfarçou seu desprezo pelos intelectuais, sentimento ou perspectiva compartilhada, aliás, por não poucos dos seus camaradas. Houve até um ministro importante do primeiro mandato que, ao anunciar a criação de um núcleo de estudos estratégicos no governo, avisou imediatamente que nele não teriam assento intelectuais que discutem eternamente o "sexo dos anjos", o que deu para desconfiar que ele não entendia nada de sexo ou de anjos -ou dos dois. A ironia é que

Lula entregou agora o Ipea e o tal núcleo de estudos exatamente a um intelectual, tão intelectual que fala português com sotaque norte-americano.

Intelectual, diga-se logo, não é garantia de coisa alguma, pois o predecessor de Lula era um intelectual consagrado, que aliás se pavoneava com certa desfaçatez, proporcional ao desprezo de Lula. Que o PT tenha incensado certos intelectuais não faz muita diferença, pois essa é uma tradição da esquerda, a instrumentalização dos intelectuais ou de seus prestígios.

Por isso, não se lamenta muito o desprezo do presidente. Mas ele agora deu um salto à frente, de enormes proporções, e se tornou o mais eminente dos pós-modernos. Ainda que rejeitem a noção de vanguarda, é certo que Luiz Inácio é, agora, a vanguarda do atraso. Fazendo tabula rasa da história dos trabalhadores sob o capitalismo, Lula se entregou a perigosos exercícios intelectuais: designou os usineiros de açúcar do Brasil como heróis, os mais importantes do Brasil moderno, vale dizer, do Brasil lulista. Logo ele, pernambucano, desconhecer a história dos trabalhadores da cana-de-açúcar.

Jogou na lata de lixo as vidas ceifadas e de qualquer modo amesquinhadas por uma das formas de exploração do trabalho mais brutais. Não, segundo o pós-modernismo do presidente, eles, os trabalhadores, não existiram, suas vidas não contaram, porque os usineiros sempre foram magnânimos e um viés preconceituoso da esquerda prejudicou o reconhecimento do papel e do lugar dessa primorosa classe social na história brasileira. Francisco Alves é um pesquisador e professor da Universidade Federal de São Carlos que, com José Roberto Novaes, este da federal do Rio de Janeiro, está publicando em livro os resultados de anos de investigação sobre o trabalho dos cortadores de cana na região eldorada do açúcar em São Paulo. Em recente seminário na Faculdade de Saúde Pública da USP, foi difícil conter a indignação de Chico Alves, pois os jornais noticiavam mais uma morte por exaustão de um trabalhador da cana. Quase ao mesmo tempo, a Folha atualizava a sinistra estatística: já são 19 trabalhadores que morrem por exaustão desde 2004. A professora Maria Aparecida Moraes, que também comparece com excelente artigo na coletânea, esclarecia em entrevista o que provocava as mortes por exaustão, mas a encerrava com uma nota final esperançosa que, para os leitores, era completamente estapafúrdia diante do que ela mesma comentara.

Aos fatos, finalmente: a produtividade dos trabalhadores tem crescido de maneira exponencial. No período de dez anos estudado por Chico Alves, ela havia passado de seis para 12 toneladas diárias. Eles perdem cerca de dez litros de água por dia, percorrem distâncias -no campo de trabalho, nos metros que lhes são destinados para corte- de dez quilômetros diários, dão 66 mil foiçadas (com o podão, um facão especial) por dia para lograr as 12 toneladas diárias, trabalham no mínimo 12 horas por dia, numa jornada que tem, pelo menos, seis horas de intensa exposição ao sol.

São encontrados no fim do dia nos postos de saúde tomando soro na veia para recuperar um pouco dos sais que perdem. Morrem por esgotamento: câimbras que podem provocar paradas cardíacas. Têm hoje vida média inferior à dos escravos coloniais. Em reportagem da **Folha,** um deles relatou que quase foi picado por uma cobra, que exige

que andem com perneiras de plástico e ferro para evitar os presentes da deusa do Paraíso e o repique do podão.

A ironia da história é que a mudança do critério de toneladas para metros foi uma vitória da célebre greve de Leme em 1986, aquela em que deputados do PT, entre eles José Genoino, foram acusados pelas autoridades, com apoio dos heróis usineiros, de disparar um tiro que matou uma trabalhadora rural. Mas essa vitória de Pirro exige que os trabalhadores saibam converter metros em toneladas para não serem logrados, e a história diária é a de um roubo descarado. Marx disse certa vez que o capitalismo não é roubo, é exploração. É necessário ressuscitar a princesa Isabel e Marx: a primeira para realizar a nova abolição, e o segundo, para reformular seus conceitos, ainda generosos, de mais-valia e exploração. Ave, Lula! Os usineiros te saúdam, e o Brasil, transformado num imenso canavial, curva-se à tua sapiência!

FRANCISCO DE OLIVEIRA, 73, é professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

CERTIFICAÇÃO – Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities – 29/05/2007

A Triplo A Normas apresenta ao mercado, no Ethanol Summit, a primeira certificação para álcool. Wilson Tomanik diz que essa certificação garante a qualidade do álcool e dá transparência a todo o processo produtivo. Com a certificação, o produto brasileiro receberá uma "blindagem" capaz de evitar futuros embargos externos.

TODOS OS ELOS – Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities – 29/05/2007

O programa abrange aspectos técnico-sanitários, sociais, administrativos e ambientais em todos os elos da cadeia produtiva (propriedades, usinas, transporte, distribuição e postos). As empresas que aderirem ao programa receberão auditorias constantes, que serão realizadas por organismos certificadores internacionais da Europa, EUA e Japão.

ATÉ OS POSTOS – Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities – 29/05/2007

Tomanik destaca que a certificação inclui, também, os postos de gasolina, que poderão comprovar que não comercializam produtos adulterados. Esses estabelecimentos receberão auditorias constantes.

Especialista vê no bagaço da cana uma opção – Luciana Rodrigues - O Globo – Economia – 21/05/2007

Energia equivaleria a "mais que um Rio Madeira" somente em São Paulo Diante das previsões cada vez mais otimistas sobre o crescimento da economia brasileira — que fazem

crescer o temor de um novo apagão a partir de 2009 — empresários e especialistas do setor privado apostam na construção de térmicas como única saída para evitar um racionamento. Afinal, uma usina hidrelétrica leva de seis a sete anos para entrar em operação. As térmicas, por sua vez, podem ser construídas em até 18 meses. Mas consultores ambientais e acadêmicos vêem outras alternativas — em alguns casos mais caras, porém sempre mais limpas.

Roberto Schaeffer, da Coppe/UFRJ, acredita que o país tem um enorme potencial a explorar na cogeração de energia a partir do bagaço da cana-deaçúcar.

Como a previsão é de franca expansão no setor sucroalcooleiro — devido à crescente demanda mundial por álcool — haverá mais matéria-prima para esse tipo de geração de energia.

— As usinas de açúcar e álcool, normalmente, são auto-suficientes em energia. Para exportarem energia ao sistema, gerando eletricidade extra, seria preciso fazer investimentos. Mas os empresários do setor estão interessados em investir apenas nos seus próprios negócios. Seria preciso planejamento e incentivos do governo — afirma Schaeffer, acrescentando que "há mais do que um Rio Madeira" em termos de geração de energia a partir de bagaço da cana-deaçúcar somente no Estado de São Paulo.

Antonio Carlos Porto Araújo, consultor da Trevisan especialista em meio ambiente, cita outra opção: dar mais potência às atuais hidrelétricas, substituindo ou adaptando suas turbinas para ganhar eficiência.

— Mas isso exige um investimento elevado. Quase todas as hidrelétricas do país poderiam fazer isso, inclusive Itaipu. Os dados são divergentes mas, dependendo do tipo de tecnologia empregada, seria possível aumentar a produção de energia em 33% ou mesmo dobrá-la.

Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra-estrutura (CBIE), só vê uma alternativa factível para evitar um apagão em 2009 ou 2010: mais térmicas a óleo, fonte mais suja e mais cara. Adjarma Azevedo, conselheiro da Abrace, destaca que o Brasil está indo na contramão do mundo: — Hoje, no mundo globalizado, quando os países tentam proteger as suas vantagens competitivas, o Brasil, ao contrario, está abdicando do seu vasto potencial da barata energia hídrica. Os atrasos nos licenciamentos, a falta de projetos hídricos e alguns aspectos regulatórios empurram a matriz para as energias mais caras e não renováveis. Mas, qual a opção? Energia ou não energia? — afirma.

(Luciana Rodrigues)

STEPHANES DIZ A ALEMÃES QUE ETANOL TERÁ CERTIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL – Sítio Eletrônico do MAPA – 17/05/2007

O Brasil pretende instituir a certificação socioambiental para o etanol num prazo de três a quatro anos, informou hoje (**17/05**) o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, a um grupo de parlamentares da Baviera, na Alemanha, que veio conhecer a cadeia produtiva sucroalcooleira. No encontro, ele também revelou que a meta do País para os próximos 10 anos é aumentar a área plantada de cana-de-açúcar destinada à produção de álcool combustível de 3 milhões de hectares para 9 milhões de hectares.

"Temos condições de conduzir esse processo (de expansão da área de cultivo de cana) respeitando as questões ambientais e sociais, além de produzir um produto de qualidade", disse o ministro. A adoção da certificação socioambiental, acrescentou, é uma das medidas a serem adotadas pelo Governo Federal para atestar ao mercado consumidor, interno e externo, que o álcool combustível foi processado a partir de cana procedente de canaviais onde os proprietários obedecem as normas ambientais e cumprem a legislação trabalhista.

A agropecuária brasileira, destacou Stephanes, ocupa hoje cerca de 300 milhões de hectares. Do total, quase 180 milhões são destinados a pastagens, onde há ao redor de 40 milhões de hectares degradados. "Vamos recuperar as áreas improdutivas e nelas expandiremos o cultivo de cana." O ministro lembrou que atualmente as lavouras da cultura totalizam 6 milhões de hectares. "Só metade disso é usada para obtenção de etanol, ou seja, apenas 1% de toda área agrícola e pecuária do País." O restante atende a indústria de açúcar, cachaça etc.

Stephanes reiterou ainda a intenção do Governo Federal de transferir tecnologia para instalar usinas na América Central e na África, que têm condições climáticas semelhantes às do Brasil. "Queremos que o plantio de cana também cresça nessas regiões. É preciso evitar que o mercado fique dependente de um ou dois fornecedores." O desenvolvimento da cultura em outros países, enfatizou, dará mais segurança às nações interessas em consumir etanol, uma energia limpa.

O ministro disse também que o Brasil está negociando com o Japão um acordo para fornecimento de álcool combustível. "No futuro, provavelmente a União Européia se interesse em importar o nosso etanol." Ao mesmo tempo, Stephanes afirmou que não entende por que os Estados Unidos não cobram taxas das importações de petróleo – matriz energética altamente poluente -, mas fixaram tributos elevadíssimos para entrada do etanol brasileiro naquele mercado. "Esperamos que isso não se repita em outros países."

A delegação de parlamentares da Baviera informou que a Alemanha está interessada em conhecer melhor a cadeia produtiva de etanol do Brasil e as tecnologias usadas na industrialização do produto. Além de Brasília, o grupo de deputados alemães visitou plantações de cana e usinas na região de Ribeirão Preto (SP), um dos principais pólos nacionais do setor sucroalcooleiro.

Além do ministro, participaram do encontro o secretário de Relações Internacionais do Agronegócio, Célio Porto, o diretor do Departamento de Cana-de-Açúcar e Agronergia, Ângelo Bressan, o coordenador da área de biossegurança do Mapa, Marcus Vinicius Coelho, o diretor de Promoção Internacional do Agronegócio, Eduardo Sampaio Marques, e o coordenador-geral de Assuntos Multilaterais, Luiz Cláudio Carmona.

Os novos e velhos problemas da cana – Maria Inês Nassif – Valor Econômico – Opinião -
17/05/2007

A polêmica que se instala em torno das relações trabalhistas entre bóias-frias e produtores de cana-de-açúcar é mais complexa do que pode parecer à primeira vista. O lado visível do grave problema social que representa os amontoados de trabalhadores que saem dos seus Estados para cortar cana, em safras que vão liberar novamente esta mão-de-obra seis a oito meses depois, e o centro das reivindicações do movimento sindical e dos movimentos sociais ligados ao setor, é a exigência de produtividade. A mecanização desse setor teve um efeito às avessas para o trabalhador braçal: os usineiros, que antes da mecanização exigiam oito toneladas de cana colhida por dia, por trabalhador, passou a usar a referência da produtividade da máquina para aumentar gradativamente as exigências de produtividade humana. Hoje um patrão pode exigir o corte de 10 a 20 toneladas por dia per capita - varia de acordo com a região, mas de qualquer forma resultou no aumento do esforço físico e do número de horas trabalhadas por cortador de cana.

As relações de trabalho são rigorosamente as mesmas que fizeram outras monoculturas que existiram no país: há um intermediador de mão-de-obra, que percorre os Estados mais pobres - hoje eles atuam em especial no Norte e no Nordeste. São escolhidos para o trabalho, de preferência, os mais jovens. Ao entrar no ônibus para ir até a cidade onde o trabalho é contratado, o cortador de cana já faz a primeira dívida com o "gato", a de transporte. O "gato", por sua vez, ganha em média R$ 60 por cada aliciado dos empregadores. Não é incomum também que ele seja o responsável pela venda de suprimentos para os trabalhadores. Tornam-se "donos" dessa mão-de-obra conforme as dívidas se acumulem.

No Estado de São Paulo, ao longo da mecanização, houve um aumento simultâneo da formalidade do trabalho. O cortador é contratado como trabalhador eventual. Mas, segundo Luiz Bassegio, da Pastoral do Migrante, essa formalização foi praticamente anulada pelas exigências de concorrência do cortador de cana com as máquinas. Como se ganha por tonelada cortada (em média R$ 2,5 a R$ 3 por tonelada) e existe uma meta mínima de corte, o cortador é obrigado a trabalhar mais horas. A partir da mecanização do corte de parte da cana, os empregadores começaram também a cobrar do cortador cortes mais rentes ao chão, semelhantes aos feitos pela máquina e mais trabalhosos.

Existem, nas culturas de cana-de-açúcar, fatos que remetem esses trabalhadores ao século XIX. A "tonelada" é medida pelo que se chama de "triângulo", na verdade uma medida de tamanho de cada cana cortada. Supõem-se que um "x" de braçadas com a mesma medida pese a tonelada. Recentemente, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cosmópolis, que está entre os mais organizados, conseguiu dos produtores a medição de fato, "por computador". Segundo Bassegio, no primeiro uso da nova medição constatou-se que as 10 toneladas exigidas por dia de cada trabalhador que eram "medidas" pelo triângulo na verdade pesavam 20 toneladas. Como, até onde se sabe, é só lá que se pesa de verdade a cana, e não se "mede" a tonelada", supõem-se que nos outros lugares os cortadores estão sendo lesados por essa tradição.

Prostituição, drogas e crime seguem rota do etanol

A outra tradição é a de queimar o canavial antes do início do trabalho de corte. Sem a queimada, é praticamente impossível ao trabalhador, mesmo acostumado com esse tipo de atividade, cortar a cana. Isso expõe não apenas o cortador, mas as cidades próximas, a chuvas de fuligem - que hoje são muito comuns na cidade de Ribeirão Preto, por exemplo. Para o trabalhador, isso não representa apenas a possibilidade de um problema respiratório futuro, mas o risco de ser carbonizado durante a queimada. Não é um acidente de trabalho incomum.

Além das questões que remetem ao passado, a euforia da cana está trazendo também problemas para o futuro. Nesta semana, por exemplo, o Correio Braziliense publicou reportagem assinada pelo repórter Amaury Ribeiro Jr que descreve o resultado do "boom" do etanol sobre municípios do Triângulo Mineiro. Segundo a reportagem, em Delta, em menos de 4 anos, foram plantados 300 mil hectares de cana-de-açúcar em antigas áreas de pastagem ou de agricultura. A cidade, que tem 5 mil habitantes, dobra sua população para 10 mil habitantes no período de colheita. Calcula-se que, apenas para a região do Triângulo, afluam pelo menos 20 mil bóias-frias, principalmente do Maranhão e do Alagoas. A pequena Delta, segundo a reportagem, começou a registrar taxas de homicídio inimagináveis antes da duplicação da produção de álcool Delta de Alagoas. É também o destino de crianças e adolescentes aliciados ou sequestrados para engordar a prostituição na região.

Com a mudança do perfil dos locais de destino dos bóias-frias, que passaram a engrossar a periferia de pequenas ou grandes cidades, o alcoolismo deixou de ser o único problema entre cortadores de cana. O uso do crack por cortadores de cana foi registrado em tese de mestrado em psicologia social de Arlete Fonseca Gonçalves já em 2003. Em 1996, a Polícia Federal já considerava como "rota caipira" 54,7 mil quilômetros quadrados do território paulista, entre os rios Tietê, Paraná e Grande. Arlete aponta estatísticas do Centro de Atendimento Toxicológico (Ceatox) de Botucatu, de 1994 a 1999, que acusavam uma média de 94 atendidos na população rural por dependência de crack, maconha ou cocaína. Um especialista em culturas de cana-de-açúcar pede que se atente, também, para os "maturadores de cana" - são herbicidas que vêm sendo usados há quatro anos para antecipar a colheita. Até agora não se tem idéia do efeito que possa ter sobre o trabalhador que fica em permanente contato com esses produtos.

Daí se conclui que o etanol não é uma solução nem econômica, nem ecológica, sem maiores comprometimentos. Antes que o país vire um imenso canavial, é necessário equacionar relações trabalhistas, de saúde e inclusive as questões urbanas que envolvem a produção do etanol.

Maria Inês Nassif é editora de Opinião. Escreve às quintas-feiras

maria.inesnassif@valor.com.br

País precisa de estratégia mesmo para setores "ganhadores" - Denise Neumann – Valor Econômico – Brasil - 17/05/2007

A China está afetando, de forma distinta, a indústria brasileira. Enquanto alguns setores sofrem com a concorrência chinesa, para outros a demanda do país asiático abre uma imensa oportunidade. E entre os setores que têm muito a ganhar fornecendo para a

China está o segmento de biocombustíveis, especialmente o etanol e o biodiesel. Para que este setor não perca a "oportunidade histórica" que está colocada, o país precisa urgentemente desenhar uma estratégia nacional que aumente os investimentos em tecnologia e permita a manutenção da liderança que mantém hoje nesse mercado. Essa foi a síntese dos debates de ontem da quarta sessão do XIX Fórum Nacional, organizado pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae).

A divisão da indústria brasileira entre setores que ganham e perdem com o fenômeno China é do professor e diretor do BNDES Antônio Barros de Castro. Hoje, diz ele, o país está diante de um momento de escolhas. O tipo de crescimento que o Brasil estava ensaiando no início deste século, e que foi responsável pelo forte crescimento de 2004, era baseado em "cópias", em produtos altamente padronizados. "Mas a China colocou esse modelo em questão. Eles produzem cópias muito mais barato do que o Brasil. Não há competição nesse mercado e isso tem a ver com a China e é agravado pelo câmbio", diz Barros de Castro.

Para o diretor do BNDES, nunca na história brasileira se abriu uma oportunidade como a atual, onde há uma "generalização do desenvolvimento" no mundo, com uma demanda adicional sendo incorporada ao consumo mundial pelas populações de China, Índia e Vietnã. E no mundo, diz ele, 99% do consumo de combustíveis líquidos são de fontes não-renováveis. Por isso, a ampliação da produção brasileira de etanol e biodiesel é uma grande oportunidade.

O presidente da União da Indústria de Cana de Açúcar (Unica), Eduardo Pereira de Carvalho, concorda com a análise e com a urgência de opção estratégica defendida por Barros de Castro. O Brasil, observa ele, tem dez anos de "liderança" mais ou menos assegurada no mercado mundial de etanol. "Mas dez anos não são nada. Temos que ter mais do que isso, temos que pensar para frente, e investir em tecnologia, o que não estamos fazendo hoje. Hoje não estamos investindo para manter essa dianteira", diz ele.

O ex-ministro Roberto Rodrigues, em depoimento "antecipado" e apresentado na tarde de terça-feira, mas que estava relacionado a essa sessão do Fórum Nacional, bateu na mesma tecla. "Há um horizonte formidável para a agroenergia no Brasil, mas falta uma estratégia nacional. O assunto não pode ser dividido por oito ministérios. Falta coordenação, falta quem planeje a logística, que discuta tecnologia. Vamos perder mais esse trem se essa falta de estratégia e essa dispersão de esforços continuar", afirmou. Ele citou como exemplo os fortes investimentos feitos pelos Estados Unidos para produzir etanol a partir de celulose, uma opção que tornaria esse produto muito mais competitivo que o combustível feito a partir da cana-de-açúcar.

Barros de Castro observou que normalmente uma revolução tecnológica (como essa que está ocorrendo com a substituição dos combustíveis fósseis pelos agroenergéticos) precisa inventar o mercado para seu produto. E esse problema não existe agora. Apenas no Brasil, a tecnologia dos carros "flex" garante demanda para o etanol pelos próximos cinco anos. Mas, além disso, a opção estratégica pelo setor de biocombustíveis (um dos que pode ganhar com o fenômeno China) abre oportunidades para outros segmentos da indústria, como a mecânica, a química, a automobilística, de software, além da farmacêutica. "Estes são setores que podem pegar carona nessa grande expansão de biocombustíveis", listou o diretor do BNDES.

Na ponta oposta dos setores que podem lucrar com a forte demanda chinesa, estão aqueles setores acostumados a produzir "cópias" - e que são afetados negativamente pela

concorrência asiática. Entre estes estão a indústria de calçados, têxtil, de vestuário e de móveis, entre outras.

Estes segmentos, diz Barros de Castro, estão sendo fortemente afetados pela China, mas isso não significa que todas as empresas serão superadas por esse concorrente. "A China é imbatível em produzir cópias, e não pode ser enfrentada nessa estratégia de preço baixo. Mas existem outras rotas, existem opções para contornar essa concorrência", argumenta ele.

O diretor do BNDES confirma que o banco está estudando mecanismos que possam ser adotados para ajudar estes setores a enfrentar a concorrência chinesa, exacerbada pelo câmbio valorizado. Mas não há nada definido. Ele considera importante que o debate em torno do que fazer considere quando há e quando não há condições de "contornar" a estratégia chinesa de preço baixo. Uma opção de ajuda pode ser justificada "socialmente", porque há empregos em jogo, mas economicamente ela pode ser equivocada. "Às vezes, um setor leva um tropeção, mas ele está com a bola e pode fazer gol em seguida. Nesse caso, é fecundo ajudá-lo", ponderou.

Alta Velocidade - Maria Cândida Vieira – Valor Econômico – Suplementos – Bioenergia - 18/05/2007

As perspectivas para a bioenergia no Brasil são promissoras. Mas o país terá de se esforçar para manter o destaque que ocupa hoje na área de etanol, em que disputa juntamente com os EUA a posição de maior produtor do mundo. Além de empenhar-se para ajudar na criação de um mercado internacional, transformando o álcool em uma commodity, o Brasil precisa ainda definir uma estratégia clara para o produto. O outro desafio é consolidar o programa de biodiesel.

As perspectivas e o desenvolvimento do mercado mundial de etanol, a liderança brasileira no processo de internacionalização do álcool, o biodiesel como alternativa e os aspectos socioeconômicos desses combustíveis limpos e renováveis serão debatidos hoje, em São Paulo, no seminário Bioenergia Fonte de Energia para o Desenvolvimento Sustentável, promovido pelo Valor.

"O Brasil precisa de um plano estratégico de etanol para garantir o abastecimento nos mercados interno e externo e evitar uma crise no futuro", afirma Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, coordenador de agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e chairman da Comissão Hemisférica do Etanol, resultado de um acordo do Brasil e EUA com o objetivo de aumentar a produção e o consumo de álcool, além de promover parcerias em pesquisa e desenvolvimento tecnológico no setor. A comissão conta ainda com os coordenadores Jeb Bush, irmão do presidente George Bush, e Luis Alberto Moreno, presidente do Banco de Desenvolvimento Interamericano (BID).

O plano estratégico do etanol, segundo Rodrigues, deve definir, entre outros itens, quanto o Brasil vai destinar de cana-de-açúcar para a produção de açúcar e álcool por ano, quais os volumes destinados ao abastecimento interno e externo, quem vai cuidar da logística do álcool, do modelo concentrador de produção, da alcoolquímica, da relação entre produção de cana e alimentos, da questão ambiental e trabalhista, que envolvem problemas como o das queimadas e a mecanização da colheita.

"Precisamos de uma coordenação central de agroenergia, que junte os órgãos do governo, a iniciativa privada e as universidades para definir essa estratégia, senão, daqui a

pouco, pode haver um excedente de cana, produto que não pode ser estocado como acontece com a soja ou o café", destaca Rodrigues. Ele lembra que, atualmente, são responsáveis pelo etanol oito ministérios - Agricultura; Minas e Energia; Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Desenvolvimento Agrário; Meio Ambiente; Ciência e Tecnologia; Itamaraty e Casa Civil - além de uma infinidade de organismos, entre eles, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bioediesel (ANP), Petrobras, Agência Nacional de Água (ANA) e diversas universidades.

Com a "febre" global da bioenergia, os investimentos no país nessa área são expressivos, com projetos sendo anunciados diariamente. Dados da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica), entidade que reúne usinas de açúcar e álcool, indicam 86 novos projetos, além das 325 usinas já em operação. São investimentos de US$ 17 bilhões, dos quais cerca de US$ 14 bilhões na implantação de novas unidades e US$ 3 bilhões na expansão das plantas existentes.

Com essa perspectiva de demanda industrial, a produção de cana-de-açúcar, que foi de 425,7 milhões de toneladas em 2006/2007, deverá aumentar para 727,8 milhões de toneladas em 2012/2013, mais 71%. E a produção de álcool saltará de 17,5 bilhões para cerca de 30 bilhões de litros.

"O mercado mundial de etanol ainda é incipiente e volátil", avalia Marcos Jank, presidente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone). Ele observa que há três anos, a maior parte das exportações brasileiras de álcool foi para a Índia. Em 2006, o país exportou cerca de 3,5 bilhões de litros, porque conseguiu oportunidade de vender 1,6 bilhão de litros para os EUA, pagando "uma tarifa proibitiva" de US$ 0,14 por litro. Isso só foi possível porque os EUA decidiram banir rapidamente o uso do MTBE, um oxigenador que aumenta a octanagem da gasolina com elevados riscos de contaminação ambiental. Este ano, segundo ele, a oportunidade não vai se repetir.

A criação de um mercado internacional de etanol exige que mais países produzam álcool e há necessidade de uma padronização do combustível. Atualmente, diz Jank, os maiores produtores são os EUA e o Brasil, que fabricaram 18,5 bilhões e 17,5 bilhões de litros, respectivamente, em 2006. A produção mundial é de cerca de 50 bilhões de litros e o comércio, de uns 5 bilhões de litros, com o álcool e o biodiesel representando menos de 1% de todo mercado mundial de combustíveis.

A agroenergia, lembra ele, é muito protegida pelos países em função dos impactos que provoca nos mercados agrícolas. "Ironicamente, o mundo quer reduzir a dependência de um combustível, o petróleo, que tem seu comércio totalmente livre, por combustíveis renováveis e limpos, que são protegidos por tarifas elevadas."

Se o Brasil se destaca no etanol, cujo programa começou em 1975, em biodiesel, está apenas começando, com investimentos em usinas da ordem de US$ 2 bilhões. Atualmente, estão autorizadas a funcionar 23 usinas de biodiesel, afirma Roberto Furian Ardenghi, superintendente de abastecimento da ANP, o que representa uma produção de 964 milhões de litros. O volume é suficiente para a mistura de 2% em todo óleo diesel consumido no país, calculado em 40 bilhões de litros por ano. A partir de janeiro de 2008, a mistura com 2% de biodiesel no diesel torna-se obrigatória.

No processo de implantação de biodiesel, a Petrobras tem um papel fundamental como também teve no programa do álcool. A estatal praticamente tem comprado sozinha o biodiesel ofertado nos leilões da ANP, colocando a mistura em seus 4.200 postos de combustíveis espalhados pelo país, segundo Mozart Schmitt de Queiroz, gerente executivo de desenvolvimento energético. A Petrobras está construindo ainda três plantas de produção

de biodiesel em Quixadá (CE), Candeias (BA) e Montes Claros (MG), que devem ser inauguradas no fim do ano. Os investimentos são de R$ 227 milhões e a capacidade de produção é de 57 milhões de litros cada. A empresa também assinou memorando com o Japan Bank for International Cooperation (JBIC) para projetos de produção e comercialização de etanol e biodiesel.

Eficiência, avanço e concentração, os legados do etanol – Fernando Lopes - Valor Econômico – Agronegócios - 21/05/2007

O agronegócio brasileiro está de volta ao trilho do crescimento. Puxado por uma locomotiva agora movida a álcool e com perspectivas de aumento da demanda global para a produção de energia e alimentos, o setor tem pela frente, segundo especialistas ouvidos pelo Valor, uma oportunidade valiosa de romper de vez com um passado marcado por administrações familiares e pouco transparentes, crises financeiras e rolagem de dívidas, e consolidar um processo de fortalecimento que ganhou fôlego principalmente após o fim da paridade entre real e dólar, em 1999.

Em um ambiente onde gestão e investidores (nacionais e estrangeiros) profissionais buscam conferir uma nova dinâmica, colaboram para alavancar as vantagens do país e transformá-lo no grande fornecedor de produtos agropecuários do mundo neste século o potencial de expansão da produção, a produtividade das principais cadeias e preços atraentes em mercados internacionais com forte presença brasileira - como suco de laranja, soja, etanol e carnes.

"É uma nova era para o agronegócio brasileiro", diz Marcos Fava Neves, coordenador do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial da Universidade de São Paulo (Pensa/USP). Em sua visão, a atual valorização das terras em diversas regiões do Brasil em decorrência da expansão dos canaviais exige o melhor uso possível desse ativo, com uma quase obrigatória elevação de investimentos em tecnologia e tratos culturais. E, para ele, este não é apenas o caminho para a área sucroalcooleira, mas também para pecuária, laranja, grãos e outras culturas que terão que se modernizar se quiserem resistir à "febre" do etanol.

No país, há cerca de 90 novas usinas sucroalcooleiras em fase de instalação e quase 200 em estudos - destas, metade com participação de investidores estrangeiros -, conforme a Dedini Indústrias de Base, que fornece equipamentos para quase todos os projetos. Nas contas da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), apenas as usinas que estão sendo instaladas e entrarão em operação até 2009 reúnem aportes de US$ 17 bilhões.

Com isso, observa Guilherme Dias, professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA/USP), mais 1 milhão de hectares de canaviais estão prestes a se unir aos mais de 6 milhões em produção no país e mesmo as mais ambiciosas previsões quanto ao futuro da demanda por etanol não parecem assustá-lo. Segundo a Unica, na safra 2006/07 foram produzidos no Brasil 17,7 bilhões de litros de álcool. Do total, 14 bilhões foram consumidos internamente e 3,7 bilhões foram exportados, sobretudo para os EUA.

Fabio Silveira, da RC Consultores, projeta que a demanda doméstica, movida pelos carros flex fuel, poderá atingir 28 bilhões de litros em 2015, e que até lá o Brasil contará com um excedente exportável de pelo menos 5 bilhões de litros. Muitos crêem que o excedente poderá ser maior, mas para este volume a demanda é incerta, apesar do

compromisso do presidente George Bush de reduzir em 20% o uso de gasolina nos EUA até 2017, que deflagrou aportes bilionários também naquele país. Se cumprida a meta, serão necessários 132,2 bilhões de litros de combustíveis alternativos adicionais, a maior parte de etanol.

"Essa previsão não é factível. É quase tão boçal quanto a invasão do Iraque, por suas implicações até mesmo na oferta de alimentos. Mas apenas o mercado interno é capaz de sustentar o avanço do segmento sucroalcooleiro por cinco ou sete anos. Não teremos 1 milhão de hectares novos por ano, mas o suficiente para dobrar a oferta de álcool", diz Guilherme Dias. Segundo ele, esse "colchão" doméstico dará suporte enquanto a demanda externa por etanol ganha musculatura. Mas, para que isso aconteça, é vital a participação de outros fornecedores, como Índia, Austrália e Caribe, para conferir segurança de oferta a potenciais importadores, como o Japão.

José Eli da Veiga, professor titular e coordenador do Núcleo de Economia Socioambiental do departamento de Economia da FEA, pondera que outras soluções para substituir fontes energéticas como petróleo, gás e carvão (hidrogênio, por exemplo) estão sendo pesquisadas, mas que a "janela de oportunidade" que se abriu para o Brasil deverá durar de 20 a 30 anos. Alexandre Mendonça de Barros, do Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV) concorda que o horizonte de longo prazo é "fantástico" para o álcool, mas diz que há obstáculos para o próximo biênio.

"Com o dólar por volta de R$ 2, para produzir açúcar, cujas cotações internacionais estão em baixa, as usinas estão no limite. Existe a possibilidade de sobrar álcool no curto prazo". No momento, afirma, a oferta doméstica cresce mais rapidamente que a demanda e é importante que o Brasil encontre opções de escoamento. Mendonça de Barros lembra que há negociações para que os EUA abram uma cota de importação de 3 bilhões de litros de etanol para o Brasil. "Isso resolveria, já que a tarifa americana que onera a exportação brasileira [US$ 0,54 por galão] não cairá antes de 2009.

Independentemente de eventuais obstáculos no curto prazo, é quase consenso que a cana, puxada pelo álcool, tem todas as condições de se tornar a cultura com maior renda agrícola ("da porteira para dentro") do país nos próximos anos. Em 2007, segundo o Ministério da Agricultura, a renda dos canaviais deverá atingir R$ 21,528 bilhões, ou 18,9% do total esperado para os 20 principais produtos agrícolas brasileiros.

Isso não significará, segundo os especialistas, uma "monoculturização". Pelo contrário. Carro-chefe do campo há décadas, a soja tem receita agrícola prevista em R$ 26,453 bilhões (23,2% do total) neste ano, e com as perspectivas abertas pelo maior plantio de milho nos EUA para a produção de combustível a tendência também é de avanço. A expectativa de uso crescente de biodiesel produzido a partir de soja anima o segmento, mas o expressivo nível de endividamento dos produtores, sobretudo do Mato Grosso, preocupa e já motiva lobbies por rolagens.

Outro que voltou a ganhar espaço é o milho, motivado pelo aumento dos embarques após a redução do excedente exportável americano. Em 2007, a receita agrícola do grão no Brasil deverá alcançar R$ 17,073 bilhões (15% do total). "A cana vai crescer, mas como há outras cadeias com grande potencial, inclusive a de carne bovina, teremos mais diversificação", afirma Fava Neves, do Pensa. Em 2003, com a explosão dos preços internacionais da soja, o grão representou mais de 30% da receita das 20 principais lavouras, dependência que era encarada com temor.

A diversificação também chega à balança do setor. De maio de 2006 a abril de 2007, as exportações do agronegócio nacional somaram o recorde de US$ 52,695 bilhões,

conforme o Ministério da Agricultura, 18,2% mais que no ano-móvel anterior. O complexo sucroalcooleiro representou US$ 8,376 bilhões e perdeu para soja (US$ 9,599 bilhões) e carnes (US$ 9,564 bilhões).

É por conta desse perfil exportador, aprofundado pela guinada cambial de 1999, que o dólar abaixo de R$ 2 é apontado, ao lado dos gargalos logísticos, como uma das principais travas para o amadurecimento desse ciclo de fortalecimento puxado pela cana. Mas, mesmo com perda de competitividade num momento de alta de custos de insumos importados (em percentuais superiores ao da queda do dólar), a visão geral é que o fortalecimento e a profissionalização do campo prevalecerão.

Mário Otávio Batalha, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Agropecuárias (Gepai) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), lembra que, por conta dessa profissionalização, alguns segmentos poderão carecer de mão-de-obra especializada no curto prazo. "Há novos cursos voltados para o setor, mas as usinas terão problemas. Mesmo os grupos familiares já são profissionais em sua maioria, mas as exigências estão aumentando. Há empresas abrindo o capital e novos players, tão ou mais profissionais, estão entrando. A maior procura tem sido por profissionais que entendem de mercado e sistemas agroindustriais".

Nessa rota, conclui Fava Neves, a concentração entre agroindústrias e produtores tende a se intensificar. E nesse ponto a citricultura paulista é emblemática. Pelas difíceis relações entre as indústrias (são apenas quatro grandes) e produtores e em função dos maiores investimentos também motivados pelo avanço de doenças nos pomares, o número de grandes citricultores (os mais técnicos e produtivos) já caiu de 23 mil, em 1995, para 7 mil em 2006. E deve cair mais.

Marcos Jank é forte candidato para Unica - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 23/05/2007

O engenheiro agrônomo Marcos Sawaya Jank, fundador e presidente de honra do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone) é o mais forte candidato para suceder Eduardo Pereira de Carvalho na presidência da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). Conselheiros da entidade reuniram-se ontem em São Paulo e fontes ligadas ao setor disseram que Jank teria sido o escolhido para o cargo.

Procurado, Jank informou, por meio da assessoria de imprensa, que foi sondado pela entidade para suceder Carvalho, mas que não houve nenhum convite formal. A Unica enviou comunicado informando que o processo de escolha ainda não está concluído. A entidade contratou uma consultoria de head hunter para a pré-seleção de candidatos e a previsão é que o nome do novo presidente seja anunciado durante o São Paulo Ethanol Summit, evento que será realizado nos dias 4 e 5 de junho.

Outros nomes também cotados para o cargo foram dos ex-ministros Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento, Indústria e Comércio), Roberto Rodrigues (Agricultura), Pratini de Moraes (Agricultura), Ademerval Garcia, atual presidente da Abecitrus, Pedro de Camargo Neto, presidente da Abipecs, e Antônio Britto Filho ex-ministro da República.

Marcos Jank é fundador do Icone, organização criada em 2003 para ser um centro de pesquisa aplicada em comércio internacional e política comercial.

O instituto desenvolve hoje projetos em parceria com o Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o Banco Mundial, a Universidade de Cornell, a Fundação William and Flora Hewlett, com o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, a Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação e o German Marshall Fund dos EUA. No Brasil, o Icone é mantido por seis entidades, entre elas a Unica.

Recentemente, tornou-se presidente de honra do Instituto, passando a presidência executiva ao também engenheiro agrônomo André Meloni Nassar.

Marcos Jank é doutor pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Faculdade de Economia e Administração da USP e mestre em políticas agrícolas pela Faculdade de Montpellier, da França. Foi consultor da Divisão de Integração, Comércio e Assuntos Hemisféricos do BID entre 2001 e 2002 e assessor especial do Ministério do Desenvolvimento em 1999.

Mais estrangeiros fazem usinas em Goiás - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 25/05/2007

O Estado de Goiás recebeu mais dois investimentos estrangeiros no setor de biocombustíveis. A Truenergy, do grupo americano Upstreamcap, anunciou ontem (dia 24) investimento de US$ 300 milhões na instalação de três usinas de açúcar e álcool. Conforme a assessoria do governo goiano, o grupo avalia a aquisição ou o arrendamento de 60 mil hectares para o plantio de cana, mas ainda não definiu onde serão feitos os investimentos. Os municípios mais prováveis são Posse, São Domingos, Alto Paraíso, Campos Belos e Cavalcante, todos na região nordeste do Estado. A Truenergy não forneceu detalhes sobre a operação, até o fechamento desta edição.

Na área de biodiesel, a espanhola Global Energy iniciou a instalação de uma usina em Catalão, que irá produzir 20 milhões de litros do biocombustível por ano. Conforme Luís Celso Rangrab, diretor de originação, a empresa vai investir R$ 50 milhões no projeto, que inclui reforma da unidade esmagadora de grãos e a usina de biodiesel. Para isso, a Global Energy arrendou uma unidade fabril da Caramuru que estava desativada.

Conforme Rangrab, a unidade terá capacidade para produzir 100 mil toneladas de óleo bruto por ano e a meta é exportar o produto que não for utilizado na fabricação do biodiesel. Em média, um litro de óleo bruto rende 1 litro de biocombustível. "Já fechamos parceria com a Coacal [Cooperativa Agropecuária de Catalão] para garantir a oferta de matéria-prima", afirma o diretor. A produção, conforme ele, será feita à base de soja, girassol, pinhão-manso e mamona.

Há outros três grupos estrangeiros fazendo investimentos na área de biocombustíveis. Em março, a All Cotton (cooperativa de cotonicultores) uniu-se à alemã Lurgi AG e à francesa Menaa Finance para instalar uma usina de biodiesel em Acreúna, de 100 milhões de litros, com aporte de **?** 56 milhões de euros. No ano passado também foram instaladas usinas de biodiesel com a Bens Oil, da Nova Zelândia, e a Dixie Oil, dos EUA.

Na área de etanol, a japonesa Mitsubishi adquiriu participação de 10% da usina Boa Vista, de Quirinópolis, e que entrará em operação na safra 2008/09. A Companhia Nacional de Açúcar e Álcool (CNAA), joint venture entre a Santa Elisa e a Global Foods Holding, vai investir na instalação de uma usina no Estado. A CNAA instalará quatro usinas no país, com investimentos total de US$ 2 bilhões.

Segundo dados da Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás, o Estado tem 12 usinas de etanol instaladas e 37 projetos, que somam investimentos de R$ 4,3 bilhões. Na área de biodiesel, o Estado possui três unidades em operação e outros 12 projetos, somando investimentos de R$ 320 milhões.

Alimentos, combustíveis renováveis e bioprodutos - Antonio J. A. Meirelles e Gláucia Pastore – Valor Econômico – Opinião - 28/05/2007

Alguns analistas vêm alertando para os riscos que nossa economia corre de desindustrialização, de se especializar na geração de produtos primários ou, ainda, de contrair alguma versão tupiniquim da "doença holandesa". O vilão da história, não há como negar, é o real apreciado. Mas outros candidatos parecem dividir a culpa. Em tempos de aquecimento global e de enorme interesse nos biocombustíveis, os êxitos da agroindústria nacional poderiam ameaçar o futuro do país: se nos transformarmos em um imenso mar de cana e soja, correríamos o risco de aprofundar os efeitos da apreciação cambial e consolidar a especialização em produtos de baixo conteúdo tecnológico. É neste último aspecto da análise que pretendemos nos concentrar, pois ele padece de pelo menos duas deficiências relevantes. Em primeiro lugar, revela desconhecimento acerca do desenvolvimento tecnológico da agroindústria. Em segundo, não analisa as possibilidades que tal janela de oportunidade nos oferece.

Apesar de eventuais equívocos, os êxitos obtidos pelo Pró-Álcool, após 30 anos do seu início, são inegáveis. Baseado no binômio "Alimentos e Energia", este programa elevou a flexibilidade da produção sucroalcooleira, ampliando sua escala e gerando um rápido desenvolvimento tecnológico. O resultado foi a expansão da produção de açúcar à taxa anual de 4,9% e a de álcool a 11,4%. Estima-se que a produtividade agroindustrial do setor cresceu no período à taxa anual de 3,77% (Nastari, Datagro, 2005). Crescimento derivado de diversos ganhos de eficiência, como na quantidade de cana plantada por hectare, de 53 toneladas em 1977 para 90 em 2004, no teor de açúcar desta cana, de 9,5% para 14%, ou no tempo de fermentação do caldo de cana, que caiu a 1/3 do valor vigente no início do programa (Amorim e Lopes, 2005).

Investimentos privados, como, por exemplo, na seleção de variedades de cana ou, então, na formação de um setor de bens de capital que se expandiu em torno da produção sucroalcooleira e hoje atende a demandas de diversos outros segmentos da agroindústria, viabilizaram tal trajetória. Um caso emblemático é a Smar: nascida no início do Pró-Álcool, ela é hoje uma empresa líder em instrumentação e controle de processos industriais, atuando em vários outros segmentos, como óleo e gás, química e petroquímica, bebidas, papel e celulose, siderurgia e mineração.

Quando se considera o desenvolvimento de sistemas de instrumentação e controle de unidades industriais ou, então, de variedades de cana e soja modificadas geneticamente, não se pode considerar seriamente a idéia de que se trate de setores com baixo conteúdo tecnológico. Como uma indústria de processos típica, uma usina envolve atividades produtivas similares às que se desenvolvem em qualquer refinaria ou petroquímica. Se o conteúdo tecnológico presente na primeira é, ainda hoje, menor, isto não decorre, em absolutamente nada, de características técnicas inerentes ao setor sucroalcooleiro. Afinal, a incorporação rápida de tecnologia no refino de petróleo e na petroquímica resultou não de

suas especificidades técnicas, mas das oportunidades de lucro e da pressão competitiva que o mercado impôs a este setor.

O Pró-Álcool elevou a flexibilidade da produção sucroalcooleira, ampliou sua escala e gerou um rápido desenvolvimento

Oportunidade similar foi criada para o setor sucroalcooleiro nacional, a partir do Pró-Álcool. Considerando tais aspectos, não se pode concluir que a renovação desta oportunidade nos dias de hoje seja tão somente mais uma opção de especialização em produtos de baixo conteúdo tecnológico. A maturidade que a agroindústria brasileira atingiu sugere que tal oportunidade não será perdida. O investimento atual em novas unidades para a produção de etanol e biodiesel deixa pouca margem à dúvida. No entanto, é necessário muito mais do que simplesmente fazer mais do mesmo, para mantermos a liderança internacional desta opção tecnológica. Os biocombustíveis devem ampliar enormemente a escala do agronegócio e, assim, viabilizar, em termos econômicos, a produção de vários outros bioprodutos. O antigo binômio pode, nas condições atuais, gerar um trinômio de sucesso: Alimentos, Energia e Bioprodutos.

Já há indicações nesta direção. A Usina Paraíso, localizada em Campos - RJ, inaugurou a primeira planta industrial de produção de solventes, acetona e butanol, a partir do caldo de cana. Outro exemplo: a Usina da Barra licenciou processo desenvolvido por pesquisadores da Unicamp, para a produção de um ingrediente alimentício com propriedades funcionais, produzido biotecnologicamente a partir do açúcar de cana. Este produto, de maior valor agregado, concorre no mercado de alimentos funcionais, o qual, em 2006, movimentou 55 bilhões de dólares.

A transformação de usinas em biorefinarias, uma espécie de embrião de um segmento industrial de base biotecnológica, precisa ser colocada no horizonte de nosso desenvolvimento econômico. O fato é que a grande disponibilidade de terras agricultáveis, a maturidade empresarial e tecnológica da agroindústria, a existência de um setor autóctone de bens de capital para a indústria de processos e a força já adquirida pela pesquisa científica e tecnológica nesta área tornam o Brasil um dos países com melhores chances de viabilizar economicamente uma trajetória deste tipo. Mas tal trajetória exigirá mais do que uma agroindústria madura ou uma tecnologia que pode já estar descansando nas prateleiras de universidades. Demandará também um esforço de coordenação da esfera pública para catalisar esta evolução. O recente Edital Fapesp - Oxíteno, para o desenvolvimento de tecnologias nas áreas alcoolquímica e sucroquímica, é um ótimo esforço nesta direção. Uma direção que deve pretender não só internalizar a renda advinda do boom dos biocombustíveis, mas também gerar um ciclo endógeno e diversificado de inovações industriais, de forma a completar uma trajetória que, de fato, se iniciou há 30 anos atrás.

Antonio J. A. Meirelles é doutor em engenharia e em economia, professor titular da FEA/UNICAMP e autor do livro "Moeda e Produção", Editora Mercado de Letras.

Gláucia Pastore é professora titular e diretora da FEA/UNICAMP e preside a Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos.

Agroenergia e segurança alimentar: compromisso da FAO - Por José Graziano da Silva – Valor Econômico – Opinião - 29/05/2007

Queiramos ou não, a transição energética e a luta contra a fome fundiram-se na América Latina e Caribe numa mesma engrenagem, impulsionadas por uma daquelas urgências que a história coloca em nosso caminho, sem pedir licença. É o caso da corrida contra o tempo para evitar que a temperatura média da Terra oscile acima de 2º C neste século. A agroenergia é uma das alternativas à disposição. Não para inaugurar um novo Oriente Médio na região, ou homologar o consumo obsceno de alguns mercados ricos como temem alguns, mas para substituir uma percentagem mínima de combustíveis fósseis num amplo leque de iniciativas, em busca de uma nova matriz energética sustentável. Etanol e biodiesel são as alternativas disponíveis para serem misturados de 5 a 25% aos derivados do petróleo e ajudar na redução da poluição atmosférica, principalmente nos grandes centros urbanos da América Latina.

Os biocombustíveis líquidos demandam atualmente apenas 14 milhões de hectares em todo o mundo e oferecem em troca 1% do abastecimento mundial de energia para transporte. Para atender a meta mais ambiciosa de 25%, estima-se que 20% das terras agricultáveis teriam que ser destinadas a essa finalidade. Mas essa área poderia diminuir significativamente com as inovações tecnológicas em curso, principalmente o advento comercial do etanol da celulose, atualmente em fase de pesquisa experimental. Vale dizer que hoje praticamente metade (49%) dos temas agricultáveis do mundo não são cultivadas ou são utilizadas como pastagens naturais extensivas.

O Comitê Mundial de Segurança Alimentar (CSA) da FAO, reunido em Roma este mês, incluiu em seu relatório (ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/meeting/011/J9455e.pdf) constatações que desautorizam um possível confronto entre agroenergia e segurança alimentar. A primeira delas informa que a produção mundial de cereais alcançou quase dois bilhões de toneladas em 2006, quantia suficiente para assegurar 2.810 Kg calorias/dia a cada habitante do planeta. Na América Latina e Caribe a disponibilidade de alimentos é ainda maior: 2.880 Kg calorias/per capita, quase um terço superior aos 2.200 Kg calorias necessárias ao suprimento mínimo de energia aos seres humanos. E a disponibilidade nessa região vem crescendo num ritmo superior à média mundial.

A segunda constatação é até mais promissora: no grupo de países de renda mais baixa e com déficit crônico de alimentos, a oferta de cereais aumentou consideravelmente, reduzindo a necessidade de importações e ajuda humanitária. Em apenas 34 países ainda ocorre o que a FAO denomina de "emergência alimentar", característica da incapacidade de assegurar o abastecimento da população com recursos próprios. Quase todos eles convivem com situações de conflito armado ou desastres naturais.

Tudo converge para a constatação de que a capacidade produtiva potencial no século XXI excede, de longe, o consumo necessário. A fome, em nosso tempo, tem cada vez menos a ver com a produção e cada vez mais com as desigualdades no acesso aos alimentos. É isso que explica que um bilhão de seres humanos - 20% da população mundial - continue a enfrentar condições de pobreza extrema, e o que é mais grave: um em cada quatro deles na América Latina, principal região produtora de alimentos do planeta. Hoje, a proporção de pessoas nessas condições já é maior em nosso continente do que na Ásia Oriental e Oceania, só ficando atrás da África.

O relatório da FAO não deixa muito espaço para projeções neomalthusianas que associam a fome à falta de terras ou de capacidade produtiva ante a "ameaça" da

agroenergia. Nossa doença é social e não aritmética - pode e deve ser superada pela ação política. Essa certeza move a "Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome", que orienta as nossas ações na região, um dos celeiros mais férteis do planeta. Mas onde ainda subsistem 52,4 milhões de desnutridos e 209 milhões de pobres (40% da população total), ao lado de terras aráveis suficientes para permitir a agricultura saltar dos atuais 150 milhões de hectares para 224 milhões de hectares, passando de 16% para 23% da área disponível, sem derrubar nenhuma árvore. Até porque as modernas tecnologias, para evitar monoculturas e o consequente esgotamento da fertilidade dos solos, recomendam o plantio intercalado ou em rotação dos alimentos. É por isso que o plantio de mamona para biodiesel no Nordeste fez aumentar a produção de feijão, assim como a rotação de culturas praticada na renovação dos canaviais em São Paulo fez crescer a produção de grãos. Aliás, essa sempre foi a tradição dos agricultores familiares na Europa e nas colônias americanas: a cultura comercial para venda subsidia a produção de subsistência, numa simbiose que combate a pobreza e a fome no mesmo chão.

Muitos países que sofrem de emergência alimentar convivem com situações de conflito armado ou desastres naturais

Plantar combustíveis pode ajudar a corrigir essas distorções que fazem a abundância conviver com a miséria, especialmente no campo, onde os apelos da exclusão são mais urgentes. Compartilhamos esse entusiasmo sem desconhecer os desafios que ele encerra.

Trata-se de uma possibilidade histórica. Não de uma certeza arrogante. Para que ela se materialize, a FAO considera indispensável um conjunto de ações que pretende difundir junto aos governos de todo o continente, associando a luta contra a fome a um conjunto de salvaguardas indissociáveis dos programas regionais de agroenergia: zoneamento rural para impedir que a agroenergia desaloje lavouras destinadas à alimentação humana; aperfeiçoamento dos contratos ao longo da cadeia produtiva; garantia dos direitos sociais, especialmente direitos trabalhistas, no campo; expansão da pesquisa e assistência técnica e do cooperativismo, de modo a garantir a participação dos pequenos produtores também na geração de agroenergia, e não apenas como ofertante de matérias-primas.

Não se pode atribuir à agroenergia a origem de desequilíbrios sociais e ambientais que já marcam dramaticamente a vida em nosso tempo, e podem se agravar se nada for feito de imediato para mitigar-los. E que atingirá mais duramente as populações pobres que habitam áreas vulneráveis e sem infra-estrutura. Mais de um bilhão e quinhentas mil pessoas vivem, ainda hoje, sem energia elétrica no mundo. Dois bilhões e quinhentos milhões dependem de sistemas tradicionais de agroenergia para dar conta de atividades tão simples quanto cozinhar o almoço ou o jantar. Lenha e carvão vegetal ardem em todo o planeta na dura rotina de vida de um terço da humanidade.

Visto dessa ótica, o desenvolvimento da agroenergia abre possibilidades que não devem ser menosprezadas, embora envolvam riscos. O documento do Conselho Mundial de Segurança Alimentar da FAO é esclarecedor nesse sentido, quando alerta também para a delicada questão do uso de alimentos para fins energéticos. Em 2006, os preços do milho atingiram cotações recordes em decorrência da especulação desenfreada com as metas do etanol nos Estados Unidos. A legislação americana previa uma mescla de 5% em substituição a um aditivo até 2012, sendo a oferta projetada mais que suficiente para atender a essa demanda. No seu discurso sobre o "Estado da União", no entanto, o presidente Bush elevou intempestivamente a participação do etanol para 15% em 2017,

empurrando a demanda prevista para 132,5 bilhões de litros - sete vezes a oferta atual de milho para fins energéticos. O resultado imediato foi uma forte alta de preços no mercado internacional, uma vez que os EUA são os maiores exportadores dessa commodity. Há quem explique que essas especulações - e as crises de abastecimento que elas precipitam, a exemplo do que ocorreu no México - como uma estratégia deliberada para lubrificar a liberação do milho transgênico nos países da América Central, onde as importações são muito importantes.

Especulações à parte, não se pode atribuir à agroenergia a paternidade de desequilíbrios sociais - particularmente de fome - que também não depende exclusivamente dela para ser erradicada, mas sim de uma política mundial de segurança alimentar que preserve as necessidades humanas em primeiro lugar. Voltamos assim às escolhas da história. Uma transição de ciclo de desenvolvimento como a que nos deparamos, antes de ser uma equação técnica, é uma palheta de opções de diferentes tonalidades políticas. Requer forte indução de planejamento e políticas públicas para materializar suas promessas e minimizar seus riscos. Uma boa forma de influenciar a nova paisagem é disseminar diretrizes e ações de Estado que permitam plantar combustíveis no presente para colher justiça social no futuro. Esse é o compromisso da FAO.

José Graziano da Silva é representante regional da FAO para América Latina e Caribe.

Biodiesel

Pinhão atrevido - Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 22/05/2007

Não vira. Assim se diz, no interior, quando se avalia uma idéia arriscada, duvidosa quanto ao seu sucesso. Exprime uma visão de fracasso no empreendimento. Tal ocorre com a reforma agrária brasileira.

Milhares de projetos de assentamento rural, instalados País afora, capengam há anos sem mostrar resultado positivo. O progresso tarda a superar a pobreza, agora mudada de lugar. A venda e o arrendamento dos lotes suplantam, de longe, a exploração própria da terra pelo aquinhoado original. Tanto dinheiro, tanta briga, tanto esforço para pífio avanço.

O problema fundamental reside no isolamento, em relação ao mercado, dos pretensos agricultores. A reforma agrária tende, no máximo, a favorecer a agricultura de subsistência. A prova encontra-se nos casos de sucesso: invariavelmente, os projetos bem-sucedidos participam de uma cadeia produtiva organizada.

Carlos Guanzirolli, reconhecido especialista em política fundiária, foi um dos primeiros a reconhecer, já em 1997, a necessidade da integração produtiva dos assentamentos rurais, sob pena de se inviabilizar o processo reformista. O BNDES promoveu, na época, reuniões envolvendo o Incra e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), para avaliar o custo-benefício do modelo distributivista da terra.

Nesse núcleo crítico se formulou o Pronaf, programa destinado ao fortalecimento da agricultura familiar. A ordem era profissionalizar os pequenos agricultores. Tratava-se de aprimorar sua tecnologia e, mais, integrá-los ao mercado das agroindústrias e das cooperativas. Aos assentados de reforma agrária se visualizava sua emancipação, quer dizer, após um período de cinco anos, ele receberia o título de propriedade e sua conseqüente alforria como produtor rural. Um digno com-terra.

Não virou. O MST e, em menor proporção, a Contag se opuseram fortemente à emancipação dos sem-terra, certamente querendo mantê-los sob sua esfera de influência política. Pior, setores saudosistas da esquerda passaram a defender o modelo da subsistência rural familiar, em oposição ao sistema integrado dos agronegócios. Vai entender.

Por essas e outras, a reforma agrária encontra-se no pior dos mundos. Na entrada, gente despreparada, sem nenhuma aptidão, faz da invasão de terra o passaporte para o quinhão bendito. Na saída, distantes de tudo, entregues à própria sorte, isolados, vão produzir o que e vender para onde?

Hoje em dia, agricultores da nova geração, jovens treinados e talhados para a roça e a lida, mesmo esses sofrem para conseguir do usufruto da terra o sustento digno de sua família. Aqui se encontram os milhares de sitiantes paulistas, cerca de 200 mil produtores, que correm atrás da moderna tecnologia para escapar do sumiço. Ficou parado, dança.

Mas de nada adianta, apenas, saber produzir no campo. Difícil é vender com preço remunerador, pois os mercados são exigentes e controlados. Passou a época de viver da feira. Agora manda a prateleira do supermercado.

A agricultura de enxada virou troco no bolso do agricultor. Por sorte, em alguns casos, ganhou grife em nichos de mercado de gente rica. Pura exceção. A única saída da agrura rural se encontra na integração produtiva, preferencialmente enturmado numa boa cooperativa agropecuária. Sozinho, fica difícil.

José Rainha, famoso líder do MST no Pontal do Paranapanema paulista, segue essa pista. Propõe organizar 10 mil agricultores assentados em torno do biodiesel. A meta do inusitado projeto é ocupar 20 mil hectares, em dez anos. Somente na implantação das lavouras se estima gastar R$ 50 milhões. Consta que o comprador do renovável combustível já teria até assinado uma carta-compromisso. Mercado garantido.

Os primeiros mil produtores rurais estão sendo selecionados e devem iniciar o plantio já em 2007. Durante os primeiros três anos, devem receber ajuda de custo do governo, na forma de um salário mínimo por mês. Renda certa. Depois, é só apostar no pinhão manso, a planta escolhida para gerar o biodiesel. Coisa atrevida.

Enquanto o comando obscurantista da Via Campesina combate o agronegócio e defende o atraso da auto-suficiência alimentar, o pragmático Zé Rainha busca o top do mercado de biocombustível para gerar renda no bolso de seus liderados. Está correto.

Inexiste caminho para a reforma agrária, no Pontal do Paranapanema ou alhures, longe do mercado. Nos anos 60, quando o modelo distributivista da terra foi idealizado, o simples acesso à terra garantia o progresso. Bastava carpir e semear. Hoje, na feroz competição da economia globalizada, dramático é segurar a renda do agricultor.

Ao governo, porém, cuidado. Em 1995, o mesmo Zé Rainha fundou uma cooperativa no município de Teodoro Sampaio, baseada num projeto agroindustrial. Parecia um sonho naquela banda distante. Juntou 1.600 famílias e arrecadou, somando-se vários financiamentos públicos, daqueles de pai para filho, cerca de R$ 8,5 milhões. Foram adquiridos 42 grandes tratores, construídos um laticínio, dois enormes silos graneleiros, uma agroindústria de sucos. Tudo supimpa.

Nada nunca funcionou. Nenhum litro de suco, nenhum leite pasteurizado. Os tratores desapareceram. As instalações deterioram-se com o tempo. O escândalo da Cocamp é um tributo ao desperdício do dinheiro público. Jamais alguém acabou responsabilizado. Uma vergonha.

Esse pinhão manso, planta que ninguém sabe direito o que é, nem de onde veio, pode surpreender. Para o bem ou para o mal.

Quem avisa amigo é.

Xico Graziano, agrônomo, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.E-mail: xico@xicograziano.com.br

IGUALDADE – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Vaivém de Commodities – 26/05/2007

A Câmara Setorial de Oleaginosas e Biodiesel quer a extensão dos benefícios fiscais concedidos aos agricultores familiares a todos os demais produtores, o que permitiria ao país atender o crescimento da demanda interna e externa por biodiesel. O setor está preocupado ainda com a política fiscal da Argentina, que instituiu alíquota de "retenção" de 5% sobre as exportações de biodiesel, enquanto a do óleo de soja é de 24%.

CÂMARA DE BIODIESEL DEFENDE REVISÃO TRIBUTÁRIA NO SETOR
Mapa – 25/05/2007

A Câmara Setorial de Oleaginosas e Biodiesel vai propor ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, que encaminhe ao Palácio do Planalto proposta de revisão tributária na produção de biodiesel. Os representantes do setor também pedirão a Stephanes que manifeste ao Ministério das Relações Exteriores a preocupação dos produtores com a política fiscal da Argentina para o biodiesel, que pode provocar desequilíbrios no mercado. Eles reafirmaram ainda a necessidade de o Brasil investir mais em pesquisas e tecnologia para produção de energia verde.

As decisões foram tomadas hoje (**25/05**) durante a reunião da Câmara Setorial de Oleaginosas e Biodiesel do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Também foi aprovada a participação do Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como membro efetivo da câmara e criação de um grupo temático para elaborar uma cartilha de orientação aos produtores sobre as novas normas de classificação de soja, que devem entrar em vigor em 15 de julho próximo, de acordo com a Instrução Normativa nº 11, publicada no Diário Oficial da União do último dia 16.

Isonomia - A revisão tributária na produção de biodiesel é hoje uma das principais preocupações do setor. "É preciso que haja isonomia fiscal para viabilizar o plantio de oleaginosas também em áreas maiores", disse o presidente da Câmara de Oleaginosas e Biodiesel, Carlos Lovatelli. Para ele, o Governo Federal deve estender a todos os produtores os benefícios fiscais concedidos aos agricultores familiares, para que o País possa atender o crescimento da demanda interna e externa por biodiesel.

O setor também teme que a política fiscal da Argentina para o biodiesel traga prejuízos ao Mercosul. O país vizinho instituiu recentemente uma alíquota de "retenção" de 5% sobre as exportações de biodiesel, enquanto a taxa sobre os embarques de óleo de soja é de 24%. Na avaliação de Lovatelli, seria importante que o Itamatary fizesse gestões com o governo argentino para mostrar os riscos que isso pode trazer ao equilíbrio do bloco econômico.

Os integrantes da câmara destacaram ainda a necessidade de o Brasil elevar os investimentos em pesquisa de matérias-primas e de novas tecnologias para o setor de biodiesel. Segundo eles, o mercado de agroenergia será dominado por quem tiver mais tecnologia. Hoje, as principais fontes brasileiras do produto são soja, mamona, dendê, amendoim, girassol e algodão. A cadeia produtiva defende a ampliação de pesquisa para ampliar a matriz do biodiesel nacional.

Relações Internacionais

Etanol

Lula oferecerá ao Paraguai ajuda para produzir biodiesel e combater aftosa - Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Nacional – 20/05/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, em Foz do Iguaçu, que o tema principal de sua conversa com o presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos, na tarde de hoje, em Assunção, será o desenvolvimento paraguaio. 'O Brasil tem muitas coisas que

podem ajudar o Paraguai a crescer', afirmou. 'Tem possibilidade de fazer investimentos, via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), e de empresários brasileiros fazerem parcerias com empresas paraguaias.'

Um grupo de empresários acompanhará Lula na visita. 'Eu tenho provocado os empresários para que a gente possa desenvolver algum tipo de indústria no Paraguai' , disse ele. A Petrobrás deverá trabalhar em projetos de biodiesel. Lula também oferecerá ajuda para combater a febre aftosa.

O presidente cobrou da Argentina parceria com o país vizinho. 'Temos que ter preocupação especial na ajuda ao desenvolvimento dos países mais pobres.' Segundo Lula, é preciso contribuir para que o Paraguai cresça, mesmo que isso exija do país vizinho o uso de 50% da energia de Itaipu. 'É um direito que ele tem, pelo tratado.'

O presidente reiterou que está descartada a construção de um muro na fronteira com Ciudad del Este. A Receita Federal pretendia levantar a barreira para impedir o contrabando.

Amanhã, Lula e Nicanor Duarte vão inaugurar mais duas turbinas da usina de Itaipu, que passa a operar com 20. A capacidade de geração de energia subirá de 12.600 MW para 14.000 MW. Ontem, Lula e a primeira-dama, Marisa Letícia, foram até a usina para conhecer o Canal da Piracema .

Brasil e EUA têm parceria para etanol de celulose - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/05/2007

Apesar do custo maior, adoção do combustível eleva a produtividade

A pesquisa de etanol celulósico está no centro da cooperação Brasil e Estados Unidos para combustíveis alternativos. Apesar de o etanol de cana-de-açúcar ter custos muito inferiores ao celulósico, produtores brasileiros poderão ter um aumento de 40% de produtividade em suas terras ao combinarem a produção dos dois tipos de combustível, diz Alfred Szwarc, assessor da presidência da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). Szwarc esteve em Washington para o Encontro sobre Desafios de Tecnologia de Biocombustíveis.

Nos Estados Unidos, a pesquisa de etanol celulósico é essencial - não há muito espaço para expansão de produção de etanol de milho, já que o preço do grão já está subindo perigosamente, e não há terras disponíveis. No Brasil, ainda há muito espaço para expansão da produção de cana-de-açúcar para etanol - mas a adoção do combustível celulósico elevaria a produtividade.

Hoje, uma propriedade de 1 hectare no Centro-Sul produz 85 toneladas de cana ou 6,5 mil litros por ano. Se o bagaço da cana for aproveitado para gerar energia, como já é hoje, mas também para etanol celulósico, a produção pode aumentar de 40% a 100%, diz Szwarc. 'Etanol de bagaço será uma forma de estimular o mercado de etanol em geral.' Segundo ele, em 3 a 4 anos, a Dedini estará produzindo o etanol celulósico em escala comercial numa unidade- piloto em Pirassununga (SP).

'O Brasil não consegue competir com os EUA em termos de recursos para pesquisa e desenvolvimento; nos EUA, há bilhões para pesquisa de etanol celulósico', diz o assessor. A pesquisa é um dos pilares do programa hemisférico do etanol, iniciativa oficializada pelo memorando de entendimento assinado durante a visita de George W. Bush ao Brasil, em março. Mas esse intercâmbio é bem mais promissor do que outro pilar do programa, o de produção de etanol em países da América Central, pelo menos para o setor privado brasileiro.

Os custos de produção na América Central ainda são muito maiores e a logística é mais complicada - é bem mais vantajoso investir no Brasil, mesmo com a cota livre de imposto de importação a que países do Caribe têm direito, para exportar para os EUA. Um mercado promissor, segundo Szwarc, seria a venda de equipamentos e consultoria do Brasil a países da América Central.

Greg Manuel, coordenador de assuntos internacionais de energia do Departamento de Estado, participou do evento e ressaltou a convergência de interesses do setor privado dos Estados Unidos e do Brasil. 'Estamos trabalhando juntos de forma rápida, politicamente, para avançar o projeto.'

Cuba investirá em álcool, diz especialista – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/05/2007

DA REDAÇÃO

Apesar das críticas do ditador Fidel Castro ao projeto dos Estados Unidos de expansão da produção de álcool na América Latina, o governo cubano está investindo em melhorias em 11 das 17 refinarias de biocombustível na ilha, que tem capacidade para produzir 180 milhões de litros por ano.

Os planos foram revelados a jornalistas por Conrado Moreno, membro da Academia de Ciências de Cuba. Segundo ele, o plano é que, com as melhoras, as refinarias possam produzir combustível para automóveis "em quatro ou cinco anos".

Atualmente, as usinas produzem álcool usado em rum e outras bebidas, de cozinha e o utilizado em medicamentos.

Álcool pode elevar gasolina nos EUA, dizem petroleiras – Jad Mouawad – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/05/2007

Empresas dizem que projeto de Bush de aumentar uso de biocombustível põe em risco investimentos em petróleo

Planos do governo fazem setor rever expansão de refino e exploração em momento de escassez e alta de preços, dizem petroleiras

Diante de protestos de consumidores com os altos preços de combustíveis nos EUA, executivos do setor petroleiro dizem que parte da culpa vem da incerteza gerada pelos esforços do governo Bush para elevar o suprimento de biocombustíveis como o álcool, no futuro próximo.

Em janeiro, o presidente Bush pediu uma elevação acentuada no uso de biocombustíveis bem como avanços na eficiência de uso de combustível nos automóveis, a fim de reduzir o uso de gasolina no país em 20% em dez anos. O Congresso já debate projetos de lei que promoveriam um aumento de quase 500% no uso do etanol. Isso forçou muitas empresas petroleiras a reconsiderar ou reduzir a escala de seus planos de construção de capacidade de refino adicional.

Em audiências promovidas pelo Congresso no ano passado, executivos do setor petroleiro delinearam planos de expansão da produção de combustível, por meio da ampliação de refinarias existentes. Os planos elevariam em 1,6 milhão a 1,8 milhão de barris diários a capacidade atual, em prazo de cinco anos, provendo expansão de 10% na capacidade total, de acordo com a Associação Nacional de Petroquímica e Refinarias dos EUA.

Mas esses planos foram reduzidos em mais de 1 milhão de barris ao dia, de lá para cá, de acordo com a Administração de Informação sobre Energia, agência do governo federal.

"Se a política nacional do país é promover ampliação dramática do setor de biocombustíveis, isso representa desestímulo para aqueles que tomam decisões de investimento quanto à expansão da capacidade de refino e produção de derivados petroleiros", disse John Hofmeister, presidente da Shell Oil. "Isso terá impacto sobre todo o setor."

As preocupações foram ecoadas em relatório recente da Barclays Capital, segundo o qual a incerteza quanto ao crescimento do etanol "pouco fará para acelerar o investimento desesperadamente necessário nas complexas unidades de refino dos Estados Unidos". "De fato, é provável que isso desestimule e retarde investimentos adicionais, ou mesmo que resulte em abandono total de muitos dos planos de investimento em refinarias", diz. Mesmo assim, o atual custo da gasolina -que em termos reais está se aproximando do velho pico de US$ 0,37 por litro, de 1981 e equivalente a US$ 0,87, hoje, considerada a inflação do período- renovou as suspeitas de que o setor petroleiro está em busca de maneiras de manter os lucros altos, retardando investimentos muito necessários.

O senador Charles Schumer, democrata de Nova York, deu início a audiências no Senado anteontem com o tema: "A concentração de mercado no setor petroleiro americano está prejudicando os consumidores?".

E a Câmara dos Deputados votou anteontem, por margem estreita, punir companhias, operadores ou varejistas de petróleo que estejam cobrando preços "injustificavelmente excessivos" pela gasolina e outros combustíveis. O presidente Bush provavelmente vetará a medida porque a Casa Branca alegou que ela equivaleria a impor controle de preços. Os especialistas apontam para muitos motivos de curto prazo que explicam a escassez de gasolina nos Estados Unidos, e a conseqüente alta de preços. Muitas empresas petroleiras estão conduzindo trabalhos de manutenção em suas refinarias, novas regras federais tornam os combustíveis mais limpos, mas também mais dispendiosos, e uma seqüência de atrasos, incêndios e acidentes no setor reduziu o suprimento no momento em que os motoristas do país começam a pegar a estrada para as férias de verão. Muitos analistas predizem que os preços continuarão subindo, mas cairão com o passar do verão.

As petroleiras afirmam que sua visão quanto às perspectivas de longo prazo dos combustíveis reflete raciocínio econômico básico. Devido aos enormes investimentos para a expansão de refinarias, dizem não ter outra escolha a não ser reestudar seus planos, tendo em vista os pedidos por um aumento no uso dos biocombustíveis.

Tradução de **PAULO MIGLIACCI**

Petrobras inicia exportação de álcool à Nigéria – Folha de São Paulo – Dinheiro – 31/05/2007

DA FOLHA ONLINE

A Petrobras exportará 20 milhões de litros de álcool combustível para a Nigéria nas próximas semanas. O anúncio foi feito ontem pela empresa brasileira e faz parte de um contrato de fornecimento de álcool com a Nigerian National Petroleum Corporation, companhia estatal nigeriana de petróleo.

O fornecimento do combustível para a Nigéria faz parte de um processo que inclui a venda do produto com o apoio técnico da Petrobras para a mistura e manuseio do álcool.

Álcool na Índia – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 16/05/2007

A Índia, que produz cana-de-açúcar, está considerando elevar o percentual de mistura de álcool na gasolina dos atuais 5% para 10%, conforme informou a agência Dow Jones Newswires.

Suécia vai pressionar UE a favor do etanol brasileiro – Valor Econômico – Internacional – 17/05/2007

A Suécia decidiu pressionar a União Européia para eliminar a tarifa de importação sobre o etanol brasileiro, indicou ao Valor o ministro de Comércio Sten Tolgfors. Para o governo sueco, subiu a pressão sobre os políticos para que se cumpra o objetivo europeu de reduzir as emissões de gases-estufa em 20% até 2020, em relação aos níveis de 1990.

Para isso, a Suécia, com apoio de Holanda, Dinamarca e talvez do Reino Unido, considera que a importação do etanol brasileiro ajuda o ambiente e os consumidores.

Mas a UE classifica o produto como agrícola, e o imposto de importação é alto, de 0,19 euros por litro. Isso excede a tarifa média agrícola européia de 17%, deixando o etanol brasileiro em desvantagem "mesmo se é superior de uma perspectiva de energia, pois gera menos emissão gases na produção".

Segundo os suecos, sem a alta tarifa de importação, o etanol custaria na UE 40% menos que o etanol de grãos produzido na Suécia.

O ministro diz que a tarifa sobre etanol importado não se justifica mais para estimular a indústria de etanol européia, pois ela estaria perto de se tornar competitiva.

"A abolição da tarifa de etanol vai ajudar o ambiente e os países em desenvolvimento", diz o ministro. "A ambição do governo é promover suprimento de energia sustentável, barata e pouco impacto sobre a saúde, ambiente e clima".

Os suecos deixam claro que estão defendendo basicamente o etanol brasileiro, porque o Brasil é o único país capaz de atender a demanda crescente européia.

Estudo da Swedish National Board of Trade nota que não é só a Europa que não pode competir com o etanol brasileiro. Exemplifica que o custo da produção na Índia, o segundo maior produtor mundial de cana-de-açúcar, é o dobro do que no Brasil.

Também a OCDE diz que o etanol brasileiro é competitivo com o petróleo se este custar 22 euros o barril. O etanol de milho dos EUA é competitivo com o barril de petróleo a 34 euros. Já o etanol europeu precisaria que o petróleo custasse 76 euros para ser uma alternativa competitiva.

Etanol na BM&F – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 18/05/2007

A Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) inicia hoje (dia 18) as negociações com o novo contrato futuro de etanol. O contrato será cotado em dólares por metro cúbico com vencimento mensal e a primeira entrega será em agosto.

Cuba critica etanol mas amplia produção - Andrea Rodriguez – Valor Econômico – Internacional - 24/05/2007

Cuba está modernizando discretamente as suas instalações produtoras de etanol, apesar das repetidas declarações de Fidel Castro, de que o aumento da produção de etanol poderá levar à fome a população mundial.

A ilha pretende elevar a capacidade de 11 das suas 17 usinas, que produzem um volume anual de até 180 milhões de litros de etanol a partir da cana-de-açúcar, segundo disse Conrado Moreno, membro da Academia de Ciências de Cuba. Para efeito de comparação, o Brasil, maior produtor mundial, deve produzir este ano mais de 20 bilhões de litros de etanol.

As usinas cubanas atualmente produzem álcool para uso em rum e outras bebidas alcoólicas, bem como em medicamentos e culinária na ilha. Mas as melhorias oferecerão a Havana a capacidade de produzir combustível para carros, disse Moreno numa conferência sobre energia renovável. O etanol produzido em Cuba não é para carros agora, mas "em quatro ou cinco anos, veremos", disse.

Em uma série de editoriais em jornais do governo, Castro se mobilizou contra um plano, apoiado pelos EUA e pelo Brasil, de produzir etanol para carros, alegando que isso levará a uma disparada nos preços de todos os tipos de produtos agrícolas e tornará os alimentos caros demais para famílias pobres ao redor do mundo.

Os EUA produzem etanol a partir do milho, para consumo interno. O plano em conjunto com o Brasil prevê a produção de etanol a partir de cana-de-açúcar em vários países da América Latina, para abastecer o mercado americano. Washington quer substituir 20% da gasolina consumida no país por etanol.

Ao contrário de Fidel, que descreveu o etanol produzido para carros a partir do milho como uma potencial catástrofe global, Moreno admitiu que a variedade produzida a partir da cana-de-açúcar poderá trazer oportunidades econômicas a algumas "comunidades isoladas" em Cuba.

O Brasil assinou em março um acordo com os EUA para promover a produção de etanol na América Latina e para criar normas de qualidade internacionais que permitam que o produto seja comercializado como uma "commodity", assim como o petróleo.

Este acordo inspirou os editoriais de Castro, que têm sido lidos repetidamente nas rádios e TVs estatais. Neles, Castro distingue entre o etanol de cana de açúcar produzido em Cuba e o biocombustível baseado no milho, comum nos EUA. Acredita-se que Cuba adotou essa posição para agradar a Venezuela, que teme que a difusão do etanol na América Latina amplie a influência dos EUA na região.

Castro, de 80 anos, não é visto em público desde que se submeteu a uma cirurgia intestinal de emergência, em julho de 2006, quando passou a Presidência a seu irmão Raul, de 75 anos. As autoridades insistem em afirmar que sua saúde está melhorando.

Panamá na lista dos 'parceiros do etanol' - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 25/05/2007

Tradicional produtor de açúcar do Caribe, o Panamá ambiciona agora entrar para o seleto grupo de produtores de etanol do mundo. E, para isso, conta com a expertise e a tecnologia do setor sucroalcooleiro do Brasil, a exemplo do que já ocorre com outros países vizinhos da região.

Uma delegação composta por empresários e autoridades panamenhas, chefiada pelo presidente Martín Torrijos, está no país para discutir uma parceria mais estreita entre os dois países. Na mesa, está o interesse do Panamá em conhecer mais sobre o modo de produção e as variedades de cana brasileira. Do lado do Brasil, a vantagem em ter uma porta de acesso ao Pacífico e aos EUA e - mais que isso - dar fôlego aos esforços de transformar o etanol numa commodity internacional.

O presidente Torrijos veio pessoalmente conhecer os mecanismos utilizados pelo Brasil para a criação de um marco jurídico que abra caminho para uma política nacional de bicombustíveis. A intenção do governo panamenho é substituir 10% da gasolina por álcool, reduzindo a sua dependência de petróleo. O país importa hoje todo o combustível que consome - 160 milhões de galões anualmente (ou cerca de 727 milhões litros).

"Queremos criar um marco jurídico para formar as condições para desenvolver nossa indústria. E o Brasil pode nos ajudar com isso", disse Torrijos, após uma reunião na tarde de ontem com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar Unica, em São Paulo, da qual saiu carregado de brochuras sobre o álcool brasileiro.

Com uma produção de 150 mil toneladas de açúcar por ano, o Panamá teria condições de produzir cerca de 60 milhões de litros de álcool, quase os 10% de álcool que deseja substituir na gasolina, estima a Unica. Para isso, a área destinada à cana-de-açúcar poderia ao menos dobrar dos atuais 25 mil hectares para 50 mil. Terras, diz o governo, há.

Fernando Ribeiro, secretário-executivo da Unica, acredita que o Brasil pode ganhar duas vezes com uma parceria dessas: com as exportações de etanol para o Panamá enquanto suas usinas se adaptam à produção do combustível; e com a chance de se exportar álcool para os EUA sem tarifas. "O Panamá pode ser uma plataforma de exportação importante para nós", afirma Ribeiro.

O Brasil já reprocessa álcool em quatro países do Caribe que mantêm acordos preferenciais com os EUA - Jamaica, Costa Rica, Trinidad e Tobago e El Salvador. Essas unidades reindustrializam o álcool hidratado para exportar ao mercado americano. Em 2006, o país reprocessou 470 milhões de litros de álcool no Caribe.

Biodiesel

Biocombustíveis isentos – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 18/05/2007

O Chile, que importa todo o combustível que consome, vai isentar de taxas as importações de biodiesel e etanol, para reduzir a dependência em combustíveis fósseis, informou a Reuters. O país adotará mistura de 5% de biocombustíveis no diesel e na gasolina.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio